



AMANDA RAQUEL RODRIGUES
PESSOA • ISABEL MARIA SABINO DE
FARIAS • GUSTAVO ZULLO • GUSTAVO
PRIETO • ELISA FAVARO VERDI •
FADUL MOURA • LUÍS ANTÔNIO
JORGE • TAISA PALHARES • MAGALI
REIS • JOÃO GABRIEL MOSTAZO
LOPES • DANIELA QUEIROZ CAMPOS
• IVANA SOARES PAIM • ELISABETE
MARIN RIBAS • LEANDRO PASINI
• ENIDELCE BERTIN • NERIAN
TEIXEIRA DE MACEDO DE LIMA

revista



REVISTA DO
INSTITUTO
DE ESTUDOS
BRASILEIROS

Nº. 85 / AGO. 2023



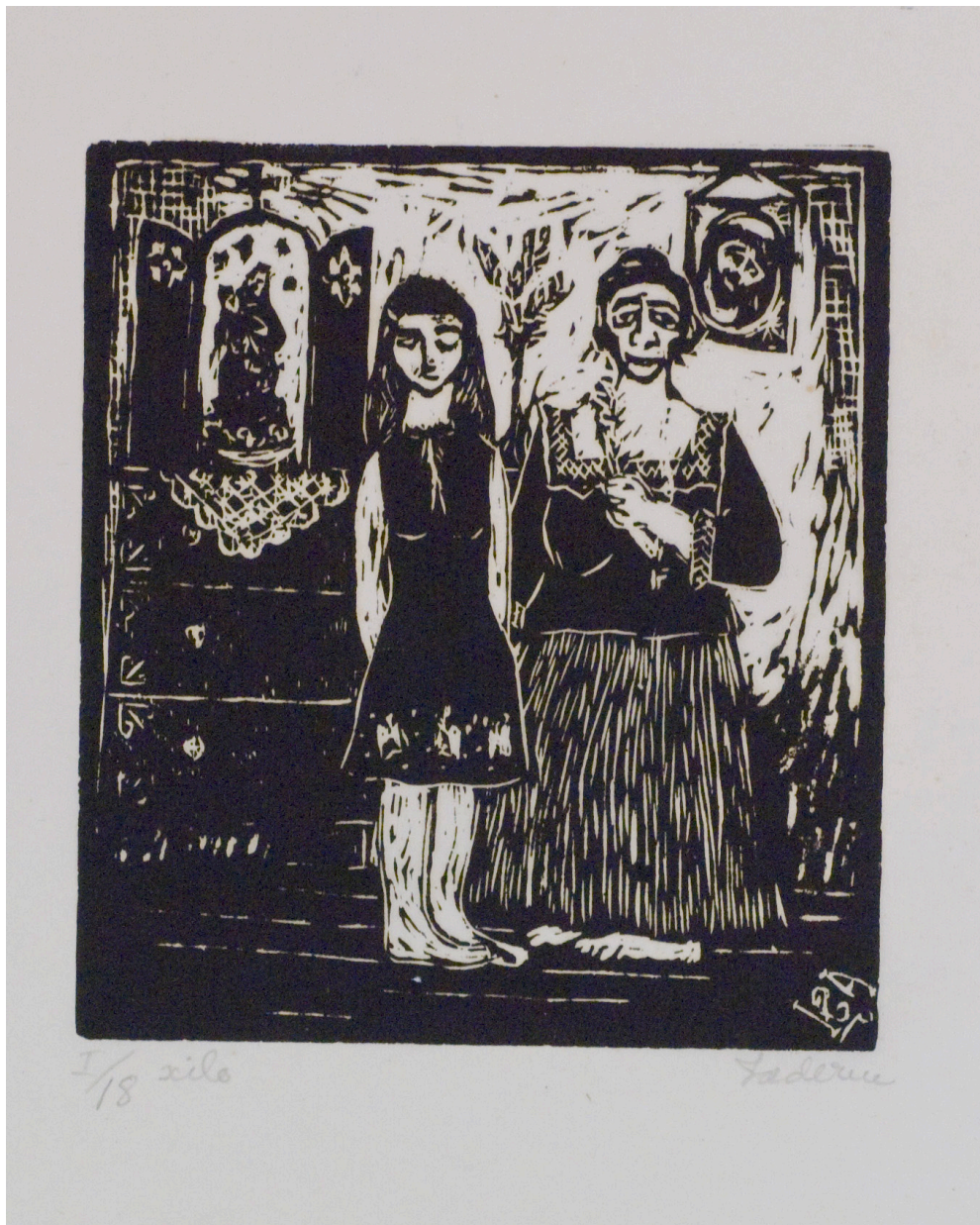
I / 18 sale

Aderne

ADERNE, Isa. *Cinema Iris*, s. d. – xilogravura sobre papel arroz. Coleção Isa Aderne, Coleção de Artes Visuais do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP), código de referência IA-0001_06



ADERNE, Isa. *Cama*, s. d. – xilogravura sobre papel arroz. Coleção Isa Aderne, Coleção de Artes Visuais do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP), código de referência IA-0001_10



ADERNE, Isa. *Benzedeira*, s. d. – xilogravura sobre papel arroz. Coleção Isa Aderne, Coleção de Artes Visuais do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP), código de referência IA-0001_r6



ADERNE, Isa. *Festa de aniversário*, s. d. – xilogravura sobre papel arroz.
Coleção Isa Aderne, Coleção de Artes Visuais do Instituto de Estudos
Brasileiros (IEB/USP), código de referência IA-0001_12



ADERNE, Isa. *Rancho*, s. d. – xilogravura sobre papel arroz. Coleção Isa Aderne, Coleção de Artes Visuais do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP), código de referência IA-0001_14



ADERNE, Isa. *A visita*, s. d. – xilogravura sobre papel arroz. Coleção Isa Aderne, Coleção de Artes Visuais do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP), código de referência IA-0001_15

ADERNE, Isa. *Álbum de xilogravura "Isa Aderne – xilogravuras"*, s. d. – xilogravura sobre papel. Coleção Isa Aderne, Coleção de Artes Visuais do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP), código de referência IA-0001

Isa Aderne



xilogravuras



Universidade de São Paulo

**Prof. Dr. Carlos Gilberto
Carlotti Junior**
REITOR

**Profa. Dra. Maria Armanda do
Nascimento Arruda**
VICE-REITORA



Profa. Dra. Monica Dantas
DIRETORA

Pedro B. de Meneses Bolle
CHEFE TÉCNICO DA DIVISÃO
DE APOIO E DIVULGAÇÃO



Credenciamento e Apoio Financeiro
do: Programa de Apoio às
Publicações Científicas da USP
Comissão de Credenciamento



Instituto de Estudos Brasileiros
Espaço Brasiliana
Av. Prof. Luciano Gualberto, 78
Cidade Universitária, Butantã
05508-010, São Paulo - SP, Brasil
(11) 3091-1149
www.ieb.usp.br

Revista do Instituto de Estudos Brasileiros

ISSN 2316-901X · n. 85, 2023 · agosto

CONSELHO EDITORIAL: **ANAÏS FLÉCHET** (HISTÓRIA) – UNIVERSITÉ DE VER-SAILLES SAINT-QUENTIN-EN-YVELINES (UVSQ) – FRANÇA; **JULIE KLINGER** (GEOGRAFIA) – UNIVERSITY OF DELAWARE (UD) – EUA; **PABLO ROCCA** (LITERATURA) – UNIVERSIDAD DE LA REPÚBLICA (UDELAR) – URUGUAI; **SUSANA SARDO** (ANTROPOLOGIA) – UNIVERSIDADE DE AVEIRO (UA) – PORTUGAL.

EDITORES RESPONSÁVEIS **Dulcília Helena Schroeder Buitoni** (IEB-USP); **Luiz Armando Bagolin** (IEB-USP); **Stelio Marras** (IEB-USP)

PRODUÇÃO **DIVISÃO DE APOIO E DIVULGAÇÃO** (IEB-USP)

EDITOR-EXECUTIVO **Pedro B. de Meneses Bolle**

DIAGRAMAÇÃO **Flavio Alves Machado**

PREPARAÇÃO E REVISÃO DE TEXTOS **Cleusa Conte Machado**

PROJETO GRÁFICO **Camillo e Tressler Design**

CAPA **Flavio Alves Machado**

CONSELHO CONSULTIVO **ADRIÁN GORELIK** (UNIV. NACIONAL DE QUILMES, BERNAL, AR); **BARBARA WEINSTEIN** (UNIV. DE NOVA IORQUE, NOVA IORQUE, EUA); **CARLOS AUGUSTO CALIL** (UNIV. DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, BR); **CARLOS SANDRONI** (UNIV. FEDERAL DE PERNAMBUCO, RECIFE, BR); **ETTORE FINAZZI-AGRÒ** (UNIV. DE ROMA LA SAPIENZA, ROMA, IT); **FERNANDA ARÊAS PEIXOTO** (UNIV. DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, BR); **HELOISA MARIA MURTEL STARLING** (UNIV. FEDERAL DE MINAS GERAIS, BELO HORIZONTE, BR); **JOÃO CEZAR DE CASTRO ROCHA** (UNIV. ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO, BR); **JORGE COLI** (UNIV. ESTADUAL DE CAMPINAS, CAMPINAS, BR); **LUIZ FELIPE DE ALENCASTRO** (UNIV. DE PARIS-SORBONNE, PARIS, FR); **MANUEL VILLAVERDE CABRAL** (UNIV. DE LISBOA, LISBOA, PT); **MARIA CECILIA FRANÇA LOURENÇO** (UNIV. DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, BR); **MARIA LIGIA COELHO PRADO** (UNIV. DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, BR); **MARIA LUCIA BASTOS KERN** (PONTIFÍCIA UNIV. CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL, PORTO ALEGRE, BR); **PETER BURKE** (EMMANUEL COLLEGE CAMBRIDGE, CAMBRIDGE, RU); **REGINA ZILBERMAN** (UNIV. FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, PORTO ALEGRE, BR); **RICARDO AUGUSTO BENZAQUEN DE ARAÚJO** (PONTIFÍCIA UNIV. CATÓLICA DO RIO/ INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE PESQUISAS DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO, BR); **RODOLFO NOGUEIRA COELHO DE SOUZA** (UNIV. DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, BR); **SERGIO MICELI** (UNIV. DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, BR); **WALNICE NOGUEIRA GALVÃO** (UNIV. DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, BR)

Capa: ADERNE, Isa. *Álbum de xilogravura “Isa Aderne – xilogravuras”,* s. d. – xilogravura sobre papel. Coleção Isa Aderne, Coleção de Artes Visuais do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP), código de referência IA-000r

AMANDA RAQUEL RODRIGUES PESSOA • ISABEL
MARIA SABINO DE FARIAS • GUSTAVO ZULLO
• GUSTAVO PRIETO • ELISA FAVARO VERDI •
FADUL MOURA • LUÍS ANTÔNIO JORGE • TAISA
PALHARES • MAGALI REIS • JOÃO GABRIEL
MOSTAZO LOPES • DANIELA QUEIROZ CAMPOS
• IVANA SOARES PAIM • ELISABETE MARIN
RIBAS • LEANDRO PASINI • ENIDELCE BERTIN
• NERIAN TEIXEIRA DE MACEDO DE LIMA •
AMANDA RAQUEL RODRIGUES PESSOA • ISABEL
MARIA SABINO DE FARIAS • GUSTAVO ZULLO
• GUSTAVO PRIETO • ELISA FAVARO VERDI •
FADUL MOURA • LUÍS ANTÔNIO JORGE • TAISA
PALHARES • MAGALI REIS • JOÃO GABRIEL
MOSTAZO LOPES • DANIELA QUEIROZ CAMPOS
• IVANA SOARES PAIM • ELISABETE
RIBAS • LEANDRO PASINI • ENIDELCE
• NERIAN TEIXEIRA DE MACEDO DE
AMANDA RAQUEL RODRIGUES PESSOA •
MARIA SABINO DE FARIAS • GUSTAVO
• GUSTAVO PRIETO • ELISA FAVARO
FADUL MOURA • LUÍS ANTÔNIO JORGE
PALHARES • MAGALI REIS • JOÃO G
MOSTAZO LOPES • DANIELA QUEIROZ CA
IVANA SOARES PAIM • ELISABETE MARIN RIBAS
• LEANDRO PASINI • ENIDELCE BERTIN • NERIAN
TEIXEIRA DE MACEDO DE LIMA • AMANDA

13 **Editorial – Tão perto, tão longe, de diferenças somos feitos**

ARTIGOS • ARTICLES)

19 **Negacionismo e educação: implicações e desafios à formação de professores na pós-graduação *stricto sensu***

[Denialism and education: implications and challenges for teacher training in stricto sensu graduate programs • Amanda Raquel Rodrigues Pessoa • Isabel Maria Sabino de Farias

37 **Projeto e antiprojeto para a democracia no Brasil: o antagonismo entre Gilberto Freyre e Florestan Fernandes**

[Project and antiproject for democracy in Brazil: the antagonism between Gilberto Freyre and Florestan Fernandes • Gustavo Zullo

55 **Irmãos na Terra Prometida: crime, igreja e regularização fundiária em São Paulo** *[Brothers in the Promised Land: crime, church, and land regularization in São Paulo • Gustavo Prieto • Elisa Favaro Verdi*

74 **Do local ao global: cidades escritas em Luiz Bacellar e Astrid Cabral** *[From local to global: written cities in Luiz Bacellar and Astrid Cabral • Fadul Moura*

95 **Viagem, paisagem e poesia: os sertões de Guimarães Rosa e Juan Rulfo** *[Travel, landscape and poetry: the sertões of Guimarães Rosa and Juan Rulfo • Luís Antônio Jorge*

110 **O legado invisibilizado do pensamento de Gilda de Mello e Souza** *[The invisibilized legacy of Gilda de Mello e Souza's thought • Taisa Palhares*

122 **The imaginary childhood: for a philosophical-anthropology of the child** *[A infância imaginária: por uma antropologia filosófica da criança • Magali Reis*

I35 **O pesadelo da exaustão formativa: dois poemas de Ricardo Domeneck** [*The nightmare of the formative exhaustion: two poems by Ricardo Domeneck* • João Gabriel Mostazo Lopes

I50 **As ninfas dos mares de cá: a ninfa pagã e seu exílio nos trópicos** [*The nymphs of the seas here: the pagan nymph and her exile in the tropics* • Daniela Queiroz Campos

CRIAÇÃO • CREATION)

I72 **O tecer narrativas nas séries de desenhos “Tramas de baralhos” e “Reminiscências”** [*Weaving narratives in the drawing series “Playing card threads” and “Reminiscences”* • Ivana Soares Paim

DOCUMENTAÇÃO • DOCUMENTS)

I80 **Patrimônio cultural: um convite à reflexão coletiva para ações colaborativas** [*Cultural heritage: an invitation to collective reflection for collaborative actions* • Elisabete Marin Ribas

RESENHAS • BOOK REVIEWS)

I88 **O arquivo aberto do modernismo paulista** [*The open archive of Paulista modernism* • Leandro Pasini

I95 **A branquitude em discussão: formas de exclusão e de manutenção de privilégios** [*Whiteness under discussion: forms of exclusion and maintenance of privileges* • Enidelce Bertin

201 **Esculpir o ideal do “novo homem” e da “nova mulher” no Estado Novo** [*Sculpting the ideal of the “new man” and the “new woman” in the Estado Novo* • Nerian Teixeira de Macedo de Lima



Isa Aderne

ADERNE, Isa. Turista forçado, s.d. – xilogravura sobre papel arroz. Coleção Isa Aderne, Coleção de Artes Visuais do Instituto de Estudos Brasileiros IEB/USP, código de referência A-0001_or

EDITORIAL

TÃO PERTO, TÃO LONGE, DE DIFERENÇAS SOMOS FEITOS

O número 85 da *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* abre novamente seu campo interdisciplinar de reflexões com o artigo “Negacionismo e educação: implicações e desafios à formação de professores na pós-graduação *stricto sensu*”, de Amanda Raquel Rodrigues Pessoa (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará) e Isabel Maria Sabino de Farias (Universidade Estadual do Ceará), problematizando os impactos de uma política neoliberal para a área de educação e, particularmente, para a formação de professores, à luz das invectivas negacionistas e dos atentados contra as ciências, efeitos colaterais ou desejados de tal política. As autoras defendem o campo da pós-graduação *stricto sensu* como um instrumento de luta e de esclarecimento contra esses efeitos, em muito disseminados e amplificados em nosso país em anos recentes. Entretanto, é necessário refletir que as nossas mazelas em relação à desinformação e à falta de acesso à educação da população vêm de longa data.

Em “Projeto e antiprojeto para a democracia no Brasil: o antagonismo entre Gilberto Freyre e Florestan Fernandes”, de Gustavo Zullo (Universidade Estadual de Campinas), o autor confronta duas visões amplas quanto à formação social no Brasil. De um lado, Gilberto Freyre com seu projeto patriarcal e a defesa de uma democracia racial brasileira, algo que de fato nunca existiu. De outro, a análise de Florestan Fernandes identificando na colonização e em seus processos de violência a origem de comportamentos ou estruturas antissociais ou contrassociais em nosso país. Enquanto no primeiro autor há uma tendência de manutenção do *status quo* das classes dominantes, com o segundo, lançam-se as bases da possibilidade de pensar uma sociedade brasileira mais justa, com a conscientização do povo, em especial, do negro, para que se possa contrapor à ordem burguesa.

Em “Irmãos na Terra Prometida: crime, igreja e regularização fundiária em São Paulo”, misto de ensaio e relato, Gustavo Prieto (Universidade Federal de São Paulo) e Elisa Favaro Verdi (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo) depõem sobre o conflito fundiário nas áreas periféricas da cidade de São Paulo, para o qual contribuem as disputas entre crime, igreja, empresas e movimentos sociais. Um dos resultados desse embate ou, na verdade, o seu alicerce principal, porquanto assim é o

funcionamento do Estado sob o capitalismo, a violência, amplia o sentimento de subalternização e invisibilidade das pessoas que vivem nessas áreas.

Em “Do local ao global: cidades escritas em Luiz Bacellar e Astrid Cabral”, de Fadul Moura (Universidade Federal de Minas Gerais), a cidade também é o *locus*, dessa feita, como tema de dois livros de poesia: *Fruta de barro* (1963), de Luiz Bacellar, e *Ponto de cruz* (1979), de Astrid Cabral. Manaus, a cidade comum ao autor e à autora, oferece planos distintos – uma subdesenvolvida, outra em plena transformação urbanística, inscrevendo-se utopicamente, na concepção das “cidades escritas” de Beatriz Sarlo (2014, p. 142).

“Viagem, paisagem e poesia: os sertões de Guimarães Rosa e Juan Rulfo”, de Luís Antônio Jorge (Universidade de São Paulo), traz uma análise de dois contos, *Cara de Bronze*, de Guimarães Rosa, e *Talpa*, de Juan Rulfo, a partir da possibilidade de representação do sertão como metáfora do destino humano. No primeiro, a paisagem é aberta e imprecisa pois o destino dos personagens não se inscreve em nenhum lugar. No segundo, ao contrário, há uma descrição da paisagem que se equipara à precisão fotográfica, às vezes, ultrapassando-a.

O artigo intitulado “O legado invisibilizado do pensamento de Gilda de Mello e Souza”, de Taisa Palhares (Universidade Estadual de Campinas), traz uma reflexão sobre as direções e desvios tomados pela ilustre professora e pensadora Gilda de Mello e Souza em relação à estética ou filosofia da arte. A autora comenta as razões de tal pensamento, sobretudo, como sua original contribuição com a proposta de uma “estética pobre”, aliada à condição de mulher intelectual e professora universitária numa universidade majoritariamente regida por homens, influenciou o seu esquecimento ou invisibilidade no campo atual de pesquisas nessa área.

No artigo intitulado “The imaginary childhood: for a philosophical-anthropology of the child”, Magali Reis (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais) desconstrói a visão padronizada sobre os conceitos de infância formulados ao longo do tempo de acordo com interesses particulares e nitidamente ligados a grupos de poder. Muitos desses conceitos cristalizaram uma imagem falseada da criança, beirando o caricatural, que em muitos casos ainda norteia a formação e o pensamento pedagógico. Inversamente, uma reflexão cuidadosa, de caráter filosófico-antropológico, pode permitir a desnaturalização desses conceitos.

João Mostazo (Universidade de São Paulo), em “O pesadelo da exaustão formativa: dois poemas de Ricardo Domeneck”, usa os poemas desse autor como mote para refletir sobre o esgotamento dos modelos de formação social no país, notadamente sob o momento de “totalitarismo neoliberal”, e os descompassos ou crises político-institucionais atuais que fraturam brutalmente a nossa realidade.

Voltando a modelos do passado, Daniela Queiroz Campos (Universidade Federal de Santa Catarina) reflete, em “As ninfas dos mares de cá: a ninfa pagã e seu exílio nos trópicos”, sobre como artistas do século XIX pintaram personagens indígenas vindas da literatura e suas relações com quadros europeus de ninfas. A partir dos estudiosos de imagem Aby Warburg e de Didi-Huberman, foram analisadas detalhadamente cinco obras. José Maria de Medeiros criou as imagens pictóricas de *Lindoia* e *Iracema*; Victor Meirelles é autor de *Moema*; Antônio Parreiras, de outra *Iracema*; e Rodolfo Amoedo, de *Marabá*. Todos foram alunos da Academia Imperial de Belas Artes no Rio de Janeiro e todos, menos José Medeiros, estudaram na Europa. Nesse sentido, a

figuração de mulheres indígenas brasileiras ainda seguiu modelos europeus, embora fossem buscados aspectos realistas.

A seção Criação traz o depoimento da artista Ivana Soares Paim (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo) sobre o seu processo de trabalho em duas séries: “Tramas de baralhos” e “Reminiscências”. A primeira foi provocada pela ideia de acolhimento do acaso, homologamente associado ao jogo, para a criação das imagens. Já na segunda série, a artista trabalha com a questão da memória e das interferências ou aparições do inconsciente em seu processo de criação.

Documentação apresenta o texto “Patrimônio cultural: um convite à reflexão coletiva para ações colaborativas”, em que Elisabete Marin Ribas (Universidade de São Paulo) discorre sobre a importância do patrimônio cultural a partir da tradução livre de uma carta, salvaguardada no Fundo Waldisa Russio Camargo Guarnieri (IEB, s. d.) do Arquivo do IEB, que evidencia a vasta rede de referências e relações internacionais que Waldisa estabeleceu no campo da museologia.

Em nossa seção de resenhas, o texto “O arquivo aberto do modernismo paulista”, de Leandro Pasini (Universidade Federal de São Paulo), analisa as obras *Couto de Barros: a elite nos bastidores do modernismo paulista*, de Maria Eugenia Boaventura, e *Couto de Barros: o filósofo da malta (textos modernistas)*, organizado pela mesma autora, que, segundo Pasini, resgatam e recolocam o papel de Antônio Carlos Couto de Barros, tanto em relação à Semana de Arte Moderna de 1922, quanto, em termos gerais, em relação ao movimento modernista. Maria Eugenia, incansável pesquisadora sobre esse período histórico no Brasil, desmonta falsos mitos ou opiniões, oferecendo farta documentação primária para atestar as suas premissas. Mais uma vez se prova que nem tudo foi dito ou pesquisado integralmente sobre o assunto, e que uma pesquisa bem fundamentada pode lançar novas luzes sobre a história de nosso modernismo.

O livro *O pacto da branquitude*, de Cida Bento, em “A branquitude em discussão: formas de exclusão e de manutenção de privilégios”, é analisado por Edinelce Bertin (Universidade de São Paulo). O principal foco do livro, segundo Bertin, é apresentar a tese de que há um “pacto da branquitude”, que “possui um componente narcísico que tem permitido às pessoas brancas manter seus privilégios através do silêncio sobre a racialização de si mesmas”.

“Esculpir o ideal do ‘novo homem’ e da ‘nova mulher’ no Estado Novo”, de Nerian Teixeira de Macedo de Lima (Universidade Estadual de Campinas), resenha o livro *Esculpindo para o ministério: arte e política no Estado Novo*, de Marina Cerchiaro. Este centra o seu objeto no conjunto escultórico encomendado para o complexo arquitetônico do Ministério de Educação e Saúde do Rio de Janeiro (MES), durante o Estado Novo, e as representações do homem e da mulher brasileiros tipificados de acordo com os interesses políticos do regime estado-novista. Segundo Nerian, a pesquisa de Cerchiaro coteja padrões estilísticos de três escultores brasileiros, destacando-se pela documentação primária levantada em 20 instituições nacionais e estrangeiras.

Por fim, é necessário registrar que todo este número vem ilustrado com xilogravuras de Isa Aderne (1923–2019), que pertencem à Coleção de Artes Visuais do Instituto (IEB, s. d.). Aderne desenvolveu uma obra focada em temas populares, na religiosidade do povo, assim como em temas sociais, misturando referências formais da xilogravura de cordel e do expressionismo alemão do início do século XX. A partir

de 1947 matriculou-se na Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro, onde estudou gravura com Adir Botelho. Encantou-se pela gravura de Oswaldo Goeldi (1895–1961), mas, quando foi procurá-lo para possivelmente orientá-la, teve a notícia de que ele havia acabado de falecer. Tal fato, no entanto, não a impediu de construir uma obra em diálogo constante com a do mestre por ela escolhido. Tão longe, mas tão perto!

Dulcília Helena Schroeder Buitoni¹, Luiz Armando Bagolin², Stelio Marras³
Editores

REFERÊNCIAS

- IEB – Instituto de Estudos Brasileiros. Catálogo Eletrônico. Arquivo. Fundo Waldisa Russio Camargo Guarnieri. Correspondência assinada por Antônio Paolucci e Maria Fossi Todorow, da Galleria degli Uffizi, sobre a política de conservação do Patrimônio Artístico das instituições italiana. Firenze, s. d. Código de referência WR-RS-APO-001. Disponível em: http://200.144.255.59/catalogo_eletronico/consultaDocumentos.asp. Acesso em: ago. 2023.
- IEB – Instituto de Estudos Brasileiros. Catálogo Eletrônico. Coleção de Artes Visuais. Coleção Isa Aderne. Doada pela titular em 2001. Disponível em: http://200.144.255.59/catalogo_eletronico/consultaObra-CAV.asp?Acervo_Codigo=14&Acervo_Nome=ISA%20ADERNE. Acesso em: ago. 2023.
- SARLO, Beatriz. *A cidade vista: mercadorias e cultura urbana*. Tradução Monica Stahel. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

SOBRE OS AUTORES

DULCÍLIA HELENA SCHROEDER BUITONI é professora sênior do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP).
dbuitoni@usp.br
<https://orcid.org/0000-0003-2695-5529>

LUIZ ARMANDO BAGOLIN é docente do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP).
lbagolin@usp.br
<https://orcid.org/0000-0001-6513-2846>

1 Universidade de São Paulo (USP, São Paulo, SP, Brasil).
2 Universidade de São Paulo (USP, São Paulo, SP, Brasil).
3 Universidade de São Paulo (USP, São Paulo, SP, Brasil).

STELIO MARRAS é docente do Instituto de Estudos
Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP).
smarras@usp.br
<https://orcid.org/0000-0002-4283-1107>

Recebido em 14 de agosto

Aprovado em 16 de agosto de 2023

BUITONI, Dulcilia Helena Schroeder; BAGOLIN, Luiz Armando; MARRAS, Stelio. Editorial – Tão perto, tão longe, de diferenças somos feitos. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 85, p. 13-17, ago. 2023.



DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v1i85p13-17>



I/18. xilo

Isa Aderne

Negacionismo e educação: implicações e desafios à formação de professores na pós-graduação *stricto sensu*

[*Denialism and education: implications and challenges for teacher training in stricto sensu graduate programs*]

Amanda Raquel Rodrigues Pessoa¹

Isabel Maria Sabino de Farias²

RESUMO • Neste texto se discute o lugar da pós-graduação *stricto sensu* frente aos rebatimentos do discurso negacionista na educação e na formação de professores para o fortalecimento da defesa de um projeto educacional socialmente referenciado, de caráter emancipatório. Optamos por um ensaio teórico com suporte em evidências da leitura (BELL, 2008). A pós-graduação *stricto sensu* em educação, como espaço de produção de conhecimento, tem o desafio de produzir algo acessível e disseminado em espaços educacionais e em todas as esferas da vida social. • **PALAVRAS-CHAVE** • Negacionismo; educação; pós-graduação; formação de professores. • **ABSTRACT** •

This text discusses the place of stricto sensu graduate studies, in view of the repercussions of the denialist discourse in education and teacher training, in order to strengthen the defense of a socially referenced educational project, with an emancipatory character. We opted for a theoretical essay based on “reading evidence” (BELL, 2008). The stricto sensu postgraduate course in education, as a space for the production of knowledge, has the challenge of producing something accessible and disseminated in educational spaces and in all spheres of social life. • **KEYWORDS** • Negationism; education; postgraduate studies; teacher training.

Recebido em 12 de maio de 2023

Aprovado em 10 de junho de 2023

PESSOA, Amanda Raquel Rodrigues; FARIAS, Isabel Maria Sabino de. Negacionismo e educação: implicações e desafios à formação de professores na pós-graduação *stricto sensu*. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 85, p. 19-36, ago. 2023.



DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.vii85p19-36>

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE, Juazeiro do Norte, CE, Brasil).

² Universidade Estadual do Ceará (UECE, Fortaleza, CE, Brasil).

As primeiras décadas do século XXI vivenciam intenso movimento de globalização neoliberal do capitalismo no qual “o Estado assume uma versão minimizada ante o poder de regular a ação do mercado nos variados setores da vida social, submetendo-se às suas regras e defendendo seus interesses” (FARIAS et al., 2022) e, desse modo, ampliando e sedimentando as causas produtoras das desigualdades sociais.

No Brasil, a dificuldade de romper esse modelo social, marcado por um capitalismo hipertardio e dependente, configurado em um Estado burguês oligárquico-senhorial (ALVES, 2016; FRIGOTTO; FERREIRA, 2019), que, na atualidade, se concretiza por meio do avanço do ultraconservadorismo econômico e social, face assumida pela extrema direita no poder, acirrou-se desde o golpe jurídico-midiático-parlamentar de 2016, com seus ideais negacionistas e necropolíticos, agravando-se nos três últimos anos com a pandemia da covid-19.

Movimentos reacionários passam a integrar a narrativa popular tendo uma grande disseminação nos meios de comunicação. A liberdade de expressão, o pensamento crítico, o conhecimento científico, os pesquisadores e professores enfrentam ataques constantes. Uma onda de negação ao conhecimento e de desrespeito ao diferente intensifica-se e passa a compor acentuada expressão no cenário de atuação profissional do professor. Além de problemas que refletem disputas intelectuais e políticas históricas no campo das ciências sociais e humanas, relacionados a questões estruturais, materiais e sociais (a exemplo do seu subfinanciamento no sistema universitário público, da falta de prestígio social e das dificuldades de admissão do seu *status* científico), no que concerne à docência, os professores, sobretudo nos últimos sete anos, precisam defender a sua liberdade de expressão, a sua condição de mediador e produtor de novos conhecimentos.

O conhecimento acadêmico é duramente atacado, negado e antagonizado sem qualquer base científica. Virou “moda” ser contra a ciência, da mesma forma que somos contra um time de futebol. Apenas por uma questão de “gosto”. Discordar simplesmente pela conveniência de outro “discurso”, por fortalecer os interesses de determinada classe. A pandemia da covid-19, fenômeno mundial e que no Brasil chega numa conjuntura política marcada por fortes embates e retrocessos, é um exemplo do “discordar porque convém” e, em boa medida, também explicita o acirramento das disputas ideológicas, econômicas e políticas históricas já aludidas, servindo de esteio

para negar o conhecimento científico, banalizar a vida ao colocá-la em risco e matar uma parcela significativa da população. Vivenciamos, como anotam Bartelmebs, Venturi e Sousa (2021, p. 65), “movimentos pseudocientíficos, anticientíficos e negacionistas da ciência” e que “defendem premissas individualistas, crenças pessoais e opinativas, que distorcem fatos e evidências, e que tomaram força com a popularização tecnológica e das mídias sociais”.

É nesse cenário tenebroso que a educação brasileira vive “tempos sombrios” e que se instalam entre seus profissionais diferentes formas de resistência e insurgências, a exemplo da luta política encetada por entidades científicas de várias áreas de conhecimento, a exemplo da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped) e da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfope), ambas atuantes na defesa da educação e da formação de seus profissionais há mais de quatro décadas.

Consideramos que a pós-graduação *stricto sensu* em educação se configura em um dos espaços de luta para pensar nos enfrentamentos ao negacionismo, perspectiva compartilhada por Bartelmebs, Venturi e Sousa (2021), que reconhecem esse âmbito da educação nacional como capaz de contribuir para o enfrentamento e a transformação dessas visões negacionistas e anticientíficas. Por conseguinte, nos colocamos ante o propósito de subverter contra a sombra mediante a procura de fontes de luz que contribuam para alargar o debate e projetar horizontes para a formação de professores na contramão dessa onda na cena social, em particular, na educação. Nessa direção, o objetivo da presente análise é discutir o lugar da pós-graduação *stricto sensu* frente os rebatimentos do discurso negacionista na educação e na formação de professores para o fortalecimento da defesa de um projeto educacional socialmente referenciado, de caráter emancipatório.

Com esteio nessa intencionalidade, optamos por um ensaio teórico, com suporte em “evidências da leitura” (BELL, 2008, p. 97), necessária em qualquer pesquisa, tal como argumentam Alves-Mazzoti e Gewandsznajder (2000) e Creswell (2007) para realçar a importância da revisão da literatura na investigação científica.

Nos tópicos que seguem procuramos situar os programas de pós-graduação em educação como lugar de produção de conhecimento, enfrentamento e de contraposição às políticas educacionais vigentes que põem em risco o desenvolvimento científico e a formação de professores.

PESQUISA E FORMAÇÃO DOCENTE FRENTE AO NEGACIONISMO – A PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM EDUCAÇÃO COMO LUGAR DE RESISTÊNCIA E ENFRENTAMENTOS

O desenvolvimento da pesquisa no Brasil viveu momentos históricos de alta instabilidade e insegurança frente às retaliações frequentes orquestradas pelo governo anterior, de Jair Bolsonaro. Como abordado na seção anterior, a educação e a ciência têm travado uma batalha ferrenha nos últimos anos em busca de manter o quadro de conquista e de reconhecimento social de outrora.

Nesse período, sobretudo, passamos de uma política de fomento da pesquisa,

com valorização da autonomia acadêmica e profissional na definição de suas ações, para um quadro desastroso de ofensas, restrições orçamentárias e condutas administrativas que desconsideram, nas mudanças legais, normativas e curriculares, a comunidade científica e a sociedade. Essa política neoliberal e reacionária atinge o cenário educacional fortemente, colocando a educação a serviço de uma lógica mercadológica que se movimenta por uma racionalidade técnica instrumental, que nega e tenta afastar as formas de produção de conhecimento pautadas em perspectivas críticas, dando a ilusão de neutralidade no contexto científico. Soma-se a isso o fenômeno do negacionismo, que ataca a ciência e sua autonomia para se constituir no campo político, social e cultural.

O fato é que as instituições de nível superior, em especial as universidades, vivem uma crise financeira, institucional e de reconhecimento social, marcada por inúmeras tentativas de reduzir sua autonomia e o seu lugar privilegiado de produtoras de conhecimento qualificado para o desenvolvimento brasileiro.

Desde 2003, o projeto de expansão das universidades foi iniciado na rede federal de educação superior. Segundo dados da Secretaria de Educação Superior (Sesu), tivemos um aumento de 31% das universidades federais entre 2003 e 2010, ao lado de 85% no crescimento do número de *campi* pelo país – de 148 para 274 –, o que possibilitou a ampliação de vagas e a criação de novos cursos. Ademais, no período de 2003 a 2014, duas das regiões mais carentes de ensino superior – Norte e Nordeste – apresentaram expansão significativa da oferta. O percentual de crescimento das matrículas na Região Nordeste foi de 94% e no Norte, de 76%. Conforme aponta a Sesu, tais resultados são consequências dos investimentos da política de interiorização da universidade pública (BRASIL, 2015).

A expansão das universidades e da educação superior por todo o país, ao mesmo tempo que foi uma conquista, também ampliou o controle e a participação social na sua organização. Como assinala Schwartzman (1989), na medida em que mais pessoas buscam as universidades, mais caras e dependentes de apoio elas se tornam, sendo pressionadas pelos diferentes setores por melhores produtos e serviços que atendam a determinados interesses, que frequentemente não coincidem com os da ciência. Assim, o controle sobre as instituições universitárias passa a ser uma estratégia política para ampliar o poder de determinados grupos sociais sobre a sociedade.

Esse controle perpassa pela produção de conhecimento e sua divulgação. E certamente esse aspecto contribui para o surgimento de movimentos conservadores e de mercado, que atacam a autonomia das universidades e o desenvolvimento científico, sendo a linha de frente o desmonte e a desvalorização da ciência.

Cabe pontuar que a maioria das pesquisas realizadas no país se desenvolve em instituições universitárias públicas. De igual maneira, são as que concedem o maior número de títulos de doutorado (CGEE, 2020). Conforme consta no Sistema de Informações Georreferenciadas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Geocapes/Capes), em 2021, 59,1% dos programas de pós-graduação *stricto sensu* eram federais, 22,5% estaduais e 0,8% municipais, enquanto os programas de instituições particulares se limitam a 17,7% (GEOCAPES, 2021). Vejamos o Gráfico 1.

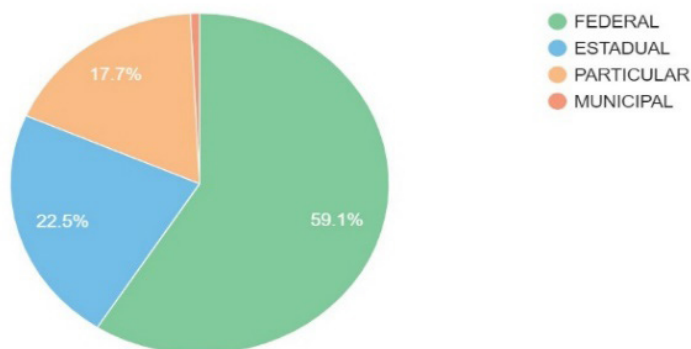


Gráfico 1 – Distribuição de programas de pós-graduação *stricto sensu* por *status* jurídico. Fonte: Geocapes (consultado em 29/9/22)

Com isso, podemos afirmar que é no contexto das instituições educacionais públicas que o conhecimento e a inovação brasileira acontecem. Logo, os programas de pós-graduação *stricto sensu*, em sua maioria, dependem de investimento e das políticas educacionais do governo federal para manter a dinâmica da produção científica.

Os antecedentes históricos do planejamento de diretrizes para a pós-graduação brasileira revelam a existência de um esforço nacional, desde a criação do primeiro Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) na década de 1970, de subsidiar a produção científica no país (CAPES, 2010), procedimento que propiciou avanços no reconhecimento da política de pós-graduação como política de Estado. Desde então, persistem, com maior ou menor ênfase, como analisa Souza (2018, p. 95), “as temáticas da expansão, da aproximação da universidade com o setor privado, do aprimoramento dos mecanismos de avaliação e da intensificação dos processos de internacionalização”.

Segundo o relatório sobre a evolução do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) (BRASIL, 2021), no decênio 2011-2020 ocorreram ganhos significativos em torno da expansão da pós-graduação do país, principalmente até o ano de 2014, e, apesar das mudanças na conjuntura política, em relação ao número de cursos, grupos de pesquisa, docentes e de doutores e mestres seguimos durante o decênio em uma curva ascendente. Conforme esse documento, “houve um aumento contínuo no número de cursos de pós-graduação recomendados pela Capes, variando de 2.738 a 3.663 para o mestrado (crescimento de 34%); 1.615 a 2.410 para o doutorado (49%) e de 338 a 826 para o mestrado profissional (144%)” (BRASIL, 2021, p. 17).

Até mesmo a distribuição regional de cursos, apesar de menos expressiva, também ocorreu, ainda que permaneça concentrada na Região Sudeste, seguida pelas regiões Sul e Nordeste. Entretanto, ainda de acordo com o relatório supracitado, no período de 2011 a 2019, as regiões Norte e Centro-Oeste apresentaram altas taxas

de crescimento em todos os níveis e modalidades de cursos, como destacado, por exemplo, no nível de doutorado, com crescimento de 82%.

No campo das ciências humanas e sociais, sociais aplicadas, linguística, letras e artes (CHSSALLA), o diagnóstico apresentado pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) aponta que:

A pesquisa científica do campo das CHSSALLA chegou ao ano de 2016 com mais de 28 mil professores doutores atuando nos Programas de Pós-Graduação das quase 30 áreas do conhecimento analisadas; e com uma formação de doutores próxima a 10 mil titulados por ano. Esses números são o resultado de mais de uma década de políticas públicas de expansão do ensino superior e da pós-graduação; e do incentivo à pesquisa acadêmica em todos os campos do conhecimento. Ademais, verifica-se uma tendência à desconcentração territorial e regional e à equidade de gênero. (CGEE, 2020, p. 41).

Em uma análise da evolução orçamentária anual destinada ao desenvolvimento científico do país, observamos que de 2002 a 2015 a curva de investimento foi crescente para o fomento da pesquisa, com queda em 2016, um leve aumento em 2017 e 2018, com forte redução em 2019 e 2020, com média orçamentária em 2021 do que tínhamos em 2014 (GEOCAPES, 2021). Vejamos a ilustração no Gráfico 2.

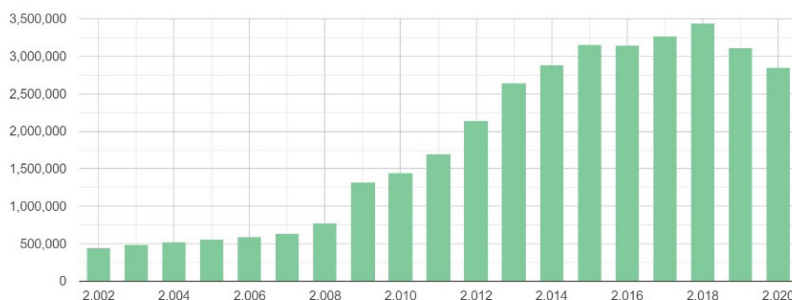


Gráfico 2 – Evolução do investimento no desenvolvimento científico do Brasil no período de 2002 a 2020. Fonte: Geocapes, 1995-2021

Como evidencia o Gráfico 2, estamos diante de uma mudança na conjuntura do desenvolvimento científico no país, com investimentos em queda. O relatório da comissão de financiamento à pesquisa e de política científica da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), apresentado em dezembro de 2019, aponta que o cenário é desastroso para a ciência e a pesquisa no Brasil. No documento são apresentadas as cartas e manifestos encaminhados às autoridades ao longo do ano de 2019 pela SBPC e por diversas entidades acadêmicas, científicas e tecnológicas do país, procurando dialogar, reivindicar e reverter o descaso e o desmonte anunciado

para a pesquisa no Brasil. Como o próprio documento alerta, “o atual investimento em CT&I representa um patamar extremamente baixo que ameaça esgarçar o SNCTI [Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação]. A pressão por eficiência deve ser proporcional ao volume de investimentos e não o contrário” (SBPC, 2019, p. 17).

A redução dos investimentos na educação promove fortes impactos na pós-graduação, a exemplo da impossibilidade da manutenção da estrutura física das universidades e da redução no número de bolsas, carreando, conseqüentemente, danos ao desenvolvimento científico e tecnológico com qualidade no país.

O fato de chegarmos ao final de 2022 sem um Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) para o decênio 2021-2030 é outra evidência dos impactos da política reacionária adotada pelo governo federal no período de 2019 a 2022. Embora tenha sido nomeada comissão específica para esse fim (Portaria GAB/Capes n. 113, instituída em 24 de junho de 2022), sua inoperância, ao lado da ausência de amplo debate junto aos profissionais da educação da comunidade científica e à sociedade sobre o tema, corrobora o descaso do tratamento dispensado a essa pauta pelo Executivo.

Essa conjuntura de desinvestimento na ciência manteve-se como política no governo federal instituído desde 2019, conforme se verifica, inclusive, no seu Plano Plurianual (PPA 2020-2023) – que nos serve como referência para analisar o lugar da pós-graduação e da ciência em tempos de negacionismo –, o qual não menciona em suas diretrizes o campo da pesquisa como prioridade para os investimentos no país. Sobre isso, Oliveira e Souza (2021, p. 135) ressaltam que esse plano recebeu muitas críticas pelas suas inconsistências. Ele abandona a agenda do desenvolvimento sustentável, desconsiderando acordos e tratados firmados no âmbito internacional, denotando o descaso do governo atual com o desenvolvimento científico do país, em especial no que se refere às áreas de ciências humanas e sociais.

A Portaria MCTIC nº 1.122, de 19 de março de 2020, também demarca esse cenário de descaso na condução das políticas de desenvolvimento científico no país. Nesse documento definem-se as prioridades, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), no que se refere a projetos de pesquisa, de desenvolvimento de tecnologias e inovações, para o período 2020 a 2023. Conforme consta no documento, seu objetivo é “melhorar a alocação de recursos orçamentários e financeiros, humanos, de logística e de infraestrutura” (BRASIL, 19/3/2020), e não ampliar os recursos existentes.

Além disso, essa portaria excluiu a área de ciências humanas do campo das prioridades em pesquisa. Apenas após a mobilização das entidades e pesquisadores, outra portaria foi estabelecida, a de nº 1.329, de 27 de março de 2020, alterando e acrescentando as ciências humanas no artigo 2º, parágrafo único, que dispõe: “São também considerados prioritários, diante de sua característica essencial e transversal, os projetos de pesquisa básica, humanidades e ciências sociais que contribuam para o desenvolvimento das áreas definidas nos incisos I a V do caput” (BRASIL, 19/3/2020).

No campo das ciências, as humanas sofrem constantes ataques pelo governo federal constituído desde 2019, demonstrando desprezo em relação à relevância de suas produções acadêmico-científicas, dos seus pesquisadores e suas instituições.

Nesse contexto, cabe enfatizar o que o relatório da SBPC registra sobre a necessidade de valorização das ciências humanas e sociais:

[...] parte dos ganhos de produtividade e certos ganhos sociais obtidos pelo investimento em C&T advém do fomento às ciências humanas e sociais, possibilitando que estas forneçam subsídios à elaboração e aperfeiçoamento de políticas públicas tais como as políticas afirmativas, educacionais, culturais, de segurança pública, de saúde, entre outras. (SBPC, 2019, p. 16-17).

Além disso, podemos acrescentar que as ciências humanas possibilitam analisar a complexidade das questões políticas e culturais e ampliam as abordagens em pesquisa, para além dos modelos pautados em evidências, ampliando assim o debate sobre o modo de fazer ciência. Parece-nos incontestável a tentativa do governo federal constituído em 2019 de negar a natureza humana que perpassa sobre o processo de produção de conhecimento. Resta indubitável que o que incomoda é o aprofundamento crítico na análise das relações econômicas, culturais e sociais, é ser contra-hegemônico, lutar pelas minorias e seus direitos, evidenciar outras epistemologias para além da eurocêntrica, perspectiva também corroborada por Bartelmebs, Venturi e Sousa (2021).

Um governo composto pela extrema direita, como é o caso daquele constituído desde 2019 no Brasil, não poderia deixar de atacar esse movimento acadêmico. Por isso, de forma ressentida, esse governo teme a subversão, antítese dos ideais reacionários, e com isso, estrategicamente, ataca os cursos de humanidades e tenta mobilizar segmentos sociais alinhados a essa perspectiva para anular/negar/silenciar esses focos de resistência e crítica.

Dentre as áreas das ciências humanas, nesta análise focalizamos a educação, especificamente, o cenário da pós-graduação *stricto sensu* nesse campo, enquanto *lôcus* de pesquisa e de formação de professores. Este recorte, importa esclarecer, não desconsidera que outras áreas do conhecimento, conforme a classificação adotada pela Capes no âmbito do Sistema Nacional de Pós-Graduação, também venham se configurando nessa direção, a exemplo da área de ensino, que foi desmembrada em 2011 da área de educação e inserida na Grande Área Multidisciplinar, incorporando todos os programas de pós-graduação da área de ensino de ciências e matemática (Portaria Capes n. 83/2011). Dias, Therrien e Farias (2017), em análise intitulada “As áreas da educação e de ensino na Capes: identidade, tensões e diálogos”, problematizam aspectos epistemológicos e pedagógicos fundantes das áreas de educação e de ensino, ponderando sobre as disputas em torno do *status* científico das ciências humanas, o qual envolve desde questões relacionadas ao prestígio social (melhor dizendo, a ausência) até o financiamento destinado ao campo, destacando-os entre os fatores que se encontram na base da emergência da área de ensino na Grande Área Multidisciplinar e da expansão de programas pós-graduação *stricto sensu* em ciências e matemática.

Para além desse debate, a formação docente crítica e emancipatória é um dos grandes desafios da atualidade, e a pós-graduação *stricto sensu*, enquanto *lôcus* de pesquisa e de desenvolvimento profissional docente, consegue aliar o que

acreditamos ser necessário para o combate ao negacionismo e às políticas regressivas em educação. Nos últimos seis anos, contudo, vivenciamos um cenário político no Brasil de projeto de sociedade e educação, que até então, ao menos na academia e nas políticas públicas da área, imaginávamos ultrapassado. Com a ascensão de lideranças reacionárias ao poder, a agenda de reformas faz uma agressiva “virada à direita”, impondo o retorno de sujeitos e ideias superadas (CARDOSO; MENDONÇA; FARIAS, 2021). Representantes de diferentes grupos conservadores, a exemplo do empresariado, grupos religiosos e de partidos políticos de direita, se unem em prol de um projeto de sociedade contrário ao que vinha sendo consolidado enquanto política de Estado no Brasil. “Escola sem partido”, “escola domiciliar”, “ensino militar” e o “Future-se” são alguns dos discursos convergentes que dão materialidade aos retrocessos que se instalam nesse período histórico.

No campo da formação de professores, essa onda reacionária sabe que o professor é um profissional capaz de contribuir com a formação crítica de seus alunos e, estrategicamente, assume reformas que tendem a transformar a atuação docente em ações prescritivas e pragmáticas que empobrecem a formação dos estudantes ao retirar do seu horizonte a capacidade de reflexividade.

Não é por acaso que atacam as ideias do educador Paulo Freire, a intenção é justamente manter uma estratégia que alimente o debate conservador. Como assinalam Lima, Costa Neto e Silva (2021) ao analisarem os ataques ao educador, o intuito é criar um inimigo comum pra ser alvo político-ideológico. Por ser uma referência nas teorias educacionais contemporâneas, Paulo Freire foi eleito culpado pelo que os conservadores consideram como “fracasso” no ensino nacional. Com isso, atacam o seu legado, a sua prática pedagógica e tudo aquilo que ele deixou marcado na história. Mas, para que haja o efeito esperado, os conservadores aguardam as reações ao ataque para que possam validar seus argumentos, senão a guerra em si não existiria e seus ataques seriam considerados infundados.

Tornaram-se, também, recorrentes retóricas que desacreditam o serviço público educativo nacional, em particular, os realizados por professores e professoras, culpabilizando e desacreditando a formação docente desenvolvida pelas universidades. Com efeito, o ataque à ciência e o seu negacionismo buscam disseminar que a universidade não cumpre o seu papel de ensinar, ela não forma bons profissionais, não sabe formar bons professores.

Essas argumentações encontram-se registradas nas linhas e entrelinhas de textos curriculares que são referências nacionais, a exemplo do Parecer CNE/CP nº 22/2019, que antecedeu e deu sustentação a elaboração e aprovação da Resolução CNE/CP nº 2/2019 (BNC-F), bem como da Resolução CNE/CP nº 1/2020 (BNC-FC).

Rodrigues, Pereira e Mohr (2020), em análise sobre a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-F), apresentam razões bem fundamentadas para temermos e contestarmos o documento. Dentre estas, destacam a lógica da culpabilização docente, sendo os professores os grandes responsáveis pelo fracasso e/ou futuro sucesso na educação. Denunciam o silenciamento no documento das produções acadêmicas/científicas nacionais sobre a formação de professores, apontando uma suposta penúria bibliográfica nacional e alertam para o perigo de um sistema de avaliação das políticas educacionais voltadas para o monitoramento

e eficácia de avaliações em larga escala, sendo a valorização docente atrelada unicamente ao desempenho em provas. Além disso, as autoras criticam o formato homogeneizante do documento que fere a valorização da liberdade e do pluralismo estabelecidos como princípios constitucionais. Uma análise que também reitera e amplia as ponderações de Farias (2019).

Em outro estudo, no qual retomam e ampliam a discussão dos documentos BNC-Formação e BNC-Formação Continuada, Rodrigues, Pereira e Mohr (2021) chamam a atenção para o alinhamento entre as propostas de ensino/aprendizagem e de avaliação da educação básica e aquelas preconizadas para a formação de professores, evidenciando nas competências gerais dos documentos semelhanças na quantidade e natureza, sendo todas voltadas para o desenvolvimento de habilidades práticas, eficientes e produtivas, buscando apagar os projetos de formação que até então vinham sendo desenvolvidos, fomentando-se, portanto, a descaracterização da docência mediante o controle e a padronização dos processos educativos. As autoras asseveram que esses documentos desconsideram a complexidade do trabalho docente e simplificam em demasia a atuação do professor, descaracterizando e agredindo a profissão. Igualmente desconsideram as condições mínimas para a realização do ensino e para a qualidade do processo formativo dos futuros profissionais.

Esses normativos chancelam a retomada das competências como fundamentação teórica e curricular, projetando uma concepção de “formação formatada” (ANPED, 2019), com diretrizes com conotação prescritiva, que reforçam determinados comportamentos desejáveis e adotam a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) da educação básica como meio e fim da formação de professores. Prescritiva porque recupera uma concepção etapista da formação ao separar formação inicial e continuada, posicionando-se na contramão das formulações teóricas do campo educacional que postulam o desenvolvimento profissional como um processo contínuo; prescritiva porque esvazia a dimensão teórica da formação em detrimento da prática imediata, perspectiva manifesta também no não aprofundamento de seus pressupostos e de conceitos abordados no documento, estratégia que tacitamente nega o princípio da docência como a base da formação.

Ademais, nesses normativos, prevalece a lógica privada de formulação de políticas, que busca o controle do trabalho docente pela via curricular. Com isso, são recorrentes os ataques aos serviços públicos em educação como uma tentativa de disseminar a ideia de que o setor privado daria maior qualidade a esse segmento. Argumento espúrio a considerar que a oferta de formação docente no país ocorre, predominantemente, na esfera privada e na modalidade a distância. Sobre o assunto, Leher (2021), ao examinar as matrículas dos estudantes de nível superior, lembra que apenas 12% se dão em instituições públicas, isso conforme estudo do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), indicando uma configuração muito distante das metas previstas de 40% das novas matrículas estabelecidas no Plano Nacional de Educação, definido em lei (BRASIL, 2014). Esse cenário é agravado pela tendência nacional de crescimento da formação a distância, sendo mais de 70% dos estudantes dessa modalidade submetidos a contratos com corporações que têm os fundos de investimento no controle das instituições de ensino.

Ante esse quadro, sobretudo com relação às limitações desses normativos, não

faltaram, no período, entidades contrárias a sua efetivação, a exemplo da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfope) e do Fórum Nacional de Diretores de Faculdades/Centros/Departamentos de Educação e Equivalentes das Universidades Públicas Brasileiras (ForumDir), que propõem amplo debate sobre as proposições de uma base para a formação inicial de professores (BNC-F), visto que

[...] expressam a intenção de desmonte dos cursos de formação de professores em nível superior e o aprofundamento do processo de desprofissionalização da carreira docente, ao assumir uma visão “praticista” da docência, que tende a padronização curricular e fere a autonomia das universidades, desconsiderando os projetos curriculares dos cursos, os alinhando à Base Nacional Comum Curricular, cujo processo de elaboração, discussão e aprovação também foi marcado pelo autoritarismo e simulação de diálogo. (ANFOPE; FORUMDIR, 2018).

Na ocasião, a Anped (2018) também destacou o caráter unilateral da proposta, que, no apagar das luzes, lança um documento sem qualquer consulta à comunidade escolar, aos pesquisadores, às escolas e às universidades. Alertou para o necessário reconhecimento dos problemas da educação brasileira e suas consequências tendo em vista, de fato, a implantação de políticas comprometidas com a qualificação educacional. E para isso a Anped conclamou a abertura do debate, sobre, até então, a proposta de Base Nacional para Formação de Professores, o que não aconteceu, apesar desse movimento político-científico na busca do diálogo.

Esses enfrentamentos nos auxiliam a analisar as diferentes perspectivas de formação docente que estão em disputas. De um lado, aquelas que retomam a racionalidade técnica, a separação teoria e prática na ação docente, em que se busca responder imediatamente aos problemas de uma prática compreendida como individual. E de outro, em contraposição, aqueles que defendem uma formação crítica que busca avançar em uma prática pedagógica que é social, coletiva e que tem como fundamento a transformação social e a emancipação política como meio para conquistar a emancipação humana. Nessa direção, o que se defende é uma sólida formação docente, pautada em conhecimento científico, filosófico, estético, ético e político em articulação orgânica com a teoria e a prática. E isso requer pensarmos o conhecimento científico não como um fim em si, mas como um instrumento de superação, de contrarreforma no processo de produção de conhecimento, contrapondo-se a qualquer forma de discurso que não contribua para enxergar a realidade.

Políticas de Estado, por conseguinte, são fundamentais para direcionar as ações dos gestores e sustentar as lutas em defesa de uma educação pública e transformadora. O Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), normativo constituído como política de Estado, com todos os seus problemas e limites, é um instrumento que auxilia nesse embate. Nesse sentido, as metas 15, 16 e 17 servem como eixo discursivo para, neste momento de retomada da democracia após o resultado das eleições de 30 de outubro de 2022, repensar políticas que contribuam para sua efetivação. Essas metas projetam o desafio de garantir que todos os profissionais da educação básica possuam formação específica em nível superior na área em que atuam; garantir que ao menos 50% desses docentes tenham formação em nível de pós-graduação; e

garantir a equiparação dos rendimentos dos diferentes profissionais da educação contribuindo para uma valorização da carreira.

Um desafio que permanece, sobretudo no que concerne à pós-graduação, a considerar dados divulgados pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE, 2020, p. 52) com base no Monitoramento do PNE, os quais indicam que “apenas 2,4% dos professores da Educação Básica que tinham ensino superior em 2016 também tinham formação de mestrado. Entre os professores com ensino superior apenas 0,4% tinham doutorado” (CGEE, 2020, p. 33). Esses dados nos desafiam a pensar em estratégias que possibilitem uma maior integração de mestres e doutores na rede básica de ensino, sendo um aspecto que pode contribuir para o combate ao negacionismo. Além disso, é uma via de combate à formação aligeirada, sem compromisso com as especificidades dos conhecimentos que recaem sobre as áreas, o que possibilita pensar a formação docente dentro de um contínuo, preservando os fundamentos teóricos e epistêmicos, já que estes são necessários para acentuar uma formação política entre os professores, para articular o debate e a mobilização em prol da sua valorização profissional.

Acreditamos que os cursos de pós-graduação *stricto sensu* em educação podem contribuir para esse cenário. Como assinala Saviani (2017), a pesquisa é o fundamento central das ações desenvolvidas nos mestrados e doutorados do país, que buscam, para além da assimilação, produzir conhecimento e avançar no desenvolvimento científico das diferentes áreas.

Por conseguinte, o combate ao negacionismo precisa ser assumido pelos programas de pós-graduação *stricto sensu* por aliarem na sua formação o ensino e a pesquisa. Em especial, aqueles que se voltam para o campo da educação e da formação docente precisam ser estrategicamente pensados para qualificar profissionais para ações na educação básica. Por muito tempo a pós-graduação *stricto sensu* assumiu o posto de formar professores para a educação superior, no entanto, os professores da educação básica lidam fortemente com conhecimentos negacionistas e anticientíficos e precisam urgentemente de formação para a pesquisa, de maneira a atuarem colaborativamente para a valorização da ciência nas escolas.

Esse é um desafio que precisa ser assumido, até porque, não é de hoje, Lüdke e Cruz (2005) apontam, em pesquisa realizada com professores formadores, que não há valorização, nos cursos de formação para o magistério, para a pesquisa. Os professores dos cursos de formação, de modo geral, não consideraram o componente pesquisa como necessário para a formação do futuro professor que vai atuar na educação básica. Saviani (2017), em análise sobre a produtividade na pós-graduação, considera que a pós-graduação e a graduação caminharam em direções opostas, um divórcio que resultou na dissociação do ensino e da pesquisa. Com esse cenário, cabe questionar como os professores da educação básica podem combater a negação na ciência se, em sua formação, a pesquisa é um elemento secundário.

Torna-se fundante estreitar relações entre os que atuam na graduação e na pós-graduação, de tal forma que os acadêmicos e futuros docentes valorizem a pesquisa e aprendam a assumi-la como caminho de mediação no ensino. Corroboramos o argumento de Lüdke (2011, p. 36) de que “é esse professor que precisa ser formado, estimulado e assistido em sua condição de pesquisador, pois ele é quem

está próximo e sensível aos problemas que exigem atenção imediata por parte do trabalho de pesquisa”.

Acreditamos que a expansão da atividade de pesquisa em educação para o cenário da educação básica, em particular, para os sujeitos que estão próximos dos problemas e desafios sociais – os professores –, pode contribuir para o estreitamento da relação entre ciência e sociedade. Ludke (2011), a partir dos estudos de Jean-Louis Martinand, propõe pensar um encontro entre universidade e escola dentro de uma perspectiva de “circularidade do saber”, no qual o trabalho de pesquisa acontece em ambos os polos, sem que haja superposição ou hierarquização entre os envolvidos, superando assim as limitações de pensar os professores da escola básica como aplicadores do que se produz na universidade.

Como assinala Farias (2018), após duas décadas do século XXI, vive-se um momento de ruptura com o modelo individual de pesquisa, em que produzir conhecimento passa a exigir uma articulação com os contextos de aplicação e as demandas da sociedade. Com efeito, as pesquisas em educação possuem uma responsabilidade social de trabalhar de forma colaborativa e negociada com as demandas sociais. Nessa mesma direção, Gohn (2005) defende que as pesquisas científicas desenvolvidas na universidade retornem às escolas, como instrumentos educativos, contemplem uma interpretação daquele contexto, façam diagnósticos dos problemas e possibilitem vislumbrar mudanças, em uma constante análise da trama de relações estabelecidas, procurando a melhoria da escola e das relações que lá se desenvolvem. A pesquisa é, assim, tomada “como princípio científico e educativo, parte integrante de um processo emancipatório” (GOHN, 2005, p. 271).

Essa rede de colaboração com a sociedade é uma estratégia para o combate ao conhecimento de senso comum, negacionista, anticientífico e pseudocientífico, em que os diferentes grupos de pesquisa associados a programas de pós-graduação podem auxiliar. Estratégia que possibilita romper com o isolamento/afastamento da ciência do cotidiano social e realizar pesquisa em estreita articulação com a sociedade e suas demandas.

Vislumbrando o alcance dessa proposição, salientamos que esse encontro da pesquisa como instrumento de trabalho docente na escola necessita, para seu desenvolvimento, de condições estruturais e valorização no plano de carreira dos professores, disponibilizando, assim, tempo e espaços para o estímulo e a manutenção de um clima de informação, indagação e troca, e para o refinamento das relações nas universidades (LÜDKE et al., 2001). Isso requer pensar nas condições de trabalho dos professores e nas políticas que regem a formação e atuação profissional docente, uma vez que não faltam, no campo da formação de professores, problemáticas ligadas à precarização de seu trabalho, com destaque para o rebaixamento das exigências de habilitação para atuação profissional, principalmente na educação infantil e ensino fundamental.

Embora o Plano Nacional de Educação estabeleça como meta, até 2024, que todos os profissionais de educação tenham nível superior, esse horizonte foi fragilizado pela Lei n. 11.738/2008 (BRASIL, 2008) ao abrir brechas para os municípios reverem os seus planos de carreira e contratarem profissionais com apenas nível médio e, com isso, reduzirem os vencimentos dos seus profissionais. Tal possibilidade preocupa, uma vez que o plano de carreira é um atrativo para que os profissionais se mantenham

na profissão, com entusiasmo e envolvimento, sobretudo, em uma projeção temporal de dedicação ao ensino e à pesquisa.

As perspectivas pragmáticas de formação de professores também não favorecem atuações profissionais aliadas à pesquisa e voltadas ao combate do conhecimento anticientífico. Apesar desse aspecto não ser uma discussão recente, com amplo debate que se contrapõe à lógica das competências e habilidades, o que temos enquanto diretrizes para formação docente reforça esse entendimento e afasta o professor da educação básica de uma sólida formação que o encaminhe para um pensamento crítico, investigativo e inovador.

Outro elemento problemático na atuação dos professores da educação básica relaciona-se ao formato de contratação, sendo comum a defesa de regimes sem vínculo estatutário, sem concurso público. Esse formato não contribui para o envolvimento dos professores em projetos que demandem exclusividade na dedicação do trabalho, pois estes precisam manter as condições mínimas de sobrevivência e sabem que em pouco tempo poderão perder sua vinculação.

Como podemos perceber, há um conjunto de ações que precarizam o trabalho docente, retirando as condições mínimas de pensar em uma articulação promissora entre a pesquisa e o ensino na universidade e na escola, sendo necessária a retomada do debate para a reformulação de políticas que fortaleçam a sua consolidação. Nessa frente, a pós-graduação tem a responsabilidade de enfrentar tais adversidades, aportando dados que orientem o desenho de políticas que favoreçam essa articulação e, principalmente, combatam o negacionismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No cenário da retomada democrática e do Estado de direito no país pós-eleições de 30 de outubro de 2022, a pós-graduação *stricto sensu* em educação apresenta-se como *locus* privilegiado para articular uma aproximação da ciência com a sociedade e a escola, bem como para propor políticas que possam ser efetivadas nessa nova fase governamental. Para isso, é fundamental que haja uma valorização desse campo de saber, que as políticas educacionais se aliem ao discurso que vem sendo defendido pelas entidades e universidades, revendo os desdobramentos curriculares em torno da formação de professores decorrentes dos atos normativos anteriores que deram materialidade à política negacionista então vigente.

Os professores da educação básica são profissionais fundamentais para o combate ao negacionismo, e para isso defendemos o investimento em uma sólida formação crítica e aprofundada com uma estreita articulação dos aprofundamentos teóricos com a prática, com menos pragmatismo e mais autonomia docente, com melhores condições de trabalho e valorização profissional.

Para o combate ao negacionismo na ciência, temos que unir forças em prol de uma escola que não se restrinja à formação de habilidades e competências para o mercado de trabalho, desenvolvendo ações ligadas ao campo da pesquisa, da invenção e da inovação, ampliando assim a visão sobre o fazer científico, indo além do modelo positivista experimental utilitarista. Afinal, “quanto maior o nível de

escolarização, menor o índice de crença em notícias falsas e maior a probabilidade de os indivíduos questionarem as informações recebidas” (BARTELMÉBS; VENTURI; SOUSA, 2021, p. 67). Do mesmo modo, cabe à educação superior, em particular nos cursos de licenciatura, assumir a pesquisa em sua formação, procurando construir um profissional com autonomia, acentuando a formação política, inclusive com discussões sobre planos de carreira e mobilização sindical, de tal maneira que os docentes entendam esse envolvimento como parte da profissão.

Por fim, reconhecemos que a pós-graduação *stricto sensu* em educação, como espaço de produção de conhecimento na área, logrou reconhecimento na academia, mas isso não é suficiente, sobretudo ante um cenário em que a mentira, desde que conveniente a determinado projeto, é aceita e reconhecida. Cabe, então, fazer sentido para a sociedade ser acessível e disseminada em espaços educacionais como as escolas e em todas as esferas da vida social. Acreditamos que seja esse um caminho profícuo para o fortalecimento do debate e das ações que se contrapõem ao discurso negacionista e que discutam as problemáticas que afetam a sociedade.

SOBRE AS AUTORAS

AMANDA RAQUEL RODRIGUES PESSOA é

professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE).

amandaraquel@ifce.edu.br

<https://orcid.org/0000-0002-6625-3938>.

ISABEL MARIA SABINO DE FARIAS é professora da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e bolsista de produtividade em pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – Nível 2.

isabelinhasabino@yahoo.com.br.

<https://orcid.org/0000-0003-1799-0963>

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. A esfinge do neodesenvolvimentismo e a miséria do trabalho no Brasil (2002-2013).

In: MACÁRIO, E.; VALE, E. S. do; RODRIGUES JR., N. (Org.). *Neodesenvolvimentismo, trabalho e questão social*. V. 1. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016, p. 127-153.

ALVES-MAZZOTTI, Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. 2 ed. São Paulo: Pioneira, 2000.

ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Uma formação formatada.

- Posição da Anped sobre o “texto referência - Diretrizes curriculares nacionais e base nacional comum para a formação inicial e continuada de professores da educação básica”. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://anped.org.br/news/posicao-da-anped-sobre-texto-referencia-dcn-e-bncc-para-formacao-inicial-e-continuada-de>. Acesso em: 28 fev. 2021.
- ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação et al. Nota sobre a Base Nacional Comum para Formação de Professores. 21/12/2018. 2018. Disponível em: <http://www.anped.org.br/news/nota-sobre-base-nacional-comum-para-formacao-de-professores>. Acesso em: 10 out. 2022.
- ANFOPE; FORUMDIR – Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação; Fórum Nacional de Diretores de Faculdades/Centros/ Departamentos de Educação ou Equivalentes das Universidades Públicas Brasileiras. Manifesto em defesa da formação de professores. 14/12/2018. 2018. Disponível em: http://www.anfope.org.br/wp-content/uploads/2018/12/NOTA_FORMA%C3%87%C3%83O_PROFESSORES-Anfope-Forumdir.pdf. Acesso em: 10 out. 2022.
- BARTELMÉBS, Roberta Chiesa; VENTURI, Tiago; SOUSA, Robson Simplicio de. Pandemia, negacionismo científico, pós-verdade: contribuições da pós-graduação em educação em ciências na formação de professores. *Revista Insignare Scientia - RIS*, v. 4, n. 5, 20 ago. 2021, p. 64-85. <https://doi.org/10.36661/2595-4520.2021v4i5.12564>.
- BELL, J. Revisão teórica. In: BELL, J. *Projeto de pesquisa: guia para pesquisadores iniciantes em educação, saúde e ciências sociais*. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- BRASIL. Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008. Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11738.htm. Acesso em: 19 out. 2022.
- BRASIL. Lei nº 13.005/2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>. Acesso em: 19 out. 2022.
- BRASIL. Secretaria de Educação Superior. *A democratização e expansão da educação superior no país: 2003-2014*. Brasília, DF, 2015. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192. Acesso em: 13 out. 2022.
- BRASIL. Ministério da Educação. Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Tabelas de áreas de conhecimento/avaliação. 2016. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/tabela-de-areas-do-conhecimento-avaliacao>. Acesso em: 30 jul. 2019.
- BRASIL. Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019. Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2020 a 2023. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13971.htm. Acesso em: 10 out. 2022.
- BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Portaria nº 1.329, de 27 de março de 2020. Altera a Portaria nº 1.122, de 19 de março de 2020, que define as prioridades, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), no que se refere a projetos de pesquisa, de desenvolvimento de tecnologias e inovações, para o período 2020 a 2023. Disponível em: <https://bit.ly/3pXcYV2>. Acesso em: 10 out. 2022.
- BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Portaria nº 1.122, de 19 de março de 2020. Define as prioridades, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), no que se refere a projetos de pesquisa, de desenvolvimento de tecnologias e inovações, para o período 2020 a 2023. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-1.122-de-19-de-marco-de-2020-249437397>. Acesso em: 10 out. 2022.
- BRASIL. Resolução CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacio-

- nais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada). Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECPN12020.pdf?query=Educacao%20Ambiental. Acesso em: 10 out. 2022.
- BRASIL. Comissão especial de acompanhamento do PNPG 2011-2020. *Evolução do SNPG no decênio do PNPG 2011-2020*. Organização: Jorge Luís Nicolas Audy e Adalberto Grassi Carvalho. Brasília, agosto de 2021. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/07032022_Evolucao-do-SNPGnodeceniodoPNPG20112020_ISBNWeb.pdf. Acesso em: 10 out. 2022.
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Portaria n. 83, de 6 de junho de 2011. Disponível em: <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detallar?idAtoAdmElastic=691#anchor>. Acesso em: 10 out. 2022.
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Plano Nacional de Pós-Graduação (PNG) 2011-2020*. V. I. Brasília: Capes, 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-pnpg-volume-i-mont-pdf>. Acesso em: 10 out. 2022.
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Sistema de Informações Georreferenciadas Geocapes*. Brasília, 2020. Disponível em: <https://geocapes.capes.gov.br/geocapes>. Acesso em: 9 out. 2022.
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Portaria GAB nº 113, de 24 de junho de 2022. Institui Comissão Especial para elaborar o Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG 2021-2030. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/27062022_PORTARIA113_retificada.pdf. Acesso em: 9 out. 2022.
- CARDOSO, Nilson de Souza; MENDONÇA, Sueli Guadalupe de Lima; FARIAS, Isabel Maria Sabino de. O “ovo da serpente” na formação docente: as diretrizes paulistas como esteio da contrarreforma nacional. *Revista Práxis Educacional*, Vitória da Conquista, v. 17, n. 46, jul.-set., 2021, p. 1-26.
- CGEE – Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. *Diagnóstico das Ciências Humanas, Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes (CHSSALLA) no Brasil*. Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2020.
- CRESWELL, J. W. Revisão da Literatura. In: CRESWELL, J. W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e mistos*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- DIAS, Ana Maria Iório; THERRIEN, Jacques; FARIAS, Isabel Maria Sabino de. As áreas da educação e de ensino na Capes: identidade, tensões e diálogos. *Revista Educação e Emancipação*, São Luís, v. 10, n. 1, jan./abr., 2017, p. 34-57.
- FARIAS, Isabel Maria Sabino de. Apontamentos sobre a tessitura de redes como perspectiva contemporânea da pesquisa no campo da educação. *Plurais – revista multidisciplinar*, Salvador, v. 3, n. 1, jan.-abr. 2018, p. 12-29.
- FARIAS, Isabel Maria Sabino de. O discurso curricular da proposta para BNC da formação de professores da educação básica. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 13, n. 25, jan.-maio 2019, p. 155-168. Disponível em: <https://bit.ly/2KlTj2A>. Acesso em: 24 ago. 2020.
- FARIAS, Isabel Maria Sabino de et al. O trabalho didático do professor na atualidade: entre disputas, resistências e possibilidades. *Perspectiva – Revista do Centro de Ciências da Educação*, Florianópolis, v. 40, n. 3, jul.-set. 2022, p. 1-17.
- FRIGOTTO, Gaudêncio; FERREIRA, Sônia Maria. Cultura autoritária, ultraconservadorismo, fundamentalismo religioso e o controle ideológico da educação básica pública. *Trabalho Necessário*. Rio de Janeiro, v. 17, n. 32, jan.-abr., 2019, p. 88-113. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/28304/16435>. Acesso em: 10 mar. 2022.
- GEOCAPES – Dados estatísticos Capes. Sistema de Informações Georreferenciadas. Coordenação de

- Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. 1995-2021. Disponível em: <https://geocapes.capes.gov.br/geocapes>. Acesso em: 9 out. 2022.
- GOHN, Maria da Glória Marcondes. A pesquisa na produção do conhecimento: questões metodológicas. *EccoS – Revista Científica*, São Paulo, v. 7, n. 2, jul.-dez. 2005, p. 253-274.
- INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Painel de Monitoramento do PNE. Publicado em 10/11/2020. Atualizado em 27/1/2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/inep-data/painel-de-monitoramento-do-pne>. Acesso em: 9 out. 2022.
- LEHER, Roberto. Entrevista com Roberto Leher. Entrevistador: RODRIGUES, Rubens Luiz. As atuais condições da Educação Superior no Brasil. *Revista Libertas*, v. 21, n. 2, jul.-dez. 2021, p. 727-735.
- LIMA, Maria Jocelma Duarte de; COSTA NETO, Francisco Alves da; SILVA, Cicero Nilton Moreira da. Ataques à educação: um olhar sobre as críticas que o educador Paulo Freire vem sofrendo do atual governo Bolsonaro. *Educação em Debate*, Fortaleza, v. 43, n. 85, maio-ago. 2021.
- LUDKE, Menga. Pós-graduação e formação do professor para a pesquisa. *Revista Cocar*, Belém, v. 5, n. 9, jan.-jun. 2011, p. 32 - 44.
- LUDKE, Menga; CRUZ, G. B. Aproximando universidade e escola de educação básica pela pesquisa. *Cadernos de Pesquisa*, v. 35, n. 125, maio-ago., 2005, p. 81-109.
- LUDKE, Menga (Coord.) et al. *O professor e a pesquisa*. Campinas, SP: Papirus, 2001.
- OLIVEIRA, Dalila Andrade; SOUZA, Juliana de Fátima. A pesquisa e a pós-graduação em educação no Brasil: entre o descaso e o obscurantismo. *Revista Imagens da Educação*, v. 11, n. 2, abr.-jun., 2021, p. 118-143.
- RODRIGUES, Larissa Zancan; PEREIRA, Beatriz; MOHR, Adriana. O documento “Proposta para Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica” (BNCFP): dez razões para temer e contestar a BNCFP. *Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências*, v. 20, p. 1-39. <https://doi.org/10.28976/1984-2686rbpec2020ur39>.
- RODRIGUES, Larissa Zancan; PEREIRA, Beatriz; MOHR, Adriana. Recentes imposições à formação de professores e seus falsos pretextos: as BNC Formação Inicial e Continuada para controle e padronização da docência. *Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências*, v. 21, p. 1-39. <https://doi.org/10.28976/1984-2686rbpec2021ur271315>.
- SAVIANI, Dermeval. A pós-graduação em educação e a especificidade da pesquisa educacional. *Argumentos Pró-Educação*, Porto Alegre, v. 2, n. 4, jan.-abr. 2017, p. 3-19.
- SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2007.
- SCHWARTZMAN, Simon. Universalidade e crise das universidades. *Estudos Avançados*, v. 3, n. 5, p. 36-49, 1989.
- SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. *A política brasileira de CT&I e as manifestações da comunidade científica*. Cadernos SBPC Edição 2019. Brasília: SBPC, 2019.
- SOUZA, Juliana de Fátima. *Itinerários da internacionalização da educação superior brasileira no âmbito da América Latina e Caribe*. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Conhecimento e Inclusão Social, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

Projeto e antiprojeto para a democracia no Brasil: o antagonismo entre Gilberto Freyre e Florestan Fernandes

[Project and antiproject for democracy in Brazil: the antagonism between Gilberto Freyre and Florestan Fernandes

Gustavo Zullo¹

RESUMO • Este artigo contrapõe as obras de Gilberto Freyre e Florestan Fernandes como propostas sociais antagônicas para o Brasil. De um lado, o projeto patriarcal de Freyre, fundamentado na arbitrariedade dos herdeiros dos senhores de escravos, adulterou o significado de democracia. De outro, Florestan identificou na colonização os fundamentos da ordem antissocial e dos dilemas sociais que devem ser superados para que o povo, sobretudo o negro, emergja como protagonista de um processo revolucionário contra a ordem burguesa. • **PALAVRAS-CHAVE** • Colonização; revolução; democracia. • **ABSTRACT** • This

paper contrasts the works of Gilberto Freyre and Florestan Fernandes as antagonistic social proposals for Brazil. On the one hand, Freyre's patriarchal project, grounded on the arbitrariness of the heirs of slave masters, skewed the meaning of democracy. On the other hand, Florestan identified in colonization the foundations of the antisocial order and the social dilemmas that must be overcome so that the people, especially the black people, emerge as protagonists of a process against the bourgeois order. • **KEYWORDS** • Colonization; revolution; democracy.

Recebido em 22 de maio de 2023

Aprovado em 30 de maio de 2023

ZULLO, Gustavo. Projeto e antiprojeto para a democracia no Brasil: o antagonismo entre Gilberto Freyre e Florestan Fernandes. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 85, p. 37-54, ago. 2023.



DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.vii85p37-54>

¹ Universidade Estadual de Campinas (Unicamp, Campinas, SP, Brasil).

As formas de contestação dos poderes hegemônicos do início do século XX, em boa medida, encerradas em 1964, acreditavam na possibilidade de ruptura com o passado colonial. À época, esse movimento foi identificado como uma *revolução brasileira* e se manifestou de diferentes formas². Nas artes, por exemplo, a inquietação iniciada na Semana de Arte Moderna (BASTOS, 2006) se desdobrou na segunda fase do modernismo, sendo que muitos de seus nomes, como Jorge Amado, estavam associados ao Partido Comunista do Brasil – PCB (RIDENTI, 2010). No *front* trabalhista, o movimento sindical, que vinha se radicalizando desde a década de 1910 (PINHEIRO; HALL, 1979), conquistou direitos ao longo de todo o período (GOMES, 1994; BOITO JR., 1991). Por sua vez, os tenentes desafiaram a hierarquia militar em nome da justiça social (SODRÉ, 1978), sendo que Luiz Carlos Prestes viria a se tornar figura proeminente não só no PCB como na história do comunismo no Brasil. Além disso, o movimento negro moderno, que nascera em meados dos anos 1920 (FERNANDES, 2008a, v. II, cap. I), se adensou nas décadas posteriores (NASCIMENTO; NASCIMENTO, 2000).

Esses movimentos se constituíam em oposições ao que Sodré (1958) denominou “ideologia colonialista”, baseada no princípio da inferioridade e incapacidade do povo brasileiro e da qual eram partidários Nina Rodrigues, Oliveira Vianna, Gilberto Freyre e outros (SODRÉ, 1956)³. As maiores diferenças talvez residissem no grau de sofisticação entre esses autores, sobretudo no que se refere ao enfrentamento de grupos inconformistas e à composição oligárquica para fazê-lo através de um Estado centralizado. Ao contrário do racismo aberto e da defesa da violência crua, Gilberto Freyre ofereceu um horizonte de acomodações que poderiam reduzir fricções, das quais destacaremos as relações raciais e alguns elementos de maior importância que orbitavam no seu entorno, o que se expressa na ideia de plasticidade (FREYRE, 2006a, p. 69).

A partir da idealização do passado, onde os antagonistas coexistiriam em

2 Para dois dos mais influentes trabalhos nessa chave, ver Prado Jr. ([1966]1987) e Furtado (1962). Para as manifestações desse processo no campo da cultura e a sua interrupção em 1964, ver Haag (2013). Para uma crítica tática às concepções que animavam o debate da revolução brasileira, ver Fernandes (1981b, cap. 5).

3 Para as continuidades e modernização entre Oliveira Vianna e Gilberto Freyre, ver Zullo e Urbano (2022).

harmonia (BASTOS, 2006, p. 157), Freyre se opôs à limpeza étnica como estratégia para expiar os males do país e, em seu lugar, propôs um método para integrar os opositoristas de forma subalterna. Para tanto, sugeriu a própria transfiguração do sentido da palavra *antagonista*. Sob a sua lente, o irreconciliável passou a ser rodeado e atravessado pela confraternização étnica e cultural (CRESPO, 2003, p. 190)⁴, o que revelaria, na verdade, a sua intolerância à possibilidade de que outras formas de organização não conservadoras sucedessem o patriarcalismo (RICUPERO, 2010)⁵. Nesse sentido, o eixo da estabilização da ordem residiria na reafirmação de uma determinada cultura patriarcal, forjada nos séculos de colonização.

Para Fernandes (1981a, p. 81-83), esse artifício e todos os seus desdobramentos práticos e concretos constituem-se em tentativas de congelar a descolonização. Mirar a imobilização da mudança através de determinada interpretação cultural da história coloca um biombo sobre as estruturas socioeconômicas e políticas que impõe e articula o racismo, a segregação social, a dependência externa e outras dimensões antissociais do patriarcalismo e do capitalismo. Nas palavras de Fernandes (2008b, p. 75), a narrativa conservadora adapta todas as formas de proscrição e opressão social, econômica, cultural, racial, política e sociocultural “à categoria de estilo de vida”.

Neste artigo, o aprofundamento e desdobramento dessas posições ocorrerá em duas partes além desta introdução e das considerações finais. Na primeira parte, apresenta-se o projeto conservador de Gilberto Freyre, com destaque a sua proposta que articulava um novo pacto federativo ao controle social, muito afinada às medidas concretas autoritárias que se implementaram no Brasil desde a década de 1930. Na segunda parte, destaca-se como Florestan Fernandes, de meados dos anos 1950 em diante, desconstruiu o mito racial de Freyre e a narrativa histórica hegemônica no país a fim de fortalecer uma consciência revolucionária em busca da democracia e da soberania nacional.

GILBERTO FREYRE: UM PROJETO CONSERVADOR PARA O BRASIL

Nesta seção, apresentaremos como a interpretação de Gilberto Freyre sobre as tensões regionais e as questões social e racial coincidiram com interesses das oligarquias regionais. Isto é, como suas sugestões parecem ter influenciado a formação e a conciliação de um novo pacto oligárquico mais favorável ao Nordeste, de um lado, e as novas formas de controle social, de outro.

4 Para uma oposição à ideia de confraternização entre senhores e escravos, ver Moura (1959), que evidencia a força e a perenidade da rebeldia da população escrava e sua luta pela liberdade, mesmo com todos os limites que a realidade lhe impunha.

5 Para uma definição de conservadorismo, ver Sternhell (2006) e Burke (1985). Segundo este, “pelo emprego de métodos da natureza na conduta do Estado, aquilo que melhoramos não é nunca completamente novo, e aquilo que conservamos não é nunca completamente velho” (BURKE, 1982, p. 69). Para as particularidades desse conservadorismo em países hispânicos, ver Crespo (2003).

Na década de 1930, as oligarquias nordestinas já se encontravam bastante marginalizadas na economia e na política nacional, sendo que havia uma nítida tendência ao aprofundamento desse cenário, comandado pela oligarquia cafeeira do Sudeste, onde se concentravam a indústria moderna e as finanças da República Velha. Isso suscitou movimentos inconformistas das oligarquias nordestinas, que reivindicavam maior espaço no concerto nacional do poder, sobretudo nos espaços institucionais do Estado. Para tanto, valeram-se de uma estratégia de comunicação pública que se concentrou, ao menos em partes, em explorar aspectos simbólicos que associavam negativamente essa modernização a um suposto liberalismo e às oligarquias cafeeiras (MESQUITA, 2018, p. 29 et seq.)⁶.

A partir de simbologias conservadoras que desdenhavam da capacidade de controle das oligarquias do Sudeste, Gilberto Freyre trabalhou para consolidar símbolos de união nacional articulados a partir da defesa da superioridade da cultura e das oligarquias nordestinas, onde se desenvolvera formas de acomodar conflitos comprovadas pela história do país. De outro modo, ele defendeu a necessidade de que as oligarquias nordestinas se valessem da sua plasticidade, isto é, da sua capacidade de acomodar conflitos de classe, raça e região, para acomodar as tensões que cortavam o país à época (FREYRE, 2006b, p. 513-514). Para tanto, era fundamental impor um processo que regulasse, a um só tempo, as tensões políticas, econômicas, sociais e culturais em âmbito nacional – e não apenas regional. Uma nova composição regional do poder central deveria prevenir a abertura de brechas aos de baixo ou, em outros termos, a conquista de direitos.

Para Gilberto Freyre (2006b, p. 65-67; p. 106; p. 401), a formação menos patriarcal dos cafeicultores os teria tornado menos capazes para acomodar as tensões entre patrões e empregados, brancos e negros, campo e cidade, tradição e modernidade etc. A oligarquia cafeeira teria maiores dificuldades para controlar as mudanças históricas que marcavam o período, como eram a expansão e aprofundamento das relações sociais de produção capitalistas e os anseios de transformação que irradiavam de diversas frações sociais, como adiantamos no início do texto. As únicas oligarquias munidas das técnicas socioculturais vibrantes e das forças econômicas capazes de propor uma saída nacional àquela conjuntura histórica estariam no Nordeste, sobretudo na Bahia e em Pernambuco, terra natal de Gilberto Freyre – e aqui se observa que a plasticidade não se refere apenas à capacidade de amortecer conflitos entre antagonistas. Para Freyre, ela poderia forjar a (re)união entre os herdeiros rurais e urbanos da casa-grande, o que já havia sido comprovado no ciclo do ouro, por exemplo. A plasticidade seria fundamental para formar articulações nacionais, unindo patriarcas do país todo em torno de interesses (FREYRE, 2006b, p. 200; p. 396-399) e características históricas comuns (FREYRE, 2006b, p. 803-804).

6 Para uma análise do movimento antiliberal na Europa da década de 1920 e 1930, ninho da serpente, ver Hobsbawm (1994, cap. 4). Embora com muitas particularidades, o Brasil era parte dessa grande onda não só pelo conservadorismo típico do Brasil, mas também pela presença bastante considerável de membros de partidos fascistas e nazistas no país, como destaca Dietrich (2012).

Para Bastos (2006, p. 198 et seq.), a chave da proposta de Freyre reside na concentração da propriedade da terra e na necessidade do controle do trabalho para a construção de uma estratégia política coesa entre as oligarquias regionais. Seria necessário conciliar o Sudeste, em industrialização mais acelerada e atravessado por conflitos trabalhistas crescentes, e o Nordeste, essencialmente agrário e sem maiores perspectivas de transformação econômica (BASTOS, 2006, p. 12-13), o que Crespo (2003) associou à existência de dois tempos diferentes.

A propriedade rural privada era o reduto em que o patriarca tinha a liberdade para mandar e desmandar, assim como influenciar o ritmo da retenção ou expulsão de trabalhadores para atividades econômicas mais dinâmicas. Por isso, essa seria uma etapa fundamental para determinar o alcance territorial e setorial das leis trabalhistas na medida em que se estabeleciam os limites territoriais da modernização dos conflitos sociais que assombravam conservadores de todo o país, fossem proprietários de terras e/ou industriais. Por essa razão, numa época em que se intensificaram a industrialização e os conflitos trabalhistas nas fábricas dos centros urbanos, o Estado incentivou a fixação do trabalhador no campo, espaço não alcançado pelas leis trabalhistas (ARAÚJO, 2013, p. 93).

Embora essas leis não tenham sido explicitadas por Gilberto Freyre, a sua obra é rica em exaltar as possibilidades culturais, políticas e econômicas de conciliação e complementaridade regional, que é exatamente o que o êxodo da enorme população rural nordestina para outras regiões economicamente mais dinâmicas representou para o conjunto das oligarquias brasileiras (FURTADO, 1959).

Todavia, o êxodo rural das massas das zonas rurais nordestinas como mecanismo para forçar um refluxo das tensões sociais, como era o cangaço, assim como a sua conversão em força de contenção dos conflitos nos centros urbanos do Sudeste, não seria espontâneo. A movimentação e manutenção do plano dependeria da atuação de um Estado centralizado que coordenasse a sua implementação, sendo que, para Freyre (2006b, p. 475), a sua atuação se assemelharia ao de um patriarca. Para ele, o Estado deveria viabilizar o exercício daquilo que haveria de mais importante na cultura patriarcal e que fora construído e disseminado a partir do Nordeste: a formação de consensos que preservam o poder patriarcal⁷. Nesse sentido, o Nordeste, berço da cultura patriarcal brasileira e grande responsável pela sua preservação através dos séculos, teria um assento natural no Estado brasileiro que ajudara a construir e a desenvolver desde pelo menos o Império (FREYRE, 2004a, p. 183).

Essas eram algumas de suas contribuições a um debate intenso que não se esgotava na sua dimensão política, econômica e demográfica. Deslocar as massas rurais pobres para os centros urbanos do país alteraria a configuração racial e cultural das populações urbanas, intensificando as tensões raciais e sociais. Preservar o controle patriarcal exigiria, pois, uma ampla articulação com questões socioculturais, para o que Gilberto Freyre sugerira, como se verá nas próximas duas seções, adaptações

7 As sugestões de Freyre em como mobilizar o Estado como gestor da vida social e do comportamento dos indivíduos se assemelha ao conceito de biopolítica, de Foucault (1976; 2008). Mais precisamente, a obra de Freyre sugere uma atualização dessas formas de gestão do exercício do poder no Brasil.

nas formas de selecionar e tutelar a classe trabalhadora, especialmente naquilo que se referia à população negra.

CULTURA, RAÇA, SELEÇÃO E TRABALHO

Embora a obra de Gilberto Freyre seja considerada um avanço do ponto de vista da análise racial com relação às gerações anteriores (PONTES, 2001)⁸, abertamente racistas, sua interpretação deve ser compreendida dentro de uma totalidade que não pode ser separada do seu horizonte sociocultural, econômico e político. Até mesmo afirmações aparentemente positivas, como a de que o Brasil se constituiria em uma civilização nova que rompeu com a intolerância tipicamente europeia, devem ser relativizadas⁹. Gilberto Freyre possuía interesses que requeriam um amplo cessar-fogo. A conquista de direitos trabalhistas pelo movimento sindical (GOMES, 1994; BOITO JR., 1991) e a maior presença do negro como trabalhador (ARAÚJO, 2013) exigiram intervenções políticas fortes para estabilizar o *status quo* (BASTOS, 2006, p. 200).

A obra de Freyre pode ser compreendida como um guia sobre como lidar com essas tensões. Numa época dominada pelo racismo científico (SCHWARCZ, 2003)¹⁰ e que, ao mesmo tempo, requeria controles sociais mais sofisticados, evidenciar os aspectos positivos entre raça e cultura poderia contribuir para reduzir graves e profundas fricções sociais. Para Lima (1989, p. 198-205), a união de cultura e raça destaca a intenção de Freyre em apresentar que esse suposto equilíbrio fundamenta uma cultura baseada em valores fluidos, plásticos. Para tanto, não só destacou o português como colonizador ideal de uma civilização que já demonstrara ter os elementos necessários para superar as adversidades e transformar as diferenças em novas forças pelo seu poder de adaptação, como sugeriu que os oligarcas seriam os herdeiros dessa forma de gerir a estrutura social, econômica, política e cultural.

Embora Gilberto Freyre (2006a, p. 391; p. 417-418) afirme que o africano deva ser considerado um colonizador do Brasil tanto quanto o português, em momento algum abriu espaço para que o africano e o indígena disputassem a liderança do processo de seleção cultural com o português ou se mostrassem aptos a fazê-lo. Um escravo jamais selecionaria, sob qualquer ponto de vista, um senhor ou uma senhora por esta ou aquela atribuição. Pelo contrário, Freyre (2006a, p. 69) sempre destacou a

8 Entrevistado por Heloisa Pontes (2001), Antonio Candido afirma que *Casa-grande e senzala*, hoje amplamente reconhecido como parte do arsenal conservador brasileiro, teve um impacto muito positivo sobre a esquerda brasileira na década de 1930. Embora hoje possa parecer irônico, à época o livro revelou a influência da cultura negra na formação da cultura e na fisionomia da população brasileira, o que Candido afirma ter contribuído para desmistificar a pureza de raça e cultura no Brasil.

9 Lima (1989) sugere que o termo civilização é geralmente usado para exprimir pretensões expansionistas em que a noção de cultura reflete a busca pelo controle de fronteiras políticas e culturais. A defesa de uma civilização exprime a necessidade de enquadrar tensões dentro de parâmetros aceitáveis aos grupos dominantes.

10 É importante destacar que o racismo a que Schwarcz (2003) se refere era uma versão modernizada do racismo, que passou a vigorar no pós-abolição e que foi hegemônico até a década de 1930.

liderança do português e valorizou a sua predisposição cultural em se amalgamar aos demais sem se despir da sua posição de comando. Assim que, de modo análogo, compreende-se que, para ele, a classe trabalhadora, sobretudo sua parcela negra, não poderia conduzir o processo de adaptação e pacificação na conjuntura dos anos 1930 exigida justamente pelas oligarquias regionais.

A própria sequência de *Casa-grande e senzala* e *Sobrados e mucambos* parece sugerir os princípios e as técnicas necessárias para se adaptar a um mundo que se urbanizou e afastou espacial e culturalmente dominados e dominadores. A passagem do domínio estrito e próximo entre senhores e escravos a uma forma aburguesada de controle social, que deriva da aplicação de leis que regulam a vida laboral e cultural (FREYRE, 2006b, p. 33-34), parece sugerir um caminho a seguir. Para tanto, o espaço familiar e, em maior escala, o Estado amorteceriam as transformações daquele período, freando as mudanças a partir da imposição de dois elementos fundamentais para a sua estratégia: (i) a proximidade entre os polos antagônicos oferece a oportunidade da vigilância e (ii) a tutela sem que necessariamente se recorra ao racismo e à perseguição abertas. Essa proposta de sociabilidade representava o fortalecimento do tempo particular da civilização brasileira, que é um tempo mais lento (CRESPO, 2003), o que não significa a eliminação do tempo frenético da fábrica e da cidade industrial. Era uma questão de modular os tempos históricos através da seleção rigorosa do que poderia ser aceito e o que deveria ser perseguido e excluído para que as oligarquias, fundamentalmente brancas, preservassem o controle das estruturas de poder.

Em *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste brasileiro*, Freyre (2004a, p. 158) explicitou que os portugueses teriam selecionado indígenas e africanos de traços eugênicos, que seriam elementos culturais e de fisionomia por ele caracterizados como bons e opostos ao que ele denominava como cacogênico, associado à força bruta, à rebeldia e a outras características similares. Assim, segundo Gilberto Freyre, o português foi construindo uma civilização capaz de acomodar antagonismos que, através da sua capacidade de selecionar indivíduos para o trabalho dentro das casas-grandes e dos sobrados, possuíam rasgos democráticos. As relações pessoais que teriam se desenvolvido no ambiente doméstico teriam levado, através do compartilhamento de dores e da solidariedade, ao nascimento de afetos espontâneos (FREYRE, 2006a, sobretudo capítulo IV)^{II}.

Todavia, o ritmo lento dessa absorção para dentro dos círculos de valorização social e de poder bem como as limitações com que a maioria dos poucos indivíduos se movimentavam nesses espaços poderiam levantar dúvidas quanto ao caráter realmente democrático dessas estruturas. Exigia-se, pois, uma interpretação coerente e que escapasse de constrangimentos morais para preservar a sua legitimidade, o que Freyre conseguiu a partir da responsabilização do próprio negro. Isto é, para Gilberto Freyre (2004a, p. 135), as limitações dessa peneiragem racial e cultural eram explicadas sobretudo a partir da incapacidade do negro cacogênico em se livrar dos traumas do cativeiro, que o impediam de desenvolver a plasticidade da

II Essa referência nietzschiana se expressa todas as vezes, por exemplo, que o autor se refere a termos como “apolíneo” e “dionisiaco”, sendo esta uma expressão muito associada ao que ele também denominava como eugênico.

cultura patriarcal. Segundo ele, demandava-se tempo para que o negro revoltado com o sistema patriarcal, assim como o trabalhador grevista do campo e da cidade, se ajustasse às normas de convivência democrática dessa civilização tropical.

Nesse sentido, é possível realizar paralelos entre a narrativa freyriana sobre a absorção de *indivíduos* negros na sociedade ainda escravista do século XIX e a promulgação da Lei dos 2/3 no início do governo Vargas, o que evidencia uma tentativa de aproximação do sociólogo pernambucano com o governo federal¹². A obrigação de que ao menos 2/3 da mão de obra das fábricas brasileiras fossem compostos de nacionais, proporção conveniente para o apaziguamento do conflito capital-trabalho da época, foi fundamental para que trabalhadores negros passassem a ser absorvidos em maior número pela indústria (ANDREWS, 1998). De modo mais amplo, entende-se, pois, a sugestão de que a absorção da população negra, considerada perigosa e até degeneradora do que havia de bom no Brasil (SCHWARCZ, 2003), padecia de dois fundamentos. De um lado, essa intolerância racial precisava ser superada e compreendida como uma necessidade do ponto de vista sociocultural e econômico. De outro, esse processo deveria ser feito de modo a abafar as tendências questionadoras que emergiam a partir da educação social do negro dentro dos próprios movimentos, como a Frente Negra Brasileira (FNB), e diluir as contestações que já emergiram de movimentos como a Semana de Arte Moderna e outros que poderiam se articular e agregar forças aos trabalhadores e aos negros.

MODERNIZAÇÃO, TUTELA E ESTABILIDADE

A sugestão de composição demográfica e cultural de Freyre poderia representar, portanto, uma diluição das fricções relacionadas ao controle da agitação sindical, trabalhista e social. De tal modo, as fronteiras entre o que seria e o que não seria permitido e, pois, o que seria compreendido como democrático deveriam ser movediças ao sabor da conveniência do patriarcado aburguesado. A “democracia étnica” de Freyre, que deve ser compreendida não apenas como uma referência à convivência racial, mas também como princípio norteador das formas mais gerais de solidariedade social, não passava de uma guia para a peneiragem sociocultural, regulada de forma arbitrária e regida pela proximidade cultural de *indivíduos* aos valores patriarcais. A democracia proposta por Freyre representava, acima de tudo, a adaptação da segregação típica da sociedade escravista construída no Brasil durante a colonização, e que se estendera até o fim do Império, para o regime republicano¹³.

Todavia, o acirramento das tensões sociais nas primeiras décadas do século XX e a emergência da população negra como parte substantiva da classe trabalhadora

12 Para uma crítica à Lei dos 2/3, ver Araújo (2013, cap. 3). Para algumas relações concretas entre o Estado Novo e a obra e outras sugestões de Gilberto Freyre veiculadas na mídia e outros espaços da época, ver Mesquita (2018).

13 A modernização do racismo foi recorrente em meados do século XX tanto no Brasil como em outros lugares do mundo. Frantz Fanon (2018, p. 79) foi possivelmente quem melhor compreendeu o seu processo e também os seus agentes. Para ele, é o “colono que fez e continua a fazer o colonizado” (FANON, 2022, p. 32).

exigiam uma modernização do racismo e demais estruturas de poder no país. Para tanto, Gilberto Freyre teve atuação destacada não apenas na formação de uma narrativa como também influenciou dispositivos legais do Estado brasileiro. Não apenas contribuiu para a regulamentação do trabalho durante o Estado Novo (MESQUITA, 2018, p. 74-7) como defendeu a legislação trabalhista de Vargas como forma de garantir a ordem, o que associava ao centralismo político e às formas católicas de proteção social (FREYRE, 2004b, p. 1.002-1.012). De outro modo, sustentou a tutela da classe trabalhadora pelo Estado a partir da delimitação do espaço do aceitável para os interesses dominantes, de um lado, e da reivindicação do Estado como guardião dos interesses populares, de outro, subvertendo a luta por direitos trabalhistas em benefício do lucro e outros elementos constitutivos da estrutura de poder brasileira.

A tutela dos corpos e da cultura negra aponta, em boa medida, para a contenção de uma parte da classe trabalhadora que possuía um grande potencial de instabilizar não só o sistema econômico como também os mecanismos de valorização social mediados pelo trabalho. Não se poderia autorizar que a proletarianização da população negra conduzisse a outras formas de contestação, o que ocorreu tanto através de determinada legislação trabalhista como também pela modernização do racismo. Na medida em que essas formas modernas de controle social reafirmaram a segregação racial, elas asseguraram a inviabilidade da solidariedade entre negros e brancos no seio da vida social e na organização da classe trabalhadora e defesa de seus interesses¹⁴.

Assim, entendemos que Freyre foi fundamental para modernizar o racismo como uma forma de proscrição que, embora mais permeável à convivência com a cultura negra, o fez dentro de parâmetros legais e socioculturais bastante restritivos. Para tanto, para estabilizar as estruturas de poder, contou não só com a atuação oficial do Estado como também a partir do disciplinamento da população branca como agente ativo da segregação racial, preservando, pois, a tradição patriarcal de peneiragem social durante a consolidação do mercado de trabalho.

FLORESTAN FERNANDES: DEFESA RADICAL DA DEMOCRACIA

Diferentemente de Gilberto Freyre, a avaliação de Florestan Fernandes sobre as consequências da colonização, da escravidão e da raça para o Brasil moderno é extremamente negativa. Os papéis criados naquele momento se desdobraram a partir do interesse senhorial e criaram uma sociedade de classes racial e socialmente segregada. Além disso, analisou como as formas econômicas e políticas, externas e internas, preservam-se articuladas para congelar o *apartheid* social no Brasil, sendo que a sua reversão e, pois, a construção da democracia, só poderiam ser realizadas

14 Existe farta bibliografia que aborda questões concretas da relação entre a legalidade e a perseguição a expressões culturais de matriz africana, como o samba e o candomblé (OLIVEIRA, 2015), e como o negro era tutelado dentro de uma lógica informal que delimitava o campo de atuação econômica e do protagonismo do negro (STREAPCO, 2010).

pelos de baixo, o que daria forma e força à transformação das estruturas de poder no país ou, de outro modo, a uma revolução democrática.

FUNDAMENTOS COLONIAIS DA ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL

Segundo Florestan Fernandes (2010, cap. 1), a extroversão sociocultural, política e econômica que define e organiza uma colônia só pode ser sustentada na presença de uma estrutura social extremamente rígida que previna eventuais desvios. Não por acaso, a escravidão prevaleceu como forma de exploração do trabalho e, de modo mais abrangente, como elemento que sustentou todas as suas estruturas de poder. Foi a escravidão que garantiu que a pressão externa por produtos tropicais privilegiasse apenas e tão somente as camadas sociais superiores e fundamentou a estabilidade da ordem. Foi ela que sustentou a *dupla articulação* durante a colonização, determinante para a continuidade das formas de trabalho e do seu controle nos períodos históricos que lhe seguiram (FERNANDES, 2005, p. 276-283). Segundo Fernandes (2010, p. 46), a escravidão ofereceu o suporte material que fundamentou o “acesso regular e institucionalizado à acumulação de capital mercantil” de todo o empreendimento colonial.

Para tanto, era preciso criar mecanismos que assegurassem que a população livre, fundamentalmente mestiça, não se desviasse da dominação patrimonialista do Estado português (FERNANDES, 2010, p. 65-71). A Coroa não poderia permitir que essa população conquistasse a sua independência econômica, bem como não poderia dispensar a sua disposição para atuar como uma força paramilitar na colônia. Criar mecanismos rígidos que a situassem socialmente entre os estamentos superiores da colônia e a população escrava¹⁵, étnica e culturalmente muito diferenciadas, era fundamental para formar uma casta *sob* a ordem estamental. De tal modo, formou-se uma ordem social compósita que enrijeceu a ordem estamental, garantindo a lealdade do estamento inferior, e impediu a formação espontânea de uma colônia de povoamento em condições de lutar por sua autonomia¹⁶, o que evidencia que a sociedade colonial era absolutamente avessa a qualquer possibilidade de confraternização racial ou de qualquer outro tipo. A miscigenação contribuiu antes para “aumentar a massa da população escrava e para diferenciar os estratos dependentes intermediários que para fomentar a igualdade racial” (FERNANDES, 2007, p. 44). Mais que isso, o colonizador branco criou uma associação direta entre a “mácula de sangue” e a “mácula do ofício mecânico” (FERNANDES, 2010, p. 74-5), o que posteriormente se desdobrou no *parallelismo entre raça e classe* (FERNANDES, 2010, cap. 2).

¹⁵ Segundo Bastide e Fernandes (2008, p. 94), o “princípio que regulava a transmissão do *status* aos filhos de escrava estipulava que *partus sequitur ventrem* [com base no direito romano]. Os descendentes das escravas nasciam escravos, independentemente da condição social dos pais. Daí o número enorme de mestiços sujeitos à escravidão, entre os quais se contavam indivíduos muitas vezes descritos como ‘mulatos claros’ e ‘quase brancos’; e o espanto dos estrangeiros, que percorreram o Brasil”.

¹⁶ Para uma sólida fundamentação dos conceitos de castas, estamentos e classes sociais, bem como sua aplicação ao Brasil, ver Hirano ([1972] 2002).

Assim, o que se observa é que, ao invés da plasticidade, conciliação e acomodação, predominavam os esforços das camadas dominantes para impedir a todo custo o ingresso de mestiços¹⁷, indígenas e negros ao núcleo da família patriarcal e dos poderes político-administrativos, religiosos e econômicos na colônia.

CULTURA E TRABALHO NA FORMAÇÃO DO DILEMA RACIAL BRASILEIRO

Para Florestan Fernandes, o processo de modernização por que o Brasil passava não poderia expressar um desgaste da democracia simplesmente porque nunca houvera qualquer forma que se assemelhasse à democracia no Brasil. Pelo contrário, assim como Fanon (2018; 2022), ele acreditava que a ordem social e o racismo se adaptaram à conjuntura histórica de fim da escravidão e emersão da sociedade de classes. De outro modo, a ordem estamental se adequou à existência de classes sociais, o que não necessariamente significa que os estamentos superiores abandonaram o cabedal cultural arraigado durante os séculos de escravidão.

A passagem ao capitalismo dependente e ao regime de classes, por exemplo, não alterou os fundamentos antissociais de dominação sobre castas, estamentos e classes dominadas (FERNANDES, 2010, p. 23-7). Assim como em outros períodos de transição histórica, as oligarquias aburguesadas¹⁸ continuaram a se associar aos agentes externos hegemônicos *contra o povo* para preservarem seus privilégios sociais e posições de poder econômico e político (FERNANDES, 2005, p. 261-263). De tal modo, a segregação social não apenas se constituiu como requisito estrutural e dinâmico da estabilidade das estruturas de poder como também a sua forma se adaptou às formas de dependência externa. Consequentemente, o grande senhor de terras não encontrou embaraços para se transformar em determinado tipo de empresário que extrai mais-valor a partir da exploração do trabalho de determinada classe trabalhadora a partir de técnicas de exploração e sujeição criadas para operar na escravidão.

Esses processos históricos, por serem atravessados por inúmeras formas de continuidade, são identificados por Fernandes (1946, p. 10-11) como *desenvolvimentos*

17 Bastide e Fernandes (2008, p. 97) destacam que a aceitação de mestiços na família, pela via do casamento, pelo menos, só ocorreu após a libertação dos índios e depois da crise econômica das minas, a partir de quando homens ricos naturais da terra passaram a ser aceitos como noivos das filhas.

18 Embora aqui façamos referência apenas a oligarquias, essa expressão faz referência fundamentalmente às formas dos estamentos superiores no Brasil. Todavia, ao longo de *A revolução burguesa no Brasil*, Florestan Fernandes (2005) passa a usar de forma crescente o termo burguesia e burguesias, no plural, aludindo precisamente ao fato de que as várias oligarquias, cada uma a seu tempo e no seu espaço, se aburguesaram e preservaram uma estrutura semelhante à de tempos históricos anteriores. Isto é, as burguesias no Brasil teriam se transformado em classes sociais sem se despir por completo da sua natureza estamental.

*acumulativos da cultura*¹⁹. Para ele, os novos personagens sociais e as novas relações não desapareciam inteiramente nos processos de transição. A dimensão escravista do senhor de terras não desapareceu por completo com a emergência do burguês, assim como a mercantilização do trabalho no regime de classes não rompeu até o fim e até o fundo com o padrão de exploração do trabalho escravo.

O desenvolvimento de uma economia capitalista subdesenvolvida e dependente universalizou o trabalho assalariado, porém de maneira muito heterogênea²⁰. De forma esquemática, as atividades modernas e outras que exigiam maior especialização ou que podem ser compreendidas como que de *colarinho-branco* eram quase sempre ocupadas por brancos e ofereciam melhores remunerações. De outro lado, a porção mais pobre do proletariado, que concentrava a maior parte da classe trabalhadora e que era desproporcionalmente composta de negros, foi inserida em trabalhos que não necessariamente incluíam a sua reposição no cálculo da remuneração (FERNANDES, 2008b, p. 45-7). Isso consolidou um padrão de vida material extremamente baixo²¹ da classe trabalhadora no Brasil e favorável à reprodução da anomia social que afeta sobretudo a população negra (FERNANDES, 2008a, v. I, p. 120-121).

Eram muito reduzidas as possibilidades de que trabalhadores fora do moderno mercado de trabalho fossem integrados e, assim, classificados e valorizados na ordem social e econômica. A lenta consolidação do mercado de trabalho arrastou consigo formas não capitalistas de mercantilização do trabalho. Parte considerável da classe trabalhadora se manteve, voluntária e involuntariamente, associada à subsistência e a outras formas precárias de produção, comprometendo a sua capacidade de organização e o nível das suas exigências.

A divisão racial que fundamentara todas as estruturas sociais pretéritas se prolongou sobre a sociedade de classes e golpeou especialmente o negro na medida em que ele passou a competir por postos de trabalho que anteriormente eram exclusivos do branco. Diferentemente do que ocorria no passado, quando o paternalismo permitia que alguns *indivíduos* negros fossem selecionados sem maiores consequências de significação coletiva, essa forma de associação passou a conferir perda de prestígio social ao branco que o fizesse (BASTIDE; FERNANDES, 2008, p. 139-140). Isso significa que as formas de proscrição racial se sobrepujaram aos mecanismos de seleção próprios do regime de classes (FERNANDES, 2008a, v. II, p. 571) e empurraram com força o negro a atividades econômicas parcial ou integralmente associadas à marginalidade social, isto

19 Tal como apresentado aqui, desenvolvimento acumulativo da cultura se assemelha ao significado que Jesus Ranieri dá a *aufheben*, palavra em alemão fundamental para a análise de Marx em *Manuscritos econômico-filosóficos*. Para Ranieri (2011, p. 16), *aufheben* apreende “a dinâmica do movimento dialético que carrega consigo, no momento qualitativamente novo, elementos da etapa que está sendo ou foi superada ou suprimida, ou seja, a um só tempo, a eliminação, a conservação e a sustentação qualitativa do ser que suprasse”

20 Para uma revisão mais detalhada das ocupações por condições de trabalho e raça, ver Barbosa (2008)..

21 Para a ideia de nível tradicional de vida, ver Marx (2005, p. 80-81), que destaca a dimensão histórica e étnica que racializou esses processos em países como a Inglaterra e a Alemanha.

é, ao assalariamento parcial ou totalmente não capitalista e a formas precárias subsistência (FERNANDES, 2008b, p. 65-66)²².

Embora possa parecer a algum desavisado que essa interpretação coincide em partes com a de Gilberto Freyre, para quem a modernização capitalista também trazia consequências socioeconômicas e socioculturais indesejadas aos trabalhadores, entendemos que as diferenças entre essas duas interpretações não poderiam ser maiores. Se de um lado se propunha a retomar formas individualizadas de seleção, a peneiragem, Florestan as entendia como atitudes *normais*²³ de uma estrutura impermeável à absorção coletiva do negro e do pobre em geral. Isso ocorria tanto por disposições socioeconômicas e políticas como por propensões socioculturais e psicossociais típicas de países de origem colonial e economia subdesenvolvida (FERNANDES, 2008b, p. 50-54), o que se expressava através daquilo que ele denominava como medo-pânico²⁴.

Para Florestan não se tratava de recuperar determinada forma de construir um estado de convivência e confraternização entre estamentos e castas, o que para ele não passava de um falseamento da história. A realidade que ele denunciava era a de uma formação histórica fundamentada na segregação que resistia à mudança com unhas e dentes, o que a cada nova etapa histórica se adaptava com o intuito de autopreservação. Evidenciar seus processos concretos era fundamental para desmascarar a segregação racial que permeia a vigência do regime de classes no Brasil, que inviabiliza a plena competição pela classificação e valorização social e econômica pelo trabalho.

Esse dilema, que Fernandes (2008a, v. II, p. 328-334) denomina como o dilema racial brasileiro, é caracterizado pela inconsistência estrutural e dinâmica entre o comportamento social concreto, que racializa, inferioriza e condena o negro quase que a uma exclusão completa, de um lado, e a ideia de igualdade própria do Iluminismo, de outro. Dentro dele, tudo seria permitido se as manifestações do “preconceito de cor” fossem preservadas na intimidade do lar e em toda sorte de ambiente em que se possam liberar explicitamente as ambiguidades do sistema de valores no Brasil. De tal modo, a família branca e outros espaços privados, antes de acomodarem plasticamente os antagonismos no Brasil, deram vazão a comportamentos segregacionistas fundamentais para negar que os conflitos fossem abertos, francos e construtivos.

22 Para uma discussão acerca da marginalidade social das décadas de 1960, 1970 e 1980, ver Zullo (2014). Para uma aproximação deste debate à questão racial no Brasil, ver Zullo (2015; 2019).

23 Aqui, *normais* deve ser compreendido como formas de solidariedade social e étnica coesa com a continuidade de uma dada estrutura. Dentro desse arcabouço durkheimiano, a ideia de patologia assume uma ideia oposta, isto é, de uma ruptura com a continuidade dessas estruturas. Nesse sentido, Fernandes (2008b, p. 50-51) afirma que “a ausência ou a debilidade de certos pré-requisitos estruturais e funcionais, essenciais para a integração e a evolução do tipo [capitalismo dependente], aumentariam a margem dentro da qual podem ocorrer fenômenos de regressão e de desorganização” parcial para períodos históricos anteriores.

24 O medo-pânico (FERNANDES, 2005), ideia semelhante à de instinto tribal (FERNANDES, 1963), refere-se à intolerância historicamente construída diante de manifestações potenciais (isto é, de meras ameaças) e reais dos de baixo contra as injustiças que lhes impõem condições de penúria e dependência.

O NEGRO, O PROLETÁRIO E A REVOLUÇÃO

Essas barreiras só começaram a ser rompidas coletivamente após a emergência dos movimentos negros em meados da década de 1920. Para Fernandes (2008a, v. II, cap. 1), a ciência e a educação, mais particularmente a educação popular, como o elaboraram movimentos como a Frente Negra Brasileira (FNB), eram as principais armas da população negra para reivindicar o seu lugar na história e no direcionamento do destino histórico na nação²⁵. Apenas por si e para si é que o negro e outros poderiam superar as posições impostas por estruturas opressoras que o confundiam, como era o caso do dilema racial no Brasil (FERNANDES, 1963, p. 228-229).

Na medida em que o “novo negro” se inclinou coletivamente a superar a frustração e a exclusão, criou uma consciência que revolucionou o seu antigo horizonte cultural (FERNANDES, 2008a, v. II, p. 30). Através dos insumos sociais e culturais elaborados pelo movimento negro para o enfrentamento racial, saiu de seu retraimento e se lançou coletivamente à competição com os brancos por posições socioeconômicas de forma mais organizada e, pois, mais promissoras (FERNANDES, 2008a, v. II, p. 12-14).

Todavia, um grande obstáculo a uma mobilização mais ampla e a uma maior mobilidade social do negro na sociedade brasileira foi a adesão de algumas de suas principais lideranças ao varguismo, avesso a qualquer forma de transgressão da família tradicional e do confronto de classe (FERNANDES, 2008a, v. II, p. 70-71). Para Florestan, muito embora a integração de parte da população negra ao regime de classes fosse fundamental para desestabilizar a ordem, o descongelamento da descolonização ainda carecia de maior profundidade e maior adesão para avançar. De outro modo, a supressão desse passo fundamental à transformação das estruturas de poder no Brasil requeria não apenas que o negro superasse o conservadorismo varguista como também que encarnasse uma postura proletária em moldes comunistas e avesso a qualquer forma de conciliação com as burguesias, historicamente operadoras da dupla articulação (FERNANDES, 1981b).

Considerando que todos os processos de transformação estrutural do século XX em países de origem colonial foram movimento proletários e *contra* as burguesias “nacionais”, notam-se duas posições centrais de Florestan. De um lado, se opunha a uma das posições hegemônicas do debate nacional-desenvolvimentismo – a aliança com a burguesia “nacional” e “progressista” – e que posteriormente se mostraram absolutamente estéreis. De outro lado, inseriu o negro como pedra angular do processo revolucionário. Para Fernandes (1981a, p. 73-83), em uma situação de liberdade de expressão de um país consideravelmente industrializado, como era o caso do Brasil, o proletário deveria impor a força da sua causa às burguesias, interna e externa, e desvincular a revolução proletária da revolução nacional-burguesa. Mais que isso, deveria impor as causas populares contra o imperialismo e a dupla articulação. A revolução brasileira de Florestan necessariamente requeria o aprofundamento da educação popular antirracista, inclusive no intuito de educar

25 Para uma revisão mais profunda da trajetória de Florestan Fernandes e os nexos que estabelece entre a questão negra, o marxismo e a transformação estrutural no Brasil, ver Zullo (2019, p. 87-107).

o movimento sindical, e a sua integração a uma agenda anti-imperialista, o que fatalmente a levaria a posturas anticapitalistas e democráticas²⁶.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora este artigo dê saliências às questões do mundo do trabalho, e sempre que possível de forma entrelaçada à questão racial em perspectiva histórica, procurou-se enredá-lo em um universo muito maior que apresenta a distância entre as estruturas de poder no Brasil e uma democracia. Nesse sentido, o projeto de democracia inscrito na obra de Florestan Fernandes é uma oposição a nossa formação colonial e antidemocrática e, mais precisamente, ao projeto de Gilberto Freyre, aqui considerado como um antiprojeto influente na adoção de políticas antissociais a partir da década de 1930. A formação histórica da exclusão social no Brasil, veladamente sofisticada, inclusive a partir das sugestões de Freyre, sempre se opôs às lutas populares pela ampliação dos espaços democráticos e, sempre que alguma possibilidade de mudança emergiu como realidade, pôs em marcha a contrarrevolução, como atesta Fernandes (1981a, p. 91). As várias formas de luta e, por sua vez, de repressão, ao negro e ao trabalhador, como o foram a luta pelo fim da escravidão, das reivindicações por reparação à população negra e dos direitos trabalhistas, seguramente se inscrevem como algumas de suas expressões mais relevantes.

Diferentemente de Gilberto Freyre, as posições de Florestan Fernandes não puderam ganhar uma feição institucional nem se sagraram vitoriosas. Pelo contrário, elas foram minoritárias até mesmo no campo das esquerdas, como o revelam algumas de suas lutas dentro do Partido dos Trabalhadores (PT)²⁷, por exemplo. Ao mesmo tempo, suas posições para enfrentamento do racismo, do paralelismo entre raça e classe, da luta contra o imperialismo e a autocracia burguesa, entre outras, nos levam à relevância atual de sua obra e das oposições que se colocaram e, como destaca Schwarcz (2018), que ainda se colocam contra as lutas populares²⁸.

Se pensarmos dentro dos parâmetros propostos por Florestan, ainda precisaremos de uma revolução para construir uma democracia na medida em que persistem a articulação das burguesias com o imperialismo, a segregação social, o racismo e tantas outras formas de congelar o protagonismo do povo. Combater a dupla articulação e dar sentido proletário e antirracista às lutas sociais, econômicas e políticas é imperioso para descongelar a descolonização e construir uma democracia no Brasil. Para tanto, a energia do negro e o seu paralelismo com a classe trabalhadora

26 Em meados da década de 1960, Florestan Fernandes se tornou um dos principais expoentes da defesa da educação no Brasil, de onde foi exilado pela ditadura militar por força do famigerado Ato Institucional n. 5 – AI-5 (BRASIL, 1968). Duas de suas análises sobre o tema se encontram em Fernandes ([1976] 2010, caps. 3 e 4).

27 Para essas discussões, ver Fernandes (1981a, p. 82; 1991).

28 Um indicativo singelo, porém sintomático, dessa tendência é um vídeo recentemente publicado pelo Brasil Paralelo (2023), famigerada página da extrema direita, que entrevista os netos de Gilberto Freyre, apresentado como um avô exemplar e muito simpático, além de ser um grande intérprete do Brasil.

seriam fundamentais, e o tamanho de sua força já fora mensurada por Fernandes (1991, p. 79): a de um “arsenal nuclear”.

SOBRE O AUTOR

GUSTAVO ZULLO é doutor em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

gustavozullo@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-7476-5976>

REFERÊNCIAS

- ANDREWS, George. *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)*. Bauru: Edusc, 1998.
- ARAÚJO, Ariella. *A incorporação do negro no mercado de trabalho: um estudo de 1930 a 1945*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Faculdade de Ciências e Letras, Unesp, Araraquara, 2013.
- BARBOSA, Alexandre. *A formação do mercado de trabalho no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2008.
- BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. *Brancos e negros em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana*. São Paulo: Global, 2008.
- BASTOS, Elide Rugai. *As criaturas de prometeu: Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira*. São Paulo: Global; Recife: Fundação Gilberto Freyre, 2006.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Ato Institucional N. 5, de 13 de dezembro de 1968. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm. Acesso em: maio 2023.
- BRASIL PARALELO. Rasta visita a casa de Gilberto Freyre | Brasil Raiz. (5 min.). 8 jan. 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=8fmmWjpnS_I. Acesso em: 17 jan. 2023.
- BOITO JR., Armando. *Sindicalismo de Estado no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1991.
- BURKE, Edmund. *Reflexões sobre a revolução em França*. Brasília: Editora da UnB, 1982.
- CRESPO, Regina. Gilberto Freyre e suas relações com o mundo cultural hispânico. In: KOSMINSKY, Ehtel; LÉPINE, Claude; PEIXOTO, Fernanda. *Gilberto Freyre em quatro tempos*. Bauru: Edusc, 2003, p. 181-204.
- DIETRICH, Ana Maria. *Nazismo Tropical? O Partido Nazista no Brasil*. São Paulo: Todas as Musas, 2012.
- FANON, Frantz. Racismo e cultura. Niterói, *Revista Convergência Crítica*, n. 13, 2018, p. 78-90. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/convergenciacritica/article/view/38512/22083>. Acesso em: 17 jan. 2023.
- FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.
- FERNANDES, Florestan. Introdução. In: MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Flama, 1946, p. 7-28.

- FERNANDES, Florestan. *A sociologia numa era de revolução social*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1963.
- FERNANDES, Florestan. *Poder e contrapoder na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981a.
- FERNANDES, Florestan. *O que é revolução?*. São Paulo: Brasiliense, 1981b.
- FERNANDES, Florestan. *O PT em movimento*: contribuição ao I Congresso do Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Cortez, 1991.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Editora Globo, 2005.
- FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Global, 2007.
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Editora Globo, 2008a. 2 v.
- FERNANDES, Florestan. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. São Paulo: Global, 2008b.
- FERNANDES, Florestan. *Circuito fechado*: quatro ensaios sobre o “poder institucional”. São Paulo: Editora Globo, 2010.
- FOUCAULT, Michael. *História da sexualidade I*: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1976.
- FOUCAULT, Michael. *Nascimento da biopolítica*: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FREYRE, Gilberto. *Nordeste*: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste brasileiro. São Paulo: Global, 2004a.
- FREYRE, Gilberto. *Ordem e progresso* – o processo de desintegração das sociedades patriarcal e semipatriarcal no Brasil sob o regime de trabalho livre: aspectos de um quase meio século de transição do trabalho escravo para o trabalho livre e da Monarquia para a República – 3. São Paulo: Global, 2004b.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala* – formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Apresentação de Fernando Henrique Cardoso. 51.ed. rev. São Paulo: Global, 2006a. (Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil; 1).
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos* – decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil – 2. São Paulo: Global, 2006b.
- FURTADO, Celso. *A operação Nordeste*. Rio de Janeiro: MEC/Iseb, 1959.
- FURTADO, Celso. *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.
- GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- HAAG, Carlos. Revolução cultural à brasileira. *Pesquisa Fapesp*, edição 206, abr. 2013. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/revolucao-cultural-a-brasileira>. Acesso em: 22 dez. 2022.
- HIRANO, Sedi. (1972). *Castas, estamentos e classes sociais*: introdução ao pensamento sociológico de Marx e Weber. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.
- HOBBSBAWM, Eric. *A era dos extremos*: o breve século XX – 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- LIMA, Luiz Costa. A versão solar do patriarcalismo: casa-grande & senzala. In: LIMA, Luiz Costa. *A aguarrás do tempo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989, p. 187-236.
- MARX, Karl. *Salário, preço e lucro*. São Paulo: Centauro, 2005.
- MESQUITA, Gustavo. *Gilberto Freyre e o Estado Novo*: região, nação e modernidade. São Paulo: Global; Recife: Fundação Gilberto Freyre, 2018.
- MOURA, Clóvis. *Rebeliões da senzala*: quilombos, insurreições, guerrilhas. São Paulo: Zumbi, 1959.
- NASCIMENTO, Abdias; NASCIMENTO, Elisa. *Reflexões sobre o movimento negro no Brasil, 1938-1997*. In: GUIMARÃES, Antonio; HUNTLEY, Lynn. *Tirando a máscara*: ensaios sobre o racismo no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 203-235.
- OLIVEIRA, Nathália Fernandes de. A repressão policial às religiões de matriz afro-brasileiras no Estado

- Novo (1937-1945). Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio; HALL, Michael. *A classe operária no Brasil: documentos (1889-1930)*. Volumes 1 e 2. São Paulo: Alfa-ômega, 1979.
- PONTES, Heloisa. Entrevista com Antonio Candido. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 16, n. 47, out. 2001, p. 5-30. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092001000300001>.
- PRADO Jr., Caio. (1966). *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- RANIERI, Jesus. Introdução. In: MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- RICUPERO, Bernardo. O conservadorismo difícil. In: FERREIRA, Gabriela; BOTELHO, André. *Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2010, p. 76-95.
- RIDENTI, Marcelo. Artistas e intelectuais comunistas no auge da Guerra Fria. In: RIDENTI, Marcelo. *Brasilidade revolucionária: um século de cultura e política*. São Paulo: Unesp, 2010, p. 57-83.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SCHWARCZ, Lilia. A dialética do isso. Ou a ladainha da democracia racial. *Nexo*, 16 de julho, 2018. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/colunistas/2018/A-dial%C3%A9tica-do-isso.-Ou-a-ladainha-da-democracia-racial>. Acesso em: 9 jan. 2023.
- SODRÉ, Nelson Werneck. Sociologia do golpe. *Última Hora*, n. 1.503, 10 de maio de 1956, p. 22. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=386030&pagfis=30231>. Acesso em: 22 dez. 2022.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *A ideologia do colonialismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1958.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *A Coluna Prestes: análises e depoimentos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- STERNHELL, Zeev. *Les anti-Lumières: du XVIIIe siècle à la guerre froide*. Paris: Fayard, 2006.
- STREAPCO, João Paulo França. “Cego é aquele que só vê a bola”: o futebol em São Paulo e a formação das principais equipes paulistas: S. C. Corinthians Paulista, S. E. Palmeiras e São Paulo F. C. (1894-1942). Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2010.
- ZULLO, Gustavo. *A questão salarial revisitada: exército industrial de reserva e heterogeneidade estrutural*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2014.
- ZULLO, Gustavo. Heterogeneidade estrutural como expressão periférica da lei geral de acumulação capitalista aplicada à análise do mercado de trabalho brasileiro, 1980-2010. In: ENCUESTRO DE LA SOCIEDAD LATINOAMERICANA DE ECONOMÍA POLÍTICA Y PENSAMIENTO CRÍTICO (SEPLA). Diez años de SEPLA-México: Crisis y desafíos para la clase trabajadora en Nuestra América. Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), Facultad de Economía. Ciudad de México, 14-16 de Octubre de 2015.
- ZULLO, Gustavo. *O sentido histórico da discussão sobre a democracia racial no Brasil (1930-1964)*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2019.
- ZULLO, Gustavo; URBANO, Ulisses. Continuidades e modernização entre Oliveira Vianna e Gilberto Freyre. *Lua Nova*, São Paulo, n. 116, 2022, p. 165-196.

Irmãos na Terra Prometida: crime, igreja e regularização fundiária em São Paulo

[*Brothers in the Promised Land: crime, church, and land regularization in São Paulo*]

Gustavo Prieto¹

Elisa Favaro Verdi²

RESUMO • A tese que desenvolvemos neste artigo é que crime, igreja, empresas e movimentos sociais operam prolongamentos da violência da urbanização nas periferias de São Paulo. Essa violência é mediada, primeiro, pela propriedade privada como fundamento do habitar na cidade capitalista; segundo, pelo Estado e pelo planejamento urbano como operadores e reprodutores da valorização imobiliária e da segregação socioespacial; terceiro, pelo dano de uma vida cotidiana transpassada pela privação do urbano que se manifesta na proliferação de estratégias do empreendedorismo popular. Nessa mediação, concretiza-se uma hegemonia compartilhada da cotidianidade, articulada pela problemática fundiária no centro das disputas pela ordem. Tal hipótese surge de pesquisa etnográfica realizada desde 2017 em favelas da Zona Leste de São Paulo. • **PALAVRAS-CHAVE** • Hegemonia compartilhada;

etnografia; segregação socioespacial. • **ABSTRACT** • The argument we develop in this article is that crime, church, private companies, and social movements are the main subjects that operate extensions of the violence of urbanization in the periphery of São Paulo. This violence is mediated, first, by private property as the foundation of living in the capitalist city; second, by the State and urban planning as reproducers of real estate valorization and socio-spatial segregation; and third, by the damage of everyday life permeated by the urban deprivation. Therefore, a shared hegemony of everyday life takes shape, articulated by the land issue at the center of disputes for order. This hypothesis arises from ethnographic research carried out since 2017 in favelas in the East Zone of São Paulo. • **KEYWORDS** • Shared hegemony; ethnography; socio-spatial segregation.

Recebido em 1º de junho de 2023

Aprovado em 14 de junho de 2023

PRIETO, Gustavo; VERDI, Elisa Favaro. Irmãos na Terra Prometida: crime, igreja e regularização fundiária em São Paulo. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 85, p. 55-73, ago. 2023.



DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.vii85p55-73>

1 Universidade Federal de São Paulo (Unifesp, São Paulo, SP, Brasil).

2 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP, São Paulo, SP, Brasil).

*Muito trabalho, pouca carne, suficiente todavia
para que cada um tivesse seu quinhão.
(Jorge Amado, Tocaia grande, p. 174).*

CAMINHADAS ENTRE O ALTAR, A ASSOCIAÇÃO E A BIQUEIRA

A igreja estava cheia, mas saberíamos disso apenas mais tarde. Ivone³ havia enviado duas fotografias para nos alertar, gentilmente, de que a celebração já começara. Na primeira imagem, estavam expostas as ofertas de diversos alimentos da cesta básica recolhidos nos dois primeiros dias da novena. Os mantimentos se encontravam na sacristia e seriam posteriormente distribuídos na comunidade e também utilizados para a produção de marmitas entregues por um grupo de voluntários da igreja. Já na segunda, apareciam vários fiéis, sobretudo mulheres de meia-idade e mais velhas, com máscara de tecido e respeitando certo distanciamento social nos longos bancos de madeira enfileirados. Dava para ver também na foto dois padres no altar e uma banda, ao fundo, com dois violões empunhados, uma bateria e uma vocalista animada com uma “pandeirola” nas mãos. Chegamos com meia hora de atraso naquele terceiro dia de novena, depois de encarar o trânsito caótico da hora do *rush*. Eram 20h30 de uma noite abafada de janeiro, pós-chuva de verão em uma favela – chamemos de Boa Esperança – na Zona Leste de São Paulo.

Estacionamos o carro em frente ao cemitério mal iluminado. Nas diversas vezes em que passamos em frente ao terreno, Eder sacou com um quê de sarcasmo a frase

3 Para garantir a segurança e reafirmar os pactos realizados entre pesquisadores e interlocutores, todos os nomes próprios são fictícios, assim como a denominação dos lugares e da empresa retratada. Além disso, nossos interlocutores leram o presente artigo e concordaram com o conteúdo aqui apresentado.

“um espectro ronda a Boa Esperança – o espectro da morte”. Mirando a *quebrada*⁴, vemos que a escola privada ao lado da igreja estava fechada e com ares de abandonada; o imenso galpão de telemarketing, duas quadras para baixo, em que trabalhavam dia e noite milhares de infoproletários jovens, estava vazio e com as luzes apagadas; a oficina mecânica de esquina, especializada em consertos de carretas e caminhões – que também era um desmanche de carros –, não tinha nenhum veículo parado em frente; o bar e restaurante de comida *self-service* no almoço tinha uma lona preta encobrindo o letreiro, e no muro envidraçado havia uma enorme placa de “passa-se o ponto”; a padaria ao lado também cerrou suas portas. Todos sucumbiram “à confluência de uma economia destruída, um universo societal destroçado e uma crise política inqualificável” (ANTUNES, 2022, p. 23) e ao encolhimento, modulação e destituição de benefícios e direitos radicalizados pelo governo de Jair Bolsonaro (RIZEK, 2022). Nós tínhamos passado, próximo à Boa Esperança, por dois templos neopentecostais (Assembleia de Deus e Igreja Universal do Reino de Deus), ambos repletos de fiéis entoando louvores e respondendo “aleluias” com entusiasmo. Se a escola, o telemarketing, a oficina, o bar e a padaria estavam mortos, as igrejas estavam vivas e lotadas.

Vendo tantos lugares ermos, estávamos confusos se havíamos anotado corretamente o endereço passado por Eder, ou se devido à tempestade e ao surto de gripe H3N2, a celebração daquele dia fora tão rápida que já havíamos perdido toda a pregação. Silêncio na quebrada nunca é um bom sinal: ou você está no lugar errado, ou não está *correndo pelo certo*.

Nós nos posicionamos diante de uma fachada em ruínas. Observando com alguma atenção, era possível ver uma igreja em construção com a programação da Novena de São Sebastião afixada. Era ali. As paredes sem reboco com tijolo baiano à mostra não destoavam da morfologia das casas, da Associação de Moradores e da pizzaria vizinha. Eder já tinha nos contado sobre os dilemas da construção da capela. Ele detalhou que o pároco anterior era uma figura reacionária e que, inclusive, levava membros da Opus Dei e de outros grupos conservadores para a igreja. Surgiram denúncias de assédio sexual e de *talaricagem* contra o padre. Havia também uma fofoca, contada por alguns moradores, de que parte do dinheiro das obras desapareceu depois que ele deixou a comunidade; outros fuxicavam que as festas, dízimos e quermesses davam muito mais lucro do que os informes de rendimentos do caixa da igreja. Um *irmão* do Primeiro Comando da Capital (PCC) também se prontificou em ajudar na construção do templo antes de aparecerem os *vacilos* do sacerdote. O disse me disse sobre as intenções do *movimento* eram variadas, passando da tentativa de lavagem de dinheiro à *consideração* com o trabalho de entrega de marmitas, por parte de alguns fiéis da igreja, para os pobres e moradores em situação de rua que acontece todos os sábados em avenidas, postos de gasolina, ocupações, barracas improvisadas e favelas da Zona

4 Grafamos em itálico as noções apreendidas em campo. Comumente associadas às gírias, as expressões da *malandragem* ou linguagem de *ladrão* são fartamente utilizadas na vida cotidiana periférica de São Paulo para descrever lugares, situações, regimes normativos, distinções ou critérios de verdade. A utilização dessas noções ao longo do texto é uma estratégia para manter a fluidez narrativa a partir da perspectiva e da linguagem utilizada por nossos interlocutores.

Leste de São Paulo. Fato é que muitos abandonaram a comunidade católica, mantendo ora uma fé privada, ora procurando igrejas em outros bairros e, mais recorrentemente, se convertendo às diversas denominações evangélicas presentes no lugar.

Eder fez uma trajetória diferente: se afastou da igreja e se reaproximou da Associação de Moradores da Boa Esperança junto com outros dois companheiros, Rafael e Mansur, em 2012. Maura e Gilberto, duas lideranças históricas do bairro, toparam retomar o trabalho da Associação que faziam na década de 1980, ela garantindo a zeladoria do espaço e ele, dono de um bar e muito respeitado pelas diversas correntes políticas da comunidade, saindo nominalmente como presidente da chapa. Eder recosturava o fio que atava em um único nó a Associação de Moradores, a igreja católica e o movimento de bairro, todos criados no chão de terra batida da capela de São Sebastião, em 1982.

O trabalho de Eder, Rafael e Mansur foi essencial para um reavivamento associativo e comunitário. Inicialmente, arrecadavam dinheiro com festas, bingos e rifas na própria *quebrada*, e não aceitavam recursos nem de partidos políticos, nem de organizações não governamentais (ONGs) ou empresas, nem do *Partido*. A laje do espaço da Associação foi refeita e eles conseguiram equipar o lugar com um aparelho de som e computadores. Os amigos também lideraram a retomada de diversas atividades, como alfabetização de jovens e adultos, cursinho pré-universitário, participação em conselhos de saúde e meio ambiente e projetos de extensão em parceria com universidades envolvendo regularização fundiária e assessoria técnica para implementação de um plano de bairro, o que fez o trabalho realizado na Boa Esperança ser reconhecido em outras *quebradas*. A presença da Associação de Moradores nos atos de junho de 2013 foi decisiva para a formação política do trio: eles conheceram diversas lutas e estratégias e se fizeram conhecer também. Para Eder, a “rua foi uma verdadeira escola de política”. A conquista de uma Unidade Básica de Saúde, a manutenção de uma linha de ônibus que seria suprimida, as tarifas sociais de água e esgoto implementadas e as parcerias com movimentos sociais por mobilidade urbana e moradia colocaram a Associação como uma das de maior destaque na Zona Leste de São Paulo. Eles também realizaram inúmeras ações diretas no centro e nas periferias metropolitanas: *trançaços* de avenidas, ocupações de secretarias e subprefeitura, fortalecimento de movimentos sociais e de associações de moradores vizinhas, escrachos de políticos, mutirões de tapa-buracos, oficinas de grafite, festas e bailes comunitários e a criação de uma perua em formato passe livre que ligava a Boa Esperança à estação de trem mais próxima.

No entanto, a partir de meados de 2018, uma crise generalizada se instalou naquela *quebrada*. Inicialmente, ocorreu a morte trágica de Rafael em um acidente de moto, o que gerou inclusive uma *situação* que desencadeou um *debate* reivindicado por um primo *correria* dele. Os debates no mundo do crime são agonísticos, ou seja, possibilitam ampla argumentação, aparecendo múltiplos *lados*, *visões* e *ideias* de uma *situação*, e são instituídos para a realização de deliberações (FELTRAN, 2018; BIONDI, 2018) e para a diferenciação dos sujeitos em termos morais, populacionais e espaciais (MARQUES, 2014) na prisão e na rua (GODOI, 2017). Os *debates* tornaram-se instituições legítimas nas periferias de São Paulo, sobretudo a partir da década de 2000, ocupando espaços de mediação de conflitos e deliberação sobre o uso da

violência (FELTRAN, 2020). As *consequências* não são prescritivas, mas autorizativas. Eder teve que participar como testemunha. Suspeitava-se que Rafael tivesse sido assassinado devido à sua atuação política e a um *arranca-rabo* com um *irmão* que vendia lotes na Vila da Vitória, *quebrada* vizinha da Boa Esperança, hipótese enterrada nas *ideias*.

Mansur, que tem transtorno bipolar, teve diversos problemas de saúde mental em decorrência da morte de Rafael, seu grande amigo, conselheiro e protetor. Ele se envolveu em conflitos com Eder e *ramelou* em uma série de situações. Os antigos parceiros acabariam não mais *somando lado a lado* devido ao sumiço de cestas básicas doadas que estavam estocadas na Associação, ao beneficiamento direto de amigos em determinados serviços prestados pela Associação de Moradores, às decisões autônomas em espaços de representação externa, a uma briga com um cadeirante membro da diretoria da Associação e, finalmente, ao fato de que Mansur cedeu à pressão do dono da *biqueira* da Boa Esperança e se associou com a *malandragem* da quebrada. Várias *fitas* começaram a *rolar* no interior do espaço associativo. Os entreveros não pararam por aí: um projeto de regularização fundiária e a possível desapropriação de casas para a realização de uma obra de saneamento proposta simultaneamente por uma assistência jurídica e por uma assessoria técnica geraram fofocas na comunidade e temor de remoções de moradores que ocupam uma área na beira de um córrego. Além disso, Maura morreu depois de um ataque cardíaco em 2020, e Gilberto faleceu em decorrência de covid-19 em 2021. A gota d'água ocorreu no primeiro turno das eleições presidenciais, em outubro de 2022, quando atividades políticas ligadas a candidatos bolsonaristas ocorreram no interior da Associação. Eder ficou enfurecido, entregou as chaves e os documentos da entidade e retornou às atividades da Pastoral Social da igreja.

O novo padre da comunidade é diferente do austero pároco anterior. Aquela era a sua primeira novena de São Sebastião, o santo padroeiro da Boa Esperança. A expectativa de sua chegada era um dos motivos do aumento de fiéis. Conhecido como Pingo, ele é jovem, negro, nascido e criado na Vila da Vitória. Pingo morou em um barraco de madeira e lona e conheceu na infância o trabalho político da igreja e da Teologia da Libertação na Zona Leste, que alimentava os pobres, evangelizava a comunidade e lutava para que os moradores permanecessem nos lugares das ocupações.

O jovem padre compreende bem o *proceder* e a *caminhada* de diversos *irmãos* desde pequeno, quando era conhecido como “pingo de gente”. A pobreza e a violência eram suas companheiras desde menino. Seus amigos de infância, os que estão vivos e *no corre*, são hoje os operadores do tráfico e de um conjunto de negócios imobiliários, inclusive na Vila da Vitória, onde mora sua mãe. Dona Dilma não aceitou bem a vocação do filho, “queria netos e que ele formasse uma família”, mas assentiu ao final vendo o destino e as consequências da *vida loka* dos amigos da quebrada: *caminhadas* entre a prisão e a morte.

Pingo é um bom orador e está na disputa de corações e mentes na *quebrada*. Ele, tal como Eder e Mansur, e também Kelly e padre Gonçalo, como veremos adiante, parece empenhado nas disputas políticas candentes na vida cotidiana do *fundão* da Zona Leste e em parte expressiva das periferias brasileiras. As *tretas* na Boa

Esperança e na Vila da Vitória são produto das relações e tensões entre o crime (a ética do *Comando* e a estabilidade financeira dos *ladrões*), as igrejas (o governo das moralidades e as disputas entre os fiéis/católicos e os crentes/evangélicos), a regularização fundiária (operada por assessorias técnicas e empresas privadas nos descaminhos entre remoções e venda de mercadorias fundiárias) e as associações de moradores (em suas práticas políticas frente à produção social do espaço urbano e sua redução ao assistencialismo ou fachada para o crime, partidos políticos, ONGs ou empresas). Essa constelação de sujeitos/grupos/instituições produz, a partir de coerção e consensos – provisórios e enfeixados de conflitos e compartilhamento de hegemonias –, novas camadas de disputa pela ordem, que se concretiza em diferentes práticas socioespaciais e processos de produção do espaço.

A hegemonia compartilhada da produção do espaço remete à compreensão de que há conflitos e contradições entre diferentes agentes para o exercício de poder, disputas econômicas e lutas pelo espaço. Força e consenso, persuasão e coerção, vida e capital ora se articulam, ora se afastam. Entender a produção do espaço urbano mediado pela dimensão da morfologia do canteiro de obra, do planejamento urbano na presença-ausência do Estado e da vida cotidiana emaranhada por tensões e novos arranjos econômicos, políticos e culturais sugere o questionamento de como forças sociais diferentes se combinam, conjunturalmente, para criar um novo terreno sobre o qual uma forma diferente de política se erige (GRAMSCI, 2007; WILLIAMS, 1973; HALL, 2022). Essa política modifica a vida cotidiana, especialmente daqueles que têm de calcular como sobreviver, como cuidar da família, como chegar vivo ao fim do dia e ao fim do mês e onde vão morar e se vão permanecer naquele lugar. A hegemonia compartilhada não prefigura a ausência do Estado, mas sim a reestruturação estatal em contexto neoliberal que produz uma trama de agentes que são figurações do Estado, em especial, nas periferias. Além disso, buscamos compreender como os sujeitos entendem seus próprios interesses (em “articulação” com lugares e situações concretas) e como eles são tensionados por diferentes regimes normativos, gramática moral, posições de classe e forças sociais em constante fluxo, articulado e rearticulado num constante processo de contestação, coerção e consentimento (HART, 2004; LEVENSON, 2022).

A tese que desenvolvemos neste artigo é que crime, igreja, empresas e movimentos sociais operam prolongamentos e modulações da “violência da urbanização” (SAMPAIO, 2015) das quebradas de São Paulo, violência essa mediada, primeiro, pela propriedade privada como fundamento do habitar na cidade capitalista; segundo, pelo Estado e pelo planejamento urbano como operadores e reprodutores da valorização imobiliária e da segregação socioespacial; terceiro, pelo dano de uma vida cotidiana transpassada pela privação do urbano que se manifesta na multiplicidade de formas do empreendedorismo popular⁵, visto, aqui, como as diversas estratégias de

5 Costa (2022) considera que o empreendedor é um fenômeno que atravessa todas as classes sociais, corporificando as contradições do discurso do investimento no próprio capital humano, o que, a nosso ver, ganha conteúdos específicos no atual contexto neoliberal pós-pandêmico: somente até junho de 2020, 715 mil pequenas empresas fecharam as portas no país, enquanto, entre março e julho do mesmo ano, foram registrados novos 600 mil microempreendedores individuais (MEIs) (COSTA, 2022).

autogerenciamento do trabalho que, na contemporaneidade, têm como denominador comum a necessidade de gerar renda por parte da população precariamente inserida do mercado formal de trabalho. A imersão em campo, realizada por pesquisa de caráter etnográfico, revela o recrudescimento, nas periferias paulistanas, de novas formas de empreendedorismo popular intimamente imbricadas com o mundo do crime e com a regularização fundiária. Assim, compreender a especificidade da violência urbana brasileira demanda reconhecer que a natureza desse fenômeno não parece decorrer apenas da mudança do patamar quantitativo de incidência criminal na sociedade.

A sociabilidade violenta é um princípio de coordenação das práticas (SILVA, 2010), o elemento novo da violência urbana brasileira que está conectado não apenas a uma suposta fraqueza das instituições (como o tema da ausência, ineficácia ou deficiência do Estado), mas à transformação do padrão de uso da força física por parte dos agentes criminosos. Isto é, está em curso um processo de transformação qualitativa da violência, de meio socialmente regulado de obtenção de interesses para o centro de uma ordem de sociabilidade em formação. Em outras palavras, habitamos um regime de urgências que implica a adoção, por parte do Estado e de suas figurações e agentes associados, de uma gestão securitária para a administração do colapso urbano (CANETTIERI, 2020) em cidades sitiadas (GRAHAM, 2010) onde a vida está sob cerco (SILVA; LEITE, 2008). Trata-se, afinal, de um conjunto de novos agentes coletivos que alteram as condições de reprodução da ordem pública (SILVA, 2004). Estes não apenas operam a violência como sinônimo de criminalidade, mas são sujeitos centrais da reprodução do espaço urbano contemporâneo e instituem moralidades e regimes normativos, entre articulações e dissensos, na vida cotidiana periférica (BERALDO, 2022), assim constituindo e ampliando mercados com a produção do espaço no centro dos negócios. Em síntese, estamos diante da instauração de uma sociabilidade que produz uma espacialidade violenta como expressão concreta dos efeitos de relações conflitivas de poder (HIRATA, 2022) em um sistema de gestão compartilhado da segurança pública (SIMONI-SANTOS, 2022). No caso das *quebradas* de São Paulo, concretiza-se uma hegemonia compartilhada da cotidianidade mediada entre crime, igreja, empresas e movimentos sociais com a problemática fundiária no centro das disputas pela ordem e pela prática socioespacial.

UMA EMPRESA SOCIAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA PRIVADA

Ao encontrar a igreja, tentamos abrir sem sucesso uma imensa porta de ferro. Depois de dar a volta no templo, achamos a entrada improvisada. Ocupamos um lugar ao fundo da capela quando um canto se iniciava e acenamos para Ivone, que fez um coração com as mãos. Pegamos duas folhas com as canções e ouvimos: “Senhor, o Deus dos pobres, do povo sofredor, aqui nos reuniu para cantar o seu louvor!”. As folhas estavam numeradas: 97 e 98 em caneta marca-texto verde fluorescente. No final da missa, os números funcionaram para o sorteio de uma imagem do santo padroeiro e um terço. Não ganhamos, mas recebemos a estátua de São Sebastião de lembrança pela visita. Quem conduzia o sermão era um padre mais velho: altivo,

branco e com barba e cabelos grisalhos. O padre Gonçalo é figura mítica da periferia paulistana. Sua verve comunista estava afiada naquela noite: ele exaltou os cientistas que produzem vacinas, conhecimento crítico e saberes técnicos e políticos para o povo que necessita de “terra, trabalho e pão”, e dedicou a missa e aquela novena “contra a servidão voluntária” e “contra a opressão”. Também saudou a ordenação de padre Pingo, que estava fazendo cinco meses naquela semana.

Após a comunhão, o padre pediu para que as pessoas fizessem suas preces, pedidos de proteção e bênçãos em voz alta. O público deveria responder dizendo “Obrigado, Senhor”. Uma senhora pediu “saúde”, outra demandou “paz para as famílias”, e uma terceira, visivelmente emocionada, rogou por “casa e comida para os desabrigados e para os que têm fome”. Muitos assentiram com a cabeça. Essas preces ecoavam com os dados: de acordo com o Cadastro Único para Programas Sociais, a extrema pobreza aumentou exponencialmente em São Paulo no último biênio. Em janeiro de 2021, 473.814 famílias estavam nessa situação e, em janeiro de 2022, já eram 619.869, um aumento de 30,82% (VERDI, 2022). O crescimento da venda de ossos, peles, carcaças, sambiquira e miúdos no comércio da Boa Esperança, e da quantidade de caminhões que comercializam cartelas de ovos, conhecidos como “carro do ovo”, revela as alternativas para se comer algum tipo de *mistura*, ou melhor, proteína. Entretanto, o que se constata é o aumento generalizado da fome. Em termos de insegurança alimentar, se considerados todos os três níveis (leve, moderada e grave), 58,7% da população brasileira encontrava-se em alguma dessas categorias em 2022 (REDE PENSSAN, 2022). Na vida cotidiana, é pobre quem passa fome, não tem onde morar ou mora em condições precárias (com possibilidade de alagamento, desabamento ou remoção) e sofre discriminação por isso.

Vê-se que padre Gonçalo é próximo da comunidade e conhece os problemas urgentes do bairro. Ele brincou com algumas crianças que batizou e que já são grandes (um rapaz pré-adolescente e uma jovem mãe), valorizou a esforçada banda, criticou os *poderosos* que não se preocupam com os pobres, demonstrou preocupação com as enchentes na Boa Esperança e convidou Eder, Ivone e Kelly, além do padre Pingo, para os rituais. Eles distribuíram as hóstias e fizeram leituras da Bíblia.

Terminada a missa, fomos convidados para a sacristia da igreja junto com Eder, Ivone, o padre e Kelly. Pingo saiu acelerado, porque tinha uma atividade em uma ocupação perto da Boa Esperança. Dois coroinhas, um membro da Pastoral Carcerária e o outro da Pastoral LGBTQIA+, trocaram suas vestes por ali. Passada cerca de meia hora de conversa regada a um refrigerante popular tipo cola, um chá de ervas açucarado, uma tortinha de liquidificador com recheio de frango e um bolo de baunilha, o padre disse que estava cansado e que iria embora. Já eram quase 22h. Eder nos convidou para uma cerveja. Kelly, que pensou em pegar carona com o padre, resolveu nos acompanhar para a mesa de bar. Nós nos entreolhamos felizes, porque Kelly parecia conhecer bastante sobre a igreja, as lutas por moradia na Zona Leste e a ética do *Comando*. Com nome de princesa, ela é loira de cabelo tingido, alta e magra. Na sacristia, Kelly estava atenta às discussões, mas fitava desconfiada. Ela é presidenta da Associação de Moradores da Vila da Vitória e já viu muito dessa conversa entre intelectuais e o padre. Já tínhamos ouvido falar que ela debatia com o movimento e que não deixava

os irmãos entrarem em sua mente. Fazia política no chão da luta e tinha muita consideração, adquirida nos mais diversos agrupamentos políticos.

Sáimos conversando pelas vielas da favela na noite quente. Eder sugeriu uma *adega* perto da igreja. O lugar estava lotado de atletas de meia-idade em um pós-jogo de futebol de várzea, pois é uma espécie de sede social do time da Boa Esperança. Resolvemos recuar e caminhar um pouco mais, rumo a uma outra *birosca* menos cheia e que vendia costelinha no bafo. O segundo bar tinha lugares disponíveis. Os frequentadores estavam animados e se esparramavam pela calçada estreita ao som de escapamentos de motos e dos sucessos da dupla Marcos e Belutti. Sentamos do lado de fora em mesas e cadeiras de plástico, onde nos abastecemos com *litrões* de Skol.

Eder e Kelly são lideranças respeitadas em suas comunidades. Durante a pandemia, dedicaram boa parte do seu tempo de atuação política à distribuição de cestas básicas e roupas que receberam como doação. Ambos relataram que o desemprego, a fome e a pobreza no geral aumentaram desde 2020. Muitas famílias que eles conhecem dependiam das doações de alimentos para garantir, ao menos nas primeiras semanas do mês, que o arroz com feijão estivesse na mesa.

Kelly falou bastante. Iniciou contando sobre seu projeto de instalar energia solar na Vila da Vitória. Ela estava particularmente indignada com uma reunião frustrante entre a Associação de Moradores da comunidade e um órgão do estado de pesquisas tecnológicas. Participaram da atividade “vários especialistas sérios, mas que no final das contas não deu em nada”. Eles acharam impossível produzir energia em um sistema fotovoltaico naquela favela, visto que exigiria muita organização comunitária e recursos financeiros. Kelly se decepcionou com a resposta dos engenheiros e arquitetos, pois para ela as razões não eram nem técnicas, nem orçamentárias.

As conexões entre a moradia e o PCC surgiram pela primeira vez nessa conversa. Kelly acendeu um cigarro Eight, contrabandeado do Paraguai, e contou sobre o receio dos técnicos de produzir energia solar em casas com atividades ligadas ao *crime*, especialmente nas ruas próximas à Associação de Moradores que são reguladas pelos *ladrões*. A venda de terrenos e a expansão para algumas áreas vizinhas têm acontecido frequentemente. Além disso, a rua principal da *quebrada* ainda é popularmente conhecida pelo nome do irmão que fez os primeiros *corres* na ocupação. Apesar da indignação com os *doutores*, Kelly tinha outros BOs para resolver nos meses seguintes, porque os *pepinos* não paravam de chegar.

Kelly vive em uma rua íngreme e esburacada na Vila da Vitória, sombreada por 18 torres, com dezenas de andares, divididas em quatro condomínios do Programa Casa Verde e Amarela, construídas por uma empresa com sede em uma avenida moderna do vetor sudoeste da metrópole paulistana e cujo foco é em prédios de padrão médio e econômico. A porta da casa dela, de ferro amarrada por arames, abre para um pequeno corredor, que a parede do lado direito divide da garagem do vizinho. Logo depois desse corredor, a sala e a cozinha contíguas são separadas por um sofá, que fica de costas para a televisão. As paredes não têm reboco, mas são pintadas mesmo assim, de um lilás já desgastado. A geladeira de uma porta só fica na sala, do lado esquerdo de quem entra. Ao lado da geladeira, há uma estante cheia de objetos de decoração: fotos de primeira comunhão e reuniões de família, uma Bíblia, terços e

latinhas de cervejas especiais. Não tem mesa de jantar com cadeiras ao redor: não há, na casa, um lugar evidente para sentar e fazer uma refeição. Num canto da sala, em cima de uma cadeira, ficam empilhados os sacos pretos de lixo, com capacidade de 100 litros cada, cheios de roupas para doação. Uma das tarefas de Kelly, como presidente da Associação de Moradores, é organizar essas doações: separar as peças inutilizáveis, dividir as roupas masculinas das femininas, encontrar os pares de todos os sapatos. Segundo a própria Kelly, as doações de cestas básicas e roupas foram fundamentais para evitar uma piora ainda maior da pobreza no bairro.

A Vila da Vitória começou como uma ocupação em 2001. Kelly foi uma das primeiras dez moradoras: comprou o terreno da casa em que vive hoje por R\$ 750,00 em 2002. Fez dívida para adquirir o material e construiu um barraco de madeira, onde foi morar com o marido (hoje ela é separada), o filho mais velho e a filha do meio. Ela conta que viveu por 16 anos sem água, que em toda a vila tinha apenas uma mangueira que os moradores utilizavam para encher baldes e garrafas pet. Atualmente, na Vila da Vitória vivem 230 famílias que se dividem em 169 lotes. No entanto, nesses 20 anos, essas famílias passaram por muitas ameaças de remoção, que causavam medo cotidianamente. Nas palavras de Kelly, “todos os dias a gente dormia e sabia que poderia acordar no outro dia com a casa levantada”.

A casa de Kelly ficou sem telhado com as chuvas intensas de fevereiro de 2020. O padre Gonçalo e ela fizeram uma arrecadação de dinheiro para reconstruir uma parte da laje dessa casa onde ela vive com uma das filhas (a mais nova, que ainda está em idade escolar) e um sobrinho distante, recentemente saído da prisão, que veio de Goiás à procura de trabalho.

No bar, passado aquele primeiro momento de revolta, Kelly relatou os desafios da chegada da empresa Nova Vida na Vila da Vitória. A Nova Vida é uma regularizadora privada de terras que opera na mediação e negociação de conflitos fundiários entre moradores e proprietários. Trata-se de uma modalidade de negociação privada que não passa diretamente pelo Estado (mas se estrutura fundamentalmente a partir da negociação estatal), com poder de atuação ampliado pela legislação fundiária implementada pelo governo de Michel Temer, em 2017⁶. A empresa se propagandeia como aquela que vende soluções para “evitar dor de cabeça”, com economia de tempo e dinheiro para os proprietários (com a recuperação do valor do seu imóvel) e para deixar “tudo regularizado” e “tranquilo” (“sabendo que a terra é sua e de mais ninguém”) para aqueles que realizam as ocupações chamadas de *irregulares*. A Nova Vida está presente em 30 comunidades, quatro estados, atende cerca de 40 mil pessoas e está envolvida na regularização de mais de 3 milhões de m² de áreas urbanas particulares.

A ocupação da Vila da Vitória, no início dos anos 2000, aconteceu em um terreno privado próximo a uma importante avenida da Zona Leste e ao lado de uma empresa de concreto usinado com caminhões gigantesco que transitavam pelas estreitas ruas sem grandes cuidados. Entre a ocupação e a regularização, a área passou por uma série de ameaças de reintegração de posse – expressão concreta da violência da

6 A empresa se respalda na assim chamada desapropriação judicial, com previsão nos parágrafos 4º e 5º do Artigo 1.228 do Código Civil Brasileiro, estabelecida como um instrumento de Regularização Fundiária Urbana no Art. 15 – III da Lei Federal n. 13.465, de 11 de julho de 2017.

propriedade privada – que produziram um terror na vida cotidiana dos moradores da ocupação. A tensão da possível destruição das casas, o medo da impossibilidade de reunir os pertences e o desespero em morar *de favor* ou em algum equipamento público ou privado coletivo por período indeterminado ou mesmo *na rua* tiravam o sono da comunidade. Em linhas gerais, se operou a instalação de um estado permanente de insegurança da posse para a maioria dos moradores em que o exercício dos poderes jurídicos da propriedade corresponde a um importante propulsor das perdas habitacionais (MILANO; SÁ, 2020) e da reprodução da segregação socioespacial como conteúdo central da produção do espaço urbano (ALVAREZ, 2015). Trata-se, assim, da segregação vivida como violência em todas as tessituras do cotidiano.

Em 2014, a Associação de Moradores iniciou o contato com a empresa Nova Vida, seguindo o conselho de um político atuante na periferia de São Paulo. A Nova Vida se apresenta como uma empresa social, vendendo diversas mercadorias fundiárias como forma de “pacificação” da situação entre proprietários e aqueles que ocupam a terra. A empresa opera a prospecção de territórios com conflitos imobiliários em articulação direta com o poder público, em especial com representantes dos poderes Legislativo e Executivo. A descoberta de terras em conflito é a alma do negócio. Em vídeos promocionais disponíveis on-line, a empresa se coloca como a mediadora por excelência das relações entre Associação de Moradores, poder público e proprietários para a regularização fundiária e a “garantia de direito de todos”. Em termos jurídicos, um dos principais negócios da empresa é o acordo judicial que impede o processo de reintegração de posse pelo dito proprietário. No que tange à dimensão urbanística e ambiental, a empresa vende o atendimento às legislações municipais para que os serviços e infraestruturas de água, esgoto, luz, cabeamentos e pavimentação possam ser realizados pelo Estado. A Nova Vida busca mercantilizar a privação do urbano e abocanhar nas margens do Estado (DAS; POOLE, 2004) uma parcela da hegemonia periférica com a formalização da propriedade privada da terra. Ademais, capitaliza a gestão das precariedades como um ativo financeiro que não se reduz apenas à titulação, mas envolve uma série de mercadorias e negócios. O conflito fundiário e o papel, em si, de agente expulsor do próprio Poder Judiciário são condições necessárias para a expansão do mercado fundiário e imobiliário de regularização fundiária privada assentado na constituição plena da propriedade privada. Nos termos de um dos diretores da Nova Vida, “resolver um problema tem que ser um bom negócio para todos”.

A regularizadora privada vende também uma série de mercadorias ligadas à organização social da comunidade: cursos para o fortalecimento do protagonismo das lideranças, identificação e capacitação de agentes comunitários que realizam a cobrança de parcelas, cadastro censitário e diagnóstico socioeconômico das famílias, formalização jurídica da Associação de Moradores, quando necessário. Esse processo é vital para o negócio, visto que o presidente da entidade é quem: 1) assina o acordo judicial com o proprietário do terreno; 2) convence os moradores de que realizar a regularização fundiária privada é um negócio mais rápido do que a garantia do direito, pelo Estado, de pagamento justo, acessível (*que cabe no bolso*), tornando-se possível escapar de uma vida cotidiana de incertezas e insegurança jurídica; 3) atua como fiador diante da comunidade de que o poder público pode começar a construir infraestrutura e serviços urbanos imediatamente após o acordo entre as partes. O

presidente é também responsável por parte da organização, negociação e operação de possíveis remoções das famílias que habitam áreas consideradas de risco. Em síntese, de acordo com Milano, Petrella e Pulhez (2021), a empresa regularizadora funciona como um agente conciliador em situações de irregularidade de ocupação. Tal conciliação, no fim, é um acordo de compra e venda mediado pela empresa.

Segundo o relato de Kelly, a Nova Vida medeia o pagamento da indenização ao proprietário da área a partir de parcelas mensais que os moradores pagam à empresa. Um aspecto central do negócio é a definição do preço do m² com que cada família deverá arcar para a indenização do proprietário de acordo com a quantidade de solo urbano que está ocupando na área. O pagamento é definido respeitando-se – supostamente – a renda familiar, e as parcelas são pagas em um prazo que varia entre 5 e 10 anos. Por fim, para além da indenização aos proprietários, uma parte do dinheiro se realiza como lucro operacional de 20% do valor da regularização para a empresa garantir a *sustentação da operação*.

Após a quitação total das parcelas e a aprovação do loteamento da área, cada família recebe o título de propriedade da parte que ocupa. A empresa realiza, inclusive, eventos midiáticos de entrega de escrituras imobiliárias com a presença da imprensa, de representantes de prefeituras e das Câmaras dos Vereadores nas cidades onde vende o serviço de regularização. Em um vídeo promocional gravado em uma pequena cidade, um diretor argumenta que a casa tem que ser compreendida como um *ativo financeiro* que passaria a valer muito mais quando titulada em definitivo. O pagamento, então, deveria ser compreendido não como um gasto, mas sim como *um investimento para o futuro*. Seria fundamental capitalizar o bem mais precioso daqueles moradores: a casa. Emulando as teses de De Soto (2001), para a Nova Vida, a regularização fundiária cria as condições para a transformação de “ativos mortos” em capital, sendo, portanto, um grande mecanismo propulsor de desenvolvimento. A empresa investe em um modelo de negócio que envolveria a descoberta de uma grande oportunidade de expansão de mercado na base da pirâmide social: pagamento de impostos, mercantilização da propriedade privada e entrada de enormes frações de território no mercado imobiliário.

Além disso, a empresa se apresenta como aquela que estimula uma modalidade de microcrédito imobiliário. A Nova Vida tem chamado esse modelo de “financiamento da indenização” e do serviço de regularização para a população de baixa renda, mimetizando as ideias de Muhammad Yunus (2000), o “banqueiro dos pobres”. Um dos proprietários do negócio se considera um “regularizador social”, pertencente ao assim chamado “setor 2.5 da economia”, ou seja, é dono de uma empresa social que ajuda a reduzir “a pobreza no mundo”.

O acordo entre a Nova Vida, os moradores da Vila da Vitória e os proprietários da área foi homologado em 2016. Quando a proposta de regularização foi apresentada à comunidade pela Associação de Moradores, cerca de 90% da população aderiu à proposta. Para a Nova Vida, era necessário ter aprovação de 51% dos moradores para encaminhar o processo. Hoje, a área de aproximadamente 24 mil m² está dividida em 169 lotes, de tamanhos diferentes, e cada família paga uma prestação proporcional ao tamanho do seu terreno. Kelly despende atualmente cerca de meio salário mínimo por uma casa de oito cômodos.

O *crime*, que mobilizou parte da ocupação inicial da Vitória há cerca de 20 anos, vendendo e negociando terrenos, não se opôs às tratativas entre a Associação de Moradores e a empresa regularizadora. O *Partido* utiliza diversos negócios imobiliários para a lavagem de dinheiro e para a diversificação do mercado, não apenas na periferia, mas em lugares elitizados da metrópole, capitalizando o direito à moradia em negócio importante para alguns *irmãos* e *correrias*, operando, assim, a reativação de dinâmicas expansionistas a partir de agenciamentos imobiliários (FELTRAN, 2018; SIMONI-SANTOS, 2022). E mais: as *invasões* mediadas pelo crime funcionam como válvula de escape em contexto de crise financeira, visto que os loteamentos são parte estratégica dos negócios. Os terrenos com potencial de valorização na *pista* ou ruas principais ficam para os empreendimentos do crime, enquanto meio e fundo são vendidos para os que necessitam de moradia. A terra é parte constitutiva do *progresso* dos irmãos.

No caso da Vila da Vitória, a regularização foi levada a cabo pela empresa privada e negociada diretamente entre a empresa e a população, com mediação da Associação de Moradores do bairro e a anuência dos *irmãos*, da igreja e de políticos próximos. Com a regularização fundiária, a Eletropaulo e a Sabesp começaram a construir a infraestrutura de luz, água e esgoto em 2017 e 2018, respectivamente. Conforme relato de moradores da Vila da Vitória, a segurança da propriedade do lote é um alento para quem vivia constantemente as ameaças de remoção. O político que trouxe a Nova Vida também capitalizou eleitoralmente com a negociação deixando claro que o título de propriedade foi parte da luta do movimento com a intervenção de sua assessoria jurídica em negociação com a empresa regularizadora.

No entanto, conforme ouvimos tanto na Boa Esperança, quanto na Vila da Vitória, a segurança da propriedade não muda a percepção de estar na periferia e de ser periférico. Dessa forma, os processos de privatização, mercantilização e financeirização do espaço urbano, envolvendo agentes públicos e privados, suas interações e a produção de regimes regulatórios, incidem diretamente sobre as metamorfoses do espaço e, conseqüentemente, sobre a gestão da vida cotidiana da população das periferias urbanas, o que reproduz processos violentos de permanência da segregação socioespacial e de estreitamento do horizonte político (CARLOS, 2020). Assim, nos deparamos com uma espacialidade de reprodução da violência da urbanização.

AÇÕES, LUTAS, NEGÓCIOS E CORRES

A noite da novena seguia abafada, e a garrafa de cerveja parecia tão suada quanto o rosto de Eder. Kelly, batendo os dedos na mesa de plástico, falou que, conversando com outros presidentes de associações de moradores, foi a única que ainda não foi *chamada para as ideias*. Padre Gonçalo teve participação no fato de nenhum *irmão* ter *dado um psicológico* nela. Quando foi aventada uma *situação* sobre Kelly – ela estaria trazendo muita visibilidade para a Vitória com essa história de regularização fundiária –, padre Gonçalo mandou um recado: se ela fosse chamada para um *debate*, ele também deveria ser convocado. Os *irmãos* teriam assim recuado.

Por trás disso, reside a intenção do mundo do crime de dominar e controlar diretamente a Associação de Moradores para negociar, sem interlocutores, com algumas institucionalidades que surgiram da luta política da própria Associação, em especial com a Nova Vida, de modo a atuar na venda de lotes para a construção de prédios (o que de fato já está ocorrendo) e aumentar a área dos *malandros* da quebrada. Há uma tensão nos processos de triangulação normativa (BERALDO, 2022) em que a hegemonia compartilhada pode ser rompida quando alguns dos grupos tendem a buscar a liderança absoluta. A situação na Vila da Vitória retoma elemento conexo relatado por uma interlocutora de Biondi (2018, p. 86), moradora do Parque Harmonia: “se antigamente o PCC cuidava da quebrada e de sua população, atualmente os irmãos só estariam interessados em dinheiro, ocupados com o tráfico de drogas” – e também com o mercado fundiário e imobiliário.

O *movimento* realiza a reprodução econômica do mundo do crime em muitas *fitas*. Uma delas é a dimensão fundiária, e pessoas como Kelly são ora *pedras no sapato*, ora a salvação. As situações, lados e visões vão se modificando. Até a chegada da Nova Vida, ela era vista com certa desconfiança, porque poderia atrapalhar a correria; depois, virou a mediadora central para o compartilhamento da hegemonia. Agora, ela estava com receio de ser descartável.

O mandato de Kelly na presidência da Associação termina em 2023. Ela pretende ficar no cargo até o fim, mas não sabe se vai se reeleger. Kelly já está há muitos anos na liderança da comunidade e, segundo ela, os *irmãos* tendem a colocar uma *marionete* em seu lugar. Eder e Ivone ressaltaram que Kelly “enfrenta tudo”, “é *cabulosa*”. Eder questionou a chegada da Nova Vida (disse que eles querem lucrar com a comunidade), mas enfatizou que Kelly tinha sido destemida e que era uma mulher de *atitude* por tomar a frente do processo de regularização fundiária com a *empresa social* como mediadora. Ele fala *social* com uma ironia indisfarçável. Kelly ficou incomodada com o questionamento de Eder, disse que ele sabe o tamanho dos problemas na Vila da Vitória e que ele tinha *blindado a mente* para a empresa, porque o contexto da Esperança era diferente da Vitória. Com infraestrutura ainda precária, os investimentos para a sua *quebrada* virão com o dinheiro captado pela regularizadora privada e com a possibilidade de pressionar o Estado por meio da intervenção da empresa, afirmou categórica. Kelly contou que um dos maiores problemas é ser chamada de “ladra” pelos próprios moradores da Vitória, que afirmam que “presidente de associação enriquece”. Kelly disse que vive de doação, de roupa da *bolsa dos pobres* e que de vez em quando tem que se alimentar com as cestas básicas que recebe. Com as chuvas torrenciais de verão em janeiro de 2022, a casa de Kelly destelhou novamente. Os padres Pingo e Gonçalo encabeçaram outra campanha de arrecadação e uma rifa para ajudá-la na reconstrução do telhado. A cobertura de telhas de plástico ficou pronta em dezembro.

Kelly emendou argumentando que os que mais precisam são duplamente humilhados: têm fome e casas precárias e ainda precisam pedir e expor suas famílias, suas moradias e sua condição de pobreza para a realização de uma infinidade de cadastros e para o constrangimento público com os vizinhos em filas, listas e reuniões. Por isso, os que mais precisam, em geral, não pedem. Muitos vão se *virar e ganhar a vida*, trabalhando para o *Comando* ou em atividades ligadas a toda sorte de

ilegalismos. Vale ressaltar que as fronteiras que dividem categorias clássicas como trabalhadores e bandidos são bem menos rígidas e fragmentadas do que o dualismo aparente entre *quem rala e quem rouba*. Há um trânsito constante na vida cotidiana entre práticas legais, atividades ilícitas e inserções nas tramas dos ilegalismos, em infundáveis redes de mobilidades horizontais (TELLES; HIRATA, 2007) do trabalho sem forma (OLIVEIRA, 2003) com a expansão do mundo do crime (FELTRAN, 2011).

Oliveira (2003) aponta que o subdesenvolvimento é a forma da exceção permanente do sistema capitalista na sua periferia. Periferia em múltiplas escalas, tanto do sistema-mundo engendrado pelo modo capitalista de produção, quanto da produção da cidade. Assim, dentre a plêiade de exceções, o trabalho informal opera como exceção da mercadoria. Telles (2006) prolonga essa reflexão ao argumentar que o “trabalho sem forma” se expande no próprio núcleo do que antes era denominado de mercado organizado/formal/legal e constata que os ilegalismos produzem um mundo urbano reestruturado por formas-conteúdos contemporâneas de uma economia política de riqueza, renda e patrimônio que ativam diversos circuitos da assim chamada economia informal, que, portanto, mobilizam o “trabalho sem forma”. Para Abílio (2021), há uma multidão de trabalhadores que realiza trabalho sem a forma socialmente estabelecida do trabalho assalariado. A autora sugere que estamos frente à plena flexibilidade e maleabilidade do mundo do trabalho contemporâneo instituindo a plenitude do trabalho abstrato. Verificamos, na periferia da metrópole, o trânsito e o enredamento entre empreendedorismo popular, mundo do crime, atividades laborais associativas, militância e dinâmicas empresariais para a radicalização de trabalho com forma ultratemporária, efêmera e brutalmente precarizada para a sobrevivência imediata.

O sobrinho de Kelly, que mora com ela, pode fazer *bico* lavando pratos em uma churrascaria durante o dia, auxiliar no cadastro de famílias para receber cestas básicas doadas pela Nova Vida com Kelly à noite e ainda *dolar* cocaína para a *biqueira* de madrugada, sem necessariamente ser um “envolvido com o crime”, mesmo que em sua vida cotidiana a imagem de egresso do sistema prisional seja elemento de maledicências ou desconfiâncias em parte da favela.

Um desconforto súbito surgiu na conversa. Kelly começou a falar muito baixo, como se alguém pudesse nos ouvir, enquanto olhava fixamente para uma mesa, relativamente distante, em que jogadores opositores ao time da Boa Esperança estavam concentrados. Eram todos homens, *peladeiros* veteranos que já viveram dias melhores de preparação física e atlética, moradores do Jardim Selma e da Vila da Vitória. Estavam todos uniformizados, com meiões abaixados e uma quantidade de garrafas na mesa em que só havia duas opções: ou bebiam rápido demais ou já estavam ali havia bastante tempo. Ivone estava *ligada* no que estava acontecendo. Seu jeito sensível de assistente social tem um radar para situações de conflito em potencial, escutando mais do que falando. Ela sabia da *fita* completa. Naquela tábua estava um desafeto de Kelly, um inimigo político: Zezão. Coisa séria: ele a ameaçou em uma assembleia da Associação de Moradores sobre a regularização fundiária dois anos antes. Primeiro, disse que ia bater e depois jogar uma cadeira na presidente. Ela não se esquivou, *peitou o cara*. A tática para não passar mais tanto aperto e medo nas reuniões foi começar a filmar as assembleias. O diagnóstico imediato foi machismo,

que se articulou com o desentendimento de Zezão com o parcelamento do solo pela Nova Vida. O *machão* tinha se apropriado de terrenos em uma área de proteção ambiental e ficou inconformado com a recusa da presidente em aceitar o domínio territorial. Enquanto ela contava, o desafeto foi ao banheiro. De olhos para o chão, ele passou perto, mas não se atreveu a olhar para a nossa mesa bamba de plástico já abastecida de alguns *litros* e porções. Kelly continuou a falar enquanto ele passava por nós. Zezão gostava, quando *enchia a cara*, de ameaçá-la pela comunidade, mas tinha medo das relações dela com a igreja, especialmente com padre Gonçalo. Ele também tinha receio do seu único filho homem. O padre sabe negociar com o PCC. O filho dela também e ainda mais diretamente. Zezão acenou para Eder e pagou a conta no balcão.

Kelly, bebericando cerveja, visivelmente mais relaxada e com as mãos lambuzadas de costelinha, retomou a importância política do padre nas lutas da região. Ela lembrou das reuniões organizadas para a permanência da Vitória, da articulação com o Poder Público, da presença em manifestações e atos e da defesa das ocupações de movimentos sociais por moradia. As recorrentes ameaças de expulsão dos moradores da Vila da Vitória são um trauma profundo para os moradores da favela. Kelly era alvo tanto de perseguições da polícia, quanto dos irmãos e dos que *correm com o comando* em seus negócios imobiliários na favela. Suas lutas são parte da hegemonia compartilhada que se estende por diversos grupos e sujeitos.

Já era mais de meia-noite. A garçonete do bar começou a recolher mesas e cadeiras enquanto cantava um *feminejo sofrência*. Combinamos as caronas, pagamos a conta e trocamos algumas fotos da novena e da bebedeira. Kelly veio conosco no carro. Ao entrar, ela perguntou se tínhamos filhos e sacou fotografias recentes no celular de três meninas, porém dizendo que era “mãe de quatro”. Uma delas é adolescente e mora com ela. Outra faz o curso de Geografia em uma universidade privada. A terceira é recepcionista. São fotos felizes em momentos de celebração.

Por último, ela mostrou uma foto antiga, em que aparece Maicon ainda criança. Ele apresenta alguma paralisia no braço esquerdo e brinca com carrinhos de polícia e bombeiro no chão de terra. Saberíamos semanas depois, em outra mesa de bar, da relação conturbada de ambos, especialmente depois que ele foi preso por tráfico internacional de drogas na fronteira entre o Brasil e o Paraguai. Ele está encarcerado no Centro-Oeste, em um presídio federal de segurança máxima.

Kelly contou isso chorando. Bracinho, como é popularmente conhecido, é um *irmão*. Entrou para o partido para cobrar dívidas. Depois começou a traficar no interior do Estado. A mãe negou o filho quando foi preso, mas depois de muitas idas e vindas, eles se reconciliaram. Ela faz chamadas de vídeo com o filho ocasionalmente e envia remédios e comida com o auxílio de uma mãe de preso que mora mais próximo. Kelly se culpa pelos anos de militância. A luta pela moradia teria ausentado demais a mãe do lar. Maicon aprendeu a *disciplina* da rua, e não o *certo* em casa. O que ela queria mesmo era a paz e a tranquilidade de sua casa própria na *quebrada* que escolheu para viver e lutar.

Ela espera que o filho arranje um terreno ou quem sabe ocupe a laje da sua casa quando for solto. Nós nos despedimos combinando que nos veríamos no dia de São Sebastião e escolhendo as fotos que Kelly iria postar no *status* do WhatsApp. Ao

descer do veículo, ela cantarolava afinada: “Uma flecha não bastou pra calar a sua voz. São Sebastião! São Sebastião, rogai por todos nós!”. E emendou: “Vão com Deus e voltam quando quiserem, abençoados. Acho que temos muito que conversar ainda”.

Kelly e Eder continuam em muitas lutas. A Nova Vida, em muitos negócios. Padre Gonçalo e Pingo, em muitas ações. O PCC, em muitos *corres*.

SOBRE OS AUTORES

GUSTAVO PRIETO é professor adjunto do Instituto das Cidades da Universidade Federal de São Paulo (IC/Unifesp) e coordenador do Grupo de Pesquisa Transborda – Estudos da Urbanização Crítica (IC/Unifesp/CNPq).

gustavo.prieto@unifesp.br

<https://orcid.org/0000-0002-2658-9429>

ELISA FAVARO VERDI é pós-doutoranda no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap) e trabalha como professora substituta no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP).

elisafavaroverti@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-9514-0350>

REFERÊNCIAS

- ABÍLIO, L. C. Uberização, autogerenciamento e o governo da viração. *Margem Esquerda* – Revista da Boitempo, v. 31, 2021, p. 55-69.
- ALVAREZ, I. A produção e reprodução da cidade como negócio e segregação. In: CARLOS, A. F. A.; VOLOCHKO, D.; ALVAREZ, I. P. (Org.). *A cidade como negócio*. São Paulo: Contexto, 2015, p. 65-80.
- AMADO, J. *Tocaia grande: a face obscura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANTUNES, R. *Capitalismo pandêmico*. São Paulo: Boitempo, 2022.
- BERALDO, A. *Negociando a vida e a morte*: Estado, igreja e crime nas margens urbanas. São Carlos: Ed. UFSCar, 2022.
- BIONDI, K. *Proibido roubar na quebrada*: território, hierarquia e lei no PCC. São Paulo: Terceiro Nome, 2018.
- CANETTIERI, T. *A condição periférica*. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.
- CARLOS, A. F. A. Segregação socioespacial e o “Direito à Cidade”. *GEOUSP*, v. 24, n. 3, 2020, p. 412-424.
- COSTA, H. Entre o “home office” e a vida loka: o empreendedorismo popular na pandemia. In: GODOI, R.; MOTTA, E.; MALLART, F. (Org.). *Tempos sombrios*: reflexões sobre a pandemia. Rio de Janeiro: Funilaria, 2022, p. 295-329.

- DAS, V.; POOLE, D. State and its margins: comparative ethnographies. In: DAS, V.; POOLE, D. (Org.). *Anthropology in the margins of the State*. Santa Fe: School of American Research Press, 2004, p. 3-33.
- DE SOTO, H. *O mistério do capital*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- FELTRAN, G. *Fronteiras de tensão*: política e violência nas periferias de São Paulo. São Paulo: Unesp, 2011.
- FELTRAN, G. *Irmãos*: uma história do PCC. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- FELTRAN, G. Das prisões às periferias: coexistência de regimes normativos na “Era PCC”. *Revista Brasileira de Execução Penal*, v. 1, n. 2, 2020, p. 45-71.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- GODOI, R. *Fluxos em cadeia*: as prisões em São Paulo na virada dos tempos. São Paulo: Boitempo, 2017.
- GRAHAM, S. *Cities under siege*: the new military urbanism. Londres: Verso, 2010.
- HALL, S. Gramsci e nós. Tradução: Vila Vudu. *Jacobin Brasil*, 10 fev. 2022. Disponível em: <https://jacobin.com.br/2022/02/gramsci-e-nos>. Acesso em: abr. 2023.
- HART, G. Geography and development: critical ethnographies. *Progress in Human Geography*, v. 28, n. 1, 2004, p. 91-100.
- HIRATA, D. *Sobrevivendo na adversidade*: mercados e forma de vida. São Carlos: UFSCAR, 2022.
- LEVENSON, Z. Make “articulation” Gramscian again. In: CHARI, S.; HUNTER, M.; SAMSON, M. (Ed.). *Ethnographies of power: working radical concepts with Gillian Hart*. Johannesburg: Wits University Press, 2022, p. 187-215.
- MARQUES, A. *Crime e proceder*: um experimento antropológico. São Paulo: Alameda, 2014.
- MILANO, G.; PETRELLA, G.; PULHEZ, M. O anjo caído na terra prometida. *Novos Estudos Cebrap*, v. 40, n. 1, jan.-abr. 2021, p. 80-100. <https://doi.org/10.25091/so1013300202100010003>.
- MILANO, G. B.; SÁ, J. do N. de. Propriedade e violência: uma análise das remoções forçadas na Zona Leste de São Paulo (2017-2020) In: MOREIRA, F. A.; ROLNIK, R.; SANTORO, P. F. (Org.). *Cartografias da produção, transitoriedade e despossessão dos territórios populares*. São Paulo: LabCidades/USP, 2020, p. 365-388.
- OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo, Boitempo, 2003.
- REDE PENSSAN – Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar. 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da covid-19 no Brasil. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert/Rede PENSSAN, 2022.
- RIZEK, C. Periferias – revisitando fraturas e crises. In: CARLOS, A. F. A.; RIZEK, C. (Org.). *Direito à cidade e direito à vida*: perspectivas críticas sobre o urbano na contemporaneidade. São Paulo: IEA/USP, 2022, p. 44-71.
- SAMPAIO, R. A violência do processo de urbanização. In: CARLOS, A. F. A. (Org.) *Crise urbana*. São Paulo: Contexto, 2015, p. 55-84.
- SANTOS, C. S. Espaços penhorados e gestão militarizada da fronteira urbana. In: BARROS, Ana M. L. de; ZANOTELLI, C. L.; ALBANI, V. (Org.). *Geografia urbana*: cidades, revoluções e injustiças: entre espaços privados, públicos, direito à cidade e comuns urbanos. Rio de Janeiro: Consequência, 2020, p. 273-304.
- SILVA, L. A. M. da. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. In: RIBEIRO, L. C. de Q. (Org.). *Metrópoles*: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito. São Paulo: Perseu Abramo, 2004, p. 291-351.
- SILVA, L. A. M. da “Violência urbana”, segurança pública e favelas: o caso do Rio de Janeiro atual. *Caderno CRH*, v. 23, n. 59, 2010, p. 283-300.
- SILVA, L. A. M. da; LEITE, M. Violência, crime e polícia: o que favelados dizem quando falam desses temas?. In: SILVA, L. A. M. da. (Org.). *Vida sob cerco*: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p. 47-76.

- TELLES, V. Mutações do trabalho e experiência urbana. *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 18, n. 1, 2006, p. 173-195.
- TELLES, V.; HIRATA, D. Cidades e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. *Estudos Avançados*, v. 21, n. 61, 2007, p. 173-191.
- VERDI, E. F. *A privação tem rosto de mulher*: gestão da pobreza e segregação socioespacial na periferia de São Paulo. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2022, 238f.
- WILLIAMS, R. Base and superstructure in marxist cultural theory. *New Left Review*, n. 82, 1973, p. 3-16.
- YUNUS, M. *O banqueiro dos pobres*. São Paulo: Ática, 2000.

Do local ao global: cidades escritas em Luiz Bacellar e Astrid Cabral

[From local to global: written cities in Luiz Bacellar and Astrid Cabral]

Fadul Moura¹

Este texto é oriundo de estudos que contaram com fomento concedido pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp – Processo n. 2018/07075-0, bolsa de doutorado no país). Trechos do artigo fazem parte da tese apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas (MOURA, 2022).

RESUMO • O presente ensaio discute a presença da cidade nas poesias de Luiz Bacellar e Astrid Cabral. Procede-se à leitura cerrada de poemas retirados respectivamente de *Frauta de barro* (1963) e *Ponto de cruz* (1979) a fim de extrair afinidades e divergências entre os autores. O processo de análise é dividido em duas partes: primeiramente, situa-se o *topos* com alguns exemplos da história da poesia; em seguida, focalizam-se as imagens fundamentais de cada poema. Ao fim, uma abordagem comparada objetiva desfazer certos exotismos comuns quando se pensa em cidades poéticas de autores considerados amazônicos, ao passo que esses nomes revelam outras formas da relação entre poesia e experiência urbana. • **PALAVRAS-CHAVE** • Poesia brasileira do século XX; poesia e experiência urbana; relações entre local e global. • **ABSTRACT** • The present essay discusses the presence of

cities in the poetry of Luiz Bacellar and Astrid Cabral. An attentive analysis is attempted of poems from *Frauta de barro* (1963) and *Ponto de cruz* (1979), in order to extract affinities and distinctions between the works of the two authors. The process of analysis is divided into two parts: at first, the *topos* is established within some examples of the history of poetry; subsequently, the focus of attention turns to the fundamental images of each poem. At the end, a comparative approach aims to dismantle some stereotypical exoticism associated with the common imaginary surrounding other cities from – what is commonly accepted as – Amazonian authors. Thus, these two authors, Bacellar and Cabral, shine a light on other forms of relationship between poetry and urban experience. • **KEYWORDS** • 20th century Brazilian poetry; poetry and urban experience; local and global relationship.

Recebido em 14 de abril de 2023

Aprovado em 23 de junho de 2023

MOURA, Fadul. Do local ao global: cidades escritas em Luiz Bacellar e Astrid Cabral. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 85, p. 74-94, ago. 2023.



DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.vii85p74-94>

¹ Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG, Belo Horizonte, MG, Brasil).

Pensar nas relações entre poesia e experiência urbana no Brasil não se dissocia por completo do modo como a cidade é vista na história da poesia pelo menos desde a modernização de países desenvolvidos. Poetas resistiram ou aderiram às forças da urbanização de modo paradoxal no mundo europeu e fora dele. Os efeitos desse processo foram sentidos e traduzidos em reações aos ideais de modernidade nele imbricados. A seu modo, então, autores fizeram da poesia o registro de um caminhar por um espaço em transformação, cujos símbolos cifraram forças e dinâmicas de épocas.

Em texto fundamental, Alfonso Berardinelli (2007) indica perfis poéticos como Baudelaire, Whitman, Apollinaire, Palazzeschi, Eliot, García Lorca, Borges. Dentre eles, os dois primeiros são compreendidos como *sistemas poéticos* (BERARDINELLI, 2007, p. 144), enfeixados respectivamente pela Paris de *Les fleurs du mal* (BAUDELAIRE, 1857)² e pela Nova York de *Leaves of grass* (WHITMAN, 1855)³. O temário que nasce com esse símbolo poético implica a produção de uma tensão entre *eu* e *mundo*, dinâmica essa também revelada em outro nível com o gesto de problematização da linguagem. Ao escrever a cidade, poetas não cedem a caracterizações veristas, mas reconhecem certas forças do mundo urbano, interpretam-nas e transvestem-nas para o campo da palavra poética. Por exemplo, se cada poema de *Tableaux parisiens* apresenta uma

2 Para Berardinelli (2007, p. 145), no sistema Baudelaire, “subsiste o *promeneur*”, caminhante, cuja “solidão necessita banhar-se na multidão para perceber a si mesma e, assim, em lugar da mãe Natureza, temos a mãe Cidade, uma mãe prostituta, cuja beleza é sinistra e fria, a beleza de uma viúva desconhecida, cujo Eros carregado de promessas narcóticas só pode reluzir numa rua apinhada e barulhenta”, o que faz da cidade literária de Baudelaire “o lugar da melancolia, da perda contínua, da passagem”, pois a simultaneidade de seus traços carrega, de um lado, seu caráter realista e, de outro, seu caráter espectral. No primeiro caso, encontra-se o privilégio da *visão* panorâmica, a descrição detalhada do real; no segundo, o *encontro*, o choque com o real, responsável pela “inapreensão” do efêmero.

3 No sistema Whitman, “a modernidade e seu órgão social e técnico, a cidade, são um desenvolvimento da Natureza e a coroação de sua obra. A filantropia de Whitman é ilimitada. O bardo da Democracia adora a multidão, multiplica o seu eu por mil, acolhe cada um em si mesmo. O banho na multidão faz dele um titã imenso, uma subjetividade polimórfica” (BERARDINELLI, 2007, p. 147). Por tais motivos, Berardinelli acredita que Whitman dissolve a realidade da cidade em realidade planetária e cósmica, louva o inumerável como substância unitária comum e incorpora a cidade no eu.

espécie de encontro com aspectos da experiência urbana, a calibragem do olhar para o conjunto permite ver pelo distanciamento a Paris do século XIX como um compósito de impactos que assomam o poeta. A cidade nasce do encontro da subjetividade com o espaço, com elementos que tal espaço abarca, sejam físicos sejam humanos.

Ao se desdobrarem as considerações do crítico italiano, do último autor indicado por ele poderá se depreender outro *sistema poético* moderno. Borges reorienta o olhar do leitor para outro foco e, com isso, inocula uma nova proposta no âmbito dessa tradição de poetas que cantam a cidade. De partida, “Las calles” declara:

*Las calles de Buenos Aires
ya son mi entraña.
No las ávidas calles,
incómodas de turba y de ajetreo
sino las calles desganadas del barrio,
casi invisibles de habituales
enternecidas de penumbra y de ocaso*
(BORGES, 1996, p. 17)⁴.

O sujeito poético não se identifica com o furor das grandes avenidas, signos marcantes da modernização acelerada. São os arrabaldes que lhe interessam, o subúrbio e toda a memória a ele atrelada. Ao deslocar sua atenção para a periferia e revesti-la com melancolia e olhar nostálgico⁵, *Fervor de Buenos Aires* ([1923] 1999) expressa a circunstância também deslocada da cidade latino-americana, o valor de sua história e a face negativa da modernização que recai sobre ela. Tal é indissociável da aniquilação da memória de seus habitantes. Por esse motivo, os versos de Borges estão endereçados a essa parcela de vida e ao que delas precisa conservar.

No Brasil, tal investida sobre o espaço da cidade possui nomes consagrados no século XX e figurações muito específicas, as quais se afastam progressivamente das imagens das grandes cidades europeias, a fim de dar vazão a outros caminhos e experiências diante do urbano. A julgar que a formação de um país ocorre em sua temporalidade própria, a qual busca muitas vezes entrar em sintonia ou em desacordo com outras temporalidades que lhes são externas, poetas brasileiros parecem fazer acenos variados quando interessados em tratar o tema da cidade. Ora grandiosas, ora diminutas, as cidades brasileiras expressas poeticamente oferecem menos homogeneidade à história do *topos*. Mário de Andrade escreve uma São Paulo

4 “As ruas de Buenos Aires/ já são minhas entranhas./ Não as ávidas ruas,/ incômodas de turba e de agitação,/ mas as ruas entediadas do bairro,/ quase invisíveis de tão habituais,/ enternecidas de penumbra e de ocaso” (BORGES, 1999, p. 8).

5 Berardinelli (2007, p. 173) é econômico ao apresentar o caso borgiano, limitando-se a dizer que “já então se percebe (pela melancolia e nostalgia meta-histórica do poeta) que um mundo havia terminado”, o que o leva a concluir: “As periferias de que fala Borges são eternas como ideias platônicas”. Com efeito, revela que tais ruas são conservadas como *ideia*, portanto, como cifras do inacessível. É possível abstrair dessa leitura a memória como via pela qual o poeta acessa o mundo que não existe mais. Da disjunção entre o que as periferias borgianas são e o que elas foram, nasce a Buenos Aires escrita.

“arlequinal” em *Pauliceia desvairada* ([1922] 1987). Feitas de trapos, de recortes de outras vestimentas, as roupas da personagem da cultura italiana produzem a imagem de uma cidade composta de matérias heteróclitas advindas de países europeus e de terras brasileiras. Esse conjunto fragmentado ou, ainda, *desvairado*, como deseja Mário, expõe uma cidade dinâmica, em processo de absorção de traços culturais que acarretam seu próprio crescimento. Em *Libertinagem* ([1930] 1967), Manuel Bandeira decompõe camadas históricas, econômicas, políticas e literárias para fincar seu desejo no Recife afetivo da infância⁶. As cantigas de roda, os pregões e as brincadeiras infantis cristalizam uma cidade onde tudo “parecia impregnado de eternidade” (BANDEIRA, 1967, p. 255). Os versos de “Evocação do Recife” apresentam uma reserva nostálgica, que conserva um feixe de costumes comuns a uma cidade não marcada pela força da indústria e da tecnologia e observada pelo prisma da memória. Outra forma poética, agora em processo de *dissolução*, é encontrada na Ouro Preto de *Claro enigma* ([1951] 2002). “Sobre a cidade concentro/ o olhar experimentado” (ANDRADE, 2002, p. 258), diz o poeta. E é esse olhar caminhante que observa no presente não só as marcas do tempo do “ouro”, do “reino”, mas também “a chuva monorrítmica”, cuja ação está “dissolvendo a cidade” (ANDRADE, 2002, p. 257; p. 258) e, com ela, a monumentalização da história. Sem toques de nostalgia, “É tempo/ de fatigar-se a matéria” e “de o barro dissolver-se” (ANDRADE, 2002, p. 257). A alegoria densifica o ruir de diversas camadas históricas ao passo que arrasta a cidade e os tempos que ela simboliza. Com isso, declara a finitude da cultura que a erigiu. Ao contrário de seus antecessores, Drummond não alude ao desenvolvimento da massa urbana nem retém afetivamente uma cidade ideal. A declaração da finitude de Ouro Preto corresponde a outra forma de ver a cidade, a qual equivale ao encerramento de uma era.

Ao lançar mão de dois grupos de poetas, divididos entre estrangeiros e brasileiros, deseja-se demonstrar diferentes reações à experiência urbana. Cada uma delas responde a circunstâncias geográficas e históricas, as quais não estão livres do princípio criativo de cada autor. Em tentativa de pequeno balanço, pode-se inferir que o grau de correspondência entre tais cidades poéticas não ocorre por filiações restritas, marcas intertextuais nem por empréstimos de fórmulas literárias. Seguindo outra linha de pensamento, alimentada por repertórios epocais recuperados e desdobrados, tais poetas introduzem novas variantes para o crescimento de um *topos* na própria história da poesia. No caso brasileiro, o *canto da cidade*, isto é, da cidade vista pelo poeta (às vezes, onde cresceu), também se transforma na medida em que é aclimatado a novas condições criativas e contextuais. O que permanece dessa investida se explicita em poesia como uma fórmula: não há uma relação pacífica entre transformação e conservação das matérias de cada cidade, pois não há relação amena quando se trata da modificação radical do lugar de origem, entendida em sentido amplo. Por mais que alguns estejam inclinados a aderir ao ideal do novo, isso está longe de ser uma atitude uníssona. Ao que parece, os autores aqui selecionados poderiam ser divididos entre aqueles que se posicionam em prol da modernização e

6 “Recife/ Não a Veneza americana/ Não a Mauritsstad dos armadores das Índias Ocidentais/ Não o Recife dos Mascates/ Nem mesmo o Recife que aprendi a amar depois –/ Recife das revoluções libertárias/ Mas o Recife sem história nem literatura/ Recife sem mais nada/ Recife da minha infância” (BANDEIRA, 1967, p. 253).

seus antípodas, sem que isso reduza a complexidade das expressões de cada projeto estético. Como consequência, isso também permite reconhecer o desenvolvimento da referida tópica do *canto da cidade* em obras não canônicas, essas também dedicadas a expressar seus afetos pelo local onde viveram os poetas.

Luiz Bacellar e Astrid Cabral são amazonenses que escreveram sobre a cidade de Manaus. Embora ambos pareçam ter um referente comum em seus horizontes, a leitura de seus poemas indica que não cantam a mesma Manaus em seus livros. O ritmo e a densidade de cada percurso estão atrelados às dinâmicas dos mundos forjados. Rastreando-os, identificam-se dois modos de atuação, os quais deságuam em cidades distintas. Há um campo específico em *Frauta de barro* (BACELLAR, 1963) voltado aos hábitos cotidianos e populares.

Luiz Bacellar filtra essas matérias culturais, de modo que seus poemas encenem uma memória do lugar⁷. Sua caracterização se faz inovadora, pois inclui ruas, becos, igrejas e casas de outro tempo, expondo uma cidade poética pequena, cheia de causos e pouco desenvolvida; conseqüentemente, afasta-se das típicas representações telúricas amazônicas, em que a floresta apagaria a presença humana.

Atenta a intensas transformações urbanísticas, Astrid Cabral tem um olhar mais abrangente. Escolhe a tecnologia e a memória cultural para exprimir seu posicionamento perante certa história, vista com acidez em *Ponto de cruz* (1979). Nesse sentido, as Manaus desses poetas podem ser situadas no contexto das *cidades escritas* latino-americanas, as quais se organizam de modo paralelo e diferente das cidades reais, conforme a perspectiva de Beatriz Sarlo (2014, p. 142):

A cidade escrita organiza seus inventários com sinais textuais e léxicos que podem ter sentido literário e carecer de sentido arquitetônico ou urbano equivalente; ou incluir unidades espaciais prévias (ruas, praças, mercados, igrejas). Nomear uma cidade implica garantir um *locus*. Nas cidades escritas, a função literária e ficcional é tão forte quanto a referencial.

As produções de discursos sobre as *cidades escritas* formam-lhes estratificações. Os inventários com que são confeccionadas estruturam segmentos preenchidos de sentidos (linguístico, paisagístico, tecnológico, arquitetônico, artístico etc.). Juntas, essas coleções elaboram a autonomia dessa representação. Em outras palavras, elas não precisam ser idênticas às cidades reais. Suas existências remetem a elas, porém, não as submetem ao regime do real. Todos os topônimos tradicionais – nomes de bairros, ruas e praças – não são ponto de chegada, mas de partida para criações literárias.

7 Em “Balada do Bairro do Céu”, por exemplo, o observador-participante mostra no *causo* um produto cômico, soma da criação vocabular e do enredo. Allison Leão e Luana Aguiar Moreira (2020, p. 215) indicam que o poeta é “um perspicaz observador da cultura e seus fenômenos, demonstra ter uma visão cômico-popular de mundo, de onde [vem] o traço irônico condutor da narrativa que paira sobre a cultura de um povoado”. Daí advém a inversão irônica imputada sobre o ato de violência no bairro cujo nome alude ao mundo celeste judaico-cristão. O poeta introduz na discursividade do espaço celestial aquilo que a corrompe; as figuras que lhes seriam sagradas são igualmente deturpadas quando ganham um corpo passível de ser machucado.

Por serem produções discursivas correlacionadas a simbolizações, no caso desses poetas, a *função literária* torna-se até mais forte que a real, a ponto de expandir a cidade. Observadas comparativamente, identificam-se posições diferentes em relação à proximidade com o real nas cidades escritas dos poetas amazonenses. Luiz Bacellar demonstra ter se distanciado dele e criado uma cidade imaginária, com paisagens ora sombrias ora luminosas. Portanto, sua cidade não é necessariamente aquela Manaus conhecida pelo autor. Embora Astrid Cabral recubra espaços conhecidos pela comunidade local dos anos 40 e 50 do século XX, não o faz conferindo-lhes um aspecto saudosista⁸. O olhar dela revela uma severa avaliação sobre o que mostra do cotidiano urbano, resvalando em uma “fria denúncia hiper-realista” sobre o comum, como foi apontado por Lélia Coelho Frota (1979, p. 11). No presente caso, cada poeta produz *ideias de cidade* (SARLO, 2014, p. 139), que, quando postas lado a lado, revelam contrastes.

Fruta de barro possui a seção intitulada “Romanceiro suburbano”, a qual, como o nome sugere, é uma coleção de causos locais. Destacam-se poemas narrativos em que se contam histórias variadas, de ruas, becos, árvores e outros seres viventes. “Chiquinho das Alvarengas” traz a personagem ridicularizada pelo tamanho de seu corpo, que demandava mais tecido que o normal para a confecção de suas roupas; “O caso da Neca” mostra-a sendo levada por um jacaré à beira do igarapé de Educandos: “com a Neca nas mandíbulas/ três vezes ele boiou// pra que todo mundo visse/ a falsa que perjurou” (BACELLAR, 2011, p. 65). “Paróquias de Manaus” é um pequeno poema cujas estrofes apresentam as igrejas da Matriz, de São Jorge, dos Remédios, de São Sebastião, de Aparecida, de Educandos e do Pobre Diabo. No interior desse conjunto, destaca-se o poema “Beco do ‘Pau-Não-Cessa’”, dedicado à história particular do beco:

No beco do “Pau-Não-Cessa”
há muito que o pau cessou,
porque se o pau não cessasse
o beco do “Pau-Não-Cessa”
não teria morador.

O beco do “Pau-Não-Cessa”
há muito que já deixou
de ser beco da arrelia,
hoje é um bem-comportado
beco da Paz e Harmonia.

No beco do “Pau-Não-Cessa”
há muito que o pau cessou,
já nem se lembra a polícia
do tempo que o visitou.
(BACELLAR, 2011, p. 57).

8 Em entrevista, Astrid Cabral localiza historicamente sua cidade nesse período (SELJAN, 2015).

O *topos* da passagem do tempo atravessa todo o livro e acentua-se no conjunto de poemas urbanos. Quando a cidade se modifica, todos que nela habitam passam a sentir os efeitos da mudança. Se “Balada das 13 casas”⁹ já trazia a reforma das habitações como alteração crucial do passado, essa agora recai sobre o tempo do beco. A mudança de contexto vai da antiga época violenta ao período de paz no presente do poema.

A anáfora e seu complemento nos versos 2, 6 e 8 apontam para duas direções: ao passo que declaram a distância dos episódios, permitem que eles retornem na condição de lembrança longínqua. As estrofes poderiam ser pensadas como uma espécie de palimpsesto, oferecendo camadas de histórias que construíram circunstâncias pretéritas do referido beco. Desse modo, recupera-se a memória da cidade enquanto o sujeito poético demarca o que o lugar “já deixou/ de ser”.

A forma poética com que isso se realiza é o que chama a atenção. O uso da redondilha maior confere regularidade métrica, a qual é diametralmente oposta às rimas. A cadência operada indica-lhe o caráter popular em tom prosaico e próximo à fala oral. Luiz Bacellar coordena causo e forma, de modo que o assunto banal seja coerente com o mundo urbano comum. Não há a intenção de elevar o cotidiano nesse momento do livro, como o autor fará quando escolher a forma do soneto. Internamente, “Romanceiro suburbano” conserva a medida velha, aproximando-se do uso corrente em narrativas populares, dedicadas a apresentar histórias de um povo. No presente poema, é o povo que compõe a sua cidade, ocupa seus espaços e os deixa habitáveis ou não.

Situação similar acontecerá no poema “Romance do esquartejado”. Para além de uma nota incluída pelo próprio autor, indicando a mudança de nome do beco onde ocorre o enredo, a primeira estrofe segue a lógica temática e formal de “Beco do Pau-Não-Cessa”:

Beco do “Chora-Vintém”!
Noutro tempo se chamou
beco do “Saco-do-Alferes”
em memória do espantoso
crime que lá se passou.
(BACELLAR, 2011, p. 59).

A renomeação é o processo que indicia como o espaço é constantemente preenchido por outras memórias, é o que torna cidade tão viva quanto seus habitantes. Primeiramente, de “beco da Gameleira” para “Saco-do-Alferes”, em alusão ao episódio de esquartejamento do corpo do antigo alferes, depositado em um saco. Quando da chegada de retirantes nordestinos a Manaus, um deles “reclamava que só bode/ na chuva” do preço da “farinha d’água,/ jabá, fósforo, sabão” (BACELLAR, 2011, p. 63). A partir disso, o lugar passa a se chamar “Chora-Vintém”. Progressivamente, Luiz Bacellar vai construindo sua cidade escrita pela nomeação que nasce com a comunidade que a forma. Entrelaçando-as, uma atua sobre a outra, promovendo, assim, a transformação do urbano.

9 Trata-se de poema imediatamente anterior ao que se encontra acima.

Há expressões da vida provinciana em dois poemas nos quais se acentuam pequenos episódios de tons líricos. “Porta para o quintal” e “Ensaçando partidas”, respectivamente de *Frauta de barro* (BACELLAR, 2011) e *Ponto de cruz* (CABRAL, 1979), figuram a *cadeira de balanço* como símbolo do ritmo da comunidade a que aludem. Já pelos seus títulos, o leitor é orientado para uma ideia de transposição de certo limite. Seja na saída para extensão do território físico da casa, seja na condição metafórica de quem se vai, interessa a ideia de atravessamento daquele limite.

Porta para o quintal

Bem haja o sol e a brisa neste canto!
Cá fico imaginando a tarde inteira
deixando relaxar nesta cadeira
de embalo o corpo bambo de quebranto.

Brincam nas folhas da sapotilheira
brilhos metalescentes, cor de amianto;
saltitam sanhaços de curto canto,
aranhas tecem prata na trapeira.

As telhas debruçadas dos beirais
vão com as calhas de lata, lá entre elas,
coisas de chuva e vento conversando

quais velhinhas comadres; nos varais
a roupa brinca de navio de velas
minha perdida infância reinventando...
(BACELLAR, 2011, p. 77).

O primeiro poema de “Romanceiro suburbano” traz a transformação dos lugares até chegar a “Sonetos provincianos”, seção aberta pelo poema acima. Essa trajetória contém episódios diferentes captados pelo sujeito poético. A similaridade entre eles está situada na conservação de hábitos da comunidade e a transformação progressiva da cidade. A exemplo de “Ciranda à roda de um tronco” e de “Lavadeira”, o poema contempla partes de uma memória extraoficial, isto é, daquela que não está registrada nos documentos de instituições. São costumes e condutas que dizem respeito à cultura do povo.

Por um lado, exploram-se marcas de linguagem coloquial (versos 1, 2, 4 e 14) afinadas à voz poética daquele que vê os fundos da casa enquanto embala o próprio corpo. Por outro, tomando uma conduta clássica, o escritor opta pelo soneto para abordar um assunto corriqueiro. Embora soe duro aos ouvidos de alguns, o verso decassílabo, próprio ao rigor da tradição europeia disseminada no Brasil, é utilizado para apresentar o mundo comum e instalar um ritmo mais lento, harmonizado à postura contemplativa do sujeito poético. O autor dobra a tradição literária para

introduzir sua proposta de que tudo nesse soneto acontece com vagar, solenizando o que seria naturalmente banal. A consequência no plano semântico é, em um primeiro nível, a produção do ramerrão provinciano na relação entre sujeito poético e objeto. Estar sentado na cadeira de balanço posta ao quintal exprime um traço cultural impossível ao mundo urbano de grandes cidades brasileiras. Seguindo uma tônica similar ao drummondiano “Cidadezinha qualquer” (DRUMMOND, [1930] 2015), Luiz Bacellar conserva, então, um movimento vagaroso. O regime da lentidão conserva em si uma característica positiva, apoiada na dinâmica da vida da sociedade que apresenta. Além disso, prepara o sujeito poético para um dinamismo mental, que só é possível quando o poeta se dispõe ao ócio. Não há, portanto, dissociação entre a cadeira de balanço e seu ranger e a dinâmica de reinvenção da infância. Pelo contrário, o movimento repetitivo do utensílio, sugerido pela cadência do verso e pela harmonia das rimas, conduz ao transe da imaginação (aberta e sem limites).

A embarcação é o tradicional símbolo da viagem na literatura portuguesa. O poema assimila esse fato e o transforma ao esfumazar progressivamente o campo da realidade e destacar embarcação e mar imaginários. Ela se insinua como *transporte* para a infância; ao mesmo tempo, para o *lugar* da infância. O poema desdobra uma nova realidade experimentada, e o leitor é levado do mundo comum para o mundo reinventado. Nesse sentido, a identidade sonora das rimas ainda engendra a dinâmica pela qual a *infância* se refaz, e aquele mundo passa a ser vivo outra vez. As linhas gerais do poema percorrem o caminho do espaço físico à imaginação, finalizando seu trajeto e o aportando na memória. O lirismo acentua-se nos versos finais, na medida em que o lugar se confunde com a própria saudade. Por fim, afetos, lugar e sujeito correspondem a nós de um mesmo laço semântico significativo.

O coloquialismo, os hábitos e a presença do corpo constroem afetivamente partes da cidade escrita em *Frauta de barro*. Esses três elementos afastam-na da ideia meramente física de *espaço*, no sentido daquilo que “ocupa a perspectiva do anonimato, do desconhecimento”, estreitando laços com a noção de *lugar*, “considerado como a referência do reconhecimento, das relações sociais, do cotidiano, guardando a perspectiva da afetividade” (AGUIAR, 2002, p. 30). Se os poemas anteriores traziam espaços públicos, “Porta para o quintal” insere no contexto da cidade de *Frauta de barro* um local privado. O que poderia soar contraditório evidencia maior complexidade dessa poesia, que entrelaça ambos os ambientes ao compor “Sonetos provincianos”. Valeria lembrar, com isso, que os dois poemas subsequentes voltam a falar de convívio coletivo. A rua, o igarapé e o quintal, todos são *lugares* nos quais ocorrem encontros e produções de afetos. Por esse motivo estão relacionados às memórias da infância, aos gostos e aos desgostos arrolados em cada poema.

Ao escrever sobre essa noção, Ana Fani Alessandri Carlos (2007, p. 16) a detalha:

O lugar é a base da reprodução da vida e pode ser analisado pela tríade *habitante-identidade-lugar*. A cidade, por exemplo, produz-se e revela-se no plano da vida e do indivíduo. Este plano é aquele do local. As relações que os indivíduos mantêm com os espaços habitados se exprimem todos os dias nos modos do uso, nas condições mais banais, no secundário, no acidental. É o espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo.

A tríade conceitual explica a relação entre sujeito e lugar. O primeiro se identifica e se reconhece nesse âmbito ao passo que encontra traços com os quais constrói o sentido de pertencimento. Logo, desfaz-se a esfera do desconhecido na medida em que novos significados são depositados no alicerce daquela identificação.

O quintal é a base dessa identificação no poema da seção “Sonetos provincianos”, assim como o bairro também o é nas baladas da seção “Romanceiro suburbano”. No livro, cultura popular e voz poética foram atadas pelo trabalho com a criação vocabular. A própria relação combinatória entre o “canto” (espaço alcançado pelo sol e pela brisa ou, ainda, o “canto” como fazer poético) e a identidade sonora com “quebranto” traz a apropriação do campo da linguagem literária em diferentes tempos do poema, de modo que ambos se fundem. Não gratuitamente, outro indício cultural que atualiza a memória do homem envelhecido e o imaginário da cidade é o “corpo bambo de quebranto”. Em algumas localidades brasileiras, o quebranto “implica sempre a influência exterior maléfica do feitiço, do mau-olhado, as forças contrárias” (CASCUDO, 2005, p. 748). Essa crença própria a culturas pré-modernas e alheias ao desenvolvimento industrial corrobora a criação de um mundo particular, onde as relações se dão por proximidade e convivência. Esses são exemplos de referências populares reinventadas poeticamente e correspondem a um tempo que não existe mais. Na impossibilidade de retorno factual, caberá ao poeta o exercício da imaginação (conforme os versos 2 e 14). Assim, a cada poema serão recriados novos pontos de identificação entre habitante e lugar.

Os aspectos dessa cidade literária possuem pontos de contato com a descrição histórico-social de José Vicente de Souza Aguiar. Para traçar as características de Manaus nos anos de 1950 e 1960, o autor faz um recuo no tempo, a fim de apontar as diferenças entre contextos históricos de formação e desenvolvimento da cidade. Nessa argumentação, oferece algumas bases para compreender o fenômeno literário.

A cidade de Manaus mantinha [...] a característica da coletividade, do reconhecimento de que os espaços frequentados pelas pessoas eram construídos de sentimentos, prazer, afetividade, guardados na intimidade de parte dos habitantes de outrora. Ontem, talvez, tenha sido lugar de um certo tipo de sociabilidade, do reconhecimento entre os grupos, ao contrário do anonimato, da transformação ou diluição dos grupos em multidão, ofuscando o reconhecimento entre os habitantes da cidade, do cidadão. (AGUIAR, 2002, p. 39).

Em *Frauta de barro*, há atenção especial a lugares da cidade escrita, os quais são transformados pela experiência afetiva do poeta. “Balada das 13 casas” e “Noturno do Bairro dos Tócos” são exemplos desses lugares de encontros, onde a memória é retomada não para fazer um retrato fiel dos espaços, mas para desenhar uma cartografia afetiva, pautada nas experiências que adensam os poemas. Seja pela alegria, seja pela melancolia profunda, o revestimento lírico com que o sujeito poético enleia a cidade garante-lhe a atmosfera sentimental. “Balada do Bairro do Céu” rompe totalmente o pacto com o real, criando um *lugar* imaginário no qual ocorre a convivência coletiva.

Expostas as camadas que constroem a cidade literária de Luiz Bacellar, chega-se

à seguinte questão: as exposições do mundo urbano em *Frauta de barro* exprimem *relações localizadas* – onde “o lugar ainda não foi transformado pelas relações tempo-espaço distanciadas” próprias ao mundo moderno (GIDDENS, 1991, p. 93). Essas características edificam uma sociedade pré-moderna ou “provinciana” – como o autor prefere escrever. O tempo que a cidade vive não segue a batuta da indústria nem a sincronia da nação, mas configura uma temporalidade própria, coerente com a realidade brasileira, que não possui desenvolvimento homogêneo¹⁰. Essa cidade literária conduz ao desdobramento da questão. O que inicia em um âmbito pontual atrela-se ao que atravessa a observação localizada. Logo, é necessário seguir uma trajetória *de dentro para fora* a fim de elucidar as inter-relações apresentadas em cada poética. Focaliza-se a comunidade em Luiz Bacellar; em Astrid Cabral, captam-se duas inclinações dessa matriz social escrita: assim como existe o Avô estendendo seu “olhar/ de patriarca pelo feudo do quintal”, cujo poder abarca “imensos aposentos povoados/ de filhos netos afilhados criados” – em expressão de dinâmicas sociais e hierarquias da instituição familiar em “A casa” (CABRAL, 1979, p. 84) –, também há influências e processos de transformação urbana. A cidade adquire outros sentidos para a segunda escritora, sem apagar totalmente referências locais, demarcadas pela presença de instituições, esculturas e edificações.

Em *Ponto de cruz*, Astrid Cabral alterna a perspectiva com a qual observa o cotidiano. Na seção “Pequeno mundo”, mostra episódios domésticos, por meio dos quais extrapola o ambiente fechado com *sinais do mundo*, caso do poema “Manhã”: “E o jornal pousado na cadeira/ é o sinal cifrado do mundo/ imenso e denso lá fora” (CABRAL, 1979, p. 63). Voltada para os hábitos locais comuns, expõe o “ranço de missas/ e sinos roucos” em “Domingo” (CABRAL, 1979, p. 64). Em “TV vendo”, o aparelho eletrônico é o modo de acesso a informações sobre a Grécia, a Guatemala, a Salvador e a favela da Rocinha no Rio de Janeiro. Diante do que vê, o sujeito poético remói sua *impotência*: “entre paredes blindadas de covarde/ fortaleza, rumino amarga impotência/ e penso nos confortáveis bons tempos/ em que reinavam os deuses” (CABRAL, 1979, p. 71). Tudo isso prova que o ramerrão de Astrid Cabral é sondado de modo severamente crítico. Conforme apontado por Lélia Coelho Frota (1979, p. 10), “ela minera também sobre o material mesmo da vida com uma práxis de feroz esquadrinhamento”. Seu olhar suscita a desnaturalização das camadas que compõem o espaço da vida (a linguagem, os hábitos, os lugares etc.). Explorando-o, extrai ponderações com que o reavalía.

Acompanhando a tônica de análise de Lélia Coelho Frota, compreende-se que a seção “Visgo da terra” está intimamente ligada à postura de análise corrosiva prefigurada nas partes anteriores de *Ponto de cruz*. Quando se depara com esse momento em questão, o leitor percebe que “toda uma vivência regional se retrata sem qualquer pose exótica nestas reminiscências de infância e de adolescência, associando-se as outras coleções de poemas do livro pela intenção de crispar a memória num presente revificado e reificado pela palavra” (FROTA, 1979, p. 11).

10 O afinamento com as modernidades estéticas brasileira e estrangeira é perceptível em outros poemas, os quais evidenciam os autores-referência distribuídos pela obra. Por meio deles, o autor demonstra diálogos com o que está *fora* da cidade Manaus, no entanto, esse gesto corresponde a uma viagem estético-literária.

Logo, para analisar sua cidade literária, é preciso ter em mente que a poeta vem construindo mais que o cotidiano a cada poema, mas a própria lente aguda com que o observa. Sob seu olhar, o banal é tomado como absoluto, isto é, o mínimo do qual é extraída uma potência destruidora, capaz de dar-lhes choques de consciência.

Ensaiaando partidas

Cadeiras de balanço mastigavam os soalhos
ensaiaando partidas, embalando fundas ânsias
contra bojos de navios trancados a âncoras.
Caolhos os rádios acendiam as mágicas pupilas
de gato e vozes espetrais sem apoio de bocas
e rostos chegavam, de que mundo, de que mapa?
Ventiladores giravam as corolas metálicas
no chão invertido dos tetos criando brisas
que não se aventuravam soprar a fuga de velas.
Na praça São Sebastião galeras de bronze
destinavam-se a longínquos continentes mas
imóveis não singravam ondas de lusas pedras
deixando-se estarem molhadas tão só de chuvas
proas frustradas de horizontes e azuis.
Que estranha calma a as conjurara, quilhas
vacinadas contra a vertigem dos ventos?
Ou estariam desde sempre fundeadas nas
invisíveis correntes d'água dos séculos?
Dobravam os sinos abafando os frenéticos
pianos a planger nos salões dos sobrados
mas o que sempre se ouvia, pouco importa
se baixo e rouco, era o gargarejar do rio
a vocação de foz e mar drenando fragmentos
de terra, arrastando de roldão os corações.
(CABRAL, 1979, p. 94).

Astrid Cabral parece reler e dar outra face à matéria do mundo explorada por Luiz Bacellar. As cadeiras de balanço são núcleos de significação que no fundo carregam a ideia de perda. Para ele, é o receptáculo do corpo envelhecido, fragilizado pelo quebranto, e o utensílio cujo balanço conduz à imaginação da infância perdida; para ela, a mastigação ratifica o lento desgaste dos corpos comidos pelo tempo, o que personifica a própria velhice como limite da vida. O contrapeso desses símbolos está na força do desejo, o qual produz a viagem imaginária apoiada na mesma alegoria poética da embarcação. Seus resultados serão diferentes, uma vez que o primeiro se entrega à nostalgia enquanto a segunda a renega. Voltar-se para o *quintal* redimensiona o leitor para uma parte da infância vivida em âmbito privado. Situação

oposta acontecerá em “Ensaio de partidas”, pois Astrid Cabral projeta seu leitor para fora do espaço particular.

As “fundas ânsias” e as “âncoras” trazem duas linhas de força, cujas direções arquitetam a dialética dentro-fora, desejo-partida, formadora da cidade. Astrid Cabral demonstra como sua cidade literária não pode ser vista como fato insulado do mundo, mas ritmado a ele, mesmo que descontinuamente. Ora, é preciso frisar que uma ideia geral de descontinuidade é pautada sempre em uma referência previamente selecionada, mas nem sempre expressa. A ausência de indicação do referente pauta-se em uma neutralidade equivocadamente presumida, a qual pode encarar o descompasso como sinônimo de atraso. A julgar pelo grupo de produtos tecnológicos no poema, a referência é o paradigma de sociedades modernas do século XX, com cujas dinâmicas eles se coadunam. Inclinação à primeira linha de força do poema, os aparelhos de rádio são símbolos do que é contingente, posto que suscitam os desejos pelo conhecimento do mundo externo à cidade^{II}. Os espectros sem rosto compõem um *outro*, que, apesar da distância, pode interferir no espaço local. Isso significa que os rádios guardam o potencial transformador de sua época, próprio à natureza do meio tecnológico. Segundo a perspectiva de Beatriz Sarlo (2005, p. 278), o potencial do rádio foi capaz de realizar as “fantasias da ficção científica” da primeira metade do século XX, as quais “mostraram ser, não utopias tecnológicas, mas possibilidades que, em poucas décadas, se incorporaram ao espaço cotidiano”. Isso esteve intrincado à

[...] própria natureza do meio técnico: literalmente, no seu caráter fantástico, que materializa hipóteses até então consideradas ficcionais e “maravilhosas”. Fala-se constantemente do “milagre” do rádio, e a metáfora mais do que um exagero entusiasmado responde à realização prática de um mito: comunicar-se com aquilo que não se vê, superar os limites da materialidade corporal dos sentidos, algo que, na imaginação coletiva, estava vinculado ao paranormal e não ao estritamente técnico-científico. O rádio, imaginariamente, representa um poder ligado ao imaterial: suas ondas são invisíveis tanto para quem as emite quando para quem as recebe; a tradução desses impulsos elétricos em impulsos sonoros, e vice-versa, não precisa ser conhecida em suas regras para que se possa desfrutar de seu resultado [...]. (SARLO, 2005, p. 278).

A argumentação de Beatriz Sarlo coloca em evidência uma interpretação do rádio sob o ponto de vista de sua história na América Latina. Essa tecnologia solapa a mentalidade arraigada a valores sobrenaturais para destacar o valor técnico-científico de uma nova época. Isso acompanha a concretização tecnológica da comunicação. A despeito da perícia e do funcionamento profundo sobre a máquina,

II A respeito dos aparelhos de rádio nesse poema de Astrid Cabral, Carlos Guedelha (2014, p. 46) apontou que “ocorre uma metonimização da realidade, sugerindo-se um mundo maior partido em pedaços, fragmentado, invadindo o ambiente da sala, onde o constante circular de parentes era indicio de uma família numerosa”. O traço reforça a ideia de composição dos hábitos desse mundo poético, assim como suas inter-relações com o que é exterior.

os usuários podiam tomar conhecimento de fatos históricos, além de criar interesses incipientes por outras nações e pelo mundo. Além disso, as ondas de rádio venciam o isolamento de geografias e as necessidades limitadoras do corpo. Criando paradoxalmente uma espécie de zona fantasmal, eram capazes de estabelecer laços inovadores para as sociedades de então. Tudo isso situava novas dinâmicas sociais, as quais não mais dependiam de presenças de pessoas no mesmo espaço.

Esse conjunto de interesses é retratado por meio do estilo indagativo com que Astrid Cabral investiga a origem daquelas “vozes espetrais”, embora sem informar uma resposta. A poeta concentra todo esse quadro na relação entre os aparelhos de rádio e as “pupilas mágicas”. Essa metonímia insere uma camada de significação que põe, de um lado, o sujeito poético e, de outro, uma espécie de construção fantasmagórica. Pela expressividade daqueles olhos, nota-se a força dessas ausências sobre os presentes. Os mediadores *caolhos* de identidades desconhecidas, traduzidas pela falta de “apoios de bocas/ e rostos”, atualizam a dimensão da distância¹². Eles instituem um modo de conhecimento do mundo que não está pautado no *olhar nos olhos* ou com cuja corporificação seriam construídas relações de confiança. Firmam-se, então, *sistemas abstratos*, ou seja, “meios de estabilizar relações através de extensões indefinidas de espaço-tempo” (GIDDENS, 1991, p. 92). Eles enredam laços invisíveis, imaterializáveis no plano concreto, mas perfeitamente críveis e atuantes no contexto do mundo moderno.

Ao mencionar as “galeras de bronze” na Praça São Sebastião, Astrid Cabral alude ao Monumento à Abertura dos Portos do Amazonas às Nações Amigas, escultura concebida por Domenico De Angelis e modelada no atelier de Enrico Quattrini entre 1899 e 1900, ambos artistas italianos que estiveram envolvidos na construção do Teatro Amazonas (VALLADARES, 1974, p. 100-102). Nele, encontram-se quatro embarcações, atrás das quais estão os nomes de quatro continentes do mundo (Ásia, América, África e Europa). No poema “Ensaando partidas”, o monumento evoca a mesma lógica de paisagem fantasmagórica, porém, voltada a um novo objetivo: a partir do presente, criticar a história que as embarcações mercantes representam. Embora fossem *destinadas* “a longínquos continentes”, orientando o olhar novamente para fora da cidade e do próprio país, o próprio texto ressalta com ironia que “imóveis não singravam ondas de lusas pedras”. A contrariedade pesa sobre o desejo do sujeito poético, espelhando-o agora nas “proas frustradas de horizontes e azuis”. Há um movimento de retração no poema, atrelado a um amargor que densifica o

12 José Vicente de Souza Aguiar (2002, p. 133 e 146) registra que o governo federal instalou o sistema de radiodifusão na cidade Manaus em 1970, de modo que, até aquele momento, as emissoras locais apenas captavam sinais de rádios estrangeiras (BBC de Londres, Voz da América, Rádio de Havana, Rádio Central de Moscou, Rádio Pequim, por exemplo).

tom ácido com o qual a poeta olha a história da cidade¹³. Observado do ponto de vista contemporâneo, o monumento histórico torna-se indício de uma sociedade negativamente nostálgica. Ela ainda insiste no apego à “vocação de foz”, ou seja,   disposição *natural* a ser lugar de chegada e de espera que beira   passividade. Com efeito,   segunda linha de força – das “ ncoras” – concerne um mal-estar. E dele se extrai a certeza de que a memória artística não edifica um lugar para abrigo, pois o bronze daquela escultura tem seu valor de durabilidade negativado, transformado no símbolo maior da estagnação.

Com base na comparação dos modos como os sujeitos poéticos interpretam a cidade, recuperam-se algumas diferenças entre os dois poetas. O significado da nostalgia em Luiz Bacellar assume seu sentido mais comum. Trata-se do “anseio por uma época anterior mais simples e inocente” (NATALI, 2006, p. 45). Por sua vez, não há encantamento em Astrid Cabral. Sua perspectiva severamente crítica a respeito de sua cidade escrita indica um ponto de vista moderno, segundo o qual a fidelidade ao passado se torna um problema, pois o nostálgico é “consumido por uma paralisia que o impelia a rejeitar qualquer novidade” (NATALI, 2006, p. 34). Essa diferença antepara o quadro que se aqui esboça. Sociedades menores estreitam seus laços mais firmemente sob a égide da memória compartilhada, a qual demanda participação coletiva de forma coesa. Quando a expansão urbana determina novas configurações e conexões para aquelas sociedades, elas tendem a retrair-se para conservar seu próprio passado ou a aderir a novos comportamentos. Essa é a balança na qual estão os poetas em análise.

Outro caso também merece atenção. Se ambos partem da mesma imagem poética (a embarcação) e se a viagem, a que ela se refere, funciona como operador dinâmico que permite conhecer a cidade de cada autor, o leitor pode concordar que as cidades literárias não são idênticas. A direção para qual a memória de cada poeta aponta é o passado. Entretanto, não apenas a maneira como o encaram não é similar, como também o passado de cada livro não parece ser o mesmo. Os poetas constroem cidades literárias que corresponderiam a diferentes momentos da história. Embora não se possa determinar datas com precisão, reconhece-se na cidade de Luiz Bacellar um momento no qual ela é pouco desenvolvida; por sua vez, Astrid Cabral apresenta um ritmo urbano cuja marcha se distancia da ideia de pequena localidade. A segunda cidade escrita apoia-se em significados produzidos fora dela, explicitando relações que estariam em segundo plano, mas que afetariam sua dinâmica interna. Pedan os do mundo exterior são disseminados em seus espaços. E   por meio deles que se esboçam relações globais situadas na esfera local.

Toda essa dinâmica evoca a virtualidade própria a sociedades que começaram

¹³ Para Otoni Mesquita (2005, p. 226), “não se pode ignorar que a concretização desta obra exigiu uma transformação do espaço, provocando uma mudança do seu entorno, cujos efeitos repercutiam pela cidade. A construção deste monumento   um marco não somente arquitetônico na história da cidade, mas também social, pois o seu uso pela sociedade local provocou consideráveis mudanças de hábitos na população”. A história do Teatro Amazonas e, conseqüentemente, de toda a arquitetura ao redor dele corrobora as relações que o governo do Estado tinha com artistas europeus, principalmente italianos, antes mesmo do século XX (MESQUITA, 2005, p. 226).

a se transformar em razão da presença da mídia e da tecnologia. Nelas, as relações distanciadas, que não dependiam da presença ou de contatos físicos, começaram a ser tecidas. Esse cunho fantasmagórico, cuja atuação determinava o compasso de certas transformações urbanas, abarcou gradualmente o século XX. Embora se saiba que esse processo dependeu das direções para as quais apontavam as dinâmicas de capitalização – o que não significa que criou sociedades homogeneizadas –, a análise de Anthony Giddens sobre esse quadro histórico serve de alavanca para pensar a modificação da cidade literária entre os autores.

O lugar se tornou fantasmagórico porque as estruturas através das quais ele se constitui não são mais organizadas localmente. O local e o global, em outras palavras, tornaram-se inextricavelmente entrelaçados. Sentimentos de ligação íntima ou identificação com lugares ainda persistem. Mas eles mesmos estão desencaixados: não expressam apenas práticas e envolvimento localmente baseados, mas se encontram também salpicados de influências muito mais distantes. Até a menor das lojas da vizinhança, por exemplo, pode muito bem obter suas mercadorias de todas as partes do mundo. A comunidade local não é um ambiente saturado de significados familiares, tidos como garantidos, mas em boa parte uma expressão localmente situada de relações distanciadas. E todos os que vivem nos diferentes locais das sociedades modernas estão côncios disto. (GIDDENS, 1991, p. 98).

A nova organização estabelece mudanças positivas e negativas, ao redor das quais há debates que escapam a este ensaio. É importante, porém, comentar que ela modificou as partes do mundo que conseguiu atingir. A presença de conexões com distâncias anteriormente impensáveis reorganizou sociedades no século XX a partir da circulação de produtos e pessoas. Isso interferiu em comportamentos coletivos quando se referiu ao acesso à informação ou a recursos.

À luz disso, depreende-se que as duas linhas de força de “Ensaio de partidas” desenvolvem dialeticamente o entrelaçamento entre local e global. De um lado, a escritora enfoca a própria cultura; de outro, a presença fantasmagórica que incide sobre ela. Tal dinamismo impossibilita a separação dessas instâncias, o que demonstra que desde *Ponto de cruz* a poeta não tinha a intenção de enfeixar sua poesia no interior da região amazônica. A força dessa proposta reside no modo crítico como filtra essa dialética e apresenta-a em sua cidade escrita.

Além da esfera formada pela tecnologia e pela arte, Astrid Cabral tematiza influências cinematográficas e impactos socioeconômicos em “Visgo da terra”. “Elegia derramada”, outro texto dedicado a Manaus, é o poema em que aquelas noções de proximidade e distância estão mais latentes. O verso advém como fluxo que possui uma trajetória interna: inicia nos cinemas da cidade, passeia por ruas, praças, objetos, meios de comunicação e transporte, enveredando, ainda, por questões econômicas até chegar à imagem final do Rio Negro, enfeixando sua “Manaus de águas passadas”.

Sua elegia é formada por uma única estrofe, dividida em nove blocos de sentido e várias dimensões. Encabeçados sempre pelo nome da cidade, os conjuntos contêm períodos ora mais curtos ora mais longos, de modo que sejam produzidos

encaixes sintáticos internamente e visuais entre si. É como se a estrutura do poema simulasse uma reprodução fílmica em uma tela, ficando ao encargo do leitor apenas acompanhar esse conglomerado de imagens como um espectador. Diante dos seus olhos passam “cacimbas” e as águas de um igarapé. Saindo desse plano meramente geográfico, percorrem-se os sons de “bondes dlém-dlém por ruas de pedra” e os cheiros de “borracha”, “bogaris”, “andiroba” e “pau-rosa”, por exemplo, até chegar às “cestas de vime” dos vendedores de mercado (CABRAL, 1979, p. 87). Diferentemente da lentidão em Luiz Bacellar, existe maior dinamismo na elegia de Astrid Cabral. A presença de onomatopeias e sinestesias compõe estratos dessa cidade escrita, em uma enumeração quase caótica de blocos de significação. Seus versos, porém, não deixam de conservar o estilo sintático-descritivo. Apresentar a vida agitada dessa cidade é um modo de caracterizá-la e diferenciá-la. Das vendas de alimentos ao movimento dos automóveis, a cidade está atrelada a teias de uma rede invisível, cujos fios apontam para fora dela.

Manaus de matinês que sabem a flertes e chicletes,
Chaplin, banguê-banguês, Gordo e Magro, astros e brilhar
nas telas dos cines Politeama, Guarany, Avenida e Eden.
Noturnas madrugadas de sinos, galos e lerdas estrelas,
altura de lua morosa, sobras de chuva pelas sarjetas.
No púlpito da Matriz o padre possesso vocifera contra
comunistas e protestantes e joga as chamas do inferno
para apagar os irreverentes bocejos nos bancos da igreja.
(CABRAL, 1979, p. 87).

O texto é escrito com estilo rápido, afeito a *flashes* cinematográficos, arrolando personagens e ações aos nomes de quatro cinemas conhecidos em Manaus até a década de 1960¹⁴. A referência a esses lugares insere uma camada histórica sobre a cidade literária com remissão a filmes internacionais que chegavam à época. Além disso, quando o olhar da poeta muda de direção e avança sobre a praça da Igreja da Matriz, oferece outro sinal do tempo, remetendo à política polarizada, formada por conservadores e comunistas em “comícios de loucos rivais/ políticos: pessedistas, pessepistas, petebistas, udenistas” (CABRAL, 1979, p. 88). A dialética local-global reaparece no poema com a presença da sétima arte, ao lado do impacto político nacional matizado em disputas locais.

Se no bloco anterior o olhar do sujeito poético passeava pelos filmes estrangeiros até as ruas, na última parte selecionada ocorre o contrário. O caminho é percorrido de dentro para fora, dos “flutuantes” até os fedores “tisnados de Europa” e “gringa maresia”, e aponta para a relação entre desenvolvimento combinado e desigual. O campo lexical contrastante entre “férreas pontes” e “hesitantes pinguelas”, além de “guindastes abastecendo a cidade” e “esnobes fomes”, põe uma questão ampla relativa a uma modernidade apoiada em relações de desenvolvimento combinado

14 Ainda de acordo com José Vicente de Souza Aguiar (2002, p. 132), “os cinemas foram os únicos meios de diversão da visualização dos atos em tela, porque a televisão chegou aqui [em Manaus] somente em 1969”.

e desigual. Nesse momento, Astrid Cabral mostra sua perspectiva crítica sobre as figuras humanas que formam sua cidade escrita. As qualificações são centrais para a compreensão da crítica social que a poeta aplica sobre esse mundo marcado pela fome, pela malária e pela pobreza.

Manaus de banhos e agrestes piqueniques em picadas e igarapés,
passeios em férreas pontes e improvisadas hesitantes pinguelas,
flutuantes que são favelas em baixo-relevo no painel dos rios,
pardas praias em que aportam catraias de relutantes peixes,
cais de diligentes incansáveis guindastes abastecendo a cidade
de esnobes fomes de batata inglesa, manteiga da Holanda,
rubros queijos do Reino, vinhos da França, linhos da Irlanda
e mais mil cargas de sonhos e fugas estocadas nos anchos bojos
de vapores tisnados de Europa, vigias fedendo a gringa maresia,
âncoras nas mesmas águas de mendigas canoas e nativos gaiolas
abarrotados de gente carimbada de impaludismo e miséria.
(CABRAL, 1979, p. 88).

Afinada à exibição cinematográfica do mundo moderno, a cidade poética de Astrid Cabral é simultaneamente repleta de circunstâncias que impactam a vida social. Seus problemas urbanos são dispostos em série: infraestruturas de ferro ladeadas por pedaços de madeira; moradias precárias; e pequenos barcos para pesca. Tais elementos divergem absurdamente do comércio importador de produtos estrangeiros. Emerge a população, reforçando a distinção entre lugar e pessoas “fedendo a gringa maresia”, a “gente carimbada de impaludismo e miséria”, as mesmas com “mil cargas de sonhos e fugas”. Atrelado a isso, a desigualdade gerada no âmbito do capital manifesta-se como consumo de bens de luxo, enquanto os pobres não têm lugar nessa cidade, reduzindo-se a “mendigas canoas e nativos gaiolas”, elucidando embarcações próprias ao norte do Brasil. Tal conglomerado concorre para o mesmo ponto nodal às margens do Rio Negro. O porto é o lugar de encontro entre a riqueza de produtos europeus e a pobreza dos habitantes locais. Nele, todos se misturam, de modo que haja uma inversão de valores quando da apresentação desse mundo maculado pelas marcas europeias. As figuras humanas, por sua vez, também não recebem a mesma valoração que as mercadorias. O sujeito poético andarilho aplica uma ironia mordaz sobre aquelas pessoas ao retratar o tipo de *fome* de quem aporta no Amazonas. Com efeito, Astrid Cabral denuncia a condição de viajantes que não passam de refugiados, além da chegada dos que são marcados pela malária e pelas baixas condições de vida.

É fato que o título dado pela autora inspira uma atenção ao passado. Se a *elegia* é um poema tradicionalmente triste e lutuoso, no qual se faz uma lamentação e se canta uma perda, *derramá-la* torna-se a ação pela qual a poeta deixa vazar todo o sentimento que possui pelo espaço urbano. A acepção popular do que não possui mais remediação, porém, confere outro tom ao texto. As observações da poeta são corrosivas e denunciam claramente os problemas socioeconômicos de uma cidade no interior da Amazônia. Consequentemente, essa cidade escrita apresenta o

compasso desigual das relações do capital em uma sociedade moderna e brasileira em desenvolvimento.

A diferença mais marcante entre os observadores das cidades literárias concerne ao foco. Em *Frauta de barro* (BACELLAR, 2011), há o específico, o localizado, onde a identificação com o lugar ainda existe; em *Ponto de cruz* (CABRAL, 1979), as conexões globais interferem na dinâmica urbana, seja no plano artístico, seja no campo propriamente econômico. Não seria exagero relacionar ao primeiro caso as ruas de Jorge Luis Borges (1996, p. 17), que “*Son para el solitario una promesa/ porque millares de almas singulares las pueblan*”, conforme os versos de “Las calles”¹⁵. O redimensionamento para o ponto de vista do subúrbio e os traços sombrios daquelas ruas encontram eco nos becos e nas ruas em *Frauta de barro*. A afinidade entre os poetas reside no olhar voltado ao subúrbio e não aos locais centrais das respectivas cidades, esses marcados pela arquitetura europeia. Em estudo primoroso sobre o caso argentino, Beatriz Sarlo indica:

As *orillas*, o subúrbio, são espaços efetivamente existentes na topografia real da cidade e, ao mesmo tempo, só podem ingressar na literatura quando pensados como espaços culturais, quando se lhes impõe uma forma a partir de qualidades não só estéticas, mas também ideológicas. Realiza-se, então, um movimento triplo: reconhecer uma referência urbana, vinculá-la a valores, construí-la como referência literária. Nessas operações não se compromete apenas a visão “realista” do subúrbio, mas também a perspectiva de onde ele é visto; há ainda uma opção temporal em relação ao cenário construído, que define se o subúrbio será escrito no tempo presente ou no passado: se será o espaço da nostalgia ou da experiência contemporânea à enunciação dos textos. (SARLO, 2010, p. 327).

Ora, tais considerações se aproximam da poesia de Luiz Bacellar quando se referem à modificação da perspectiva para o ambiente popular do subúrbio (caso expressivo de “Romanceiro suburbano”). O foco não é o esplendor da arte europeia, que tem no Teatro Amazonas seu símbolo mais robusto. Pelo contrário, é a voz do povo, as coisas desse mesmo povo, permeado de causos que costumeiramente são postos à margem do fazer artístico. Uma diferença, porém, não deve ser esquecida. A cidade de Luiz Bacellar não guarda um *retrato* da Manaus histórica. Ela é *reinvenção* que filtra os causos populares e marginais.

Por sua vez, o olhar severo sobre o estrangeiro em Astrid Cabral denuncia uma Manaus escrita feita de farrapos, renovando o que foi sinalizado pelo célebre verso de “Inspiração” em *Paulicéia desvairada* – “Galicismo a berrar nos desertos da América” (ANDRADE, 1987, p. 83). Em estudo sobre a poesia de Mário de Andrade, Celia Pedrosa (2011, p. 56) informa que a linguagem “institui um sujeito em constante deslocamento por um espaço caleidoscopicamente mutante, retomando, assim, de modo mais radical, a relação entre os temas da *viagem* e da *liberdade* que, desde o pré-romantismo, vai caracterizar a literatura moderna”. Com essas palavras, o trabalho crítico sugere que, para avaliar os passos do andarilho, é preciso observar

15 “São para o solitário uma promessa/ porque milhares de almas singulares as povoam” (BORGES, 1999, p. 8).

como ele constrói o espaço pelo qual caminha. Luiz Bacellar estaria mais próximo do vagar drummondiano, enquanto Astrid Cabral, da agilidade marioandradina, mesmo que sua cidade não se mostre por uma lente caleidoscópica. Essa segunda forma de olhar a paisagem sugere os efeitos do crescimento urbano desenfreado sobre um sujeito poético que estaciona o pensamento diante do rio Tietê. Situação similar encontra-se nessa meditação sobre a “Manaus de águas passadas”.

Ambos os amazonenses se põem na contramão da ideia feroz de progresso. O aproveitamento crítico dessas questões expressa perspectivas sobre cidades inscritas em tempos distintos, os quais refuncionalizam a tópica do poeta que canta a cidade no interior de cada livro. O que está em evidência para esses autores é a possibilidade de seus sujeitos poéticos percorrerem as transformações pelas quais seu próprio espaço passou (uma redescoberta de “suas próprias terras”, talvez?). Para tanto, canibalizam traços comuns a certa tradição, torcendo-a e subsumindo-a no interior da matriz que compõe suas obras.

Ao fim, a oposição entre as duas poéticas procura mostrar o processo de mudança na criação literária ao norte do Brasil. Tomado pela tópica em causa, nota-se a reconfiguração do urbano atrelada a diferentes projetos poéticos.

SOBRE O AUTOR

FADUL MOURA é doutor em Teoria e História Literária pela Universidade Estadual de Campinas, com bolsa de estudos concedida pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). É professor substituto da área de literatura brasileira da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
faduldm@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-5167-8434>

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, José Vicente de Souza. *Manaus: praça, café, colégio e cinema nos anos 50 e 60*. Manaus: Editora Valer, 2002.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. *Obras completas*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.
- ANDRADE, Mário de. *Poesias completas*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1987.
- BACELLAR, Luiz. *Frauta de barro*. 9. ed. Manaus: Editora Valer, 2011.
- BANDEIRA, Manuel. *Obra completa*. 2. ed. São Paulo: José Aguilar, 1967.
- BAUDELAIRE, Charles. *As flores do mal*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BERARDINELLI, Alfonso. Cidades visíveis na poesia moderna. In: BERARDINELLI, Alfonso. *Da poesia à prosa*. São Paulo: Cosac Naify, 2007, p. 143-173.

- BORGES, Jorge Luis. *Obras completas*. Tomo I. Buenos Aires: Emecé Editores, 1996.
- BORGES, Jorge Luis. *Obras completas*. Volume I. Tradução Glauco Mattoso e Jorge Schwartz. São Paulo: Editora Globo, 1999.
- CABRAL, Astrid. *Ponto de cruz*. Rio de Janeiro: Cátedra, 1979.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: FFLCH, 2007.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. 10. ed. São Paulo: Ediouro Publicações, 2005.
- FROTA, Lélia Coelho. Prefácio. In: CABRAL, Astrid. *Ponto de cruz*. Rio de Janeiro: Cátedra, 1979, p. 9-12.
- GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. Tradução Raul Fiker. São Paulo: Editora Unesp, 1991.
- GUEDELHA, Carlos Antônio Magalhães. *Manaus de águas passadas: a recriação poética de Manaus em Visgo da terra*, de Astrid Cabral. Minas Gerais: VirtualBooks, 2014.
- LEÃO, Allison; MOREIRA, Luana Aguiar. Processo de criação e gênese imaterial da poesia de Luiz Bacellar. *Manuscrita: Revista de Crítica Genética*, n. 42, 2020, p. 209-218. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/manuscrita/article/view/178322>. Acesso em: 24 jun. 2021.
- MESQUITA, Otoni. *La belle vitini: o mito do progresso na refundação da cidade de Manaus (1890-1900)*. 2005. 439 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.
- MOURA, Fabio Fadul de. *De máscaras errantes a poéticas andarilhas: a reinvenção da viagem em Luiz Bacellar e Astrid Cabral*. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 2022.
- NATALI, Marcos Piason. *A política da nostalgia: um estudo das formas do passado*. São Paulo: Nankin, 2006.
- PEDROSA, Celia. *Ensaio sobre poesia e contemporaneidade*. Niterói: Editora da UFF, 2011.
- SARLO, Beatriz. *A cidade vista: mercadorias e cultura urbana*. Tradução Monica Stahel. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- SARLO, Beatriz. A magia moderna: comunicação à distância. In: SARLO, Beatriz. *Paisagens imaginárias: intelectuais, arte e meios de comunicação*. Tradução Rubia Prates Goldoni e Sérgio Molina. São Paulo: Edusp, 2005, p. 271-287.
- SARLO, Beatriz. *Modernidade periférica: Buenos Aires 1920 e 1930*. Tradução Júlio Pimentel Pinto. São Paulo: Cosac Naify, 2010.
- SELJAN, Zora. Astrid Cabral e a força de uma poesia. In: CABRAL, Astrid. *Sobre escritos: rastros de leituras*. Manaus: Edua, 2015, p. 401-406.
- VALLADARES, Clarival Prado. *Restauração e recuperação do Teatro Amazonas*. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 1974.
- WHITMAN, Walt. *Folhas de relva*. Tradução Geir Campos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

Viagem, paisagem e poesia: os sertões de Guimarães Rosa e Juan Rulfo

[*Travel, landscape and poetry: the sertões of Guimarães Rosa and Juan Rulfo*]

Luís Antônio Jorge¹

RESUMO • Com o intuito de abordar os processos criativos no campo das práticas artísticas – o lugar da poesia na elaboração da linguagem ou a inscrição da dimensão poética no desenvolvimento do que se chama *projeto* no campo da arquitetura ou ainda, simplesmente, *design* em termos gerais –, o ensaio elege a literatura como exemplo do fazer artístico e, nela, os retratos da viagem e suas paisagens, como metáforas sobre tais processos criativos. Para isso, comenta dois contos, comparativamente, ambientados em dois sertões: “Cara-de-Bronze”, do escritor brasileiro João Guimarães Rosa, e “Talpa”, do escritor e fotógrafo mexicano Juan Rulfo.

• **PALAVRAS-CHAVE** • Poética; paisagem;

linguagem. • **ABSTRACT** • With the intention of addressing the creative processes in the field of artistic practices – the role of poetry in the elaboration of language or the inscription of the poetic dimension in the development of what is called Project in the field of architecture or, simply, Design in general terms – the essay selects literature as an example of artistic creation and, within it, the portrayals of travel and landscapes as metaphors for such creative processes. For this, it comments two novels, comparatively, set in two backlands: “Cara-de-Bronze” by Brazilian writer João Guimarães Rosa and “Talpa” by Mexican writer and photographer Juan Rulfo.

• **KEYWORDS** • Poetics; landscape; language.

Recebido em 20 de janeiro de 2023

Aprovado em 6 de julho de 2023

JORGE, Luís Antônio. Viagem, paisagem e poesia: os sertões de Guimarães Rosa e Juan Rulfo. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 85, p. 95-109, ago. 2023.



DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.vri85p95-109>

1 Universidade de São Paulo (USP, São Paulo, SP, Brasil).

O SERTÃO DE ROSA



Figura 1 – “Derramados, em raio de légua, pelo ar, fogo, faúlhas e restos, por pirambeiras, gargantas e cavernas, como se, esplendidissimamente, tão vã e vagalhão, sobre asas, a montanha inteira ardesse”. Frase do conto “Nada e a nossa condição” do livro *Primeiras estórias* (ROSA, 1967, p. 89). Fotografia: Letícia Oliveira Berrocal (2019)

Em *J. Guimarães Rosa: correspondência com o tradutor italiano*, Rosa, ao responder a uma carta de Edoardo Bizarri, em 25 de novembro de 1963, a respeito do conto “Cara-de-Bronze” (publicado originalmente em *Corpo de baile*, 1956a) apresentou uma curiosa gradação hierárquica dos temas e dos conteúdos que ele considera ter retratado no conjunto de contos daquele livro: “a) cenário e realidade sertaneja: 1 ponto; b) enredo: 2 pontos; c) poesia: 3 pontos; d) valor metafísico-religioso: 4 pontos” (ROSA, 1972, p. 68). De acordo com essa intrigante classificação, Rosa estabeleceu uma rota para as suas viagens ao sertão que parte do concreto e material (a realidade sertaneja) para almejar a transcendência metafísica, simbólica ou religiosa, desde que guiada por uma estória a narrar (o enredo) e uma forma de realizá-la (a poesia). Cada conto tem sua ênfase nesses pontos e coube ao conto “Cara-de-Bronze”, segundo seu autor, abordar a POESIA, grafada em letras maiúsculas na referida carta.

“Cara-de-Bronze” é a estória de uma vontade de retorno mediado a um lugar, ou melhor, é a estória de um desejo de dar nitidez às reminiscências embaçadas pelo tempo. Após prolongada ausência, o velho e solitário patrão moribundo procura um vaqueiro, dentre tantos por ele empregados, para delegar uma missão: viajar para relatar o que ele não podia mais encontrar por si mesmo. Viajar para falar de tudo ou de nada em específico. A encomenda é vaga, todo aquele mundo é motivo de atenção. Procurar ver “o que no comum não se vê” (ROSA, 2001, p. 145) ou, como Rosa escreve ao seu tradutor italiano, citando, como endosso, o prefácio de Paulo Rónai²: procurar na

[...] multidão de observações aparentemente desconexas e frívolas do seu antigo mundo, elementos que lhe permitem reconstruir para o seu próprio uso a realidade íntima do passado, uma visão poética de seu universo. O material reunido pelo emissário é de uma riqueza disparatada e barroca, transborda do texto da história e se espalha por uma série de notas... (RÓNAI, 2001, p. 24).

O patrão envia o vaqueiro à sua terra natal para ouvir dele qualquer coisa que pudesse ser rememorada, revisitada, recolhida pelo narrar. Uma promessa de achado ou reencontro com sua história existencial, com as profundezas de si mesmo. A procura do vaqueiro é a tradução, transformada em enredo, da procura do escritor Guimarães Rosa: ambos foram buscar poesia. Procurar as coisas que contêm poesia, como as árvores nativas da realidade sertaneja, de nomes como ana-sorta, joão-curto, angelim-macho, guzabu-preto, bela-corízia, oiti-bêbado, carvão-branco, pau-de-pente, carrancuda, triste-flor, calcanhar-de-cotia, jacarandá-mimosim, colher-de-vaqueiro, e milhares de outras arroladas nas notas e no corpo do conto “Cara-de-Bronze”. Na volta, ao patrão, oferecer palavras que dessem conta da viagem feita para ser narrada. A busca de um vaqueiro viajante pelo sertão é análoga ao ofício do poeta³.

Em outros termos, a busca pela poesia empreendida pelo escritor é a própria experiência no mundo transformada em um tipo incomum de linguagem. Nos argumentos do poeta Pedro Xisto (1970, p. 8),

As ciências especializadas concordam em que a linguagem primitiva é de natureza poética. E concordariam, assim, com o filósofo (Heidegger) que, ouvindo e repetindo o poeta (Hölderlin), reconhece que a poesia – fundadora do ser e da essência de todas as coisas – não recebe, jamais, a linguagem como um material de trabalho, previamente dado, mas, antes, a poesia começa por tornar possível a linguagem.

2 “Rondando os segredos de Guimarães Rosa”, de Paulo Rónai, foi publicado como prefácio em *Corpo de baile*, cuja primeira edição é de 1956, que, em sua terceira edição, foi dividido, pelo próprio escritor, em três volumes autônomos: *Manuelzão e Miguilim*, *No Urubuquaquá*, *no Pinhém* (onde também se encontra o conto “Cara-de-bronze”) e *Noites do sertão*

3 “Na página 620, há um oculto desabafo lúdico, pessoal e particular brincadeira do autor, só mesmo para o seu uso, mas que mostra a Você, não resisto: ‘Aí, Zé, ôpa!’, intraduzível evidentemente: lido de trás para diante = apô Êz ía, : a Poesia...” (ROSA, 1972, p. 70)..

A promessa de encontro da poesia é motivação maior da viagem pelo sertão, metáfora, nesse caso, da própria linguagem. Viajar pelo sertão é viajar pela linguagem.

A perspectiva aberta pela busca da poesia é tão alargada quanto possa ser uma viagem por territórios ilimitados e sem propósitos ou destino certos. Mais que seguir o caminho, o que se espera do viajante é uma adesão ao espírito da viagem, a atenção a quaisquer detalhes que escapam ao apressado, aquele que recusa os apelos dos descaminhos, as inúmeras sugestões alternativas ao fim determinado, as promessas de descobertas que retardam a jornada e embaralham a orientação. Os personagens viajantes de Rosa quando se movem pelo sertão estão, simultaneamente, superando espaços e buscando a si mesmos. A noção de travessia é ambígua: ato de atravessar, percorrer, vencer distâncias, tanto quanto imersão, autorreflexão, indagação sobre o ser e o estar no mundo. Exterior e interior em diálogo: o que se dá a ver e sentir durante a viagem serve para interrogar a própria alma do viajante. A paisagem se metaforiza, mas não a ponto de se ausentar. Ela permanece ao redor, transcendente e imantada por um feixe de significados cambaleantes, errantes, incertos, duvidosos, suspeitos, paradoxais, misteriosos – a matéria da metafísica de Rosa. Essa ambiguidade é elaborada em termos poéticos no interior da linguagem. Manter as duas travessias, pelo espaço e pela alma, como dois percursos de uma só viagem helicoidal, vigiando para que um não se distancie do outro dentro da construção literária, configura a poética que fabrica o sertão com a sua grandeza de forma e de significados. Lembremos que o sertão “está em toda parte” e “é dentro da gente”⁴.

Em “Cara-de-Bronze”, vê-se

Este mundo, que desmede os recantos. Mar a redor, fim a fora, iam-se os Gerais, os Gerais do ô e do ão [...] Pelo andado do Chapadão, em ver o viajante é um cavaleiro pequenininho, pequenino, curvado sempre sobre o arção e o curto da crina do cavalo – o cavalinho alazão, sem nome, só chamado Quebra-Coco. Cavaleiro vai, manuseando miséria, escondidos seus olhos do à-frente, que é só mesmo duma distanciação – e o céu uma poeira azul e papagaios no vôo. Os Gerais do trovão, os Gerais do vento. (ROSA, 2001, p. 107-108)⁵.

A viagem se faz em camadas: a infinitude do mundo sertão, seja no desmesurado das suas extensões, seja na diversidade das suas formas viventes, se interpenetra nas profundezas da alma humana em seus movimentos indagativos, reflexivos e comunicantes. Dessa relação brota a poesia, junto com a

[...] brotação das coisas [...] [entre] toda qualidade de répteis de alma-vivente, bichos de entre-mato-e-campo, bichinhos de terra e do ar [...]

[ou entre]

[...] a damiana, a angélica-do-sertão, a douradinha-do-campo. O joão-venâncio, o chapéu-de-couro, o bom-homem. O boa-tarde. O cabelo-de-anjo, o balança-cachos, o bilo-bilo. O alfinete-de-noiva. O peito-de-moça. O braço-de-preguiça. O aperta-joão. O são-gonçalinho. A ata-brava, a bradamundo, a gritadeira-do-campo... (ROSA, 2001, p. 151).

4 Frases ditas pelo narrador personagem Riobaldo em *Grande sertão: veredas* (ROSA, 1956b).

5 Nas citações de “Cara-de-Bronze”, foram mantidas a grafia e a pontuação originais

Trata-se de visitar a sortida riqueza do sertão: atualmente, mais conhecida como a biodiversidade do bioma do cerrado brasileiro.

Do objeto concreto, singular e bem localizado, para a eleição do signo verbal a representá-lo, dificuldades se avolumam dada a profusão ou variedade de alternativas ou possibilidades que demonstram a complexidade da linguagem que se quer elaborar, para conferir densidade poética e significativa ao ambiente mental, imaginário ou fabuloso que a língua inaugura e a literatura transfigura. A biodiversidade da natureza é o espelho no qual a língua vem se mirar.

No conto “Cara-de-Bronze” os personagens tomam a palavra, dialogam entre si, como falas de uma peça teatral. No trecho a seguir, as dificuldades de entender a necessidade da poesia e de aceitar a falta de receituário ou fórmulas prontas para encontrá-la estão nas indagações dos vaqueiros sobre a viagem do Grivo, o escolhido pelo velho patrão acamado:

Iô Jesuino Filósio: E ninguém sabe aonde esse Grivo foi? Não se tem idéia?

[...]

O vaqueiro Muçapira: Ele ia por desertas.

[...]

O vaqueiro Cicica: Pois então o senhor mesmo me diga: o que foi que ele foi fazer? Que saiu daqui, em encoberto, na vagueação, por volver meses, mas com ponto de destino e sem dizer palavra a ninguém... Que ia ter por fito?

O vaqueiro Tadeu: Essas plenipotências...

O vaqueiro Doim: Boa mandatela! A gente aqui, no labôro, e ele passeando o mundo-será...

O vaqueiro Fidélis: Tem de ter o jús, não foi em mandriice. Por seguro que deve de ter ido buscar alguma coisa.

O vaqueiro Sãos: Trazer alguma coisa, para o Cara-de-Bronze.

O vaqueiro Mainarte: Ê. Eu sei que ele foi para buscar alguma coisa. Só não sei o que é. Moimeichêgo⁶: Ia campear mais solidão?

O vaqueiro Sacramento: Há de ser alguma coisa de que o Velho carecia, por demais, antes de morrer. Os dias dele estão no fim-e-fim...

Moimechêgo: O Grivo então foi de romeiro?

(ROSA, 2001, p. 117-119).

Na viagem busca-se a linguagem: ela é o destino. A travessia pelo sertão de Rosa é o sumo ato da construção da linguagem: é tanto busca como encontro, tanto absorção e seleção de informação como elaboração ou fixação da poesia no ato da escrita. A travessia é uma via de mão dupla para o corpo no espaço, para a alma na linguagem. Já do ponto de vista do leitor, a travessia é elaboração do lugar do sertão na cultura brasileira. Para o escritor, também é, mas, além disso, é a superação das fronteiras

6 “Bem meu caro Bizarri, por hoje, já exagerei. Encerro. Apenas dizendo ainda a você que o nome MOIMECHEGO é outra brincadeira: é: moi, me, ich, ego (representa ‘eu’, o autor...). Bobaginhas.” (ROSA, 1972, p. 71). Rosa em carta ao tradutor E. Bizarri, enviada do Rio de Janeiro, em 25 de novembro de 1963.

da língua para refletir o lugar do humano no mundo. É o Brasil? É, mas, poética e filosoficamente, universalizado. O retrato do sertão como realidade sociocultural e geográfica, mas também, simbólica, metafísica e religiosa. Do sertão material para o sertão metafísico pavimenta-se a estrada que liga o local ao universal.

O diálogo dos vaqueiros sobre os propósitos da viagem, as motivações do patrão, a tarefa do viajante remetem à fórmula platônica (e socrática) de vasculhar os termos do debate e a aproximação paulatina ao mundo das ideias, revelado pela linguagem. Assim, os diálogos ao longo do conto oferecem paralelos com os próprios sentidos da linguagem, assumindo feições metalinguísticas. Os vaqueiros, entretidos em definir o sentido da viagem de encomenda do velho patrão, tecem considerações de uma procura sem objeto, de um buscar sem focos antecipados, a esmo e em tudo, para abordar os difíceis caminhos da poesia.

O vaqueiro Mainarte: Ele queria uma idéia como o vento. Por espanto, como o vento... Uma virtudinha espiritada, que traspassa o pensamento da gente – atravessa a idéia, como alma de assombração atravessa as paredes.

O vaqueiro Noró: Que relembra os formatos do orvalho... E bonitas desordens, que dão alegria sem razão e tristezas sem necessidade.

O vaqueiro Abel: Não-entender, não-entender, até se virar menino.

O vaqueiro José Uéua: Jogar nos ares um montão de palavras, moedal.

O vaqueiro Noró: Conversação nos escuros, se rodeando o que não se sabe.

O vaqueiro Mainarte: Era só uma claridade diversa diferente...

O vaqueiro Cicica: Dislas. E aquilo dava influência. Como que ele queria era botar a gente toda endoidecendo festinho...

O vaqueiro Parão: Tudo no quilombo da Faz-de-Conta...

O vaqueiro Pedro Franciano: Eu acho que ele queria era ficar sabendo o tudo e o miúdo.

O vaqueiro Tadeu: Não, gente, minha gente: que não era o-tudo-e-o-miúdo...

O vaqueiro Pedro Franciano: Pois então?

O vaqueiro Tadeu: ... Queria era que se achasse para ele o quem das coisas!

(ROSA, 2001, p. 140).

A poesia é descoberta aventureira, depois de árduo trabalho inventariante, incansavelmente, atento a tudo. Vigilante para não tomar caminho fácil, como alertou Rosa ao seu tradutor alemão, Curt Meyer-Clason, em carta enviada do Rio de Janeiro, em 24 de março de 1966:

Duas coisas convém ter sempre presente: tudo vai para a poesia, o lugar-comum deve ter proibida a entrada, estamos é descobrindo novos territórios do sentir, do pensar, e da expressividade; as palavras valem “sozinhas”. Cada uma por si, com sua carga própria, independentes, e às combinações delas permitem-se todas as variantes e variedades. (ROSA, 2003, p. 314).

Em uma carta mais antiga a Meyer-Clason, de 17 de junho de 1963, Rosa critica a tradução inglesa de *Grande sertão: veredas* (*The devil to pay in the backlands*), para demonstrar as distâncias insuperáveis entre a poesia e o lugar-comum. Alerta Rosa que, na edição americana,

[...] lê-se “My memories are what I have”. Ora, o que está no original [...] é: “O que lembro, tenho”. E a afirmação é completamente diferente... Riobaldo quer dizer que a memória é para ele uma *posse* do que ele viveu, confere-lhe *propriedade* sobre as vivências passadas, sobre as coisas vividas. Toda uma estrada metafísica pode ter ponto-de-partida nessa concepção. E o que os tradutores entenderam, chatamente, trivialmente, foi que Riobaldo, empobrecido, em espírito, pela vida, só possuísse agora, de seu, suas lembranças. Um lugar-comum dos velhos. Justamente o contrário. Viu? Tanto mais que, seguindo-a imediatamente, a pequenina frase que completa é, no original: “Venho vindo, de velhas alegrias”. E eles verteram: “I am beggining to recall bygone days”. Aí, toda a dinâmica e riqueza irradiadora do dito se perderam! Uma pena. Tudo virou água rala, mingau. (ROSA, 2003, p. 114).

A oposição extrema entre lugar-comum e poesia exposta por Rosa demonstra, além de uma refinada educação e consciência estéticas, o entendimento de que as palavras alargam a percepção da realidade, enquanto aprofundam e acionam a dinâmica dos significados. Todo o impacto da obra literária de Rosa nos seus leitores deve-se, em grande medida, à percepção de um mundo que as palavras não definem, mas tateiam, bordejam, iluminam, aproximam, mas não esgotam. O insondável, o indizível, o duvidoso fazem parte de um projeto, deliberadamente, não resolutivo, não finalista, não certo. A beleza da POESIA está na abertura que a linguagem inaugura. A “água rala”, o “mingau” do lugar-comum é a morte da linguagem ou o fim da viagem.

Em outra carta a Meyer-Clason, de 9 de fevereiro de 1965, Rosa reafirma suas posições ao defender, a presença no livro *Corpo de baile*, de passagens obscuras:

A excessiva iluminação, geral, só no nível do raso, da vulgaridade. Todos os meus livros são simples tentativas de rodear e devassar um pouquinho o mistério cósmico, esta coisa movente, impossível, perturbante, rebelde a qualquer lógica, que é a chamada “realidade”, que é a gente mesmo, o mundo, a vida. Antes o obscuro que o óbvio, que o frouxo. Toda lógica contém inevitável dose de mistificação. Toda mistificação contém boa dose de inevitável verdade. Precisamos também do obscuro.

Em geral, quase toda frase minha tem de ser meditada. Quase todas, mesmo as aparentemente curtas, simplórias, comezinhas, trazem em si algo de *meditação* ou de *aventura*. (ROSA, 2003, p. 238).

Assim, a poesia é um convite à reflexão e à sensibilização para algo inconcluso, sempre em movimento ao aberto, para reconhecer a validade das suas expressões nos seus próprios termos, independentemente de servir a prévios propósitos.

Cabe ainda destacar, na referida carta de 17 de junho de 1963, o tema da memória como posse sobre as coisas vividas. Riobaldo também dizia que esquecer é quase igual a perder dinheiro. O enredo de “Cara-de-Bronze” desenvolve-se em torno do desejo de recuperar a propriedade sobre essas coisas vividas que as palavras do Grivo haverão de trazer de volta. A missão do personagem é exatamente a mesma do escritor. Guimarães Rosa diz ao seu amigo Pedro Bloch:

Você conhece meus cadernos. Quando saio montado num cavalo, pela minha Minas Gerais, vou tomando nota das coisas. O caderno fica impregnado de sangue de boi, suor de cavalo, folha machucada. Quero descobrir o que caracteriza o voo de cada pássaro, a cada momento. Eu não escrevo difícil. Eu sei o nome das coisas⁷.

Tais cadernos – verdadeiras relíquias do Acervo João Guimarães Rosa do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP)⁸ – demonstram quão laborioso, criterioso e organizado era o método de trabalho do escritor que retrata a si mesmo, nesse ofício inventariante e etnográfico, em vários contos, onde comparecem personagens viajantes, ora como um cientista a pesquisar a natureza do sertão (o senhor Olquiste, em *O recado do morro*), ora como sertanejos, vaqueiros, jagunços, como Riobaldo ou Grivo, que, ao final da sua saga, em conversa com os companheiros sobre a reação do velho patrão, o “Cara-de-Bronze”, ao saber do seu relato, diz:

GRIVO (de repente começando a falar depressa, comovido): Ele, o Velho, me perguntou: – “Você viu e aprendeu como é tudo por lá?” – perguntou, com muita cordura. Eu disse: – “Nhor vi.” Aí, ele quis: – “Como é a rede de moça – que moça noiva recebe, quando se casa?” E eu disse: – “É uma rede grande, branca, com varandas de labirinto...” (Pausa.)

José Proeza (surgindo do escuro): Ara, então! Buscar palavras-cantigas?

Adino: Aí, Zé, opa!

GRIVO: Eu fui...

Mainarte: Jogou a rede que não tem fios.

GRIVO: Não sei. Eu quero viagem dessa viagem...

Cicica: Dislas! Remondiolas...

GRIVO: ... Ele, o Velho, disse, acendido: – “Eu queria alguém que me abençoasse...” – ele disse. Aí, meu coração tomou tamanho.

Tadeu: Então, que foi que ele fez, então?

GRIVO: Chorou pranto.

(ROSA, 2001, p. 173).

O Velho tomou posse de sua lembrança. Consumou-se a busca: a poesia é viagem. “Eu quero viagem dessa viagem...” No trivial das palavras, Grivo queria a linguagem da linguagem, nascedouro da consciência do lugar da poesia no universo da linguagem. Esse é o lugar do *projeto* ou do *design*.

7 Depoimento a Pedro Bloch (RÓNAI, 1983, p. 91-92).

8 O mais ilustre dos cadernos, intitulado “A boiada”, é o registro de uma viagem ao sertão que o escritor fez em maio de 1952, acompanhando a condução de uma boiada. Reconhecem-se, nesse caderno, elaborações textuais que ganharão forma final nos livros *Corpo de baile* (ROSA, 1956a) e *Grande sertão: veredas* (ROSA, 1956b).



Figura 2 – “...Aunque sabía que Talpa estaba lejos y que tendríamos que caminar mucho debajo del sol de los días y del frío de las noches de marzo, así y todo quería ir.” Frase do conto “Talpa” (RULFO, 2005, p. 50). Fotografia do Autor, em viagem pelo sertão de Jalisco em 2014

O trânsito de Juan Rulfo nas artes da literatura e da fotografia convida seus admiradores a estabelecerem diálogos entre ambas as linguagens, a empreenderem uma espécie de viagem ou travessia intersemiótica, onde as operações simétricas de recortar, focar e registrar são percebidas nas escritas verbais e visuais. As palavras e as imagens procuram exprimir as dimensões trágicas e simbólicas da realidade natural e social do sertão de Jalisco, no México. As paisagens derruídas de um tempo suspenso do fluxo da história buscam um México essencial e profundo, rico de costumes e tradições, mas retratado com o mínimo de elementos ou personagens primordiais.

A fotografia em branco e preto ao realçar as formas, os volumes da arquitetura e os matizes de luzes e sombras da paisagem, parece sintetizar a infinitude do mundo, reduzindo-o ao que é mais representativo. Com esmeradas composições, a fotografia de Rulfo revela as profundezas do viver mexicano, com as suas doídas ressonâncias. Frequente e paradoxalmente, Rulfo mira a exuberância cultural mexicana, presente na diversidade das arquiteturas pré-hispânicas e dos tempos da colonização, em situações dramáticas ou extremas (em ruínas, em abandono ou vazias, com marcas de destruição ou violência), contrastantes com o meio natural, para provocar o estranhamento ou a percepção de conflitos permanentes. Rulfo está

atento ao pormenor quando se aproxima da matéria, das texturas, das rugosidades e asperezas de um mundo construído, mas em processo de destruição. Iluminação e apagamento simultâneos, mesclando a vivacidade da imagem com a melancolia evocativa, simbólica ou religiosa.

As feições do povo com seus costumes, registradas pelo fotógrafo Juan Rulfo, transcendem aquilo que se poderia chamar de retratos da cultura popular mexicana com suas típicas tradições. Seu olhar não é etnográfico, nem inventariante. Seus personagens são sobreviventes silenciosos, observadores ou testemunhas da dureza da vida nos pequenos, distantes e esquecidos lugares. São dignos guardiões daquilo que se pode chamar de um México profundo ou essencial. Seus corpos são laboriosos na batalha cotidiana pela sobrevivência em condições, amiúde, adversas. Quando estacam, exaustos, parecem esperar por algo que não vai suceder tão cedo naquelas paisagens áridas e disfóricas.

Já o escritor Juan Rulfo quer mergulhar nas profundezas da alma dos seus personagens fotografados, como se a palavra fosse o meio para extrair a dor ou as angústias guardadas em todo silêncio. Ao buscar palavras que procuram dar conta das condições da vida no sertão mexicano – um microcosmo dos dilemas existenciais da sociedade mexicana – Rulfo também trabalha com extrema economia, atento aos pormenores, para adequar as palavras à imagem perseguida, com uma estética de ênfases contidas e concentradas, análogas às suas composições fotográficas. O leitor, ao atravessar o *Llano en llamas*, irá descobrir a potência do lugar do sertão na cultura mexicana, mas também, como em Rosa, irá transcender o regional e alcançar o universal.

O conto “Talpa” (RULFO, 2005), do livro *Llano en llamas*, narra a viagem de dois irmãos e uma mulher, a Natalia, esposa de um deles, o Tanilo, e amante do outro, o narrador da história. Tanilo, enfermo, com seu corpo tomado de chagas, recorre à rota de peregrinação à Virgen de Talpa como último recurso para sua salvação. Os amantes, sabedores das dificuldades de realizar tal façanha, sobretudo naquelas condições de saúde em que Tanilo se encontrava, estimulam-no a fazê-lo, propondo acompanhá-lo com a certeza da morte iminente, libertadora do amor secreto que os cumplicia naquele intento criminoso disfarçado de misericordioso.

Rebecca Solnit (2016, p. 85; p. 86) define a peregrinação como uma das modalidades fundamentais do caminhar,

[...] é andar à procura de algo intangível [...] Os peregrinos [...] muitas vezes, tentam dificultar a jornada, o que me traz à lembrança a origem da palavra inglesa *travel*, viagem, que vem do francês *travail*, que significa trabalho, sofrimento e as dores do parto. Desde a Idade Média, há peregrinos que viajam descalços ou com pedras dentro dos sapatos, em jejum ou vestindo trajes de penitência especiais.

Os peregrinos não andam a esmo. O esforço empreendido na peregrinação, movido pela fé, atua como agente catártico, expiador de culpas, preparador para a redenção, que se dará ao cabo da jornada. Os três personagens do conto, no início, solitários, não tardam a encontrar com

[...] gente que salía de todas partes; que había desembocado como nosotros en aquel camino ancho parecido a la corriente de un río, que nos hacía andar a rastras, empujados por todos lados como si nos llevaran amarrados con hebras de polvo. Porque de la tierra se levantaba, con el bullir de la gente, un polvo blanco como tamo de maíz que subía muy alto y volvía a caer [...]. Y arriba de esta tierra estaba el cielo vacío, sin nubes, sólo el polvo; pero el polvo no da ninguna sombra. (RULFO, 2005, p. 54).

Os peregrinos procuram vencer distâncias, superar a rudeza da natureza e o espaço entre eles e o destino certo. Uma natureza bruta que contrasta com a que envolve o vaqueiro Grivo na sua viagem. Nada os demove do intento, do desejo de chegar ao fim, de acabar com a longa espera que caracteriza o sacrifício, o imenso esforço físico sob o sol a caminho da Virgem de Talpa.

Algún día llegará la noche. En eso pensábamos. Llegará la noche y nos ponderemos a descansar. Ahora se trata de cruzar el día, de atravesarlo como sea para correr del calor y del sol. Después nos detendremos. Después. Lo que tenemos que hacer por lo pronto es esfuerzo tras esfuerzo para ir de prisa detrás de tantos como nosotros y delante de otros muchos. De eso se trata. Ya descansaremos bien a bien cuando estemos muertos. (RULFO, 2005, p. 55).

O narrador de “Talpa” conta a estória do arrependimento que se avulta a cada passo da viagem que os levava em direção à morte de seu irmão Tanilo. Todo o penoso e crescente sofrimento de Tanilo alimenta o sentimento de culpa dos companheiros, amantes, já distanciados pelo sabor amargo do remorso. O próprio Tanilo já se arrependia do seu empreendimento, consciente da sua situação e exaurido de suas forças. Tempo demasiado consumido em uma longa viagem, suficiente para fazer os corpos perecerem e as almas se transformarem.

Mas a dura travessia do corpo pelo espaço alimenta a fé na recompensa visada. A peregrinação envolve corpo e alma em um movimento transcendental de fervor e vertigem crescentes. A paisagem parece assistir ao ato heroico de fé e força física, inclemente e impassível como o fim daqueles desfavorecidos e oprimidos. A natureza é um obstáculo a ser vencido, colocado entre o peregrino e a Virgem Santa.

A paisagem dramática criada pela poesia de Rulfo acolhe os ritmos distintos do passar do tempo na peregrinação, o efeito das luzes, o som das rezas, os gestos dos corpos, as vozes da natureza:

Por las noches, aquel mundo desbocado se calmaba. Desperdigadas por todas partes brillaban las fogatas y en derredor de la lumbre la gente de la peregrinación rezaba el rosario, con los brazos en cruz, mirando hacia el cielo de Talpa. Y se oía cómo el viento llevaba y traía aquel rumor, revolviéndolo, hasta hacer de él un solo mugido. (RULFO, 2005, p. 56).

Ao final da viagem, Tanilo, entorpecido pela dor e pela fé na *Virgen de Talpa*, o último refúgio para o conforto espiritual, cumpre o destino comum àqueles que padecem no sertão de Rulfo: morre, em frente a

La Virgen nuestra, nuestra madre, que no quiera saber nada de nuestros pecados; que se echa la culpa de nuestros pecados; la que quisiera llevarnos em sus brazos para que no nos lastime la vida, está aquí junto a nosotros, aliviándonos el cansancio y las enfermedades del alma y de nuestro cuerpo ahuatado, herido y suplicante. (RULFO, 2005, p. 58).

A paisagem, indiferente, como a expressão de bondade da Virgem, segue seu curso normal, mas as almas dos companheiros de Tanilo estavam transtornadas:

Afuera se oía el ruido de las danzas; los tambores y la chirimía; el repique de las campanas. Y entonces fue cuando me dio a mí tristeza. Ver tantas cosas vivas; ver a la Virgen allí, mero enfrente de nosotros dándonos su sonrisa, y ver por el outro lado a Tanilo, como si fuera un estorbo. Me dio tristeza. Pero nosotros lo llevamos allí para que se muriera, eso es lo que no se me olvida. (RULFO, 2005, p. 59).

A vida do povo é consumida naquele *Llano em llamas*. A fé é uma forma de apaziguamento da alma: oferece resignação e aceitação da morte. O transcendente é um ingrediente das paisagens de Rulfo, como o diabo no meio da rua, do redemoinho, nas paisagens rosianas. Mas a poesia em Rulfo não apazigua. Ao contrário, incomoda, brota seca como um coice, rude como a miséria, violenta como a morte arrastada de Tanilo, com seu corpo

[...] lleno por dentro y por fuera de un hervidero de moscas azules que zumbaban como si fuera un gran ronquido que saliera de la boca de él; de aquella boca que no pudo cerrarse a pesar de los esfuerzos de Natalia y míos, y que parecia querer respirar todavia sin encontrar resuello. De aquel Tanilo a quien ya nada le dolía, pero que estaba como adolorido, con las manos y los pies engarruñados y los ojos muy abiertos como mirando su propia muerte. Y por aquí y por allá todas sus llagas goteando un agua amarilla, llena de aquel olor que se derramaba por todos lados y se sentía en la boca, como si se estuviera saboreando una miel espesa y amarga que se derretia en la sangre de uno a cada bocanada de aire. (RULFO, 2005, p. 59).

A imagem do morto é multissensorial e de uma nitidez absoluta, que até a fotografia seria incapaz de captar. A descrição escorre, lenta, viscosa, ocupando todos os espaços, acionando todos os nossos sentidos.

As viagens pelos sertões, em “Cara-de-Bronze” e em “Talpa”, têm propósitos opostos no plano do enredo e similares, no campo poético. Em Rosa, a viagem ao destino fragilmente definido, a um lugar do passado, tem objetivos intangíveis, nebulosos, incertos. Em Rulfo, a viagem ao destino precisamente definido, tem objetivos concretos – no plural, porque se opõem na intriga ou dilema entre os três personagens. Ambas as viagens são, por acumulação crescente de tensões, tratadas como meio de problematizar a fabricação dos significados do mundo. Esses retratos literários dos sertões enfrentam o desafio insuperável do infinito ou, em outros

termos, a inesgotabilidade da poesia, a incompletude do mundo da linguagem, o real percebido como sem nome, o indizível.

Os retratos dos sertões de Rosa e de Rulfo são tramas tecidas com as línguas que desbravam os Brasis e os Méxicos e revelam os enigmas que envolvem a fatura poética no afã do mais dizer ou de ser “signo de ser”. Ao inaugurarem, com seus agudos olhares, obras consideradas como verdadeiros “ensaios de formação”, convocam-nos a reconhecer o papel estratégico da poesia (e da arte) na abordagem da realidade dos lugares. Demonstram a legitimidade desse caminho pela qualidade dos retratos realizados e das indagações desentranhadas naquelas viagens. Tais qualidades incentivam, permanentemente, a atualização das leituras: viagens sobre como descobrir as coisas a descobrir.

Procurar correspondências entre dois dos mais brilhantes autores da literatura obedece a um desejo de aproximação de culturas que ainda têm muito a oferecer, mutuamente, no campo da sensibilidade artística que instrui e desencadeia processos crítico-criativos, em ambientes afeitos à prática do *projeto* ou *design*.

A poesia, como o *projeto*, é um metamétodo para a descoberta, uma procura dos propósitos da vida dos lugares, dos sentidos profundos da viagem, da travessia ou da linguagem, que, ao se realizar, desenha o próprio espaço: o mundo inventado, desejado, o sertão. Com Rosa e com Rulfo, aprendemos que a fabulação inventiva é uma interpretação profunda da realidade dos lugares. O *projeto* é uma viagem ao sertão.



Figura 3 – Lápide na beira da estrada para Talpa. Fotografia do Autor, em viagem pelo sertão de Jalisco em 2014

SOBRE O AUTOR

LUÍS ANTÔNIO JORGE é professor associado 3 do Departamento de Projeto da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP).
 luisajorge@usp.br
<https://orcid.org/0000-0001-8276-0318>

REFERÊNCIAS

- BERROCAL, Letícia Oliveira. *Nada e a nossa condição – Mo[vi]mentos em Guimarães Rosa*. Trabalho Final de Graduação. Orientado por Luís Antônio Jorge. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2019.
- HEIDEGGER, Martin. Hölderlin y la esencia de la poesía. *Revista Universidad Pontificia Bolivariana* – Re-

- vista de Divulgación, v. II, n. 38, octubre-diciembre 1944, p. 13-25. Disponível em: <https://revistas.upb.edu.co/index.php/revista-institucional/article/view/4268/3960>. Acesso em: jun. 2023
- RÓNAI, Paulo. Rondando os segredos de Guimarães Rosa. In: ROSA, João Guimarães. *No Urubuquaquá, no Pinhém (Corpo de baile)*. 9 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001, p. 17-25.
- ROSA, João Guimarães. *Corpo de baile*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956a.
- ROSA, João Guimarães. *Grande sertão: veredas*. I. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956b.
- ROSA, João Guimarães. *J. Guimarães Rosa: correspondência com o tradutor italiano*. São Paulo: Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1972 - Caderno n. 8).
- ROSA, João Guimarães. Cara-de-Bronze. In: ROSA, João Guimarães. *No Urubuquaquá, no Pinhém (Corpo de Baile)*. 9. ed. São Paulo: Nova Fronteira, 2001, p. 107-174.
- ROSA, João G. *Correspondência com seu tradutor alemão Curt Meyer-Clason (1958-1967)*. Edição, organização e notas de Maria A. F. M. Bussolotti. Tradução de Erlon J. Paschoal. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Academia Brasileira de Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- ROSA, João Guimarães. *O recado do morro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007. (Biblioteca do Estudante).
- ROSA, João Guimarães. *Primeiras estórias*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.
- ROSA, João Guimarães. *A boiada*. Ilustrações de Paulo Mendes da Rocha. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.
- RULFO, Juan. Talpa. In: RULFO, Juan. *El llano en llamas*. Ciudad de Mexico: Editorial RM, 2005, p. 49-60.
- RULFO, Juan. 100 fotografias Juan Rulfo. São Paulo: Cosac Naify, 2010.
- SOLNIT, Rebecca. *A história do caminhar*. São Paulo: Martins Fontes, 2016.
- XISTO, Pedro. À busca da poesia. In: XISTO, Pedro; CAMPOS, Augusto de; CAMPOS, Haroldo de. *Guimarães Rosa em Três Dimensões*. Imprensa Oficial do Estado (Conselho Estadual de Cultura/Comissão de Literatura): São Paulo, 1970, p. 7-39.

O legado invisibilizado do pensamento de Gilda de Mello e Souza

[*The invisibilized legacy of Gilda de Mello e Souza's thought*

Taísa Palhares¹

RESUMO • O presente artigo busca compreender a presença deslocada da ensaísta, crítica de arte e professora Gilda de Mello e Souza na área de estética no Brasil. Trata-se de uma análise inicial dos elementos que enquadram a recepção de sua produção a fim de esboçar o processo de invisibilidade que a atingiu nas últimas décadas. Por fim, apontamos o conceito de “estética pobre”, cunhado pela autora como um caminho de pesquisa para o estudo de sua contribuição ao pensamento brasileiro. • **PALAVRAS-CHAVE** • Gilda de Mello e Souza; filosofia brasileira;

estética pobre. • **ABSTRACT** • This paper seeks to understand the displaced presence of the essayist, art critic and professor Gilda de Mello e Souza in the field of aesthetics in Brazil. It is an initial analysis of the elements that framed the reception of her production, in order to outline the process of invisibility that has affected her in the last decades. Finally, it points to the concept of “poor aesthetics” coined by the author as a research path for the study of her contribution to Brazilian thought. • **KEYWORDS** • Gilda de Mello e Souza; Brazilian philosophy; poor aesthetics.

Recebido em 25 de maio de 2023

Aprovado em 5 de junho de 2023

PALHARES, Taísa. O legado invisibilizado do pensamento de Gilda e Mello e Souza. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 85, p. 110-121, ago. 2023.



DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v11i85p110-121>

¹ Universidade Estadual de Campinas (Unicamp, Campinas, SP, Brasil).

O objetivo do artigo é levantar alguns elementos para a reflexão sobre o legado intelectual da filósofa e professora Gilda de Mello e Souza (1919-2005) no contexto da formação do campo da estética no Brasil. Trata-se de perguntar qual lugar seu pensamento ocuparia hoje, momento em que se indaga sobre a existência de uma filosofia brasileira e sua história. Ouso afirmar que, apesar da pouca visibilidade que ela teve dentro dos estudos acadêmicos, sua produção intelectual e sua atuação docente apontam para um papel de precursora em vários níveis.

Como se sabe, Gilda foi uma das primeiras mulheres formadas pela Universidade de São Paulo (USP) em 1939, quando a área de humanidades estava em seus primeiros anos de existência e contava sobretudo com professores franceses. Sobre sua escolha pelo curso de filosofia, ela dirá anos mais tarde que teria sido um conselho de Mário de Andrade, seu primo em segundo grau e com quem convivia na casa da Rua Lopes Chaves desde os 12 anos, quando se mudou do interior para estudar em São Paulo. Mário, além de ser o mestre informal, também teria dito quando soube que Gilda queria ser escritora: “Não fique ligada apenas à literatura, não seja como os escritores brasileiros, especialistas em uma arte só. O que realmente importa é a arte” (SOUZA, 2014b, p. 95). Ao que conclui em entrevista a Augusto Massi: “Foi ele [Mário de Andrade] que me empurrou para a estética” (SOUZA, 2014b, p. 95). Nota-se que o interesse por diversas artes e a recusa em focar seu olhar crítico exclusivamente em uma linguagem artística permanecem ao longo de toda sua atuação tanto como docente quanto como ensaísta, o que de certa maneira a aproxima da forma de atuação intelectual do primo famoso e, ao mesmo tempo, a distingue dos colegas de faculdade e seus companheiros da revista *Clima* (1941-1944), que iriam se destacar como críticos em áreas específicas, dentre eles Antonio Candido (literatura), Lourival Gomes Machado (artes plásticas), Décio de Almeida Prado (teatro) e Paulo Emílio Salles Gomes (cinema)².

De 1943 a 1953, torna-se assistente do sociólogo francês Roger Bastide (1898-1974) na cadeira de sociologia da USP, período no qual desenvolve também sua tese de doutorado, intitulada *A moda no século XIX*, defendida em 1950 e publicada em 1952

2 Para a compreensão da relação de Gilda de Mello e Souza com a geração da revista *Clima*, indicamos o livro seminal *Destinos mistos: os críticos do Grupo Clima em São Paulo (1940-68)* (PONTES, 1998).

na *Revista do Museu Paulista*³. Com a partida de Bastide do Brasil, o sociólogo Florestan Fernandes (1920-1995) é empossado na cadeira do mestre francês, e Gilda passa então a ser responsável pela cadeira de Estética do Departamento de Filosofia, por indicação de João Cruz Costa (1904-1978), tornando-se a primeira mulher professora daquele departamento e a fundadora da área de estética na USP (1954-1972). Nota-se que desde 1953 (até 1958) foi também professora de Estética da Escola de Arte Dramática da Escola de Comunicações e Artes (EAD/ECA/USP), de São Paulo⁴.

Como já foi notado por outros estudiosos⁵, Gilda teve papel fundamental para a história do Departamento de Filosofia (DF) não apenas do ponto de vista intelectual, mas como uma figura importante para a defesa da existência do DF após o golpe de 1964. Com as inúmeras cassações de professores que atingiram a USP nos anos da ditadura militar, Gilda foi encarregada da chefia do departamento entre 1969 e 1972, ano de sua aposentadoria⁶.

No entanto, apesar da atuação seminal que essa intelectual teve para a formação de algumas gerações de pesquisadores na área, é possível que as novas gerações pouco ou quase nada saibam sobre seu pensamento. Ainda hoje é raro que estudantes de Estética acessem seus textos por meio de disciplinas de graduação ou pós-graduação na área de filosofia. Cinquenta anos nos separam dos últimos cursos ministrados por Gilda, que oferecia disciplinas que abordavam desde o pensamento de Mário de Andrade e o modernismo brasileiro até os “Problemas da arte contemporânea”, como intitulou um curso organizado entre 1971 e 1972 no qual tratava de tópicos como: “limite entre obra de arte e documento”, “fenomenologia do kitsch”, “uma estética do fragmento”, “estética atual do criador: Vasarely e Dubuffet”, entre outros⁷. Contudo, apesar da atualidade de sua abordagem, persiste uma situação de apagamento e invisibilidade em relação à sua produção intelectual na área de estética no Brasil. Ao que se deve essa situação? Com certeza, não há uma resposta única para essa pergunta; entretanto, arrisco elencar alguns pontos que auxiliam na tarefa de compreensão de tal estado de coisas.

Em primeiro lugar, é preciso entender que seu lugar na história da estética tradicional é ao mesmo tempo um “não lugar”, pois se coloca como um deslocamento diante de uma visão canônica sobre a disciplina. Em suas entrevistas, Gilda parece ser bem consciente dessa posição, quando reafirma que seu interesse primordial pelo concreto a afastou do pensamento puramente abstrato e que, depois de tentar

3 O trabalho de doutoramento de Gilda de Mello e Souza foi publicado em livro somente em 1987 sob o título *O espírito das roupas: a moda no século dezenove*, com o acréscimo de uma seleção de imagens que não existia na tese original.

4 Essa última informação foi encontrada em documento depositado no Fundo Gilda de Mello e Souza, no Arquivo do IEB/USP.

5 Ver os ensaios de diversos autores e autoras no volume *Gilda, a paixão pela forma* (MICELI; MATTOS, 2007).

6 Para um resumo conciso do percurso de Gilda de Mello e Souza e sua atuação no Departamento de Filosofia da USP, ver: Galvão (2007). Lembramos que Gilda foi a responsável pela criação da revista *Discurso* em 1970, num dos períodos mais difíceis da história do departamento.

7 Programas de curso que se encontram no Fundo Gilda de Mello e Souza, no Arquivo do IEB/USP. Documentos consultados: de GMS-DISC-EST-001 a GMS-DISC-EST-010.

lecionar por algum tempo os clássicos (Kant, Hegel, Schelling), confessa que “não era algo ligado ao meu temperamento” (SOUZA, 2014a, p. 103). Por isso, teve de descobrir um caminho próprio dentro da estética que fosse condizente com sua visão e, ao mesmo tempo, apresentasse um percurso formativo aos alunos. O que nos leva ao segundo ponto: sua escolha ou “corte epistemológico”, diríamos assim, em se dedicar, desde o início, ao estudo da arte e da estética do período compreendido como “A modernidade”. Tal mudança de chave se deu quando teve de ler Baudelaire e, em suas palavras, “não quis mais sair”. Para Gilda, essa porta de entrada pela estética moderna representava também uma maneira de refletir sobre sua experiência histórica e “chegar às ideias estéticas de Mário de Andrade e às experiências da vanguarda” (SOUZA, 2014a, p. 103). Em resumo, irá contar ao fazer um balanço de sua atuação docente:

Nos meus cursos anteriores havia uma preocupação clássica de analisar as grandes categorias estéticas: o sublime, o belo etc. Percebi que isso não tinha mais sentido. O importante era saber quais das grandes categorias ainda resistem. A arte mudou de objetivo. Comecei a me interessar pelos problemas da arte atual. Nesse momento, definitivamente, decidi que não queria fazer outra coisa senão estudar do século XIX para cá. O mundo podia cair que eu não ia falar sobre Schiller, Goethe ou Kant. Ia me fixar desse século para cá. Foi quando passei a dar o que considero meus melhores cursos. (SOUZA, 2014a, p. 105).

Imagina-se que, já naquele momento, essa escolha era observada com desconfiança por parte de seus colegas de departamento e pelos alunos. Como descreve ironicamente um de seus ex-orientandos mais ilustres, o historiador da arte e curador Nelson Aguilar (2007a, p. 1999), “Dona Gilda era uma ilha cercada de tubarões positivistas, fenomenólogos linha-dura, marxistas ortodoxos ou não e estruturalistas delirantes”⁸. Outro aluno famoso, o filósofo Bento Prado Júnior (2007, p. 22), em um ensaio que busca analisar a filosofia estética da professora, mostra que, para Gilda, imaginar e interpretar não adquiriam um sentido contrário ao investigar científico do mundo objetivo, mas “um abrir-se para o que, até agora, permaneceu invisível”. Nesse sentido, o *saper vedere* era anterior ao *saper leggere* e o *saper ascoltare*, pois implica o “re-ver nossa experiência cotidiana, nossa relação com a sociedade, com a cultura e com o mundo” (PRADO JR., 2007, p. 22).

Esse modo heterodoxo de ensinar a estética filosófica, ou seja, ensinar sem privilegiar a análise textual dos clássicos da disciplina, mas a partir do exercício de interpretação das obras de arte, aproxima Gilda da atividade da crítica de arte, que ela definiu diversas vezes como um “desentranhar”. O que nos leva a um terceiro ponto: sua produção assume uma forma ensaística que, naquela fase de implementação e consolidação das humanidades no âmbito universitário, era julgada como pouco científica ou pouco rigorosa. Lembro que, quando ingressou no curso de filosofia, Gilda queria ser escritora, principalmente contista. Para ela, não haveria uma

8 Aguilar (2007b, p. 191) também testemunha que “as aulas de Dona Gilda ensinavam o estudante a ver. Ao menos, os que se predispunham”.

separação entre “a concepção dos contos, os ensaios e os cursos” que ministrou, pois se trata do “mesmo temperamento avesso ao pensamento abstrato que se expressa nesses três níveis, a mesma percepção das coisas, concreta, presa ao detalhe sensível, à minúcia, ao poder impregnante das imagens visuais”, como afirmou em entrevista a Nelson Aguilar (AGUILAR, 2007a, p. 201).

Sem me deter nesse ponto em específico, que merece uma abordagem mais demorada, lembro que o ensaio seria compreendido por ela como um gênero de escrita que dá conta do caráter transitório, concreto e muitas vezes ambivalente do objeto, permitindo que a pesquisadora mantivesse o que chamou de uma dualidade entre criação e crítica enraizada em sua natureza desde menina. Nesse sentido, por meio do ensaio a crítica não precisava abrir mão de sua personalidade ficcional. Por outro lado, o ensaio possibilita uma estrutura dialógica que permite o discurso aberto – e penso que aqui Gilda se aproxima da concepção de “obra aberta” de Umberto Eco (2005) –, que ela vai identificar, por exemplo, em Mário de Andrade. Em sua entrevista sobre *O banquete*, de Mário de Andrade (1977), esclarece que o pensamento “selvagem” ou assistemático do escritor paulista assume uma concepção dinâmica do ofício do pensar, “uma confiança no pensamento como *percurso* e não como *ponto de chegada*”, uma reflexão que se dá por idas e vindas, assumindo como parte constituinte de sua *forma* a interlocução vivaz com seu objeto e com o leitor; um discurso “inacabado” em que “o próprio sujeito se coloca dividido, dilacerado, como se defrontando seu duplo, na busca dramática de uma resposta” (SOUZA, 1980, p. 38-44). Com isso, não sugiro que Gilda se identifique completamente com o estilo de Mário de Andrade, no entanto é certo que algo desse discurso aberto à experiência dinâmica da obra de arte permanece em seu próprio estilo cristalino, em que nós, leitoras e leitores, pressentimos a exatidão reflexiva de suas palavras mediante a adoção da escrita ensaística⁹.

Por fim, pode-se apontar mais um motivo para seu relativo apagamento na história da estética no Brasil. Gilda desde sempre foi consciente das dificuldades impostas a uma mulher que desejava ser intelectual e desenvolver uma carreira profissional na academia. Em suas poucas entrevistas, nota de maneira muito acurada que as mulheres de sua geração viviam uma situação ambivalente: por um lado, estavam rompendo com o destino tradicional da mulher na sociedade burguesa – e que era aquele desejado por sua mãe – mas, por outro, ainda não estavam totalmente integradas à nova vida que se vislumbrava por meio da formação universitária. As consequências desse novo arranjo foram, em muitos casos, a dúvida permanente com relação ao próprio trabalho e talento e uma “dolorosa insegurança” que decorria, segundo a autora, “da dificuldade de harmonizar o *novo modelo* feminino, que começava a emergir, e o *modelo tradicional*, que, independente das diferenças econômicas e culturais, ainda imperava nas famílias” (SOUZA, 2014a, p. 70). Intelectuais como Heloisa Pontes (2007) e Marilena Chaui (2007), em seus respectivos estudos sobre a autora, já mostraram como a questão de gênero teria marcado tanto seu destino quanto sua produção. Esse ponto mereceria uma

9 Sobre a escrita ensaística de Gilda de Mello e Souza, indico a leitura do texto “Gilda” do crítico literário e escritor Davi Arrigucci Jr. (2007).

discussão aprofundada, que foge ao escopo deste artigo. Entretanto, sem temer cair em reducionismo, pergunto o quanto sua situação como mulher, mãe, esposa de um grande intelectual e prima de um dos maiores escritores brasileiros, não teria afetado a recepção de seu pensamento numa área na qual predomina, ainda hoje, um cânone sexista e eurocêntrico.

Como observou a filósofa e professora Yara Frateschi (2022), em um artigo recente publicado na revista *Discurso*¹⁰, ao longo da história ocidental houve um processo de natureza redutora por meio do estabelecimento de um cânon que identifica o saber filosófico a um “esforço sistemático de chegar a verdades atemporais”, elegendo em sua narrativa o que seria a “verdadeira filosofia” em detrimento de abordagens não ideais e, muitas vezes, interdisciplinares. Essa visão, que levou à hiperespecialização da filosofia acadêmica na atualidade, também foi responsável pela exclusão do trabalho teórico de diversas pensadoras do cânone filosófico, sob a justificativa geral, entre outras, de “que as filósofas não entraram para o cânon porque suas obras não são suficientemente grandiosas e seus temas não são propriamente filosóficos” (FRATESCHI, 2022, p. 30). Não devem ter sido poucas as vezes que Gilda ouviu que seus temas de interesse eram “pouco filosóficos” – um tipo de classificação ainda comum em nosso meio. Por isso, acredito que retomar seu pensamento por meio da releitura de textos e da compreensão de sua atividade didática (em geral, algo também desvalorizado no contexto de uma disciplina que valoriza sobretudo a formação para a “pesquisa”), é também um ato crítico que se alinha com a necessidade premente de democratização do cânone. Nesse sentido, iremos revisitar, na sequência, um dos conceitos elaborados pela autora – cuja importância não foi devidamente destacada até hoje pelos filósofos e filósofas que se dispuseram a refletir sobre a estética no Brasil –, que, a meu ver, busca dar conta de maneira precursora de uma questão em aberto para quem se interessa em refletir teoricamente sobre arte e cultura entre nós.

A ESTÉTICA RICA E A ESTÉTICA POBRE

Muito provavelmente, Gilda tinha toda a razão quando notou, em sua aula inaugural do curso de filosofia em 1972, intitulada “A estética rica e a estética pobre dos professores franceses”, quando afirmou que com sua aposentadoria instaura-se na verdade o “fechamento” de um período arcaico e artesanal da história da filosofia no Brasil: uma época sem “grandes especializações”, da qual ela se coloca como testemunha, protagonista e remanescente¹¹. Para realizar o balanço dessa fase heroica, a autora irá analisar, a partir de seu percurso pessoal, as linhas formativas principais do estudo da estética tal como podemos deduzir pelo ensinamento de três professores franceses que foram responsáveis pela fundação do curso de humanidades. O primeiro, o mestre francês Jean Maugué (1904-1990),

¹⁰ Publicação oficial do Departamento de Filosofia que foi fundada por Gilda em 1970 enquanto ela era chefe de departamento em um dos períodos mais sombrios da história nacional.

¹¹ Para nossas considerações, iremos utilizar a versão revista do texto que foi publicada no livro *Exercícios de leitura* (SOUZA, 1980).

figura hoje praticamente esquecida e único professor de filosofia do grupo francês, contemporâneo de Merleau-Ponty e Sartre, e que teria influenciado diversos dos jovens que frequentaram seus cursos, como a própria Gilda e Antonio Candido. Com ele, nossa autora teria aprendido a desentranhar a filosofia do cotidiano, dos jornais, e a olhar um quadro¹². Principalmente por meio da importante exposição de arte francesa que aportou em São Paulo em 1940, para a qual Maugué escreveu o texto de apresentação, intitulado “Os problemas da pintura moderna”, e que Gilda frequentava com o mestre e os colegas¹³.

No entanto, apesar da aparente aproximação do professor de filosofia à arte moderna, Gilda nota que em seus textos ele ainda buscava na arte a “relação harmoniosa do homem com a natureza” e, por isso, seu gosto volta-se à pintura holandesa do século XVII, na qual encontrava uma “lição de unidade” (SOUZA, 1980, p. 11). Dessa maneira, Maugué teria dificuldade em aceitar o “mal-estar”, o estado permanente de dúvida, provocado pela pintura moderna, preferindo os valores permanentes da pintura objetiva e naturalista, que expressa uma ideia geral de natureza, e com isso se opõe à transitoriedade da pintura impressionista ou do cubismo. Para a autora, percebe-se então uma adesão do mestre a um conceito idealista de arte, do qual iremos tratar mais adiante.

A segunda parte do ensaio é dedicada à posição de outro importante professor, o antropólogo Claude Lévi-Strauss (1908-2009), então um jovem desconhecido de 27 anos que não tinha realizado sua grande obra. Lévi-Strauss tinha um interesse genuíno pela cultura brasileira, auxiliando Mário de Andrade na organização da Sociedade de Etnologia e Folclore, no Departamento de Cultura e Recreação da Cidade de São Paulo. Inicialmente, sua visão sobre a arte é próxima às vanguardas europeias, como Gilda afirma a partir da análise do ensaio “O cubismo e a vida cotidiana”, publicado por Lévi-Strauss em 1935 na *Revista do Arquivo*. Segundo ele, o movimento cubista teria promovido o abandono da representação pela “significação”, o que o aproxima da arte dita “primitiva”. Por isso, o foco do artigo está em mostrar como a linguagem cubista se infiltrou na vida cotidiana: do design de cartazes à decoração dos cafés, passando pela decoração das vitrines. Para tanto, o autor lança mão das teorias do artista francês Fernand Léger, que defende a criação artística como uma justaposição de formas geométricas em um espaço fragmentado, multifacetado e impermeável à representatividade. Trata-se de compor a partir da beleza das formas puras e das cores primárias, numa compreensão da pintura como

12 Como observou Antonio Candido no texto “A importância de não ser filósofo” sobre Maugué, a grande influência do professor de filosofia sobre a formação dos alunos que fundaram a revista *Clima* se deu pelo fato exatamente dele não ser um filósofo “segundo o catálogo”, mas um “espírito livre”, que gostaria que a filosofia servisse “para ler melhor o jornal, analisar melhor a política, compreender melhor seu semelhante, entender melhor a literatura e o cinema” (CANDIDO, 2007, p. 9). Essa abordagem ia de encontro ao perfil daqueles jovens, inclusive Gilda, que queriam se dedicar à crítica.

13 Cabe dizer, exposição que marcou profundamente o meio de arte e intelectual no período, posto que foi a primeira exposição de arte moderna internacional em São Paulo, em uma época que não existia o Museu de Arte de São Paulo (Masp), o Museu de Arte Moderna (MAM) e nem a Bienal de São Paulo.

“disposição complexa de elementos” que traduz “as imposições do *mundo da técnica* e as imposições do *trabalho artístico*” (SOUZA, 1980, p. 16).

Mas, segundo Gilda, na década de 1960 o antropólogo, em plena maturidade intelectual, teria mudado de posição, passando de uma ideia de arte “moderna e esclarecida” para uma posição próxima àquela de Maïugué, que ela classifica como “inatual e saudosista” (SOUZA, 1980, p. 16?). Lévi-Strauss elogia a pintura figurativa ou objetiva de um pintor de paisagem como Joseph Vernet (1714-1789), responsável por apresentar em suas telas aquela harmonia entre o homem e a natureza perdida para sempre na modernidade.

Sem nos deter nos pormenores da análise que Gilda faz dos dois mestres franceses, importa perceber que a autora constrói, ao longo de sua *aula-en-saio-depoimento*, uma oposição teórica entre dois conceitos gerais de arte, que em última instância diz respeito, segunda suas palavras, “ao próprio impasse em que se encontra a Estética moderna” (SOUZA, 1980, p. 33) e diante do qual ela, como pesquisadora, também tomará partido. Para esclarecer o teor e a riqueza da segunda posição, irá entrar em cena a atuação do mestre francês Roger Bastide (1898-1974), com quem naturalmente se identifica.

Como escreve de modo afetuosos, Bastide teria se revelado “um brasileiro em potencial” (SOUZA, 1980, p. 18), pois desde o início se esforça para compreender o país que o acolhe e que é tão diferente do seu. Responsável pela disciplina de sociologia e estética, entre outras, Bastide, um sociólogo voltado para temas como a religião, as artes (poesia, teatro, artes visuais, folclore), a psicologia e a psicanálise, as relações interétnicas etc., encanta-se logo com a cultura afro-brasileira, sobre a qual irá produzir estudos importantes, e com o barroco brasileiro, sobre o qual faz uma análise pioneira. A socióloga Maria Isaura Pereira de Queiroz (1983, p. 9) observou que um aspecto se destaca em todas as suas contribuições: “sua preocupação com as ‘fronteiras’; fronteiras entre disciplinas científicas; fronteiras entre o sagrado e o profano; fronteiras entre grupos étnica e culturalmente distintos; fronteiras entre saber e arte”. O olhar fronteiriço seria coerente com a situação de um francês atípico que, explica Gilda,

Na extrema mocidade tinha atravessado um período místico, feito estágio na boêmia surrealista, apresentando sempre um acentuado pendor pela arte e pelas culturas primitivas. Esses fatores devem ter facilitado a sua aclimação rápida no país e, hoje, com os recursos da nova historiografia, eu diria que ele soube avaliar muito bem a realidade que tinha pela frente, sobretudo porque em vez de apoiar-se no conhecimento científico preferia servir-se do conhecimento conjetural, isto é, por aquele conhecimento que Carlo Ginzburg vai definir tão bem. Conhecimento fixado no Oriente, nas narrativas orientais em que a verdade é sempre desvendada por meio de uma série coerente de sinais imperceptíveis e de provas mudas que nós temos de ajudar a decifrar. (SOUZA, 2014a, p. 209).

Pelo teor do testemunho, não é difícil supor o quanto o “método” de Bastide impactou a aluna. Com Bastide, Gilda irá aprender a “desentranhar” os fenômenos estéticos das manifestações mais variadas, como os cartazes, a arquitetura dos

prédios de São Paulo, os salões no século XIX, a moda e as artes ditas menores. E isso, naturalmente, sem deixar de relacionar esses elementos com a sociedade, como via de acesso ao conhecimento de formas de vida de uma época. Bastide é colocado em uma posição de vanguarda, na medida em que se abria a manifestações artísticas que iam além dos gêneros tradicionais ou ao sistema europeu das “belas-artes” e seu cânone ideal de *beleza*, herdado do classicismo.

Após a breve reconstituição do pensamento dos três mestres diante dos fenômenos estéticos, Gilda conclui que se vislumbram duas posições que estão no centro do impasse da estética na modernidade: 1) de um lado, a estética da representação, que elege alguns momentos da história como ideais absolutos a serem seguidos e estabelece uma hierarquia entre as artes – o que a autora chama de “estética hegeliana” ou do “passado”; 2) no lado oposto, o esforço de pensar uma “estética brasileira” a partir do reconhecimento das peculiaridades que os estilos europeus, como o barroco, recebem ao se aclimatar aqui. Essa estética, ensaiada por Bastide, seria também uma “estética de antropólogo”, na medida em que não separa a arte da vida, o território sagrado da diversão, ao mesmo tempo, trata-se de uma “estética de vanguarda”, pois capaz de questionar os valores eternos impostos pelo modelo ideal clássico.

A partir desse diagnóstico, Gilda refere-se pela primeira vez ao conceito de “estética pobre”, cuja elaboração atribui a Bastide, e esboça a seguinte definição:

[...] usando o termo em analogia com o que hoje se costuma designar por *arte pobre*¹⁴, isto é, uma estética que, voltando as costas para os grandes períodos e as grandes manifestações artísticas, fosse desentranhar o fenômeno estético do cotidiano, dos fatos insignificantes e sem foros de grandeza, que compõe, no entanto, o tecido de nossa vida. (SOUZA, 1980, p. 34).

Uma estética, enfim, que não teria no centro de suas análises a “obra-prima”, mas todo tipo de forma de vida como caminho para a compreensão da organização estética e imaginária da sociedade. Essa abordagem também daria conta de valorizar aquilo que é visto como “deformação” de um estilo quando este é adotado em um meio diverso daquele no qual se originou, como é o caso do barroco no Brasil. Ou seja, uma estética podre daria conta de desvendar e significar aquilo que é uma marca da nossa diferença em relação à cultura eurocêntrica.

Como bem notou Joaquim Alves de Aguiar (2007), no texto “Feminino-masculino”, não precisamos ir muito longe para perceber que, quando Gilda está falando de seus mestres, está falando também de si mesma¹⁵. A própria autora assim se identifica em entrevista a Augusto Massi, ao concordar com seu interlocutor quando indagada se seu percurso como crítica privilegiou tal estética. Sem hesitar, afirma: “Exatamente, pertencço à linguagem da estética pobre que, no meu caso, se afina ainda mais com

14 Supõe-se que aqui a autora se refira ao movimento italiano conhecido como Arte Povera.

15 Nas palavras do autor: “Bom, não creio que seja necessário ir adiante para ver que Gilda está falando dos seus mestres e de si mesma. Seu perfil intelectual se desenha aí, nessa combinação de conhecimento e respeito pela tradição da arte europeia, com abertura para o exame de outras tradições, tidas como menores, mais pobres e periféricas” (AGUIAR, 2007, p. 116).

a sensibilidade feminina” (SOUZA, 2014b, p. 107). Investigar a fundo as ligações que a autora realiza entre uma estética pobre, periférica, e o que entende como “cultura feminina” – que muitas vezes associa à “cultura da fazenda, de sobras, de restos e de pedaços” que são reaproveitados para refazer o todo na forma de uma como “colcha de retalhos” (SOUZA, 2014b, p. ?) – demandaria um outro espaço. Contudo, por tal associação já se pode compreender, por exemplo, a escolha em pesquisar a moda no século XIX, essa arte menor e, na sua visão, essencialmente feminina, como objeto de sua tese de doutorado. De certa maneira, também é a estética pobre que aproxima Gilda do pensamento estético andradiano, na medida em que, na sua opinião, o estabelecimento do conceito de “inacabado” seria uma das principais contribuições de Mário de Andrade à estética brasileira. Por meio dele, o intelectual seria capaz de se abrir às deformações, inconstâncias e imprecisões da matéria e experiência brasileiras, apreciando as estruturas fluidas e fugidias, no lugar da definição e rigidez das formas clássicas.

Curiosamente, sua geração, a primeira a ser formada pelos professores estrangeiros (sobretudo franceses), não teria se “afrancesado”, como ela comenta em entrevista a Walnice Nogueira Galvão,

[...] porque a influência da faculdade nos atingiu no momento exato. Quando a faculdade se fundou em 1934, fazia 12 anos que havia se realizado a Semana de Arte Moderna, e o Brasil já tinha entrado no período de rotinização do modernismo [...] Daí em diante foi bem mais fácil encarar a diferença brasileira objetivamente, sem humilhação ou paranoia, através da pauta (*grille*) europeia, que a Faculdade de Filosofia estava nos fornecendo. A minha geração se formou na encruzilhada destas duas influências. (SOUZA, 2014c, p. 47).

Pois bem, nada dessa estética pobre parece ter se enraizado no departamento que Gilda ajuda a fundar e em outros espalhados pelo Brasil que seguem o mesmo modelo. Há na academia ainda, mesmo em uma área interdisciplinar por natureza como a estética, a valorização extrema da leitura estrutural dos textos clássicos (ou dos modernos que já se tornaram clássicos) em detrimento do pensamento que parte dos pormenores do objeto em direção ao questionamento de conceitos universalizantes. Uma maneira de refletir sobre arte e filosofia que segue os preceitos da estética rica. Gilda tinha consciência dessa situação, ao declarar na sua aula inaugural de 1972 que se tratava, na verdade, de uma aula *terminal* em mais de um sentido: não apenas porque seria sua última apresentação como professora no departamento, mas também porque representava o *fechamento* de um período arcaico e “artesanal” da história do DF.

Em resumo, Gilda se interessava pelas análises estéticas que tomavam como centro do discurso os objetos e obras de arte. No lugar de uma reflexão puramente abstrata, trata então de valorizar a crítica de arte enquanto exercício de interpretação fundada no concreto. Seu interesse pela estética está fundamentalmente ligado à percepção dos objetos, das situações particulares, dos detalhes irrelevantes: uma apreensão carnal do mundo sensorial e uma confiança no visível que busca desvendar com instrumentos advindos de diversas áreas do saber, como a filosofia, a sociologia,

a história da arte, a antropologia, entre outras. Um estilo de pesquisar e ensinar que a colocou sempre numa posição “levemente deslocada” no Departamento de Filosofia. Acredito que retomar hoje o pensamento de Gilda de Mello e Souza significa aprender com seu “método” a se abrir novamente para os fenômenos artísticos locais e, por consequência, questionar a relevância e contribuição da estética filosófica para compreensão do país.

SOBRE A AUTORA

TAISA PALHARES é professora de Estética do Departamento de Filosofia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/Unicamp).

taisa74@unicamp.br

<https://orcid.org/0000-0001-9170-7068>

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Joaquim Alves de. Feminino-masculino. In: MICELI, S.; MATTOS, F. (Org.). *Gilda: a paixão pela forma*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul; São Paulo: Fapesp, 2007.
- AGUIAR, N. A orientadora. In: MICELI, S.; MATTOS, F. (Org.). *Gilda: a paixão pela forma*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul; São Paulo: Fapesp, 2007a.
- AGUIAR, N. Entrevista com Gilda de Mello e Souza. In: MICELI, S.; MATTOS, F. (Org.). *Gilda: a paixão pela forma*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul; São Paulo: Fapesp, 2007b.
- ANDRADE, Mário. *O banquete*. São Paulo: Duas Cidades, 1977.
- ARRIGUCCI JR., Davi. Gilda. In: MICELI, S.; MATTOS, F. *Gilda: a paixão pela forma*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul; São Paulo: Fapesp, 2007, p. 171-184.
- CANDIDO, Antonio. A importância de não ser filósofo. *Discurso*, n. 37, 2007, p. 8-14. <https://doi.org/10.11606/issn.2318-8863.discurso.2007.62909>.
- CHAUÍ, Marilena. A dignidade do feminino. In: MICELI, S.; MATTOS, F. *Gilda: a paixão pela forma*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul; São Paulo: Fapesp, 2007, p. 23-50.
- ECO, Umberto. *Obra aberta: forma e indeterminação nas poéticas contemporâneas*. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- FRATESCHI, Y. Filosofia e humanidades: as blindagens de uma historiografia sexista. *Discurso*, v. 52, n. 1, 2022, p. 28-44. <https://doi.org/10.11606/issn.2318-8863.discurso.2022.200491>.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. Um percurso intelectual. In: MICELI, S.; MATTOS, F. (Org.). *Gilda: a paixão pela forma*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul; São Paulo: Fapesp, 2007.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. O cubismo e a vida cotidiana. *Revista do Arquivo Municipal*, ano 2, v. 18, 1934, p. 241-245.
- MAUGÜÉ, Jean. A pintura moderna. *Dissenso: revista de estudantes de filosofia*, n. 2, 1999, p. 147-137. <https://doi.org/10.11606/issn.2447-9713.dissenso.1999.105221>.

- MICELI, S.; MATTOS, F. (Org.). *Gilda: a paixão pela forma*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul; São Paulo: Fapesp, 2007.
- PONTES, Heloisa. *Destinos mistos: os críticos do Grupo Clima em São Paulo (1940-1968)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- PONTES, Heloisa. A paixão pela forma. In: MICELI, S.; MATTOS, F. *Gilda: a paixão pela forma*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul; São Paulo: Fapesp, 2007, p. 81-110.
- PRADO JR, Bento. A hermenêutica de Gilda. In: MICELI, S.; MATTOS, F. (Org.). *Gilda: a paixão pela forma*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul; São Paulo: Fapesp, 2007.
- QUEIROZ, Isaura Pereira de. Nostalgia do outro e do alhures: a obra sociológica de Roger Bastide. In: *Roger Bastide: sociologia*. Organização de Maria Isaura Pereira de Queiroz. São Paulo: Ática, 1983.
- SOUZA, Gilda de Mello e. *A moda no século XIX: ensaio de sociologia estética*. Tese (Doutorado). Orientador: Roger Bastide. Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1950.
- SOUZA, Gilda de Mello e. A moda no século XIX, ensaio de sociologia estética. Separata da *Revista do Museu Paulista*, n. 5, v. 5, São Paulo, 1951, p. 7-94.
- SOUZA, G. de M. e. A estética rica e a estética pobre dos professores franceses. *Discurso*, n. 9, 1978, p. 9-30. <https://doi.org/10.11606/issn.2318-8863.discurso.1978.37845>.
- SOUZA, Gilda de Mello e. *Exercícios de leitura*. São Paulo: Duas Cidades, 1980.
- SOUZA, Gilda de Mello e. *O espírito das roupas: a moda no século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- SOUZA, Gilda de Mello e. *A palavraafiada*. Organização de Walnice Nogueira Galvão. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2014a.
- SOUZA, Gilda de Mello e. Entrevista a Augusto Massi. In: SOUZA, Gilda de Mello e. *A palavraafiada*. Organização de Walnice Nogueira Galvão. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2014b, p. 89-112.
- SOUZA, Gilda de Mello e. Entrevista a Walnice Nogueira Galvão. In: SOUZA, Gilda de Mello e. *A palavraafiada*. Organização, introdução e notas de Walnice Nogueira Galvão. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2014c, p. 37-61.

The imaginary childhood: for a philosophical-anthropology of the child

[A infância imaginária: por uma antropologia filosófica da criança]

Magali Reis¹

ABSTRACT • This article analyzes childhood by the philosophical-anthropology perspective. Different ideologies connect children and their infancies to models or patterns that, in truth, are particular formulations and represent interests of groups, in special of those that exert some form of power to impose to society a crystallized conception of childhood. The singularity of child's caricature drawn by "philosophies" displays refractory perceptions of infancy; from them certain concepts had been demarcated, profitably reproduced and very little questioned by occidental pedagogy following developments. • **KEYWORDS** • Child; philosophical-anthropology; modern pedagogy. • **RESUMO** • O artigo analisa

a infância na perspectiva antropológico-filosófica. Diferentes ideologias referem-se às crianças e a suas infâncias a partir de um modelo ou padrão que, em verdade, são formulações particulares e representam mais os interesses de grupos, em especial daqueles que exercem alguma forma de poder, para impor à sociedade uma concepção cristalizadora de infância. A singularidade da caricatura da criança desenhada pelas "filosofias" expõe percepções refratárias da infância, pois, a partir delas, foram demarcados certos conceitos, proficuamente reproduzidos e muito pouco problematizados no posterior desenvolvimento da pedagogia ocidental. • **PALAVRAS-CHAVE** • Criança; antropologia filosófica; pedagogia moderna.

Recebido em 4 de julho de 2023

Aprovado em 7 de agosto de 2023

REIS, Magali. The imaginary childhood: for a philosophical-anthropology of the child. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 85, p. 122-134, ago. 2023.



DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v1i85p122-134>

1 Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas, Belo Horizonte, MG, Brasil).

To investigate childhood requires rethinking the anthropological-philosophical projects constituted since the classical antiquity conceived by Greek thinkers, who were consecrated and remeaned by medieval theologians in the Christian perspective and widely problematized by romantic and modern philosophers. For almost a century, however, much of the humanities has sustained the argument that childhoods are social, historical and cultural constructs, or otherwise, we cannot perceive them (childhoods) as a univocal category, fixed or preset. However, different ideologies insist on referring to children and their childhoods from a model or pattern which, in fact, are formulations and represent more the interests of groups, especially those who exercise some form of power, to impose on society a crystallizing conception of childhood. In relation to those considerations, the challenge imposed on children's scholars is that of unveiling, behind the universalizing ideologies concerning children, what is arbitrary in those elaborations, leading to new interpretative possibilities in relation to the childhoods. In fact, in presenting to the academic community the partial results of a broader research, which deals with childhood issues and the anthropological and philosophical perceptions of them, we intend to contribute to the anthropological discourse, embracing the challenge proposed by Iturra (2002, p.51– free translation):

To talk about epistemology, in the form of a debate that takes place hundreds of years, it is not only a philosophical debate of the innate, rational, empirical and dialectic origin of knowledge of concepts and reality and its facts, but a theoretical metaphor of scholars who, by remembering the shapes and ways in which reality is organized, learned and transmitted between generations, contributes to be able to understand the ways of understanding the tension between the child's logic and the omnipotent wisdom that the adult intends to have on the childish knowledge.

Becchi (1994), in *Retóricas da infância* ("Childhood rethorical"), states that vocabulary and metaphors have been used to talk about children brought from different areas of knowledge, such as biology, botany, zoology, medicine, among

others. Child-mammal, pup, pet, little thing to be guarded, cared for. Seed of tomorrow, a plant that needs to be “watered” with good moral and cultural precepts.

Kindergarten: this is the space for the child-plant-flower-sowing of tomorrow, symbol of docility and passivity waiting for the care of others, adults, “the gardeners” (KOCH, 1985; FROEBEL, 2001). Doing research on subjects of little age has been analyzing, barring few exceptions, the circumstances where life develops and evolves and does not speak of the conditions in which the child’s life is given, being them cultural, historical, political and social. Within the meaning of the word childhood, it is possible to analyze the etymology (PANCERA, 1994) of the terms that refer to the child. The youth of childhood translates the ambivalent relationship completeness-incompleteness of the child. When we call the etymology as the brand that impregnates the subject, the ambivalence of the terms that refer to the childhood/child is established. *Infans*, from latin *fans*, means speech, and preceded by *in* refers to the absence of speech. In this sense, *infantia* means period of life marked by the absence of speech (ISIDORO DE SEVILHA, 1982). And in an extreme sense, *infans* is one who cannot be worth his word to bear witness (BECCHI, 1994). The considerations that can be reached on the semantics of childhood and that go through the history of mankind are many. The linguistic framework that serves to designate the child in it prints the mental references he/she receives from his/her social group, and serves to frame it in the collective mindset, as stated Pancera (1994).

Absence of peculiarities weaves memory and imaginary about childhood: not talkative, babbling, stammering, fool. The desire of adults is placed in the condition of the studies object, imposing an analysis of how humans imagine themselves and how they were and are represented by others. Toy, little thing that’s good for the fun of adults. Child, calf, pup, cub. Minority, absence of reason. Small, diminutive, little. Angel, innocent, pure, meek. In the etymology terms that refer to childhood or to the child and in the different senses that it is acquiring, the adult represents in his/her child the one who no longer recognizes in himself/herself, the “little thing”, the “toy”, the “doll”, the “pet”, the “cub” or the “little monkey” to which Montaigne referred. Unable to biologize the adult, biologizes the “little man”.

In other words, the child is, at the sight of adults, referenced in the polyvalence. In those meanderings, we can outline an interpretation of the philosophy path in its relationship with the child as an individual, as a subject and the vicissitudes of childhood. By analogy, whether in pedagogy as in Christian philosophy, the child is compared to the inferiority, the inability of reasoning, unable to testify in his/her own favor, origin of all evil, for he/she is the fruit of original sin. Christian philosophy is strongly linked to the genesis of educational thought and consequently to social, Western, modern, white, adult and masculine thinking about childhood. Referenced through metaphors, *litos*, metonymies, the child is perceived by the lack – absence of speech, absence of reason – by naivety, meekness, innocence – ethereal and romanced vision of the other, by the distraction that offers to adults – funny little thing, animated toy. Tropological senses able to emphasize similarities that, however, we drag to the supposed “modern” evolution and the civilized process.

THE ATHENIAN CHILDHOOD

The transnomination of childhood appears in a paradigmatic form in Plato (2002, 1993, 1999). The old philosophy worries intensely with education and, underlying it, worries also with the child, which implies remeaning our modern codes of a supposed lack of a feeling, or more precisely a perception of the child in society before the 18th century. Among the Dialogues, the Laws and the Republic, there are many childhood perceptions that are taken. Golden (1990) and Kohan (2003) analyze, from those works, at least four possible childhood perceptions among the Athenians. One of them refers to the idea of childhood as the age of life in which the possibilities arise. Thus, the child has an implicit potential to become, which mobilizes the efforts of adults for an education that is relevant to *polis*, since, as such, the child is also perceived as subject/matter of the policy and therefore is through it that can be built the possibility of a desirable, dreamed, desired *polis*. The original paradox of childhood is established: as the child is, at the same time, for the Athenians, a second-rate citizen, synonymous with inferiority², it is also because of his/her subalternating condition, superfluous to the *polis*.

Those are topical not easily taken in a first reading of the Platonic writings. Between the inferiority/insignificance and the deviance/future of the desirable and idealized *polis*, there is the child who, for Plato, must receive a peculiar education capable of forming the virtuous man, who puts in fact the future of the *polis*, the future seated in the principle of justice and truth. In this way, education must cultivate in the child the virtuous nature, able to put the best in the human in the service of the common good.

Not at random, Plato insists that citizens must take care of the children, mainly of their education, both for what the small ones are, and for what they may be.

To understand the deviance from the Platonic perspective, we refer to the allegory of reminiscence or anamnesis, which is inseparable from the idea of Aletheia (the non-forgotten). The pastor Er, from Panfilia, died and was led to the realm of the dead, where, according to the Greek tradition, the poets, the heroes, the artists were always led. There you find the souls of the dead serenely contemplating the ideas. They must reincarnate, and souls will be led to choose the new life. They are free to choose it according to the desire of how they intend to live. After the choice, they are driven by a plain, where the waters of the L  the river run (Oblivion).

The souls who choose a life of power, wealth, glory, fame or life of pleasures drink water in large quantities, which makes them forget the ideas they have contemplated. The souls of those who choose wisdom hardly drink from the waters and, therefore, in the earthly life, they may remember the ideas they have contemplated and achieve in this life the true knowledge. They will desire the truth, be attracted to it, feel love for knowledge, because they are able to “remember” what they have seen. The allegory suggests that, when we are born, we have, in us, the wisdom and the “truth”, which, throughout our lives, will be brought to memory, gradually. The reminiscence

2 Golden (1990) and Kohan (2003) claim that, besides children, also slaves, women and foreigners are considered inferior to adult citizens.

requires, however, an education that can bring up (or reason) this wisdom. That capacity recovered by education and creation will cause each subject to be aroused by the knowledge in him/her latent, (by this desire for knowledge) and by the love of truth, for, “It is the education and the creation, [...] because if well educated, measured men will emerge that clearly distinguish all those things and others” (PLATÃO, 1993, Livro 4, 423e).

So, for Plato, learning is nothing more than remembering. Therefore, the Athenians can confer on children different attributes, sometimes positive – the becoming child, whose nature is, in essence, predisposed to virtue –; sometimes negative, because they conceive it in their incompleteness and insignificance before the adult citizen, free; and sometimes neutral – for the child as a matter of politics must be side by side with the adult, for he/she is the promise of the desirable *polis*.

THE CHRISTIAN CHILDHOOD

Centuries have deformed the Platonic vision of childhood and education, of Christian perception. The idea of a child as a reckless creature has its genesis in religion. Emblematic exponent of the Western monasticism, Saint Augustine (1991)³ had drawn, between the 4th and 5th centuries, a dramatic perception of the child as a source of all evil. Saint Augustine employed in Christianity the principles of Platonic philosophy, which does not mean that you have disregarded the Christian precepts. The Augustinian ideas led the Western imagination of the Middle Ages to modernity, because of their thinking stems from the fundamental principles of modern pedagogy, obviously of religious status, but which imprints Western behavior in relation to children up to modernity, being able to identify essential traits of their thinking even in the 21st century.

In *A cidade de Deus* (1991), St. Augustine draws the educational itinerary by which all men should pass. In it, the Christian is led – mediated by the church – from the city of men to the city of God. In the philosophical path of St. Augustine, Pedagogy has an unprecedented centrality, whose apex is the rise to God. Through this pedagogy, the philosopher develops the educational itinerary of the good Christian, seated in the autonomy of the will, in an inward (internal) movement out (external, but as an ascetic), composing the spiritual formation as fixed in the *De catechizandis rudibus*, whose elevation is based on the gestures of reading, meditating, praying and contemplating. For the philosopher, the good Christian is the one able to walk away from sin and accept God, leading to Him.

For this reason, the repentance and continual exercise of virtue, which makes it possible to reach the fullness of moral life (Christian), are elements capable of making the individual recognize his fragility, which rationally provides him to fight evil. However, from the perspective of St. Augustine, the source of evil is intrinsically related to the child. It develops a childhood perception that deserves to be discussed in this study.

3 Also see: Saint Augustine (1997).

When conceived, the child synthesizes the power and the force of evil, because he/she carries in him/her the original sin, hence his/her imperfection, his/her propensity to addictions. St. Augustine describes the child as an incomplete creature, deprived of reason, therefore ignorant, moved by passions and whims of all sorts. To let him/her do what he/she cares about, he/she would easily be precipitated by evil and vice (SANTO AGOSTINHO, 1991, Livro XII, cap. 22). In *Confissões* (1997, p. 277), Saint Augustine goes beyond, showing himself terrified with his own sinful origin – “It was in sin that my mother conceived me...” Augustine continues to ask where and when a child can be innocent. He casts upon the child the shadow of damnation, imputed to mankind by the myth of Eden, whose greatest emblem is the child, the most indisputable testimony of sin. Thus, diminish the distances between adults and children, because the sin of the second in nothing differs from the sin of the first. This implies a prior accusation to the child and a conviction according to the Christian and adult centric vision. A fight is fought to correct it, whose redemption is precisely in the fact that adults seek in all ways to annul childhood by means of coercive correction: thus, the spell of punishments and apparatus, such as knuckles, rods and other forms of current punishment, will remain until the twentieth century.

THE RENAISSANCE CHILDHOOD

In the 15th century, Alberti⁴ writes the treaty *Sobre a família* (1970), in which he reaffirms the theological propositions of St. Augustine, guiding adults to care about the education of children from a very early age, to avoid the addictions and the natural frivolities of childhood.

The establishment of the “Catholic policy”, between the 16th and 17th centuries, was the object of its concerns to noble and aristocratic children, who should be set up for the life of the future ruler, whose most important precept was the establishment of Absolutist state, led by good, strong and effective kings (HANSEN, 2002). Humanists, like Erasmus of Rotterdam, develop treaties which indicate that the infant soul is prone to anarchy, which should be contained by the correction. Erasmus writes *De Pueris*, the education treaty of the future ruler, in which he affirms that man is not born man but becomes man by education. He reaffirms his absolute belief in education. Thus, Erasmus, through his work, contributed greatly to the replacement of the scholastic curriculum by the humanist⁵. However,

4 Leon Battista Alberti (1404-1472) – Italian humanist, architect and art theorist, whose life and work was described by Giorgio Vasari

5 We must remember that Erasmus also writes: *De Ratione Studii et Instituendi Pueros* (1512), and *De civilitate morum pueorum* (1530) the latter, a true handbook of good manners to be taught to the prince..

the philosopher recommends that Education should be based on game and play as essential elements for the child's education⁶.

In the same 16th century, however, moral philosophers developed a repressive attitude to the education exercised by family. In the private sphere, this education was considered inadequate for giving too much space to the displays of affection. If we resort to Montaigne's considerations about childhood, we can perceive the movement of philosophers of the time by eliminating any traces of "pampering" (MONTAIGNE, 1987)⁷. It is in the Renaissance that ideas about childhood will consolidate the analogy between child and blank page, or *tabula rasa*, as Locke (1986) stated in the 16th century, on which adults will "print" the moral values of society. We need to remember that, for Locke, educators should not use violence with their students, but in the 17th century, the use of violence was common. In this sense, the term "print" makes its strength by leaving indelible marks on the children.

THE CARTESIAN CHILDHOOD

Descartes (1995) will impose rationalist thinking to education and, consequently, the perception of childhood is composed with the new – Cartesian – and the old-Platonic and Augustinian – and ultimately Descartes shall be responsible for, definitely, putting into question the scholastic thought, without, however, stripping of the key of incompleteness of childhood and the idea of the child as a synthesis of evil. If, in Cartesian philosophy, the child does not appear as the fruit of the original sin, it will be conceived as the occasion of the error. For Descartes, childhood is the synthesis of the weakness of spirit by the absence of reason. Therefore, his capacity for understanding is referenced in the body, whose impressions aroused by him are no more than confused ideas. For Cartesian thinking, the fact that we are born children makes our spirit condemned to a kind of imprisonment, only surpassed by the asceticism of *Meditações* (DESCARTES, 1973), able to unleash the spirit of irrationality, elevating it to the human condition (capable of reasoning). Insisting on the

[...] because we were children before we were men... it's almost impossible that our capacity for judgment is pure and solid, [continues regretting the fact that we are first children:] the principal cause of our mistakes and, generally, the difficulty of learning the sciences and of clearly representing the ideas are the prejudices of childhood. (DESCARTES, 1973, p. 112 – free translation).

Descartes attributed to his preceptors all the ills of childhood and said that if the child was gifted with reason from an early age and if it had led us, our wits would be more pure and solid.

6 Erasmus defended the idea that children should be educated from a very small age, which puts it as a precursor to what we call the twentieth century of child education.

7 . Also see: Montaigne (1933).

As the age allowed me to get out of bondage to my preceptors, I wholly abandoned the study of letters; and to resolve not to seek another science that which could be found in myself or in the great book of the world, I employed the rest of my youth in traveling, to see cuts and armies, to live with people of various temperaments and conditions. (DESCARTES, 1973, p. 112 – free translation).

THE PLAYFUL AND LITERARY UNIVERSES OF CHILDHOOD

The 18th century sees the foundation of two different universes related to childhood, on which Pedagogy is to be seen: literary and playful. The pedagogic novel inaugurated in 1762, with *O Emílio*, by Jean-Jacques Rousseau, placed in the center of his work (and theorizing) the child. Rousseau was opposed to all the current ideas of his century about the education of children. In this work, the French philosopher exposed the principles of a “natural education”, conceiving man as a natural, rational and moral subject. In this perspective, he describes the educational itinerary of Emílio, by means of “returning to nature”, the centrality of the child’s essential needs throughout his/her educational pathway, respect and appreciation of the specific characteristics of each age:

Childhood is not known; in the path of the false ideas that you have, the more you walk, the more you get lost. The wisest bind themselves to what men care to know, without considering what the children are in a position to learn. Always seek in the child, man, without thinking of what he/she is before being a man. (ROUSSEAU, 1999, p. 238– free translation).

At the base of *O Emílio* the perception of childhood is placed as an autonomous age, endowed with distinct peculiar characteristics of the characteristics and purposes of the adult age. Rousseau insists on the tutor’s non-intervention, who must “accompany” the boy’s growth, keeping him isolated from the influence of the corrupting society. Nevertheless, the philosopher does not set rigid programs or schedules for Emílio, he restricts corporal punishments and verbal lessons, because all learning must take place from contact with “things” and, finally, the child must be educated by “nature”, that is:

[...] the romantic education inaugurated by Rousseau produced an important renewal, especially theoretical, which highlighted a new idea of training, based on the centrality of the child in the educational process. This is because for Rousseau the nature when creating the man sought to lead him to freedom. Such freedom is glimpsed in childhood, that is, human nature shows the signs of his vocation to the free state, however society holds him. (BOTO, 2003, p. 373 – free translation).

The playful character of childhood was drawn up by Richter (1768–1825) in his work *Levana* (19--), or *Teoria de la educacion*, from 1807. The *Levana* is allegorical, closes the dialogue between Richter and Rousseau. *Levana* is the Roman goddess of elevation that has led the child since birth. In Roman tradition, when the baby is born, the mother or father lifts it up towards the stars or the moon, and offers it to the goddess *Levana*, who would elevate it to the human condition and introduce it within the society.

The author places in the center of his pedagogy the aesthetic education and reaffirms the need for harmony in man's formation. Richter emphasizes the world of early childhood, the relationship of the child with the family, and the game, the latter, designed by him as a serious and typical childhood activity. In his work, there is an appeal for antiauthoritarian education, from which the educator must follow a behavior that preserves the innocence and spontaneity of the child. In this way, Richter understands the game as a specific and constant activity of the child, which is for him also the most high degree of development of the human spirit even if later in adulthood, the game is replaced by work.

THE IMAGINARY CHILDHOOD

At the beginning of the twentieth century, we found, in the thought of Merleau-Ponty, a distinct understanding of this long road that is childhood, looking for another possibility to visualize it, the one that goes beyond the rhetoric, but aiming to know it, allowing other communications, not just the verbal expression, but from the gestures and of signals, of movements and of ways, of silences and of the babbling, giving space and right to such languages. Taking the chair of Psychology of Education at Sorbonne University, Merleau-Ponty holds in his classes the analysis of the child and his childhood in a fruitful dialogue with the humanities, especially philosophy and anthropology.

The author develops an important critique of the positivist psychology of the nineteenth century and analysis, putting into question the centrality of the sciences in the interpretation of childhood as a social category. For Merleau-Ponty, the positivist sciences produced the imaginary child – whose image is exactly the one that the adult does and from which he builds his pedagogy, that is, the child is this mirror in which the adult designs what he believes it to be.

In *Fenomenologia da percepção* (1999), Merleau-Ponty gives special emphasis to the sensitive wires that involve the subjects and the world in a single fabric, called “meat”. You can assume this definition the fact that, around the word meat, there is a significant number of references to the human capacity of grasping reality in a sensitive way, which does not imply, necessarily the awareness or the possibility of directing this reality. In other words, the human can grasp what is immediately accessible through the organs of the senses, all of it captured in a sensitive way by the body, and that already carries a meaning, a sense. Thus, we can call “the child of flesh” to refer to children – flesh and blood – who live multiple childhoods experienced in their historical-cultural and social relations (MERLEAU-PONTY,

1999, p. 111-113). In this sense, Merleau-Ponty suggests, in the early twentieth century, that childhood should be thought of as a social, historical and cultural category.

Merleau-Ponty (1999, p. 114) suggests as a task of philosophical anthropology the exercise of seeing each other, i.e.: “the enigma consists of my body being both seer and visible. He who looks at all things can also look at and recognize in what he sees then the ‘other side’ of his psychic power”. Merleau-Ponty distinguishes, however, the act of the natural view and that of the perceptive view, according to his belief conception founded on the “body-itself”. To see is to enter a universe of “things” that are shown, the perceptive is not exhausted in the representation, which makes it possible to understand the child as being-in-world, thus opposing the idea of child as an empirical subject.

The notion of representation developed by Merleau-Ponty is important for the analysis of the social imaginary on the child. More than representation, the imaginary about children is creator of senses, in the relationship of the senses that pass the sensations, acts and experiences of adults on childhood and it is from those senses that the adult centric vision builds its speech, transmitted to society through pedagogical discourse.

The body for Merleau-Ponty represents, in the expression, the symbol role of a certain meaning from which it tries to become the emblem. So, the sense of expression, what appears at the intersection of expressive gestures can be understood according to the fundamental procedures of a culture. Of all his analysis of gesture and expression, Merleau-Ponty (1990, p. 314) stresses that the perception of the other is the perception of a freedom that transpires through a situation and affirms: “we cannot not notice when the perception of the other becomes more and more comparable to language. In fact, there is also a language threatened by stereotyping and a fruitful language”.

Regarding the language threatened by stereotyping, Merleau-Ponty states that the child when he/she begins to speak, a phenomenon of deflation is observed, in which one can see disappear an amount of sounds that he/she was able to emit before, the objective speech, therefore, eliminates even certain elements of the babble. However, the child still retains sounds that do not belong to the language system valued by society and that are on the sidelines of this. He/she only employs them when he/she *daydreams*⁸.

The logical ones, according to the French philosopher, consider the language to be made or objective. In this way, the whole mode of sign communication is underestimated. This bias in favor of so-called objective language, we must discard it.

Merleau-Ponty states that the word becomes sketch and has behind it the hand that draws. Therefore, for the author, the spoken language, objectively structured, excludes the movement of language that is essentially expression-expressive, or otherwise said, the insertion of the child in the adult centric verbal signs eliminates the multiple capacities of communication that the child possesses, such as the gestures, the signs, the sounds, the babbling, the facial expressions, the silences, and others, such as the drawing, the symbolic use of materials and objects, the use of color.

8 Merleau-Ponty does not explicit, however, the one that refers to this reverie in the child.

The body, in its totality, can smile and not the facial nerve. There is only full expression in the case where the total conduct of the organism is given, i.e., the living or phenomenal body. In this way, expressive or full expressions are more pronounced in the child. However, Merleau-Ponty claims that nothing is fortuitous in language (speech and expression), that is, it is a totality, the use of each sign is in relation to that of all others. There is therefore a sense relationship between different expressions. Being given a certain expressive type, a kinship is established between the different expressions that the child will produce.

POSSIBLE CONSIDERATIONS

The uniqueness of the child's caricature drawn by "philosophies" exposes refractory perceptions of childhood, because, from them, certain concepts were demarcated, prolifically reproduced and very little problematized in the later development of Western pedagogy. A changing figure between sin and error, childhood is an evil to be fought, remains the battlefield between the child's body and the education that will correct it (FERNANDES, 1997). Period of life marked by contradictions, by the taste of the adult who perceives it and designates what is and what should be. Childhood is also the phase of life marked by inaccuracies; it is the ages cadenced by different sciences, such as psychology, medicine, legal science, biology, and pedagogy. Childhood ages are marked by adverse temporalities and temporal adversities!

The child's entry into the modern school marks a tenuous separation between two social categories: the child and the student, because the transformation of the first in the second does not indicate that the student is recognized as a child.

The supposed prolongation of childhood in school hides, on the contrary, the arduous preparatory process of the child for adult life. In other words, a student is an auto defining category that refers more to the condition of incarceration in the school institution, characterized by the preparatory stage to which it is submitted. Childhood exists, therefore, in the realm of the word "other", which is a power of the adult towards the child, or the one who talks about someone who is "unable" to speak for himself/herself. *In fans*, the one who can't talk (PANCERA, 1994).

In this way, children are overwhelmed by adults' senses, for whom they are nothing but *illness* and "weakness of body and spirit" (KATZ, 1996, p. 18 – free translation). It is with the intention of helping the child to get fortified that education will guide him/her (MERLEAU-PONTY, 1990). Thus, a battlefield between the child of the flesh and the social imaginary on what he/she must be and from which the struggle of education begins to correct him/her (BECCHI, 1994). In other words: "an unusual and surprising child... Pure negativity, she has no sex, no name, no age... an unrelated set of crazy moods" (FERNANDES, 1997, p. 57 – free translation).

Slowly, the romantic childhood, which was never a reality, is also fading away as ideal (SANDIN, 1999). We have distanced ourselves from the romantic dream of an idyllic childhood, free of obligations, as described by Richter or Rousseau. This idealization of childhood in fact contrasts with the reality of most children, whether they are poor or rich, who have different childhoods, but increasingly brief and with more obligations.

SOBRE A AUTORA

MAGALI REIS é professora adjunta do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas).

magali_reis@pucminas.br

<https://orcid.org/0000-0001-6741-1638>

REFERENCES

- ALBERTI, Leon Battista. *Sobre a família*. São Paulo: Edusp, 1970.
- BECCHI, Egle. Retórica de infância. *Perspectiva*, n. 22, ano 12, 1994, p. 63-95.
- BOTO, Carlota. O Emílio como categoria operatória do pensamento rousseauiano. Trabalho apresentado na 26ª Reunião Anual da Anped. GT 17 – Filosofia de Educação, 2003.
- DESCARTES, René. Meditações. In: DESCARTES, René. *Obras escolhidas*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1973.
- DESCARTES, René. *Discurso sobre o método*. São Paulo: Humus, 1995.
- FERNANDES, Heloísa R. Infância e modernidade: doença do olhar. In: GHIRALDELLI JR., Paulo (Org.). *Infância, escola e modernidade*, 1997, p. 61-82.
- FROEBEL, Friedrich A. *A educação do homem*. São Paulo: UPF, 2001.
- GOLDEN, Mark. *Children and childhood in classical Athens*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1990.
- HANSEN, João Adolfo. Educando príncipes através dos espelhos. In: FREITAS, Marcos Cezar de; KUHLMANN JR., Moisés (Org.) *Os intelectuais na história da infância*. São Paulo: Cortez Editora, 2002, p. 61-98.
- ISIDORO DE SEVILHA, Santo. *Etimologias*. V. I e II. Madrid: BAC, 1982.
- ITURRA, Raúl. Epistemologia da infância. *Educação, Sociedade e Culturas*, Porto, v. 17, 2002, p. 135-153.
- KATZ, Chaim S. Crianceria: o que é a criança. *Cadernos de Subjetividade: Gilles Deleuze*. São Paulo: Núcleo de Pesquisa da Subjetividade, PUC-SP, 1996, p. 90-96.
- KOCH, Dorvalino. *Desafios da educação infantil*. São Paulo: Edições Loyola, 1985.
- KOHAN, Walter O. Infância e educação em Platão. *Educação e Pesquisa*, v. 29, n.1, jan.-jun. 2003, p. 11-26.
- LOCKE, John. *Pensamientos sobre la educación*. Madrid: Akal, 1986.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *Merleau-Ponty na Sorbonne*: resumo de cursos: filosofia e linguagem. Trad. Constança M. César. Campinas, SP: Papirus, 1990.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- MONTAIGNE, Michel E. de. *Três ensaios*: Do Professorado – Da Educação da s Crianças – Da arte de Discutir. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1993.
- MONTAIGNE, Michel E. de. *Ensaio*. V. II. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; Hucitec, 1987.
- PANCERA, Carlo. Semânticas de infância. *Perspectiva*. Florianópolis, ano 12, n. 22, ago.-dez. 1994, p. 97-104.
- PLATÃO. *A república*. Lisboa: Fundação Gulbekian, 1993.
- PLATÃO. *As leis*. Bauru: Edipro, 1999.
- PLATÃO. *Diálogos*. São Paulo: Cultrix, 2002.
- RICHTER, Jean Paul. *Levana o Teoria de la educacion*. Madrid: Ediciones de la Lectura, 19--.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio ou Da educação*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SANDIN, Bengt. Imagens em conflito: infâncias em mudança e o estado de bem-estar social na Suécia. Reflexões sobre o século da criança. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 19, n. 37, 1999, p. 16-34.

SANTO AGOSTINHO. *A Cidade de Deus*. V.2. São Paulo: Calouste Gulbenkian, 1991.

SANTO AGOSTINHO. *Confissões*. São Paulo: Paulus, 1997.

O pesadelo da exaustão formativa: dois poemas de Ricardo Domeneck

[*The nightmare of the formative exhaustion: two poems by Ricardo Domeneck*]

João Gabriel Mostazo Lopes¹

RESUMO • O artigo parte de uma reflexão sobre os impasses políticos do Brasil das duas primeiras décadas do século XXI para se perguntar sobre como a poesia reflete a exaustão do processo formativo brasileiro e os impasses da consolidação do capitalismo neoliberal como forma de vida hegemônica. A análise tem como pano de fundo aquilo que, na pesquisa em curso, estamos caracterizando como dificuldade, conceito que nomeia o esvaziamento histórico da ideia de resistência. Para isso, são analisados dois poemas de Ricardo Domeneck. • **PALAVRAS-CHAVE** • Ricardo Domeneck; formação; pesadelo.

• **ABSTRACT** • The article begins with a reflection on the political impasses in Brazil during the first two decades of the 21st century, to then ask how poetry reflects the exhaustion of the Brazilian formative process and the impasses of the consolidation of neoliberal capitalism as a hegemonic way of life. This analysis has as a background what, in the ongoing research, we are characterizing as difficulty, a concept that names the historical emptying of the idea of resistance. For this, we analyze two poems by the Brazilian poet Ricardo Domeneck. • **KEYWORDS** • Ricardo Domeneck; formation; nightmare.

Recebido em 5 de junho de 2023

Aprovado em 7 de agosto de 2023

LOPES, João Gabriel Mostazo. O pesadelo da exaustão formativa: dois poemas de Ricardo Domeneck. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 85, p. 135-149, ago. 2023.



DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v1i85p135-149>

¹ Universidade Estadual de Campinas (Unicamp, Campinas, SP, Brasil).

Já há alguns anos, a transformação das condições do pensamento cultural contemporâneo brasileiro parece dizer respeito à perda de capacidade de sonhar um “país em construção” e à fragmentação do terreno social provocadas pelos últimos estágios do processo de acumulação capitalista, não apenas na periferia do sistema, mas também no chamado mundo desenvolvido². Do mesmo modo, a sensação que sem tem desde há algumas décadas da literatura brasileira como deficitária em unidade, a reclamação da crítica quanto à falta de movimentos literários e a inconsistência de projeto dos poetas e, no geral, o diagnóstico de que a poesia contemporânea deixaria a desejar, por sua desarticulação, em relação aos momentos decisivos do passado (SISCAR, 2010) – tudo isso talvez reflita, na verdade, formas sociais em si mesmas desagregadas, desarticuladas e inconsistentes, formas essas distintas daquelas dos anos 1920 a 1970, durante o grande ciclo da poesia modernista, o qual, não por acaso, acompanha o apogeu e o declínio do desenvolvimentismo como ideia orientadora das aspirações de integração das nações periféricas, período que coincide, de maneira aproximada, com a “revolução passiva” dos “quinhentos anos em cinquenta” com que Francisco de Oliveira (2018, p. 40-78) descreveu o ciclo que vai de 1930 a 1980, marcado pela aceleração vertiginosa do desenvolvimento do capitalismo brasileiro disparada inicialmente pelo varguismo, continuada por Juscelino e intensificada pela ditadura.

O fenômeno, que pode ser caracterizado como fim do processo de formação nacional, se articulava nesses termos já desde os anos 1990, quando foi sismografado por Paulo Eduardo Arantes e recentemente bem parafraseado por Felipe Catalani (2021), a respeito da publicação de *Formação e desconstrução*, compilação de ensaios escritos por Arantes (2021) entre 1989 e 1995:

2 A esse processo a tradição crítica brasileira deu o nome de periferização, a qual, como mostra Thiago Canetieri (2020), é produto da autocontradição do processo de acumulação do capital no neoliberalismo, que elimina o trabalho vivo como elemento de coesão social e faz do desemprego a forma normal de se estar em relação ao trabalho, processo ao qual tendem também as sociedades centrais.

O que estava explícito, também em intuições de Roberto Schwarz, era basicamente que a formação nacional estava terminada, ou seja, ao contrário do que dizia o mito da “formação interrompida” ou “inconclusa” (de modo que haveria sempre um fio da meada do processo a ser retomado), constatava-se, na contramão da ilusão progressista da Reconstrução Democrática, que já não havia nenhum processo cumulativo a ser efetivado e que o Brasil havia adentrado em uma nova lógica histórica, na qual o futuro já não desempenha nenhum papel significativo. (CATALANI, 2021).

Como Caux e Catalani (2019) demonstram a respeito da interpretação de Arantes sobre o famoso ensaio de Roberto Schwarz (1973), o papel das “ideias fora do lugar” é central, já que no limite a tomada de consciência do processo formativo no país periférico, descrita por Schwarz, é tão somente a constatação de que a formação terminara sem que nunca nada tenha se formado:

“As ideias fora do lugar” opera ali de certo modo como o ponto de chegada de um processo de formação, uma tomada última de consciência de si mesmo desse processo, que descobre nisso tão somente que ele não saíra do lugar. Se um modo de entender a formação é pela tentativa de superar o dualismo [a vigência de princípios contraditórios no par atraso/modernidade], a formação acaba (sem se completar) quando sabe que é idêntica ao próprio dualismo. (CAUX; CATALANI, 2019, p. 123).

No plano político, esse cenário põe uma profunda crise em jogo – tanto do ponto de vista institucional, quanto no sentido mais amplo – que se intensifica no século XXI. Essa não é, como se acostumou chamar, uma crise de “representatividade” apenas, mas uma manifestação, no âmbito político, do próprio terreno social da sociedade contemporânea. Do ponto de vista institucional, Francisco de Oliveira (2018, p. 77-78) enxergou nesse impasse o fenômeno do “tornar-se irrelevante” da política no século XXI, em decorrência da corrosão social e econômica provocada pelo, na sua expressão, “totalitarismo neoliberal”. Crítico feroz, à esquerda, tanto dos governos FHC quanto dos governos petistas, Oliveira sustentava no início dos anos 2000 que os problemas da sociedade brasileira não haviam sido superados dialeticamente, mas rebaixados a níveis inferiores ou anteriores às contradições que os ensejavam, por políticas de estado realizadas a partir de “medidas provisórias”, única maneira, segundo o sociólogo, de governar em uma situação em que a previsibilidade política e econômica é quase nenhuma. A “negociação”, palavra-chave da política brasileira neste século, implicava assim uma projeção, no nível da política institucional, de um cotidiano social que “havia se transformado [...] numa constante negociação entre a não forma mercantil, que impõe sobrevivências praticamente gângsteres – o narcotráfico, por exemplo, e sua consanguínea violência – e as precárias formas das políticas assistencialistas” (OLIVEIRA, 2018, p. 77). Igualmente, os “ricos, as classes superiores [...] também transitavam numa permanente negociação entre a bandidagem e a forma legal” (OLIVEIRA, 2018, p. 77). Já em 2005, quando Oliveira escrevia essas palavras, negociação nomeava, mais profundamente, a impossibilidade de negociar, de chegar a um “contrato formal”; e conciliação nomeava a impossibilidade de conciliar os polos incongruentes do cotidiano disfórmico do

“ornitorrinco”, para recuperar a imagem que se notabilizou, elaborada pelo sociólogo no ensaio de mesmo nome, publicado em 2003.

Completa o quadro a constatação de que a – na expressão de Alfredo Bosi (2001) – “dialética da colonização”, de que dependiam as sístoles e diástoles do processo formativo brasileiro³, deu lugar, na virada dos anos 2010-2020, a um novo ciclo, conforme busquei demonstrar em artigo recente (LOPES, 2022), no qual o que se tem não é mais o embate e posterior conciliação das forças retrógradas e progressistas que polarizavam os momentos de crise política e social desde a colônia, mas a tentativa de aniquilação dessa própria dinâmica pela nova extrema direita, cuja lógica não é a da política institucional, mas a da política como guerra. A ideia de “resistência” adquire, nesse contexto, contorno conservador, e no limite coincide com a defesa de um lugar na antiga dialética da colonização, por uma esquerda agora aliada aos setores “progressistas” da burguesia contra a ameaça antissistêmica da extrema direita. Algo dessa natureza se vislumbrava no sentido que, em 2011, Antonio Candido emprestava ao termo “resistência” quando famosamente declarou em entrevista que “o socialismo é uma doutrina triunfante”; “triumfante”, aqui, queria dizer algo bem pouco grandioso: significava que a função histórica do socialismo, entendido no sentido mais amplo possível – englobando “comunismo, socialismo democrático, anarquismo, solidarismo, cristianismo social, cooperativismo” –, era impor freio à tendência barbarizante do capitalismo, que “não tem face humana” e, deixado correr solto, tende à exploração sem limite (CANDIDO, 2011). Ficava consumada a identidade entre as instituições do estado democrático de direito e a função histórica da esquerda, agora rebaixada, sem prejuízo ao realismo, à tarefa de resistir para preservar o que houvesse nelas de ilustração e humanismo.

Desse modo e com grandes consequências, nessa quadra histórica os polos se inverteram, e aqueles que antes trabalhavam para transformar a sociedade, desnaturalizando a ordem burguesa, agora trabalham para resistir à inércia destrutiva e, ponto central, transformadora dessa mesma ordem. Schwarz recobra rápida mas decisivamente essa inversão de papéis identificando o ponto de virada já na constatação pós-1964 de que a ditadura não era propriamente conservadora, mas progressista⁴. Não à toa, acrescentaríamos, a ideia de “cultura de resistência”, tal qual pensada por Bosi (2001), foi concebida como hipótese conceitual nos anos 1970, quando a “certeza da esquerda, segundo a qual o partido do movimento era ela própria, ao passo que seu adversário seria *conservador* ou *passadista*, perdia o pé na realidade” (SCHWARZ, 1999, p. 128 – grifos do autor). Assim, se “resistir” passou a ocupar o centro do vocabulário político e cultural brasileiro no seio da luta contra a

3 Alfredo Bosi caracteriza como “dialética da colonização” o embate historicamente repetido no Brasil entre razão econômica retrógrada e impulso progressista de transformação social. Em *Dialética da colonização* (BOSI, 2001) são destacados três momentos-chave desse processo: os embates entre bandeirantes e jesuítas nos séculos XVI e XVII, entre escravismo e abolicionismo no século XIX, e entre as oligarquias do Sudeste e o positivismo republicano gaúcho, na República Velha.

4 Evidentemente, “progressista” aqui não tem o sentido com que se usa o termo hoje para se referir vagamente à centro-esquerda. Progressista, aqui, quer dizer a aceleração da marcha rumo à industrialização, à urbanização e ao desenvolvimento técnico.

ditadura, é mais significativo que isso tenha se dado precisamente no momento em que se tomava consciência de que o progresso técnico não traria a melhoria social que um dia teria prometido.

Contudo, a existência de uma resistência conservadora à esquerda não é, como pode parecer, apenas uma excrescência política, e nem deve ser lida como mera capitulação, sob pena de se perder o pulso do real. Se é verdade que a esquerda governista que voltou ao poder em 2023 só pôde fazê-lo ao se identificar integralmente com o estado democrático de direito, reforçando-se assim como alvo do ressentimento da população espoliada por esse mesmo estado, o fato é que, para dizer diretamente, hoje, mais do que nunca, é o governo quem segura o país contra a desintegração e a entropia social. E a desintegração, por sua vez, não é um dado apenas nacional: desintegrar-se é o modo de pertencer ao atual estágio do capitalismo, que terminou no final do século passado de abolir as fronteiras que ainda permaneciam à margem da sua expansão e agora se dedica, nessa nova fase, ao extrativismo predatório do seu cercadinho global; nas palavras de Schwarz (1999, p. 160), “a desintegração nacional não é uma questão nacional, mas sim uma inviabilidade global das industrializações retardatárias”. O que implica reconhecer que resistir por dentro do estado contra a insurgência da ultradireita, que se apresenta como agente aceleradora desse extrativismo econômico e social, ainda que seja uma tarefa trágica, não é trivial. Daí que, como disse Paulo Arantes (2023a; 2023b) em entrevistas recentes, apoia-se o governo pelo simples fato de ser um governo, o que na atual situação não é pouco.

No âmbito da cultura, os anos 2000 não apenas acirraram os impasses descritos acima, mas produziram a emergência de uma nova literatura, vinda das classes trabalhadoras que ascenderam durante os governos petistas, fenômeno que Alberto Pucheu (2019, p. 133) chamou de “geração Lula”, escrita por jovens poetas nascidos no início dos anos 1990, “moças e rapazes que vêm de famílias pobres, do subúrbio, da periferia, de favelas, que foram e são os primeiros de suas famílias a terem condições de estudar em universidades públicas”. Ao mesmo tempo, o fim do processo formativo brasileiro, na virada do século, e a sua capitulação ao totalitarismo neoliberal – se evitável ou não, atribuível ou não a uma “chance histórica” desperdiçada, é outra discussão – tiveram por efeito também, como já observamos, a produção de novos impasses quanto aos modos e capacidades de resistência política:

A despeito das políticas sociais quantitativamente reforçadas nos governos do PT, estes também teriam contribuído para o avanço da “sociabilidade antipública” – entre outras coisas, desarmando a capacidade de resistência e de luta de uma parcela nada desprezível das classes trabalhadoras – e, nesse sentido, para a desvalorização da política institucional e/ou parlamentar, mas também da política em sentido amplo. (BRAGA; QUERIDO, 2018, p. 18).

Se, de um lado, novos sujeitos entram na cena cultural, renovando-a e arejando

o escopo da representação social na literatura⁵ – processo tornado possível em parte graças aos programas sociais dos governos de esquerda, no que a cultura acompanha os deslocamentos de classe do período –, de outro, a cena na qual esses novos sujeitos entram está atravessada, até certo ponto em razão da natureza desses próprios programas, pelo rebaixamento do horizonte de expectativas da política institucional⁶. Bastará lembrar que, nos atos de 2013, um dos dilemas dizia respeito justamente à participação dos partidos nas manifestações, sinal que foi lido à época como crise de representatividade, mas que indica mais profundamente algo que críticos sociais como Francisco de Oliveira vinham apontando há tempos, a saber, que a própria esfera política havia encontrado o seu limite, e que a mobilização seria a partir de então marcada pelo que, numa leitura mais otimista, se pode chamar de multiplicidade de pautas e, numa mais pessimista, de desorientação.

Ao mesmo tempo, a geração Lula produziu uma renovação poderosa das lutas antirracistas e feministas, que a partir da segunda década do século passaram a pautar ideologicamente o debate político e social, levando ao reacionarismo da direita em relação a essas pautas, na chamada nova guerra cultural. De um lado, não há dúvida de que essas lutas traduzem os conflitos de classe no Brasil, como mostram, por exemplo, os poemas de André Luiz Pinto analisados por Pucheu (2019), nos quais o poeta, nascido em 1975 e, segundo o crítico, autor-ponte entre a geração Lula e a anterior, articula origem de classe e forma social escravocrata, apontando o óbvio muitas vezes ignorado de que, no Brasil, antirracismo é luta de classes e vice-versa: “Prazer, esse sou eu/ filho de doméstica/ numa época em que/ padrões cismavam/ em chamar de filhas/ as mucamas” (PINTO apud PUCHEU, 2019, p. 140). De outro, contudo, a representação institucional dessas lutas encontra repetidamente impasses, limites e interferências, não necessariamente em razão da ineficiência dos movimentos sociais, mas porque, como aponta Oliveira, “o conflito de classes não passa mais pela política partidária” (OLIVEIRA, 2018, p. 159).

A política no século XXI é, como se vê, um cenário de desconcerto. Como uma espécie de inversão dos polos, o lugar que cabia aos conservadores na defesa do estado democrático de direito passa a ser ocupado pelos “progressistas”, e a insurreição antissistêmica é agora desejo e prática da extrema direita; nota-se que algo está como que fora da ordem, ou, mais precisamente, que a ordem é a falta de ordem. Sabe-se que o país, ou antes, que o planeta não vai bem, mas como frear a “locomotiva do progresso”, que, ao que tudo indica, está levando todos em direção ao abismo? A própria ideia de progresso, graças ao aceleração exponencial do desenvolvimento tecnológico, perdeu o lastro de desenvolvimento social que a acompanhava no

5 E da arte de modo geral; seria possível falar em uma “geração Lula” na prosa, no teatro, nas artes visuais etc.

6 Vale dizer, a despeito do muito que se fez e se segue fazendo no sentido de organização e luta, especialmente entre os trabalhadores da cultura. Talvez o teatro, possivelmente em razão da natureza já coletiva da sua produção, tenha sido a arte que mais representou resistência contra essa desmobilização; em São Paulo, por exemplo, os movimentos dos teatros de grupo produziram, na contramão da análise acima apresentada, uma crescente politização e mobilização no início dos anos 2000, sobretudo em torno do movimento Arte Contra a Barbárie, que na primeira década do século teve o êxito de consolidar a Lei Municipal de Fomento ao Teatro, até hoje assediada por opositores e objeto de constante disputa política dentro da categoria.

século passado e confunde-se estranhamente com uma fantasia: novidades como as inteligências artificiais e sua notável capacidade de processamento de informação, ou as promessas de missões tripuladas aos planetas mais próximos, por exemplo, são apresentadas à população pelo grande capital internacional como os sonhos ilimitados da espécie humana, quando são, na realidade, as fantasias prometeicas, ainda que tecnicamente realizáveis, de uma casta de bilionários cuja concentração de renda não sofre abalo apesar das crises globais sucessivas. Steve Jobs talvez tenha sido o inventor da tendência de apresentar os saltos técnicos de um novo produto lançado ao mercado como se fossem uma espécie de sonho pessoal realizado, e como se todos sonhássemos com ele – como se a mente do bilionário sonhasse o sonho de todos os homens. Não à toa Jobs tornou-se, após a sua morte, o modelo do bilionário contemporâneo, imitado por seus pares na estética juvenil, despojada e austera com que se apresentava em público, e saudado como genial, inovador, insubordinado, sonhador.

Ao mesmo tempo, enquanto o capitalismo sonha a exploração interplanetária e a fusão entre o humano e a máquina, a realidade nacional adquire contornos de pesadelo, no desarranjo ecológico e social que se dá, agora, não mais como alerta, mas como evidência. Nesse sentido, creio que um dos poemas mais impressionantes publicados no Brasil nos últimos anos é “Luzia do Brasil”, de Ricardo Domeneck, que saiu em *O morse desse corpo* (2020), o qual imagina precisamente essa situação:

Luzia do Brasil

algo, um resto,
uma sobra,
luzia da terra,
luzia enterrada
essa migalha
se do passado
ou futuro
não
se sabe,
mas segue-se
dando nomes
luminosos
a façanhas
e ossadas
dessa terra,
a brasa
na lama,
a luz
no fundo
da terra,
cava-se
até não
sobrar,

arranca-se
até não
restar,
e eis
que aqui
jaz
luzia, osso
ou caroço,
resíduo
ou semente,
não
se sabe,
será cálcio
ou caule
num sulco
ou túmulo,
mas ainda
luzia, luzia,
a primeira,
a primeira
que restou,
a última
que sobrou,
seus restos
os primeiros,
os últimos
do solo
que se faz
território
a que um dia
dariam outro
nome luzidio,
brasil, e luzia
que certo
não
sonharia
essa noção
de trapos
e bagaço
e lama
e detritos
e pó
que se
chamou
colônia,

império,
república,
estado-
nação,
não,
luzia
não
sonhou
brasil
nenhum,
quicá
brasil
seja
tão
só
o pesadelo
repetindo-se
no vão
do tempo
dentro
do crânio
de luzia
(DOMENECK, 2020, p. 32-34).

Luzia, como se sabe, é o nome dado ao fóssil humano mais antigo já encontrado na América do Sul, com cerca de 13 mil anos. Escavado em Minas Gerais em 1975, o esqueleto pertenceu a uma mulher de idade entre 20 e 24 anos. O esqueleto de Luzia, de valor inestimável para os estudos das migrações e povoamentos humanos no continente, quase foi completamente destruído em 2018, quando o incêndio do Museu Nacional do Rio de Janeiro dizimou 200 anos de acervo científico e histórico. Embora o poema de Domeneck não se refira de maneira explícita ao episódio do incêndio, não é de todo improvável que tenha sido motivado por ele, já que, à época, a notícia de que Luzia havia queimado causou considerável indignação no país. Que o esqueleto de Luzia sobreviva a 13 mil anos de erosões e eventos geológicos, mas não passe impune a algumas décadas no Brasil moderno, é talvez a chocante constatação que pode, quem sabe, ter disparado o poema, cujo título “Luzia do Brasil” tem certamente algo de irônico, já que ao longo dos versos pesa mais o que separa Luzia e o Brasil do que o que os une.

O elemento mais significativo dessa separação é a terra, a qual, no tempo de Luzia, era solo habitado, mas que modernamente se converte em território – terra sobre a qual age um estado, “a que um dia dariam outro nome luzidio, brasil”. Nos versos curtos e ágeis com que o poema se faz, como uma cascata de lama e horror, 500 anos de história nacional atravessam de maneira veloz a vista – colônia, império, república, estado-nação –, história que passa ao largo do que poderia há tantos milênios ter sido imaginado por alguém como Luzia. Impossibilidade de imaginação

que, espertamente, de outra parte, o poema contradiz ao final, com a forte imagem do país moderno como pesadelo “repetindo-se no vão do tempo” dentro do crânio ancestral.

Tem-se, assim, uma imagem do país como pesadelo, certamente ligada ao repertório de representação dos anos do governo Bolsonaro, marcados, entre outras catástrofes, pelo descaso com a pandemia de covid-19, durante a qual a imagem do corpo enterrado surfou ao primeiro plano da autorrepresentação nacional. Luzia – que, como o poema sugere, não se sabe se representa o passado ou o futuro – liga o tempo ancestral à moderna história de conversão do território de colônia a nação, capturada como que de uma vez, num tempo suspenso, repetido à maneira de um pesadelo no interior do qual o sujeito poético se vê desconcertado, atônito e impotente. Já não há qualquer fantasia formativa possível aqui, e nada aponta para um acúmulo do desenvolvimento moderno como horizonte de integração nacional; que país construir se o que se tem como matéria-prima é este sonho terrível, apenas nominalmente luminoso – “Brasil”, cuja etimologia remete ao mesmo tempo ao extrativismo da vegetação e à luz de uma brasa? Outro nome luminoso, Luzia, “luz no fundo da terra”, é, aqui, apenas a luz desenterrada da constatação da aporia de um país cuja forma final, no tempo, é a do pesadelo para sempre repetido, desde já formado na sua incongruência e terror. Interessa notar ainda como a imagem do Brasil como pesadelo no crânio de Luzia, que, tendo vivido há 13 mil anos, não poderia sonhar com a história do estado brasileiro moderno, implica uma concepção de tempo apocalíptico, já realizado. Nem mito, nem profecia, o pesadelo no crânio de Luzia se parece mais com o juízo final de um país que, ao avançar na história, está paralisado no tempo, e cuja paralisia é o seu avançar na história.

Porém, nem tudo é desespero, ou não apenas. Ágil e revelador, o poema não tem propriamente a forma de um impasse. Embora a sua construção imagética termine na imagem infernal do pesadelo, e a figura que ele faz do tempo seja a de um presente estagnado, repetindo-se no mesmo lugar, sua sintaxe é móvel, sua música é aliterativa e seu léxico é reluzente, encontrando correspondências entre sons e sentidos que provocam iluminações breves, mas sucessivas, no leitor.

Isso se dá em gangorras sonoras – brasa-lama; lama-luz:

[...]
a brasa
na lama,
a luz
no fundo
[...]

... em repetições que não causam náusea, mas efeito de acumulação e progressão, à la Cabral:

[...]
até não
sobrar,
arranca-se

até não
restar,
[...]

... em ambiguidades e oscilações produtivas na caracterização do objeto, que subtraem e repõem os dois polos da imagem da terra – túmulo e sulco, morte e nascimento:

[...]
luzia, osso
ou caroço,
resíduo
ou semente,
não
se sabe,
será cálcio
ou caule
num sulco
ou túmulo,
[...]

... na alternativa apenas virtual mas consequente entre os homônimos Luzia-nome próprio e luzia-verbo:

[...]
luzia, luzia,
[...]

... etc.

Talvez porque a constatação do eterno presente carregue consigo, apesar da exasperação diante da falta de alternativa, uma iluminação: saber-se livre da antiga ilusão de que o caminho do desenvolvimento levará a algum lugar é, afinal, algo de consolador, o que dá lastro às iluminações, estas de natureza poética, que o poema produz. De fato, só será possível fazer qualquer coisa uma vez compreendido que a monstrosidade da sociedade brasileira não é fruto do seu atraso, como se pensava no passado, mas da simultaneidade desigual que é a forma atualíssima do capitalismo na periferia.

Seja como for, ainda que o reconhecimento do impasse seja essencial para a sua superação – se é que a ideia de superação ainda tem lugar, o que não é certo –, ele é, no fim das contas, impasse, dificuldade. Razão pela qual, ao tentar se localizar nesse novo e desconcertante espaço, a experiência do eu lírico será, não raramente, de deslocamento e falta de lugar, como no poema “Cesta básica”, do mesmo livro:

Cesta básica

o calor que aumenta
sobre esse couro
e a cada verão faz-se
mais insuportável

no globo os incêndios
periódicos crescentes
queimam de hemisfério
a hemisfério

resseca-se agora o ar
nesse domingo
do descanso facultativo
para uma parcela

o proletariado segue
suas crises de lealdade
da bastilha
ao palácio de inverno

querendo pertencer
a alguma tribo
a alguma classe
vou ao cemitério

próximo ao túmulo
de bertolt brecht
faço um piquenique
de condimentos

e abro a cesta
que não enfeixei
trançando bambu
em bambu

estendo a toalha
feita desse algodão
que não plantei nem colhi
que não tricotei nem tingi

nela distribuo
para mim os víveres
os tomates que não

plantei nem colhi

como não afundei
na terra
que não adubei
os bulbos das cebolas

não amassei no braço
como minha mãe
nem fermentei
a massa do pão

não o cobri
com as cobertas puídas
para que crescesse
como um filho

não o assei
no gás minguate
rezando
que não acabasse

não cozi a farinha
nem cosi a camisa
de ninguém
para ninguém

há anos não bebo
água com as mãos
em cuia
a honra da infância

que fiz
eu
por outro
vivo?

e o filhote de vira-lata
salvo em noite friíssima
da praça sem nome
diante da escola

em bebedouro
aquela cadela gorda
e leal

morreu há vinte anos
(DOMENECK, 2020, p. 64-66).

Se em “Luzia do Brasil” o sujeito se limitava a organizar o desvelamento, ou escavação, da visão apocalíptica de um Brasil-pesadelo, em “Cesta básica” ele está individualmente implicado no lugar de classe que ocupa em um mundo no qual a divisão do trabalho o aliena das coisas que consome. As estrofes se sucedem como imagens dotadas de autossuficiência, e qualquer efeito de acumulação tem por motor a interrupção entre uma e outra estrofe, forma que lembra uma montagem cinematográfica ou, mais contemporaneamente, a maneira como posts nas redes sociais se sucedem sem continuidade. Se há continuidade no tempo do sujeito, linha condutora do poema que vai ao cemitério e faz um piquenique, há descontinuidade entre o uso que ele faz das mercadorias e o seu processo de produção. A conhecida figura do poeta de classe média, não implicado na produção das mercadorias – lembremos o Drummond de “A flor e a náusea” (1988), “preso à minha classe e a algumas roupas” –, ganha nova força no poema, estupefato, ao lado do túmulo do poeta comunista Bertolt Brecht, ao constatar que nada fez “por outro vivo”. O cemitério, local onde o tempo está parado, é, com efeito, escolha feliz de cenário para o poema, que encena a imobilidade do sujeito na sua incapacidade de, para citar mais uma vez Drummond, enfrentar a “grande máquina” onipresente e sempre operante do capitalismo global, que não apenas aprofunda a divisão do trabalho e aliena os sujeitos uns dos outros e dos frutos da produção alheia, levando o proletariado às “crises de lealdade” em meio às quais a tarefa política encontra dificuldade, mas que também queima o planeta, “de hemisfério a hemisfério” com “incêndios periódicos crescentes”.

Novamente, o tempo é o eterno presente do capital, que incide sobre o sujeito alienando-o dos seus semelhantes, com seu sistema de produção, circulação e exploração, produzindo uma classe média lírica e desorientada para quem o proletariado é anônimo, e aparece apenas como vulto evanescente na força de trabalho cristalizada em mercadoria. No limite, em chave negativa, a confissão poética é, para o eu lírico, uma maneira de tentar resolver a irrelevância do seu lugar de classe diante do cenário de extrema dificuldade, no qual “resistir” parece ter perdido todo o sentido criativo e, ainda que seja tarefa não trivial, não responde mais às urgências do presente.

SOBRE O AUTOR

JOÃO GABRIEL MOSTAZO LOPES é pós-doutorando no Departamento de Teoria Literária da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e autor de *Poemas para morder a parede* (7Letras, 2020).
j.mostazolopes@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-4552-9947>

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Carlos Drummond de. A flor e a náusea. In: ANDRADE, Carlos Drummond de. *Poesia e prosa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1988, p. 98.
- ARANTES, Paulo Eduardo. *Formação e desconstrução*: uma viagem ao Museu da Ideologia Francesa. São Paulo: Editora 34, 2021.
- ARANTES, Paulo Eduardo. Mesmo sem projeto, Lula terá sucesso se frear extrema direita, diz Paulo Arantes. Entrevista concedida a Eduardo Sombini. *Folha de S. Paulo*, Ilustríssima Conversa, 56¹², 11 de março de 2023a.
- ARANTES, Paulo Eduardo. Forças do Brasil – As chances de Lula, com Paulo Arantes. Entrevista concedida à TV 247, Youtube, 15 de abril de 2023b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Xc4sTJ-dXJus&t=3291s>. Acesso em: ago. 2023.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- BRAGA, Ruy; QUERIDO, Fabio Mascaro. Apresentação: Chico de oliveira e as reviravoltas da crítica. In: OLIVEIRA, Francisco de. *Brasil: uma biografia não autorizada*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- CANDIDO, Antonio. O socialismo é uma doutrina triunfante. Entrevista concedida a Joana Tavares. *Brasil de Fato*, edição 435, 8 de agosto de 2011.
- CATALANI, Felipe. Formação e desconstrução: uma visita ao Museu da Ideologia Francesa. Comentário sobre o livro recém-lançado de Paulo Arantes. *A terra é redonda*, 19/8/2021. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/formacao-e-desconstrucao-uma-visita-ao-museu-da-ideologia-francesa>. Acesso em: abr. 2023.
- CANETTIERI, Thiago. *A condição periférica*. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.
- CAUX, Luiz Philipe de; CATALANI, Felipe. A passagem do dois ao zero: dualidade e desintegração no pensamento dialético brasileiro (Paulo Arantes, leitor de Roberto Schwarz). *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 74, 2019, p. 119-146. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/164933/158061>. Acesso em: abr. 2023.
- DOMENECK, Ricardo. *O morse desse corpo*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2020.
- LOPES, João Gabriel Mostazo. Dificuldade da poesia: desafiando o modelo teórico de Alfredo Bosi. *Remate de Males*, 42, n. 2, jul.-dez. 2022, p. 455-477. <https://doi.org/10.20396/remate.v42i2.8670383>.
- OLIVEIRA, Francisco de. O Ornitorrinco. In: OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista/ O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003, p. 121-150.
- OLIVEIRA, Francisco. Um crítico na periferia do capitalismo. In: CEVASCO, Maria Elisa; OHATA, Milton (Org.). *Um crítico na periferia do capitalismo*: reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 149-152.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Brasil: uma biografia não autorizada*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- PUCHEU, Alberto. Prazer, esse sou ele (a autobiografia poética de André Luiz Pinto). *ALEA*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, set.-dez./2019, p. 131-148. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/alea/a/TKB6jCF8m48LzR-cSDKNgtz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: abr. 2023.
- SCHWARZ, Roberto. *Sequências brasileiras*: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- SCHWARZ, Roberto. *Cultura e política*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. (1973). In: SCHWARZ, Roberto. *Cultura e política*. São Paulo: Paz e Terra, 2005, p. 59-83.
- SISCAR, Marcos. As desilusões da crítica de poesia. *Teresa*, Revista de Literatura Brasileira, São Paulo, 2010, p. 109-120. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/teresa/article/view/116853/114393>. Acesso em: abr. 2023.

As ninfas dos mares de cá: a ninfa pagã e seu exílio nos trópicos

[*The nymphs of the seas here: the pagan nymph and her exile in the tropics*]

Daniela Queiroz Campos¹

RESUMO • O presente artigo tem como mote as chamadas ninfas na arte brasileira do século XIX. Para cumprir tal desígnio, parte-se das premissas teóricas de dois historiadores da arte, Aby Warburg e Georges Didi-Huberman. Foram, então, abordadas quatro personagens outrora literárias que se transformaram em personagens pictóricas pelos pincéis de renomados artistas brasileiros: *Lindoia*, *Moema*, *Iracema* e *Marabá*. Nas telas de José Maria de Medeiros, Victor Meirelles, Antônio Parreiras e Rodolfo Amoedo, buscamos encontrar a ninfa pagã em seu exílio nos trópicos. • **PALAVRAS-CHAVE** • Ninfa; arte brasileira; século XIX. • **ABSTRACT** • The

motto of this article is the so-called nymphs in Brazilian art of the 19th century. To fulfill this purpose, it departs from the theoretical premises of two art historians, Aby Warburg and Georges Didi-Huberman. Four formerly literary characters were then approached who were transformed into pictorial characters by the brushes of renowned Brazilian artists, namely: *Lindoia*, *Moema*, *Iracema* and *Marabá*. On the canvases of José Maria de Medeiros, Victor Meirelles, Antônio Parreiras and Rodolfo Amoedo, we seek to find the pagan nymph in her exile in the tropics. • **KEYWORDS** • Nymph; Brazilian art; 19th century.

Recebido em 22 de fevereiro de 2023

Aprovado em 11 de agosto de 2023

CAMPOS, Daniela Queiroz. As ninfas dos mares de cá: a ninfa pagã e seu exílio nos trópicos. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 85, p. 150-170, ago. 2023.



DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.vri85p150-170>

1 Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC, Florianópolis, SC, Brasil).

BREVES DIZERES SOBRE AS NINFAS

A ninfa não constitui nova personagem. Foi no século XIX que um historiador da arte, que costumava falar com as borboletas (DIDI-HUBERMAN, 2015, p. 100), fez dela sua personagem teórica. Estranhamente, de tanto perseguir as ninfas, o historiador da arte alemão Aby Warburg também se transformou numa espécie de personagem dessa intensa área de conhecimento sobre a qual tanto pesquisou, escreveu e teorizou. Quando jovem, abriu mão – em favor de seu irmão – de sua condição de herdeiro natural do banco pertencente a sua família por ser primogênito, conquistando estabilidade financeira para poder comprar todos os livros que desejasse (LESCOURRET, 2013, p. 25). E esses livros foram muitos e muitos, tantos que passaram a compor a Kulturwissenschaftliche Bibliothek, fundada por ele no ano de 1924, na cidade de Hamburgo, ao lado da residência familiar (CHECA, 2010, p. 8). Essa biblioteca veio a se transformar no renomado Warburg Institute, trasladado de Hamburgo para Londres em decorrência do nazismo no ano de 1933 (SETTIS, 2010, p. 55).

No entanto, o primeiro encontro travado entre Aby Warburg e as ninfas não se deu no interior da sala oval de sua biblioteca, mas diante de dois dos afamados quadros de Sandro Botticelli (1445–1510), sobre os quais o historiador da arte defendeu sua tese doutoral, em 1892, na Université de Strasbourg, sob a orientação de Hubert Janitschek (RECHT, 2012, p. 8): *O nascimento de Vênus* (1486) e *A primavera* (1482). Na tese, a ninfa parece percorrer muitas páginas, todavia ganha nome e destaque somente em sua terceira parte: “III Motivação externa dos quadros: Botticelli e Leonardo” (WARBURG, 2015a, p. 74).

Sem sombra de dúvidas, o texto mais conhecido, e mais poético, que Aby Warburg redigiu sobre as ninfas foi a correspondência fictícia entre ele e o linguista alemão André Jolles: a *Ninfa fiorentina*, de 1901 (WARBURG, 2015b, p. 5). A ninfa de 1901 não era mais a dos quadros de Botticelli, mas a pintada por outro destacado artista do Quattrocento florentino: Domenico Ghirlandaio (1449–1494). Nos afrescos da Igreja Santa Maria Novella, lá estava ela, em *O nascimento de São João Batista* (1490), na inquietante figura da criada que entra e movimenta a cena do nascimento do primo de Jesus Cristo. A impetuosa donzela cujas roupas reportam a um relevo do mundo antigo fez Jolles questionar Warburg:

Quem é? De onde ela vem? Talvez já a tenha encontrado antes, 1.500 anos atrás? Descende de uma nobre linhagem grega? E a sua antepassada tem talvez relação com alguém da Ásia Menor, do Egito ou da Mesopotâmia? Mas, sobretudo: chegarão as cartas endereçadas a: A ninfa que corre [...]?. (JOLLLES, 2018, p. 9).

Décadas mais tarde, em 1927, Aby Warburg começou a compor várias imagens de ninfas nas pranchas negras do *Bilderatlas mnemosyne* (WARBURG, 2010) no interior da sala oval de sua biblioteca. No atlas de imagens, elas fizeram parte de montagens de distintas pranchas sob díspares apresentações. A ninfa foi dada a ver em relevos da Antiguidade clássica, em pinturas do Renascimento italiano e até mesmo em imagens fotográficas do século XX, como bem demonstra a prancha número 77. Torna-se difícil explicar em poucas frases no que constituem as ninfas. Na mitologia clássica, elas eram divindades menores que tinham diferentes formas e nomes. Eram vinculadas às águas e às florestas (AGAMBEN, 2010, p. 40). No entanto, as “ninfas identificadas por Warburg transcendiam esses amplos atributos. Vênus, Vitória, Hora, Aura, Ménade, Judith ou Salomé atravessavam os quadros do Renascimento em múltiplas identificações iconográficas” (SZIR, 2019, p. 24 – tradução própria).

Aby Warburg morreu no ano de 1929, mas as ninfas e a sua relação com elas sobreviveram através das páginas redigidas por ele, seja pela forma organizada de sua tese seja pela forma fragmentada de grande parte de seus escritos. Alguns historiadores da arte continuaram a escrever sobre as ninfas warburguianas, mas um deles merece especial destaque, pois resolveu tomá-las para si.

O historiador da arte francês Georges Didi-Huberman (2013a; 2013b) iniciou seus escritos sobre as ninfas de forma quase que despretensiosa, como em determinadas referências acerca das obras de Aby Warburg em *Diante da imagem: questões colocadas ao fim de uma história da arte*, cuja primeira edição data de 1990, e em *Imagem sobrevivente: história da arte e o tempo dos fantasmas segundo Aby Warburg*, de 2000. Mas foi no ano de 2002 que ela se tornou objeto central de um de seus livros, em *Ninfa moderna: essai sur le drapé tombe* (DIDI-HUBERMAN, 2002). Em 2015, tal título, até então isolado, transformou-se numa série publicada pela Editora Gallimard composta de: *Ninfa fluida: essai sur le drapé-désir* (2015), *Ninfa profunda: essai sur le drapé-tourmente* (2017) e *Ninfa dolorosa: essai sur la mémoire d'un geste* (2019).

“Memória, desejo e tempo: a ninfa atravessa a história da arte warburguiana como um verdadeiro organismo enigmático” (DIDI-HUBERMAN, 2002, p. 10 – tradução própria). As ninfas, em Didi-Huberman, deixaram de ser exclusivamente as ninfas descritas por Warburg, ganhando outras formas e outras apresentações possíveis. E as perguntas elaboradas por Aby Warburg recebem uma sequência, não de respostas, mas de outras tantas perguntas: “Ninfa, Aura, Gradiva... Para onde vão todas as ninfas desse sutil panteão (panteão da memória e do tempo, do vento e do drapeado, do luto e do desejo)?” (DIDI-HUBERMAN, 2002, p. 11 – tradução própria). Continuamos sem saber quem elas são ou de onde elas vêm. Sabemos apenas que elas vêm de longe e são incapazes de morrer por completo. A ninfa é a heroína do *Nachleben* warburguiano. A sobrevivência, a supervivência daquilo que não cessa de vir de longe, que é incapaz de morrer por completo.

AS NINFAS DOS MARES DE CÁ

Um oceano nos separa, mas também nos une. O oceano Atlântico, com suas profundezas e tormentas, fez aqui chegar uma porção de gente e, com essa gente, seus hábitos, poderes e terrores. Através dos mares, os continentes se comunicaram, se contaminaram de uma maneira quase inimaginada. Atrocidades foram cometidas. Genocídio, trabalho escravo, dominação do outro. Mas as ninfas também nos ensinam que não existe beleza pura, nem simples. Para pintar *O nascimento de Vênus*, Sandro Botticelli baseou-se no texto de Homero e de Poliziano. Este último descreveu o caos do nascimento da deusa do amor, o rodopiar dos planetas e as tormentas no mar Egeu. A Vênus nasce de um mar em tormenta, repleto de sangue e esperma da castração de Urano por seu filho Saturno (DIDI-HUBERMAN, 1999, p. 48).

As ninfas dos mares de cá, da mesma forma, nasceram em meio a sangue e esperma de um mar repleto de fúrias. O nosso mar, o nosso oceano Atlântico, na modernidade, é marcado por fluxos e trocas culturais (GILROY, 2001). Dessas trocas, desses fluxos e refluxos, surgiram muitas coisas, coisas das quais muitas vezes não nos orgulhamos. E outras, que, apesar das suas impurezas e de seus problemas, aprendemos a admitir como nossas. E nessas tantas viagens marítimas, compostas de idas e vindas, situamos nosso primeiro cenário – a cidade do Rio de Janeiro, que acolhe o maior porto escravista de todo o Atlântico e ao mesmo tempo sedia a primeira academia de arte do país, a segunda a ser fundada em toda a América Latina. “A contaminação líquida do mar envolveu tanto mistura quanto movimento” (GILROY, 2001, p. 15).

Se pensarmos num histórico de construção do que nesta pesquisa chamamos de ninfas brasileiras, partimos do século XIX e da cidade do Rio de Janeiro, na qual aportou – após breve estada em Salvador – a corte de D. João VI, no ano de 1808, e que foi sede – ou palco – de seus vários atos durante a permanência da corte portuguesa no Brasil. Atos que tinham como objetivo conferir à cidade e ao país, que à época ensaiava seus contornos, uma infraestrutura compatível com a das nações europeias (MALERBA, 2000). Entre as fundações joaninas, estava a Escola Real de Artes e Ofício, instituída ainda no ano de 1816, que, criada “no bojo da chamada Missão Francesa, teve, no entanto de esperar dez anos para ser efetivamente aberta, em 1826, já como Academia Imperial de Belas Artes” (PEREIRA, 2016, p. 29). A Academia intentava modificar o sistema artístico no país, estando ele, no período colonial, praticamente concentrado na produção religiosa e na construção de fortificações e engenhos. “A academia em 1826 seguia, sem dúvida alguma, o modelo francês. Ela consolidou no Brasil o ensino artístico em moldes formais, em oposição ao aprendizado empírico dos séculos anteriores” (PEREIRA, 2016, p. 34). O ensino formal englobava o desenho na estruturação da obra, a composição de paisagens e o estudo criterioso do corpo humano.

A Academia Imperial de Belas Artes (Aiba) alcança notável prestígio principalmente durante o Segundo Império (1840–1889), momento em que se deseja construir uma iconografia para a nação nascente. Tratava-se da fabricação de um projeto histórico. No período, são notórias as encomendas oficiais, principalmente de pinturas históricas. Outros gêneros pictóricos, característicos da arte europeia, são também introduzidos no país. A primeira imagem de nu feminino dessa arte oficial

data do ano de 1863, o óleo sobre tela *A carioca* (1863), pintado por Pedro Américo (1843–1905) entre os anos de 1862 e 1863 em Paris. Contrariando nossa primeira impressão, a tela não apresentava uma habitante da cidade do Rio de Janeiro. *A carioca*, pela sinuosidade do corpo, consistia numa alegoria do rio homônimo que banhou a cidade do Rio de Janeiro até o início do século XIX, época em que foi canalizado (OLIVEIRA, 2013, p. 6).

Naquele mesmo século XIX, artistas que eram pares de Américo na Aiba passaram a pintar, e a esculpir, personagens do chamado indianismo – literatura romântica característica do Brasil oitocentista. Como é sabido, o indianismo iniciou-se com a palavra escrita e tinha como primordial objetivo exaltar a figura do indígena pela nobreza de caráter e heroísmo (COLI, 2013, p. 216). Na literatura, os indígenas não estiveram de imediato relacionados ao nacionalismo. Nas suas iniciais apresentações textuais, estavam envoltos nas narrativas acerca da conquista portuguesa, como é notório nos cantos de José Basílio da Gama (1741–1795), em *O Uruguai* (1769), ou nos versos de *Caramuru* (1781), redigidos pelo Frei Santa Rita Durão (1722–1784). Contudo, a incorporação, tanto na literatura, como nas artes plásticas, data do século XIX. Foi no decorrer daquele século que indígenas foram apresentados com enfoque romântico e inseridos no mito de origem de uma história nacional. No entanto, cabe ressaltar que, de forma alguma, a exaltação romântica literária ou pictórica estendia-se ao indígena “de carne e osso”, tal qual ocorre em diferentes países latino-americanos nesse período, que têm a exaltação do indígena num chamado “indianismo historicista”. “Nada disso tinha muito a ver com o lamentável estado dos índios, muitos agora vivendo em piores condições do que antes” (ADES, 1997, p. 35).

As artes plásticas oitocentistas tomam de empréstimos as figuras narradas pela literatura dos séculos XVIII e XIX e criam os personagens que começam a se fazer presentes nas telas que figurariam essa “origem do brasileiro” ou, no caso desta pesquisa, “da brasileira”. A mulher indígena é eleita como musa, e a ela são acrescentadas a paisagem tropical e a mitologia do amor romântico. Entre as personagens do chamado indianismo brasileiro, neste artigo vamos abordar quatro delas: Lindoia, Moema, Iracema e Marabá.

A NINFA E A SERPENTE – LINDOIA

No ano 1882, o artista José Maria de Medeiros (1849–1925) pinta o óleo sobre tela intitulado *Lindoia*, personagem anteriormente descrita nos versos de José Basílio da Gama. Anos depois de ser descrita numa das obras literárias que narrou, de forma romanceada, a disputa do território da América Portuguesa entre jesuítas, indígenas e europeus, a personagem de Gama ganhou os pincéis do então professor de desenho figurado da Aiba, cargo que ocupou entre 1879 e 1891. O pintor não era brasileiro de nascimento, tendo nascido na Ilha de Faial do arquipélago português dos Açores (CAVALCANTI, 2011, p. 2) e se mudado, em 1885, para a cidade do Rio de Janeiro, onde cursou o Liceu de Artes e Ofícios e posteriormente a Aiba (AYALA, 1986, p. 750).



Figura 1 – José Maria de Medeiros. *Lindoia*, 1882. Óleo sobre tela, 54,5 x 81,5 cm. Instituto Ricardo Brennand, Recife

No óleo sobre tela, a composição do cenário é paradisíaca. Uma floresta magnífica cuja serpente, apresentada em primeiro plano, faz-nos remeter ao éden bíblico. Envolta na serpente temos a protagonista da tela. O corpo nu da jovem mulher é apresentado em primeiro plano rodeado pela paisagem. A figura é destacada por um fecho de luz que ilumina a cena. A composição corpórea feminina é demasiado musculosa para a época em que foi pintada. O posterior da coxa e os glúteos apresentam-se de forma a marcar volumetricamente os músculos, tal qual a zona peitoral.

A obra recebeu elevado número de críticas à época. Ladislau Netto, na *Gazeta de Notícias*, escreveu que Medeiros deveria dedicar-se de forma mais esmerada à pintura realista da paisagem. A tela também recebera apreciação negativa na *Revista Illustrada*. Nas páginas do periódico – muito provavelmente escritas por Angelo Agostini –, a composição da tela é descrita como sofrível (SILVA, 2016, p.129). O principal elemento criticado foi justamente o corpo em primeiro plano, julgado como incorreto, tanto pelo emprego da cor como pelos arranjos do desenho (SILVA, 2016, p. 134-135). Tais críticas, advindas da prensa periódica brasileira, datam do ano de 1882 – ano em que a tela *Lindoia* foi pela primeira vez apresentada, na Exposição Geral do Liceu de Artes e Ofícios.

Medeiros apresenta um nu em escorço. O corpo de *Lindoia* apresenta-se dramaticamente atirado ao chão. O senso de horizontalidade relaciona a tela a muitas outras obras da história da arte ocidental. Giorgione (1477–1510), ainda no século XVI, de certa forma, inauguraria tal tipologia de composição com *Vênus adormecida* (1510), mais conhecida como *Vênus de Dresden*. O artista renascentista pinta a deusa do amor dormindo em meio a uma paisagem. “Em Giorgione, é evidente uma ninfa ou Vênus

– apenas os deuses, as ninfas e os sátiros ficam nus na natureza” (ARASSE, 2019, p. 104). Um quarto de século mais tarde, Ticiano (1490–1576), baseado na composição de Giorgione, apresentou sua *Vênus de Urbino* (1538) completamente nua, desperta e no interior de um palácio veneziano (ARASSE, 2016, p. 149).

Segundo Didi-Huberman, a ninfa – como a aura benjaminiana – declina com os tempos modernos. Se, na Antiguidade, ela foi preferencialmente apresentada em sua verticalidade, nos tempos modernos, exibiu-se em movimento de queda. “A questão então se torna em saber até onde a Ninfa é capaz de cair. A Ninfa clássica, já, se lançava sobre o solo, se inclinava, se deitava voluntariamente” (DIDI-HUBERMAN, 2002, p. 11 – tradução própria). Para tal problematização, o historiador da arte baseou-se numa imagem que outrora fora montada na prancha 4 do *Atlas mnesmosyne* (WARBURG, 2010, p. 21), uma escultura de *Cleópatra* que consiste numa cópia romana – de 130–140 d.C. feita por um artista desconhecido – de uma obra grega do século II a. C. original da escola de Pérgamo.

Na obra esculpida em mármore, podemos ver um corpo feminino envolto em um levíssimo tecido drapeado, uma túnica cujas formas deixam um de seus seios à mostra. A figura feminina declina-se em direção ao chão e aparentemente está adormecida. Seu braço direito está estendido sobre a cabeça que, por sua vez, está apoiada pelo braço esquerdo formando uma base piramidal. Suas pernas estão estendidas e dobradas. As serpentes podem ser percebidas em dois locais da mesma imagem, relacionando, dessa forma, a obra escultórica a Cleópatra. De tal feita, entendemos que a mulher não está adormecida, mas morta.

Cleópatra, tal qual Lindoia, suicida-se. No entanto, ao contrário de Lindoia, uma personagem literária, Cleópatra teve existência de fato. Cleópatra VII (69-30 a. C.), governante do Egito, que teve afamada relação amorosa com o general romano Marco Antônio (83-30 a. C.), é historicamente conhecida por suicidar-se logo após saber da suposta morte do amado. Todavia, se a rainha do Egito foi uma mulher de “carne e osso”, que teve existência física no século I a. C., ela se transformaria numa espécie de “personagem” da história. Ainda na Antiguidade sua trajetória foi escrita por Plutarco (46–120 d.C.) em *Vidas paralelas*. A conhecida rainha do Egito Antigo foi também feita imagem em diferentes tempos históricos. “Como exemplos, a peça *Antony and Cleopatra* de William Shakespeare (1623), o quadro *Cleôpâtre et César* de Jean-Léon Gérôme (1866), a trilogia literária *Memoirs of Cleopatra* de Margaret George (1997) e o filme *Cleópatra* de Júlio Bressane (2007)” (BALTHAZAR, 2013, p. 17).

Cleópatra também serviu de referência para José Basílio da Gama compor a personagem Lindoia, ao menos no que se relaciona a sua morte: “Fastosa egípcia, que o maior triunfo/ Temeste honrar do vencedor latino” (GAMA, 2009, p. 34). Lindoia, por sua vez, constitui uma personagem. Personagem pictórica e, antes disso, literária. Sua existência confina-se em páginas e telas.

Tendo ambas as personagens existência “real” ou não, suas tramas foram finalizadas com semelhante ato final: tiveram suas vidas abreviadas pelo veneno de uma víbora. Lindoia e Cleópatra induziram serpentes a morderem e envenenarem seus corpos. Na tela de José Maria de Medeiros, a serpente atravessa as costas de Lindoia. Já na escultura de mármore da Antiguidade, a víbora forma um bracelete que contorna o braço direito da imagem feminina. Torna-se interessante observar

que a mencionada escultura deveras conhecida como Cleópatra fora, no século XVIII, associada a outra personagem feminina: Ariadne. Como bem disserta Jaqueline Namorato Afonso Leitão (2021, p. 124), a escultura em questão – atualmente intitulada *Ariadne* – foi identificada “como *Cleópatra*, logo associada à iconografia da ninfa adormecida, [o que] levou muito tempo para se desfazer; foram quase três séculos, da sua aquisição em 1512 até a sua atual denominação publicada no catálogo de Ennio Quirino Visconti (1751–1818) em 1784”. A obra atualmente faz parte do acervo dos Museus do Vaticano e foi identificada como Cleópatra justamente pela serpente que compunha uma joia da imagem de forma análoga ao *Retrato de Simonetta Vespucci* (1490), de Piero de Cosimo (1462–1522), cujo colar era envolto numa serpente. Tela está mencionada na tese de Aby Warburg como Simonetta Vespucci (1453–1476), que por sua vez foi identificada e descrita como ninfa no mesmo trabalho (WARBURG, 2013, p. 78).

Voltando à tela pintada por José Maria de Medeiros, a serpente e a composição da obra nos fazem, ao menos inicialmente, identificar Lindoia com outra personagem deveras frequente da história da arte ocidental: Eva. Tal relação tem como alicerce dois elementos centrais: a nudez do corpo feminino e a paisagem edênica, como anteriormente mencionado. Mas, se nossos olhares logo ultrapassam o primeiro plano do quadro, identificam-se outras figuras humanas, o que nos faz refutar a tese de que se trataria da dita primeira de todas as mulheres. Existem outras figuras humanas no segundo plano da tela, longe de toda a luminosidade centralizada no corpo reclinado em primeiro plano. E o corpo de um homem, também nu, que nos faz retomar a trama descrita em *O Uruguai* (1769), de José Basílio da Gama.

O personagem que nos faz retornar ao texto épico é Caitutu, que na cena apresenta-se portando um arco, cuja flecha atravessa a serpente envolta na jovem moça. Pois bem, Lindoia é uma ninfa dos trópicos. E, como tal, sua história beira o trágico e o amor. Suas primeiras apresentações pictóricas deste lado do Atlântico estão envoltas na morte em virtude de uma trama amorosa. As ninfas por cá morrem.

Nossa heroína do *Nachleben* warburguiano, em sua encarnação como indígena, Lindoia, casa-se com o cacique Cacambo. A indígena de linhagem nobre é apaixonada por seu jovem e poderoso esposo, que é preso e em seguida envenenado pelo padre Balda, que, com a morte de Cacambo, torna cacique um apadrinhado, Baldetta, com quem Lindoia deveria casar-se antes mesmo de cumprir seu luto. Desesperada, a jovem recorre a uma feiticeira para reencontrar o amor perdido, que a leva para uma gruta e prepara uma poção com a água da fonte. Ao beber a água da feiticeira, ao invés de encontrar o cacique Cocambo morto, Lindoia tem visões do terremoto que acometera a cidade de Lisboa no ano de 1755. Prontamente, visualiza as benfeitorias incrementadas pelo Marquês de Pombal, como a reconstrução da capital portuguesa.

Em desacordo com o próximo enlace matrimonial, Lindoia adentra o antigo bosque e lá se faz morder por uma peçonhenta serpente, que lhe tira a vida. Seu irmão, Caitutu, desesperado, ao ver a cena, tenta acertar a cobra com suas flechas, mas apenas a terceira a mata, tendo o veneno da serpente matado antes sua bela irmã. Morre, então, Lindoia, envolta pela serpente verde em meio aos fúnebres ciprestes no remoto bosque.

Na cena apresentada por Medeiros, Lindoia não parece estar morta, mas adormecida, tal qual a escultura identificada como Cleópatra dos Museus do Vaticano

ou tantas outras Vênus adormecidas e reclinadas que tomaram a cena artística europeia, principalmente depois do Renascimento, para as quais a escultura *Cleópatra* parece ter servido de referencial: “A colocação da estátua no Pátio do Belvedere, dentro de uma fonte sobre um sarcófago, foi simultânea à difusão de figuras de deusas reclinadas, ninfas e mênades adormecidas. A *Vênus adormecida* de Giorgione é citada como um exemplo por excelência” (LEITÃO, 2021, p. 53).

A NINFA E O MAR – MOEMA

Tal qual Lindoia, Moema também “morre de amor”. A estreia de Moema como protagonista de uma tela histórica deu-se pelos pincéis habilidosos de outro pintor da Aiba: Victor Meirelles (1832–1903). No entanto, a ninfa brasileira de Meirelles não fora pintada deste lado do oceano Atlântico, mas do lado de lá – em Paris, no ano de 1863. O mencionado pintor nasceu na cidade de Nossa Senhora do Desterro, atualmente Florianópolis, onde teve suas primeiras lições de desenho (ROSA; PEIXOTO, 1982, p. 27). Com ainda 15 anos incompletos, muda-se para a capital do Império, onde ingressa na Aiba no ano de 1847. Muitas aulas e lições depois, conquista uma bolsa de viagem com a tela *São João Batista no Cárcere* (1852) na Exposição Geral de Belas Artes de 1852. Desembarcou na Europa em 1853 e instalou-se primeiro em Roma e três anos depois em Paris.

Na tela *Moema*, vemos em primeiro plano um copo nu escultórico. Meirelles pinta a tela em Paris, mas segue “as inúmeras instruções da Academia Imperial de Belas Artes para o apuro de sua formação artística” (TURAZZI, 2009, p. 16). O corpo feminino apresenta-se então na sua horizontalidade. A mulher parece ter sido cuidadosamente encaixada entre a água do mar e a areia da praia. As duas pernas estão estendidas, assim como seu braço esquerdo. O braço direito – que não é apresentado – provavelmente está deitado, já que sua mão direita está posta sobre a região abdominal. Suas partes genitais estão encobertas por um cocar. As formas arredondadas do quadril e dos seios colaboram para a construção de um corpo desejável e erótico. As pele foi pintada em tons terrosos, como se esperaria de uma heroína brasileira oitocentista.

Moema, tal qual outras personagens pictóricas, fora anteriormente uma personagem literária. Frei Santa Rita Durão (2003) descreveu-a nos versos de seu poema épico *Caramuru* (1722–1784). O texto narra uma historieta ambientada no século XVI, na qual Diogo Álvares Correia, um jovem conquistador português, estabelece relação com os Tupinambás. O jovem, chamado pelos indígenas de Caramuru, residira por anos entre os Tupinambás, inclusive esposando Paraguaçu, a filha do cacique.



Figura 2 –Victor Meirelles. *Moema*, 1866. Óleo sobre tela, 129 x 190 cm.
Coleção Masp, Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand

O texto romantiza a relação que Caramuru teve com muitas das indígenas que, segundo Durão, apaixonaram-se pelo jovem. No retorno a Portugal, Diogo Álvares Correia leva consigo Paraguaçu, sua esposa. Nos versos, descreve-se que Moema – irmã de Paraguaçu –, entre outras mulheres Tupinambás, atira-se ao mar e nada desesperadamente atrás do navio de Caramuru. Santa Rita Durão, em seu poema épico, já anunciara Moema como ninfa. Ele escreve que a moça morrera na baía com as belas ninfas.

No versos, Moema fora apenas coadjuvante. No entanto, Meirelles apresenta-nos a cena não descrita no poema. Constrói um belo corpo feminino escultórico e o coloca em primeiro plano. Na tela *Moema*, as referências pictóricas se sobressaem às literárias. Meirelles não pintou nem a primeira nem a última versão de *Moema*, mas em sua tela a personagem alcançou memorável evidência. Pelos pincéis de Victor Meirelles, uma entre tantas personagens do poema épico *Caramuru* (1784) transforma-se em protagonista. Segundo Alexander Gaiotto Miyoschi, a primeira versão imagética da personagem antes literária foi pintada em menores dimensões num quadro que apresentava a história de *Caramuru*. A imagem, sem datação, situava-se outrora na Igreja da Graça em Salvador (MIYOSHU, 2010, p. 17).

A *Moema* de Victor Meirelles faz alusões a diferentes nus da arte ocidental. Sua composição faz referência tanto a fórmulas clássicas de nus reclinados do Renascimento, quanto a muitas telas do século XIX, como *Mulher com papagaio* (1866), de Gustave Courbet (1819–1877), e *O nascimento de Vênus* (1863), de Alexandre Cabanel (1823–1889). Jorge Coli (1998) sublinha que ambas as telas abordaram o exotismo, também visível através dos habilidosos pincéis do artista brasileiro.

A tela *Moema* teve sua exibição pública no Brasil na Exposição de Belas Artes de 1866. Nela, alcança as graças da crítica de arte e do próprio imperador, D. Pedro II, que adquire a obra nessa ocasião. Alguns anos depois, Rodolfo Bernardelli (1852–1931) fez sua própria versão escultórica de *Moema* (1895) inspirado na pintura de Victor Meirelles.

Para Luciano Migliaccio (2015, p. 181), na afamada tela Meirelles “consegue concentrar no corpo feminino reflexões históricas acerca do destino de todo um povo e de uma cultura. As Iracemas e Marabás de Rodrigues Duarte, de Amoedo e de Parreiras ecoam a mesma triste poesia, que Meirelles soube primeiro intuir”. Meirelles apresenta o nu feminino na paisagem, tema caro e recorrente na arte oriental. Todavia o pinta numa versão brasileira e trágica. Dá-nos a ver uma espécie de “Vênus indígena”. Sua Vênus não nasce como a deusa do amor de Botticelli ou de Cabanel, mas morre. Tal qual como na história narrada pelo Frei Santa Rita Durão, a imagem de Meirelles também encontra, ao final, a morte. Victor Meirelles pintou a mulher que morreu pelo homem que amara, por ter sido rejeitada por ele. Nossa Moema morre de amor, em boa verdade, de desamor, como desejável de uma heroína romântica.

A NINFA DOS LÁBIOS DE MEL – IRACEMA

José Maria Medeiros e Antônio Parreiras (1860–1937) pintaram, cada qual, a heroína indígena descrita nas páginas de papel por José de Alencar (1829–1877). O óleo sobre tela *Iracema* (1881) foi pintado por José Maria de Medeiros quando ocupava a cadeira de professor de desenho figurado na Aiba. Como bem aponta Ana Maria Tavares Cavalcanti (2011), o ano de chegada do artista nascido no arquipélago dos Açores ao Brasil coincide com a primeira edição do romance *Iracema* (1865), obra que finalizaria a trilogia indianista do escritor cearense também composta de *Ubirajara*, cuja primeira publicação antecedia um ano, 1874, e *O Guarani*, de 1857.

Com o óleo sobre tela *Iracema*, José Maria de Medeiros recebeu a medalha de ouro da Exposição Geral de Belas Artes (PEREIRA, 2016, p. 96). No primeiro plano da premiada tela, identificamos a protagonista descrita por Alencar. A indígena é encenada num nu acadêmico, ou seja, o pintor português utiliza os preceitos aprendidos e ensinados por ele na academia carioca para o constructo de tal corpo. Segundo Kenneth Clark (1956, p. 26), “o nu não é assunto da obra de arte, mas forma de arte”.



Figura 3 – José Maria de Medeiros. *Iracema*, 1883. Óleo sobre tela, 168,3 x 255 cm. Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro

Diferentemente da estatuária da Antiguidade, o que cobre a região pubiana da indígena Iracema não é sua mão direita, mas uma tanga composta de penas vermelhas, brancas e verdes. Sua mão e seu braço direito apresentam-se elevados e formam um triângulo que cobre seu seio direito. A figura feminina não está completamente nua, porta adornos. E o corpo não é voluptuoso e por isso foi, à época, criticado não só pelos professores da Aiba como também pela crítica de arte. Angelo Agostini julgou-a incapaz de provocar paixão no espectador (CAVALCANTI, 2011, p. 4-5).

No entanto, a paisagem parece efetivamente ter atraído o olhar daqueles experientes espectadores, como o do crítico de arte Gonzaga, que assim descreve a *Iracema* de Medeiros em seu *A arte brasileira* (1995). “A tela era vasta – ao fundo uma montanha, à frente o mar, depois a praia onde está a flecha fincada na areia, traspassando um guaiamum e um ramo de maracujá, a flor da paixão, e defronte do ramo simbólico a filha dos Tabajaras” (GONZAGA, 1995, p. 205). Sendo assim, na tela *Iracema* de Medeiros, o tema indianista recebeu como cenário uma cuidadosa e sensível natureza. No mar azul-esverdeado, quase conseguimos sentir as texturas da branca espuma que alcança a areia. Uma onda foi meticulosamente pintada, afastando-se da praia. A vegetação tropical parece englobar – quase abraçar – o cenário da praia paradisíaca no momento do pôr do sol. O céu azul iluminado faz um degradê até as tonalidades róseas ao encontrar o mar. Pela coloração, sabemos que o dia se finda e o sol se põe naquela paradisíaca praia cearense. Uma das mais potentes questões percebidas nas imagens de paisagem é o passar do tempo.

O mar, que em Botticelli ganhou ondas simploriamente pintadas no nascimento da deusa do amor. Ou que, nas palavras ou nos traços de Victor Hugo (1802–1885), teve

intensa apresentação da tormenta. “Hugo tornou indissociáveis os três motivos da mulher como problema do desejo, do mar como meio de luta e, enfim, da morte como destino comum do desejo e da luta” (DIDI-HUBERMAN, 2017, p. 8 – tradução própria). O mar de José Maria de Medeiros parece justamente anunciar o final da história contada na prosa de José de Alencar, na qual a bela Iracema encontra a morte como destino de sua luta amorosa.

O romance *Iracema*, narrado por José de Alencar, descreve uma historieta de amor ambientada no século XVIII. Como característica dos textos românticos, uma bela e jovem indígena enamora-se de um colonizador português, Martim. Iracema, “a virgem dos olhos de mel”, trava enlaço amoroso com Martim em meio à mata cearense. Do enlace, resulta uma gravidez indesejada. Todavia, o moço português tinha nítidos anseios de retornar à Europa. De tal feita, após o nascimento da criança – Moacir –, a protagonista Iracema definha e morre por tamanha tristeza. Como bom romance oitocentista, corrobora com a ideia de que o Brasil é um país mestiço. Nas palavras do próprio Alencar (1997, p. 260), as várias raças fizeram “nesse exuberante solo o amálgama de sangue, tradições e línguas”. Assim sendo, Moacir é o primeiro cearense, filho da união entre “duas raças”, uma indígena e um português.

Mais de 20 anos depois de José Maria de Medeiros, outro artista fez da protagonista de José de Alencar a musa, ou melhor, a ninfa de sua tela. Antônio Parreiras pintou com a linguagem pictórica que lhe era própria outra Iracema, agora visivelmente em prantos. Antônio Diogo da Silva Parreiras, no ano de 1883, ingressou como aluno livre na Aiba, onde estudou até 1884 (AYALA, 1986, p. 168), ano em que passou a frequentar o grupo livre de pintura de George Grimm (1846–1887). Em 1888, conquistou o prêmio de viagem da Aiba e instalou-se na cidade de Veneza. Dois anos depois, retornou ao Brasil e teve outra curta colaboração na antiga Aiba – agora Escola Nacional de Belas Artes (Enba) – como professor de pintura de paisagens. Curta, pois acabou por se dedicar à Escola do Ar Livre, a qual fundou com o intuito de efetuar e ensinar a pintura de paisagens *en plein air* (GONZAGA, 1995, p. 197).

Tal qual a tela de Medeiros, a de Parreiras também merece especial destaque pela paisagem. Na tela, é visível a prática da paisagem *en plein air* e as pinceladas largas e soltas. A primazia da cor é perceptível, é ela que dá plasticidade e concebe a imagem. Areia, pedras e árvores compõem praticamente toda a extensão da tela, ficando reservado ao céu menos de um quarto dela. O mar, que se espalhava na composição de Medeiros, aqui é apresentado numa porção ínfima, uma estreita faixa entre a clara areia e o céu repleto de nuvens brancas. Quatro troncos de árvore compõem a verticalidade esquerda da tela, e a vegetação rasteira verde rompe a luminosidade da areia e do céu.

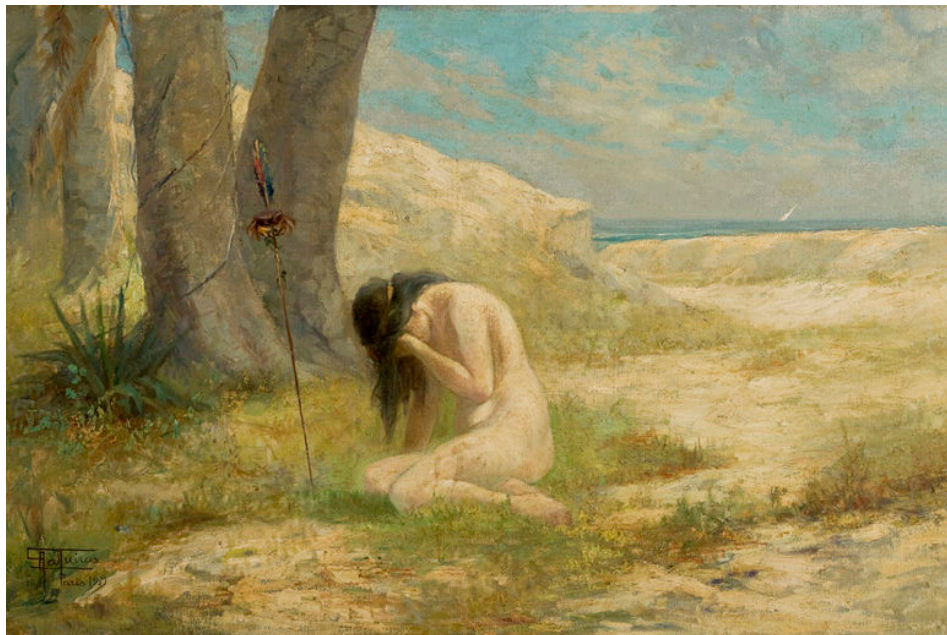


Figura 4 – Antônio Parreiras. *Iracema*, 1909. Óleo sobre tela, 60,5 x 93 cm. Museu de Arte de São Paulo

Na tela *Iracema* (1906) de Parreiras, a jovem mulher apresenta-se sentada sobre suas pernas, que, por sua vez estão dobradas. O braço e a mão esquerda estão erguidos e formam um triângulo. A mão não cobre seus seios, mas o rosto da moça. Sua *Iracema* está em prantos. E nós sabemos de seu choro não apenas porque lemos as páginas escritas por José de Alencar. A gestualidade de seu corpo indica sua lamentação. Ela é uma *Ninfa dolorosa* (DIDI-HUBERMAN, 2019), a memória de seu gesto a relaciona com *páthos*, que foi problematizado por Aby Warburg. Georges Didi-Huberman escreve acerca desses *páthos*, dessas gestualidades emotivas. Segundo o historiador da arte francês, as emoções são também expressas por gestos que nós, seres humanos, efetuamos “sem nos darmos conta de que vêm de muito longe no tempo. Esses gestos são como fósseis em movimento. Têm uma história muito longa e muito inconsciente. Eles sobrevivem em nós, mesmo se somos incapazes de observá-los claramente em nós mesmos” (DIDI-HUBERMAN, 2017, p. 32 – tradução própria).

Nas pranchas do *Atlas mnemosyne*, Aby Warburg montou uma constelação de imagens. Nelas, fazem-se perceptíveis expressões de emoções que atravessam a história, principalmente através dos gestos (DIDI-HUBERMAN, 2017, p. 35). Na prancha 41a, Warburg dedicou-se ao tema da “Expressão do sentimento, morte do sacerdote” (WARBURG, 2010, p. 75). “Não por acaso, essa prancha é diretamente precedida por uma com numerosas montagens dedicadas à figura paradigmática da Ninfa: é um conjunto de imagens em que o motivo da feminilidade se aproxima perigosamente da negatividade violenta e mortífera” (DIDI-HUBERMAN, 2019, p. 21 – tradução própria).



Figura 5 – Andreas Schlüter. Escultura do Sarcófago do Rei Frederico I, 1712. Catedral de Berlim, 1712

Na Catedral de Berlim, uma escultura de bronze apresenta uma mulher com gestualidade similar à *Iracema* de Antônio Parreiras. A obra em questão foi esculpida por um conterrâneo de Aby Warburg, Andreas Schlüter (1658–1714). Sua ninfa dolorosa está em prantos pela morte de um homem, que não é um jovem português

que retornará para a Europa, mas Frederico I (1657-1713), o rei da Prússia, já que se trata de uma escultura que compõe o sarcófago imperial

A *pathosformel* aqui apresentada expressa a dor do lamento, a tristeza revelada pelo corpo e o som do soluço que emerge do choro. Uma distância técnica, geográfica e temporal separa essas obras. Uma pintada por um artista brasileiro do século XIX; outra esculpida por um artista alemão do século XVIII. A *Iracema* de Medeiros está exposta numa das salas do Museu de Arte de São Paulo (Masp), e a outra parece continuar a chorar apoiada ao túmulo que tem ainda lugar na catedral de Berlim. Analisando bem as duas imagens, não vemos lágrima alguma, não vemos sequer a feição de seus rostos, mas seus gestos podem nos fazer afirmar que as duas ninfas choram e continuam a chorar. Da mesma forma que “Das bacantes pagãs às chorosas cristãs, passando pelas *kinah* judia ou a plena mulçumana, é todo o motivo – essencialmente trágico – de uma ninfa dolorosa que Warburg esboçava nas pranchas de seu atlas” (DIDI-HUBERMAN, 2019, p. 21 – tradução própria).

A NINFA TRISTE – MARABÁ

Marabá (1882) ganhou formas pelos pincéis do renomado artista baiano Rodolfo Amoedo (1857-1941) quando estava em estada na França, tal qual Victor Meirelles quando concebeu *Moema*. Amoedo residiu em Paris entre 1879 e 1887. Na capital francesa, ele se matriculou na École de Beaux-Arts e recebeu orientações de destacados nomes da época, como Alexandre Cabanel (1823-1889). A permanência na Europa foi custeada pela Aiba, tendo Rodolfo de Amoedo conquistado o Prêmio de Viagens ao Exterior, no ano de 1878, com a tela *O sacrifício de Abel* (AYALA, 1986, p. 43). Amoedo, que se dizia carioca, nasceu e cresceu na cidade de Salvador, na Bahia. Tendo se mudado para o Rio de Janeiro em 1868, na cidade carioca teve contato com o mundo das artes. Em 1873, ingressou no Liceu de Artes e Ofícios e, em 1874, na Aiba, onde foi aluno de pintura de Victor Meirelles. Na mesma academia foi nomeado professor honorário de pintura quando de seu retorno da França, em 1888, e lá ocupou cargos de direção após a proclamação da república.

Nossa *Marabá*, além de ter sido pintada na França, lá foi exposta pela primeira vez em 1882. Apenas dois anos depois, em 1884, foi dada a ver ao público brasileiro na Exposição de Belas Artes do Rio de Janeiro (JORGE, 2010, p. 5). Como as demais imagens aqui analisadas, *Marabá* foi primeiramente uma personagem literária para depois então tornar-se personagem pictórica, protagonista do poema homônimo que compunha a obra *Últimos contos* (1851) de Gonçalves Dias (1823-1864).

Segundo Barata (1983, p. 618), “Em *Marabá* (1882) e *O último tamoio* (1883), telas igualmente pintadas em Paris, ele demonstrou o seu apego à expressão literária indianista, que chegaria tardiamente à pintura”. Ele teria conservado a mesma fatura e as mesmas convicções estéticas em diferentes temas que pintou desde então, tenham sido eles mitológicos, bíblicos, retratos, entre outros.



Figura 6 – Rodolfo de Amoedo. Marabá, 1882. Óleo sobre tela, 171 x 120 cm. Museu Nacional de Belas Artes (MNBA)

Na tela, que atualmente integra o acervo do Museu Nacional de Belas Artes (MNBA), vemos em primeiro plano a imagem de um corpo feminino completamente nu, que ocupa a porção central da tela. Seus dois braços apoiam-se numa pedra, e sua cabeça dispõe-se sobre eles. Seu corpo apresenta-se reclinado, tal qual a *Lindoia* de José Maria de Medeiros. Seria mais uma ninfa em movimento de queda (DIDI-HUBERMAN, 2002, p. 11). Suas pernas foram apresentadas dobradas, estando a esquerda disposta sobre a direita. A composição corpórea forma uma espécie de zigue-zague e é iluminada por um foco de luz. Marabá é apresentada em meio à paisagem, como as demais personagens neste artigo analisadas. O quadril é relativamente avantajado se comparado às demais proporções corpóreas apresentadas, como, por exemplo, o torso. Vale salientar a formação acadêmica do artista e, com isso, sua experiência ao pintar corpos nus a partir de modelos vivos. Dessa feita, tal desproporção mimética do corpo provavelmente foi ocasional. E nos faz relacionar com um icônico nu da arte moderna europeia: *A grande odalisca* (1814), de Dominique Ingres (1780–1867).

O nu de *Marabá* pode ser considerado realístico, uma vez que sua heroicidade não se relaciona com uma idealização completa do corpo. O erótico na imagem está justamente colocado na carnalidade de um corpo feminino. Amoedo não pintou uma escultura, mas uma modelo. Seu olhar ligeiro direciona-se para fora das molduras do quadro. A boca rósea e volumosa está entreaberta. “Rodolfo de Amoedo serviu-se do mito indígena para garantir sua representação erótica e sensual do corpo feminino com a indicação literária” (BATISTA, 2010, p. 142). Ele constrói, assim, um corpo nu envolto ao erotismo e ao realismo corpóreo, todavia ainda dentro do que podemos

chamar de moralismo formal das academias de arte do século XIX. Sublinha-se que a crítica francesa à época foi bastante elogiosa à tela, tendo seu professor Alexandre Cabanel tecido elogios ao nu no salão parisiense de 1882.

A jovem mulher tem a pele clara e olhos castanho-escuros. Suas madeixas longas são ondulantes e acastanhadas. A alvura da pele causa certa estranheza, já que a personagem é uma mulher indígena. A crítica brasileira da época elenca justamente o problema da coloração que distancia Marabá de uma, chamada à época, mestiça. No entanto, ao buscar o poema, percebemos que Gonçalves Dias a descreve com características físicas deveras díspares, sendo ela, no poema, loira de olhos azuis (GONZAGA, 1995, p. 185), descrição essa que corrobora com o mito de branqueamento racial, bastante em voga no Brasil do século XIX e sobre o qual geralmente é mencionada a obra *A redenção de Cam* (1895), de Modesto Broco (1852–1936).

Segundo Sonia Gomes Pereira, ao analisar as obras pintadas por Rodolfo de Amoedo durante seu pensionato na Europa no século XIX, vislumbra-se um mundo repleto de transformações. Mundo em que se estimavam valores relativos a diferentes culturas e épocas. “É neste contexto que o interesse pelas histórias, personagens e motivos nacionais aparece, abrindo espaço para valorização do elemento não europeu – no nosso caso, o indianismo, como vemos em *Marabá* (1882) e *O Último Tamoio* (1883)” (PEREIRA, 2011, p. 92).

No poema oitocentista, Marabá era filha de uma mulher indígena com um pai português. Segundo Gonçalves Dias, a jovem era considerada feia e exótica pelos demais indígenas e, por isso, não era aceita entre eles. A tela apresenta uma paisagem e um corpo iluminados. A economia de elementos no cenário potencializa a impressão de solidão da jovem. “O enquadramento escolhido por Amoedo transmite a sensação de confinamento, de opressão sobre a figura da mestiça. A perfeição da modelagem e das cores atribui um realismo impressionante para o nu” (JORGE, 2010, p. 119). Amoedo pinta uma mulher triste e perdida num mundo no qual não parece restar lugar para ela. Ela é uma ninfa que chora melancolicamente o seu não amor – no poema de Dias, a personagem lamenta por não travar enlace amoroso com guerreiro algum. Seu desamor é explicado pelo romancista em virtude de sua aparência de uma mulher quase branca, o que não desencadearia o desejo dos homens indígenas.

Marabá pode ser percebida como uma heroína nacional. No século XIX, principalmente a partir da independência, o indígena foi narrado e traçado como um símbolo do país. Richard Santiago Costa defende que o indígena foi visto como essencialmente brasileiro, pois sua chegada antecedeu a dos portugueses. Rodolfo de Amoedo recorre à literatura indianista justamente durante sua estada na Europa, tal qual fizera um dos seus mais notáveis professores na Aiba, Victor Meirelles. Sendo assim, pode-se afirmar que a partir dos pincéis de Meirelles e Amoedo o indígena heroico formador da nação recebe consistentes contornos (COSTA, 2008).

O cenário da obra é, da mesma forma, uma paisagem, como nas demais telas aqui analisadas. “Igualmente ele continua fiel na tradição da pastoral, mas essa contemplação do corpo feminino em torno da natureza passa para o segundo plano tendo um recorte extremamente focado no corpo” (BATISTA, 2010, p. 143). Nossas jovens mulheres são apresentadas em meio à natureza, o que as qualifica não apenas como indígenas em seu ambiente por excelência, mas como ninfas.

SOBRE SEU EXÍLIO NOS TRÓPICOS

Lindoia, Moema, Iracema e Marabá. Quatro personagens criadas pela literatura e feitas imagens pelas artes plásticas do século XIX e início do XX. José Maria de Medeiros, Victor Meirelles, Antônio Parreiras e Rodolfo Amoedo colaboraram para criar um imaginário dos indígenas como povo originário na história nacional. Essas ninfas românticas do indianismo contribuíram para compor uma visão idealizada que encobria as barbáries da colonização. Nossas belas e dolorosas ninfas, nas telas, lamentaram-se, sofreram e morreram por amor. Mas, em boa verdade, sabemos que não foi o amor não correspondido que as aniquilou, mas o processo sangrento que constituiu a colonização europeia nos trópicos.

As ninfas dos mares de cá, no século XIX, foram ninfas dolorosas. Podemos escrever que a situação se transformou em nosso século. Hoje, em 2023, as mulheres indígenas não constituem apenas imagens idealizadas em telas pintadas por homens brancos. Digamos que elas tomaram o pincel para si. Ao longo da escrita deste texto, uma artista esteve-me sempre em mente. Daiara Tukano (1982–) hoje apresenta a força e a potência de tantos outros nomes da Arte Indígena Contemporânea (AIC), artistas que compõem, mesmo que tardiamente, o atual cenário expositivo de artes em nosso país. Se as mudanças são visíveis, as permanências também o são. Daiara não foi descrita em versos de poemas épicos, nem em narrativas românticas, mas suas obras e sua vida estão sendo redigidas e analisadas em textos constituintes da história da arte brasileira. Essa artista também protagonizou uma relação amorosa, não com um jovem português, mas com outro destacado nome da AIC, Jaider Esbell (1979-2021), que nos deixou em 2021. E vem aí uma triste permanência. Nossa intensa ninfa Daiara Tukano continua a chorar – e chora por amor.

SOBRE A AUTORA

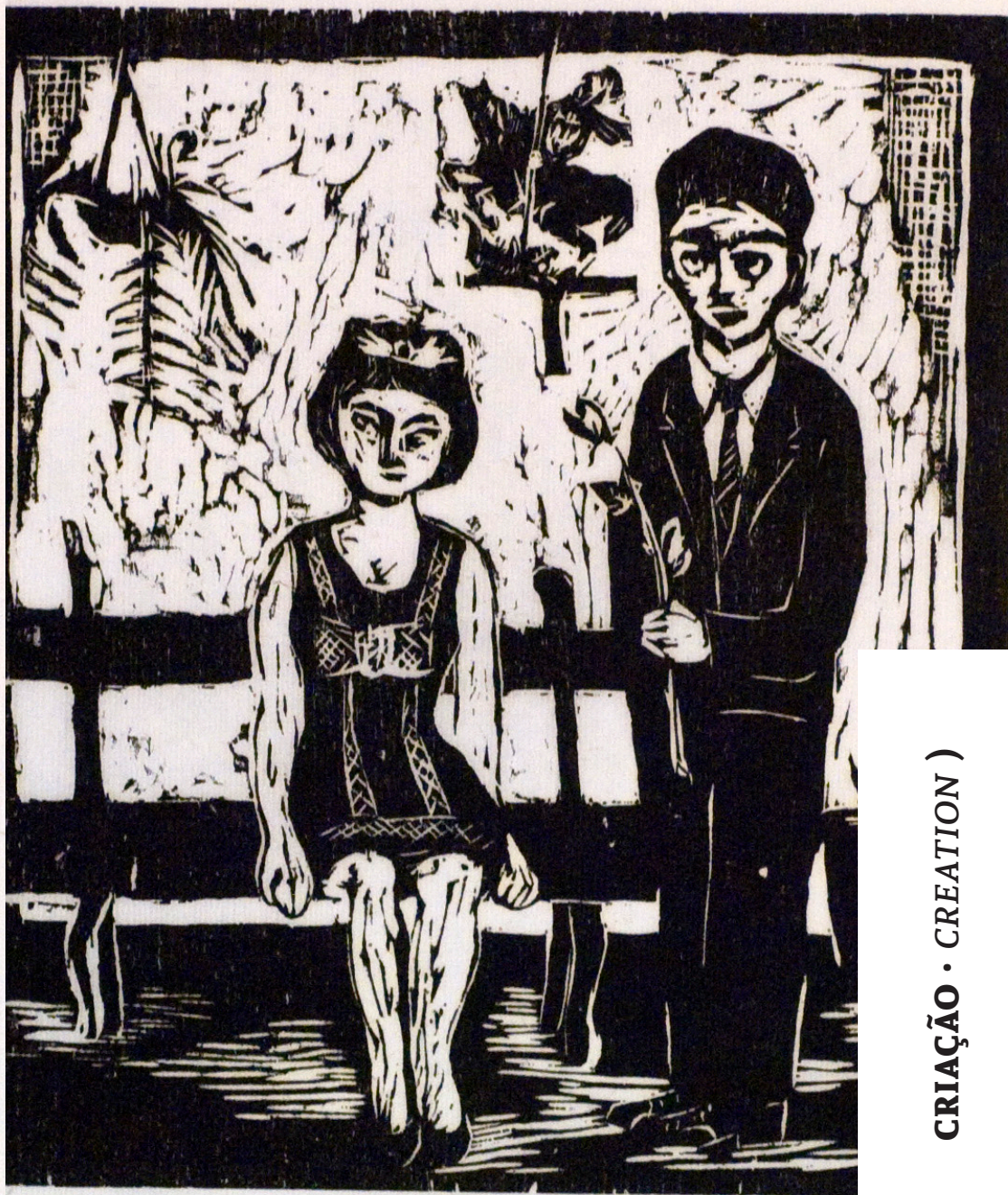
DANIELA QUEIROZ CAMPOS é professora de História da Arte do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
camposdanielaqueiroz@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-9681-0977>

REFERÊNCIAS

- ADES, Dawn. *Arte na América Latina: a era moderna, 1820–1980*. São Paulo: Cosac & Naify, 1997.
- AGAMBEN, Giorgio. *Ninfas*. Valência: Pré-Textos, 2010.
- ALENCAR, José. *Iracema*. São Paulo: Publifolha, 1997.
- AYALA, Waldir. *Dicionário de pintores brasileiros*. Rio de Janeiro: Spala, 1986.

- ARASSE, Daniel. *História de pinturas*. Lisboa: KKYM, 2016.
- ARASSE, Daniel. *Nada se vê*: seis ensaios sobre a pintura. São Paulo: Editora 34, 2019.
- BALTHAZAR, Gregory da Silva. *A(s) Cleópatra(s) de Plutarco*: as múltiplas faces da última monarca do antigo Egito nas *Vidas paralelas*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2013.
- BARATA, Mário. Século XIX. Transição e início do século XX. In: ZANINI, Walter. *História geral da arte no Brasil*. V. I. São Paulo: Instituto Walther Moreira Salles: Fundação Djalma Guimarães, 1983, p. 377-451.
- BATISTA, Stephanie Dahn. O corpo falante: narrativas e inscrições num corpo imaginário na pintura acadêmica do século XIX. *R. Cient./FAP*, Curitiba, v. 5, jan.-jun. 2010, p. 125-148.
- CAVALCANTI, Ana Maria Tavares. "Iracema" de José Maria de Medeiros – entre pintura histórica e pintura de paisagem. *Revista Z cultural (UFRJ)*, v. n. 1, 2011, p. 1-10.
- CHECA, Fernando. Introducció. In: SETTIS, Salvatore. *Warburg continuatus*: descripción de una biblioteca. Barcelona: Ediciones de La Central, 2010, p. 7-23.
- COLI, Jorge. A pintura e o olhar sobre si: Victor Meirelles e a invenção de uma História visual no século XIX brasileiro. In: Marcos Cezar de Freitas. (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. V. I. I. ed. São Paulo: Contexto, 1998, p. 375-404.
- COLI, Jorge. Fabrique et promotion de la brésilianité: art et enjeux nationaux. *Perspective: La revue de l'INHA*, v. 2, 2013, p. 213-223.
- COSTA, Maria Edileuza da. Lindoia, Moema, Carolina, Iracema: mitos românticos da literatura brasileira. *Interdisciplinar*, ano 3, v. 7, n. 7, jul.-dez 2008, p.147-168.
- CLARK, Kenneth. *O nu*: um estudo sobre o ideal em arte. Lisboa: Ullstein, 1956.
- DIAS, Gonçalves. *Últimos cantos*. São Paulo: Martin Claret, 2019.
- DURÃO, José de Santa Rita. *Caramuru*: poema épico. Cidade: Editora, 2003.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *Ouvrir Vénus*: Nudité, rêve, cruauté. Paris: Gallimard, 1999.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *Ninfa fluida*: essai sur le drapé-désir. Paris: Gallimard, 2015.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *Ninfa moderna*: essai sur le drape tombe. Paris: Gallimard, 2002.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *Diante da imagem*: questões colocadas ao fim de uma história da arte. São Paulo: Editora 34, 2013a.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *A imagem sobrevivente*: história da arte e o tempo dos fantasmas segundo Aby Warburg. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013b.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *Falenas*: ensaios sobre a aparição, 2. Lisboa: KKYM, 2015.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *Ninfa profunda*: essai sur le drapé-tourmente. Paris: Gallimard, 2017.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *Ninfa dolorosa*: essai sur la mémoire d'un geste. Paris: Gallimard, 2019.
- DURÃO, José de Santa Rita. *Caramuru*: poema épico. Cidade: Editora, 2003.
- GAMA, Basílio da. *O Uruguai*. São Paulo: Via Lettera, 2009.
- GILROY, Paul. *O Atlântico Negro*: modernidade e dupla consciência. São Paulo: Editora 34, 2001.
- GONZAGA, Duque. *A arte brasileira*. Campinas: Mercado de Letras, 1995.
- JOLLES, André. A Ninfa: uma troca de cartas entre André Jolles e Aby Warburg. In: WARBURG, Aby. *A presença do antigo*: escritos inéditos. V. I. Campinas, Editora da Unicamp, 2018, p. 65-78.
- JORGE, Marcelo Gonczarowska. As pinturas indianistas de Rodolfo Amoedo. *Revista 1920*, Rio de Janeiro, v. V, n. 2, abr. 2010. Disponível em: http://www.dezenovevinte.net/obras/ra_indianismo.htm. Acesso em: abr. 2023.
- LEITÃO, Jaqueline Namorato Afonso. *Cleópatra, ninfa e Ariadne*: uma biografia da escultura dos Museus do Vaticano. Dissertação (Mestrado em Artes). Programa de Pós-Graduação em Artes, Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2021.

- LESCOURRET, Marie-Anne. *Aby Warburg ou la tentation du regard*. Paris: Éditions Hazan, 2013.
- MALERBA, Jurandir. *A corte no exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- MIYOSHI, Alexandre Gaiotto. *Moema é morta*. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.
- MIGLIACCIO, Luciano. A arte no Brasil entre o Segundo Reinado e a Belle Époque. In: BARCINSKI, Fabiana Werneck (Org.). *Sobre a arte brasileira da Pré-história aos anos 1960*. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2015, p. 174-231.
- OLIVEIRA, Claudia de. “A carioca” de Pedro Américo: gênero, raça e miscigenação no Segundo Reinado. *Caiana: Revista electrónica de Historia del Arte y Cultura Visual del Centro Argentino de Investigadores de Arte (CAIA)*, n. 2, año 2013, p. 1-8.
- PEREIRA, Sônia Gomes. *Arte brasileira no século XIX*. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2011.
- PEREIRA, Sônia Gomes. *Arte, ensino e academia: estudos e ensaios sobre a Academia de Belas Artes do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2016.
- RECHT, Roland. L’*Atlas mnemosyne* d’Aby Warburg. In: WARBURG, Aby. *Atlas mnemosyne*. Paris: l’Écarquillé, 2012.
- ROSA, Ângelo de Proença; PEIXOTO, Elza Ramos. Biografia. In: ROSA, Ângelo de Proença et al. *Victor Meirelles de Lima 1832–1903*. Rio de Janeiro: Edições Pinakothek, 1982, p. 27-51.
- SETTIS, Salvatore. *Warburg Continuatus: descripción de una biblioteca*. Barcelona: Ediciones de La Central, 2010.
- SILVA, Maria Antonia Couto da. A repercussão da Exposição do Liceu de Artes e Ofícios realizada em 1882. *Revista de História da Arte e Arqueologia*, v. 21, 2016, p. 125-145.
- SZIR, Sandra. La ninfa. In: BURUCUA, José Emilio. *Ninfas, serpientes, constelaciones: la teoría artística de Aby Warburg*. Buenos Aires: Museo Nacional de Bellas Artes, 2019, p. 22-43.
- TURAZZI, Maria Inez. Um patrimônio e suas leituras. In: TURAZZI, Maria Inez (Org.). *Victor Meirelles: novas leituras*. São Paulo: Studio Nobel, 2009, p. 14-31.
- WARBURG, Aby. *Atlas mnemosyne*. Madrid: Ediciones Akal, 2010.
- WARBURG, Aby. A renovação da Antiguidade pagã, contribuições científico-culturais para a história do Renascimento europeu. Rio de Janeiro, Editora Contraponto, 2013.
- WARBURG, Aby. *Histórias de fantasmas para gente grande*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015a.
- WARBURG, Aby. *Domenico Ghirlandaio*. Lisboa: KKYM, 2015b.



criação • creation)

ADERNE, Isa. *Namorados*, s. d. – xilogravura sobre papel arroz. Coleção Isa Aderne, Coleção de Artes Visuais do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP), código de referência IA-0001_o8

O tecer narrativas nas séries de desenhos “Tramas de baralhos” e “Reminiscências”

[*Weaving narratives in the drawing series “Playing card threads” and “Reminiscences”*]

Ivana Soares Paim¹

RESUMO • Este texto fala sobre minhas recentes séries de desenhos, “Tramas de baralhos” e “Reminiscências”, que têm por fio condutor a necessidade humana de construir narrativas para situar-se no mundo, apontada por Paul Ricoeur (1994) em um de seus estudos sobre o narrar. Ambas as séries evocam o narrar como ponto de partida para construir ou reconstruir narrativas na instância da memória e da imaginação.

• **PALAVRAS-CHAVE** • Narrativas; desenho;

processo de criação. • **ABSTRACT** • This text describes my two more recent drawing series, “Playing card threads” and “Reminiscences”, which have as mainstream idea the human necessity of building narratives as a way to be in the world, as states Paul Ricoeur in one of his studies. Both series consider the narration process as a starting point to build and rebuild memories and imagination. •

KEYWORDS • Narratives; drawing; creative process.

Recebido em 25 de maio de 2023

Aprovado em 5 de junho de 2023

PAIM, Ivana Soares. O tecer narrativas nas séries de desenhos “Tramas de baralhos” e “Reminiscências”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 85, p. 172-178, ago. 2023.



DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v1i85p172-178>

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP, Suzano, SP, Brasil).

“Tramas de baralhos” traz a ideia do jogo de leitura da sorte, que envolve o acaso, a probabilidade e o desejo de projetar o futuro. Essa série se constitui de desenhos sobre cartas de baralhos entrelaçadas por fios de metal, que vão se delineando, emaranhando e rompendo, como o fio das Moiras, personagens mitológicas, responsáveis por tecer o destino (figuras 1, 2, 3 e 4).

O painel mais recente da série “Reminiscências” mostra desenhos de imagens de árvores registradas de memória (figuras 5 e 6). Simbolicamente, a imagem da árvore remete à união de campos antagônicos, como ar e terra; consciente e inconsciente; lembrado e esquecido. Cada desenho marca o esforço de me lembrar de árvores observadas durante caminhadas pela cidade. Os desenhos de uma mesma árvore vista por ângulos diferentes são sobrepostos e costurados com fios de metal. Os fios de metal, embora leves, ferem e tensionam a superfície delicada do papel de arroz e denotam a tentativa forçosa de registrar algo que escapa. Desse processo, ficam fragmentos de imagens de árvores que compõem outras imagens de árvores. Assim, nas séries brevemente descritas, há o entendimento do narrar como o ato de tecer, que se reflete tanto no sobrepor e unir de imagens, quanto no próprio ato de costurar o suporte com fios de metal. Nesses teceres, vão sendo formadas redes de sentido, que se abrem a novas narrativas no momento em que são colocadas sob o olhar de quem as contempla.



Figura 1 – Ivana Paim, “Sorte”, da série “Tramas de baralhos”, 2022, desenho e aquarela sobre cartas de baralho entrelaçadas por fios de metal, 70 x 273 cm. Foto: Paulo Pereira



Figura 2 – Ivana Paim, “Sorte”, da série “Tramas de baralhos” (detalhe), 2022, desenho e aquarela sobre cartas de baralho entrelaçadas por fios de metal, 70 x 273 cm. Foto: Paulo Pereira

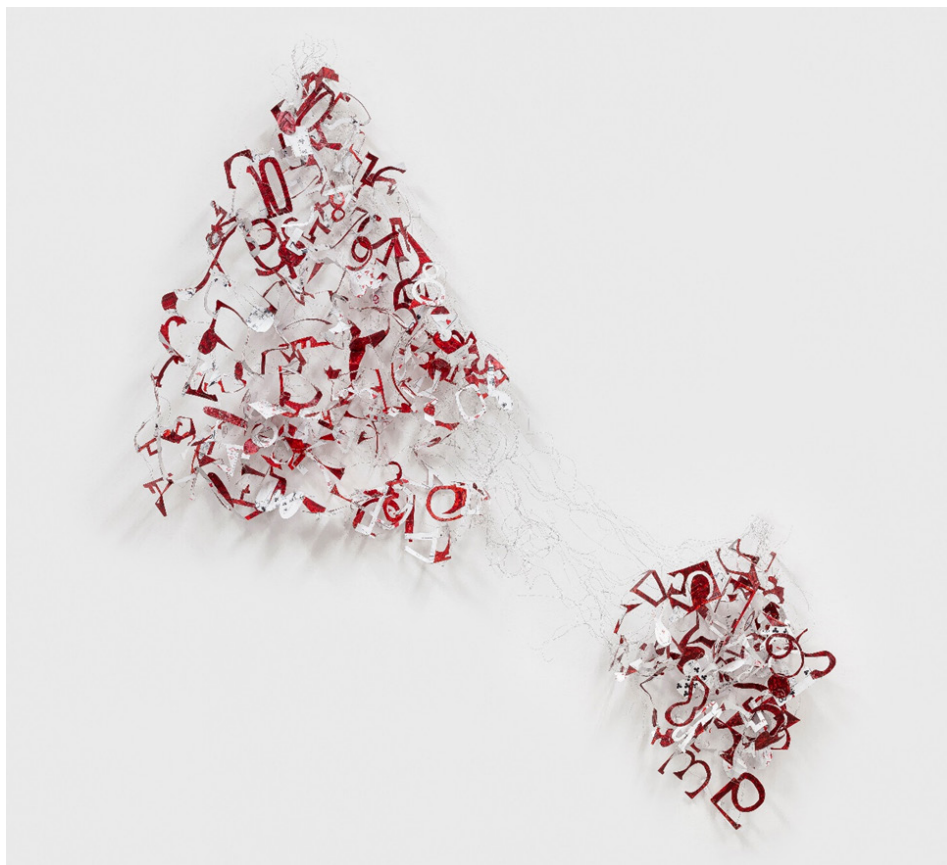


Figura 3 – Ivana Paim, “Destinos”, da série “Tramas de baralhos”, 2022, desenho: acrílica e látex sobre cartas de baralho recortadas e entrelaçadas por fios de metal, 112 x 120 cm. Foto: Filipe Berndt



Figura 4 - Ivana Paim, “Destinos”, da série “Tramas de baralhos” (detalhe), 2022, desenho: acrílica e látex sobre cartas de baralho recortadas e entrelaçadas por fios de metal, 112 x 120 cm. Foto: Filipe Berndt



Figura 5 – Ivana Paim, desenho da série “Reminiscências”, 2023, carvão, verniz e fio de metal sobre papel de arroz, 47 x 64 cm. Foto: Filipe Berndt



Figura 6 – Ivana Paim, desenho da série “Reminiscências”, 2023, carvão, verniz e fio de metal sobre papel de arroz, 47 x 69 cm. Foto: Filipe Berndt

SOBRE A AUTORA

IVANA SOARES PAIM é professora de Arte do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), *campus* Suzano, e coordenadora do Grupo de Pesquisa em Estudos Curriculares e Ensino (GPECE/IFSP).

ivana@ifsp.edu.br

<http://orcid.org/0000-0003-4691-8370>

REFERÊNCIA

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Tomo I. Trad. Constança Marcondes Cesar. São Paulo: Papirus, 1994.



DOCUMENTAÇÃO •
DOCUMENTS)

I/18

Isa Aderne

ADERNE, Isa. *Casamento*, s. d. – xilogravura sobre papel arroz. Coleção Isa Aderne, Coleção de Artes Visuais do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP), código de referência IA-0001_09

Patrimônio cultural: um convite à reflexão coletiva para ações colaborativas

[*Cultural heritage: an invitation to collective reflection for collaborative actions*]

Elisabete Marin Ribas¹

Agradecemos a Paula Talib Assad, pesquisadora que nos apresentou o documento durante seu estágio junto ao acervo de Waldisa Rússio. Também agradecemos ao professor Alexandre Antoniazzi pelo apoio fundamental na tradução da carta para o português.

RESUMO • Uma carta presente no Fundo Waldisa Rússio, sob a guarda do Arquivo IEB/USP, vem nos lembrar sobre a importância do trabalho de preservação junto ao patrimônio cultural. O texto, escrito por profissionais italianos, é dirigido a jovens e nos convida a refletir sobre a importância do envolvimento coletivo quando o assunto é a conservação do patrimônio de uma nação. Apresentando propostas de boas práticas de ações colaborativas, o documento salienta os inúmeros valores presentes em obras de arte, em objetos de ofícios, em edificações e, sobretudo, salienta o necessário envolvimento do maior número de pessoas. • **PALAVRAS-CHAVE** • Patrimônio cultural; ações coletivas e colaborativas

de preservação; educação patrimonial • **ABSTRACT** • A letter in the Waldisa Rússio Fund, kept by the IEB/USP Archive, reminds us of the importance of preservation work in cultural heritage. The text, written by Italian professionals, is addressed to young people and invites us to reflect on the importance of collective involvement when it comes to the conservation of a nation's heritage. Proposing good practices for collaborative action, the document highlights the many values present in works of art, objects of crafts, buildings and, above all, emphasizes the need to involve as many people as possible. • **KEYWORDS** • Cultural heritage; collective and collaborative conservation actions; heritage education.

Recebido em 14 de agosto de 2023

Aprovado em 16 de agosto de 2023

RIBAS, Elisabete Marin. Patrimônio cultural: um convite à reflexão coletiva para ações colaborativas. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 85, p. 180-186, ago. 2023.



DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v1i85p180-186>

¹ Universidade de São Paulo (USP, São Paulo, SP, Brasil).

Nunca é demais refletirmos sobre a importância do patrimônio cultural, especialmente quando envolve ações coletivas e colaborativas. No caso do patrimônio documental sob a guarda do Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP), sempre surpreende a pluralidade de informações que encontramos em nosso acervo. Junto aos arquivos pessoais, é fato que o conteúdo ali presente, entre cartas, diários e tantas outras tipologias, vai muito além da produção intelectual e dos registros que remetem à jornada biográfica de seu titular. Sabe-se que, muitas vezes, é por meio de uma voz que um intenso coro ecoa entre as caixas de guarda dos documentos. Mas, quando nos deparamos com algo que nos surpreende, vale a pena compartilhar tal achado com o máximo de pessoas possíveis.

Hoje gostaríamos de apresentar uma carta, presente no Fundo Waldisa Russio Camargo Guarnieri. É um registro que evidencia a vasta rede de referências e relações internacionais que Waldisa estabeleceu no campo da museologia. A carta nos lembra sobre a necessária discussão acerca do patrimônio cultural de um país. Apesar de ser um documento escrito por italianos e partir da experiência da Itália, a carta nos chama a atenção pela pertinência e atualidade de seu conteúdo. Curiosamente ela não é destinada diretamente à titular do Fundo, mas dirigida a um “grupo de jovens”, que hipoteticamente acreditamos fazer referência a possíveis alunos da grande mestre que foi Waldisa. O documento é assinado por Antonio Paolucci e Maria Fossi Todorow. Ele, dentre os vários cargos públicos que ocupou durante sua vida, destaca-se na função de diretor dos Vatican Museums, assumida em 2007. A carta de dupla autoria, salvaguardada no arquivo de Waldisa Russio não apresenta data, mas pode ser atribuída às décadas de 1970 a 1980, quando sabemos que Paolucci atuou em cargos públicos ligados à Galleria degli Uffizi. Compondo a equipe da galeria, é dela que os autores apontam para o patrimônio artístico reconhecido em obras de arte, edificações e objetos de ofício. Mas alertam, sobretudo, para a importância do envolvimento das pessoas e como todos são convidados a ações de preservação desse patrimônio.

Publicada aqui em tradução livre, o exercício propõe-se a aproximar o leitor brasileiro de seu conteúdo. Apesar de ser um registro que parte das experiências italianas, a proposta dialoga com o Brasil.

Vamos à carta.

SOPRINTENDENZA ALLE GALLERIE DI FIRENZE

Via della Ninna, 5

Tel. 218341

Cari Ragazzi,

nella visita che avete fatto alla Galleria degli Uffizi, siete stati in diretto contatto con le opere d'arte più celebri che non hanno prezzo, che sono pubblicate sui libri e che tutto il mondo conosce. Nella storia però non ci sono soltanto i capolavori. Al tempo in cui Giotto o Simone Martini dipingevano le loro opere meravigliose c'erano molti altri pittori e scultori che dipingevano e scolpivano opere meno note, meno importanti; c'erano poi numerosissimi artigiani che producevano una quantità enorme di cose (tessuti, mobili, armi, oggetti per la casa, arredi per la chiesa ecc.) Siccome in questi tempi non c'era l'industria e l'artista e l'artigiano venivano chiamati con lo stesso nome ed erano la stessa cosa, ecco che quegli oggetti sono diventati per noi delle testimonianze d'arte, ci aiutano a capire la storia e la vita di quella epoca e vanno quindi conservati con cura.

Naturalmente di opere "di arte minore" (si chiamano così quelle opere d'arte che non sono pitture, sculture, o monumenti architettonici) del tempo di Giotto ne sono rimaste poche; sono rimaste però, per fortuna, in grande quantità "opere d'arte minore" di epoche più vicine a noi.

Tutto l'insieme delle opere d'arte di importanza maggiore o minore sono tutelate e salvaguardate dalla Soprintendenza che ha il compito preciso di conservare, valorizzare, far conoscere tutte le infinite testimonianze della nostra storia e della nostra arte. Soprattutto conservare quell'insieme di opere d'arte grandi e piccole che si chiama "Patrimonio Artistico".

Facciamo un esempio. Voi siete stati, ripeto, agli Uffizi. Avete visto dei capolavori di varie epoche; ebbene se entrate in una qualsiasi chiesa antica esistente nel vostro paese, è certo che lì troverete dei quadri o degli affreschi, un fonte battesimale o un pulpito, un altare di epoca più o meno antica, ma tuttavia opere sempre interessanti perché valide e inconfutabili testimonianze del passato. Se poi chiedete al parroco di farvi vedere la sagrestia oppure la stanza della canonica, rimarrete sorpresi nel trovare altri oggetti antichi, più o meno importanti.

Alcuni hanno quattro secoli di vita, altri due, altri sono stati fatti al tempo dei vostri nonni. Sono oggetti di chiesa, naturalmente, calici per la Messa, pianete e paramenti per le funzioni, croci, turiboli per l'incenso, reliquiari etc.

Siccome in Italia ci sono migliaia e migliaia di paesi e di località (ognuno con le sue chiese e le sue opere d'arte) potete farvi un'idea di quanto immenso è il "Patrimonio Artistico" del nostro paese, senza contare naturalmente i musei famosi come gli Uffizi, le grandi città piene di chiese celebri.

Tutto questo discorso per farvi capire che le opere d'arte non esistono soltanto nei grandi Musei di città ma sono disperse in tutto il territorio italiano: anzi la bellezza e il fascino, e in particolare della nostra regione, consistono proprio nel fatto che ogni angolo di campagna, ogni porzione anche minima del territorio hanno testimonianze di storia e di arte antiche, rare e preziose.

Tutte queste opere vanno conosciute, vanno conservate e restaurate quando occorre, altrimenti, se nessuno se ne cura, se nessuno le conosce e ne comprende l'importanza, finiscono per andare in rovina. I tarli mangiano il legno, le stoffe marciscono e si sfilacciano, le pitture si scropolano e cadono a pezzi, anche il marmo e la pietra che sembrerebbero eterni, finiscono per consumarsi e morire.

Molti di voi avranno osservato in qualche località della campagna, case e chiese in abbandono; una volta intorno a quelle chiese c'era un paese pieno di vita. Poi la gente se n'è andata ed il paese è morto.

Che fine hanno fatto le opere d'arte che erano in quelle chiese? Se nessuno le avesse conosciute, se nessuno si fosse preoccupato di loro sarebbero finite in mano ai ladri oppure distrutte dal tempo e dall'abbandono. In alcuni casi il parroco o altre persone che avevano cura di questi ricordi si sono dati da fare per trasferirle in altre sedi; salvando così questo patrimonio artistico da una sicura rovina. Chissà quanti oggetti interessanti dal punto di vista della storia dell'arte ci sono in vari luoghi e rischiano di andare dispersi perchè nessuno più si occupa della loro conservazione, determinando così le condizioni per la loro definitiva scomparsa.

Per evitare questo è necessario l'impegno di tutti, anche vostro. Per esempio voi potreste fare elenchi o descrizioni di cose che ritenete antiche e importanti o anche semplicemente interessanti e curioso. Magari aiutandovi, se ne avete con le vostre macchine fotografiche. Tutti gli oggetti antichi e vecchi che ci sono nelle chiese (nel vostro paese e nelle vostre frazioni vicine) i tubernacoli murati sulle case o sparsi nelle strade - ne secondarie, certi vecchi strumenti agricoli che adesso non si usano più, le case coloniche che vi sembrano più antiche e più interessanti.

I risultati delle vostre ricerche e delle vostre fotografie, sempre naturalmente sotto la guida dei vostri insegnanti, potrà essere argomento di una mostra fotografica da voi stessa allestita nella scuola e potrebbe così contribuire a far conoscere, a valorizzare, e quindi a salvare il patrimonio storico-artistico del vostro territorio.

Ufficio Catalogo della Soprintendenza -
alle Gallerie di Firenze

Dott. Antonio Paolucci

La Sezione Didattica
della Galleria degli
Uffizi
Dott. Maria Fossi Todorow

Figura 1 - Arquivo IEB/USP, Fundo Waldisa Russio Camargo
Guarnieri, código de referência WR-RS-APO-001

Estimados jovens,

na visita que vocês fizeram na Galeria Uffizi, vocês estiveram em contato direto com as mais famosas obras de arte que são de valor inestimável, que são publicadas em livros e que todo o mundo conhece. Na história, porém, não estão somente as obras-primas. Na época em que Giotto e Simone Martini pintaram suas maravilhosas obras, havia muitos outros pintores e escultores que pintaram e esculpiram obras menos conhecidas e menos notadas, menos importantes; havia então muitos artesãos que produziam uma enorme quantidade de coisas (tecidos, móveis, armas, utensílios domésticos, adornos para igrejas etc.). Já que nesses tempos não existia a indústria e o artista e o artesão eram chamados com o mesmo nome e eram a mesma coisa, eis que aqueles objetos tornaram-se para nós testemunhos de arte, que nos ajudam a entender a história e a vida daquela época e devem portanto ser cuidadosamente preservados.

Naturalmente, das obras “de arte menores” (chamam-se assim aquelas obras de arte que não são pinturas, esculturas, e monumentos arquitetônicos) do tempo de Giotto, restaram poucas; porém, sobreviveram, por sorte, em grande quantidade “obras de arte menores” de épocas mais próximas de nós.

Todas obras de arte de importância maior ou menor são tuteladas e salvaguardadas pela superintendência, que tem a responsabilidade de conservar, valorizar, divulgar todo o infinito testemunho da nossa história e da nossa arte. Sobretudo, conservar aquele conjunto de obras de arte grandes e pequenas se chama “Patrimônio artístico”.

Façamos um exemplo. Vocês estiveram, repito, aqui em Uffizi. Tiveram a oportunidade de ver as obras-primas de várias épocas; bem, se você entrar em alguma igreja antiga no seu país, é certeza que você encontre alguns quadros ou alguns afrescos, uma pia batismal ou um púlpito, um altar de uma época mais ou menos antiga, mas todavia obras sempre interessantes porque são válidas e insubstituíveis testemunhas do passado. Se vocês pedirem ao pároco que lhes mostre a sacristia ou as salas da casa paroquial, ficarão surpresos ao descobrirem outros objetos antigos, mais ou menos importantes.

Alguns terão quatro séculos de vida, outros dois, outros terão sido feitos no tempo dos seus avós. São objetos de igreja, naturalmente, cálices para a missa, estola e paramentos para as funções, cruzes, turíbulos para o incenso, relicários etc.

Visto que na Itália existem milhares e milhares de pequenas cidades e de localidades (cada uma com suas igrejas e suas obras de arte) vocês podem ter uma ideia de quão imenso é o patrimônio artístico de nosso país, sem contar naturalmente os museus famosos como o de Uffizi, as grandes cidades cheias de igrejas célebres.

Todo esse discurso é para dar a entender que as obras de arte não existem somente em grandes museus de cidade, mas existem dispersas em todo o território italiano: na verdade, a beleza e o fascínio, particularmente da nossa região, consistem propriamente no fato que todos os cantos do campo, todas as porções mínimas do território têm testemunhos da história e da arte antigos, raros e preciosos.

Todas essas obras devem ser conhecidas, devem ser conservadas e restauradas quando necessário, caso contrário, se ninguém se importa, se ninguém as conhece e não compreende a importância, elas acabam por ruírem. As pragas comem a madeira, o tecido apodrece e se

parte, as pinturas se esfureiam e caem em pedaços, mesmo o mármore e a pedra, que podem parecer eternos, acabam por se consumir e morrer.

Muitos de vocês poderão ter observado, em algumas localidades do campo, casas e igrejas abandonadas; uma vez, ao redor daquelas igrejas, havia um vilarejo pleno de vida. Depois, as pessoas se foram e o vilarejo morreu.

Que fim levaram as obras de arte que estavam naquelas igrejas? Se ninguém as tivesse conhecido, se ninguém se preocupasse com elas, elas teriam acabado nas mãos de ladrões ou teriam sido destruídas pelo tempo e pelo abandono. Em alguns casos, o pároco ou outras pessoas que tivessem cuidado com essas recordações trabalhavam para transferi-las para outros locais; salvando assim esse patrimônio artístico de uma segura ruína. Quem sabe quantos objetos interessantes do ponto de vista da história da arte estão em vários locais em risco de se perderem porque ninguém mais se dedica à sua conservação, determinando assim as condições pelo seu definitivo desaparecimento.

Para evitar isso é necessário o empenho de todos, inclusive o de vocês. Por exemplo, vocês poderiam fazer levantamentos e descrições de coisas que vocês reconhecem como antigas e importantes ou também simplesmente interessantes e curiosas. Talvez vocês possam ajudar, vocês podem fazer isso com suas máquinas fotográficas. Todos os objetos antigos e velhos que estão naquelas igrejas (na sua cidadezinha ou em locais vizinhos), os tabernáculos construídos nas casas ou esparsos em ruazinhas secundárias, alguns velhos instrumentos agrícolas que agora não são mais usados, as construções coloniais que parecem para vocês mais antigas e mais interessantes.

Os resultados de suas pesquisas e de suas fotografias, sempre naturalmente sob a orientação dos seus professores, poderão tornar-se o tema de uma exposição fotográfica feita na sua própria escola, podendo assim contribuir a fazer conhecer, a valorizar e, portanto, salvar o patrimônio histórico-artístico do seu território.

A carta apresentada nesta edição não deve ser tratada com o fetiche com o qual muitos documentos são tratados. Como todo documento, certamente ela não traz uma verdade absoluta, nem é blindada a críticas. Nesse aspecto, por exemplo, é importante pontuar a problemática presente no texto, que aproxima o valor patrimonial ao poderio da igreja católica na Itália. Também é importante ressaltar sobre a valoração do patrimônio, que é desenvolvida e contextualizada no decorrer da carta, mas que vale nossa atenção. Nesse sentido, Ulpiano Bezerra de Meneses, vem nos lembrar que

[...] falar e cuidar de bens culturais não é falar de coisas ou práticas em que tenhamos identificado significados intrínsecos, próprios das coisas em si, obedientemente embutidos nelas, mas é falar de coisas (ou práticas) cujas propriedades, derivadas de sua natureza material, são seletivamente mobilizados pelas sociedades, grupos sociais, comunidades, para socializar, operar e fazer agir suas ideias, crenças, afetos, seus significados, expectativas, juízos, critérios, normas, etc., etc. – e em suma, seus valores. Só o fetiche (feitiço) tem em si, por sua autonomia, sua significação. Fora dele, a matriz desses sentidos, significações e valores não está nas coisas em si, mas nas práticas sociais. Por isso, atuar no campo do patrimônio cultural é se defrontar, antes de mais nada, com a problemática do valor, que ecoa em qualquer esfera do campo. (MENESES, 2009, p. 32).

Mas, apesar dos pontos críticos, ressalta-se a propositiva valorização da educação patrimonial e o convite a ações coletivas – verbalizadas e estendidas aos jovens destinatários do documento –, voltadas a realizações e pesquisas junto ao patrimônio local. Em outras palavras, a carta é propositiva e convida à prática efetiva de atividades no Brasil e em tantos lugares do mundo.

Essa práxis é fundamental junto a protocolos de preservação patrimonial e, quando dirigida aos jovens, torna a mensagem do documento ainda mais potente. No Brasil, nosso patrimônio é amplo e valioso. Do material com suas edificações e materialidades, ao imaterial com nossos saberes e fazeres ímpares. Seu valor só se amplia quando é conhecido e, sobretudo, quando nos reconhecemos nele. Fica aqui o convite para que os leitores também se reconheçam como agentes da preservação do patrimônio junto aos territórios em que habitam.

SOBRE A AUTORA

ELISABETE MARIN RIBAS é especialista em Organização de Arquivos pelo Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP), instituição em que atualmente trabalha, compondo a equipe técnica do Serviço de Arquivo. É doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista (Unesp).

elisabete.ribas@usp.br

<https://orcid.org/0000-0001-8918-8676>

REFERÊNCIAS

- IEB – Instituto de Estudos Brasileiros. Catálogo Eletrônico. Arquivo. Fundo Waldisa Russio Camargo Guarnieri. Correspondência assinada por Antônio Paolucci e Maria Fossi Todorow, da Galleria degli Uffizi, sobre a política de conservação do Patrimônio Artístico da instituições italiana. Firenze, s. d. Código de referência WR-RS-APO-001. Disponível em: http://200.144.255.59/catalogo_eletronico/consultaDocumentos.asp. Acesso em: ago. 2023.
- MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. Conferência Magna. In: FÓRUM NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL, 1. *Anais...* V. 1. Ouro Preto: IPHAN, 2009, p. 25-39. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/4%20-%20MENESES.pdf>. Acesso em: ago. 2023



F/18 xile

Yad

O arquivo aberto do modernismo paulista

[*The open archive of Paulista modernism*

Leandro Pasini¹

[BOAVENTURA, Maria Eugenia. *Couto de Barros: a elite nos bastidores do modernismo paulista*. Cotia, SP: Ateliê Editorial; Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2022.

[BOAVENTURA, Maria Eugenia (Org.). *Couto de Barros: o filósofo da malta (textos modernistas)*. Cotia, SP: Ateliê Editorial; Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2022

RESUMO • *Couto de Barros: a elite nos bastidores do modernismo paulista*, de Maria Eugenia Boaventura, e *Couto de Barros: o filósofo da malta (textos modernistas)*, organizado pela mesma autora, recolocam em cena uma figura importante, embora pouco lembrada, do grupo que organizou a Semana de Arte Moderna e atuou de forma decisiva na reconfiguração das letras, da cultura e da vida institucional de São Paulo. Com acesso ao arquivo de Couto de Barros, preservado pela família, Boaventura reconstrói não só uma narrativa biográfica e histórico-literária, mas também a história material desse grupo. Esta resenha analisa a recuperação desse novo personagem, a metodologia utilizada e a arquitetura teórica implícita nessa pesquisa.

• **PALAVRAS-CHAVE** • Maria Eugenia Boaventura; Antônio Carlos Couto de Barros; modernismo paulista; arquivo. • **ABSTRACT**

• *Couto de Barros: a elite nos bastidores do modernismo paulista*, by Maria Eugenia Boaventura, and *Couto de Barros: o filósofo da malta (textos modernistas)*, edited by the same author, recover an important, although almost forgotten, member of the group that organized the Modern Art Week and played a decisive role in the reconfiguration of letters, culture and institutional life in São Paulo. With access to Couto de Barros archive, preserved by his family, Boaventura reconstructs not only a biographical and historical-literary narrative, but also the material history of this group. This review analyzes the recovery of this new character, Boaventura's methodology and the theoretical architecture implicit in her research. • **KEYWORDS** • Maria Eugenia Boaventura; Antônio Carlos Couto de Barros; Paulista modernism; archive.

Recebido em 23 de fevereiro de 2023

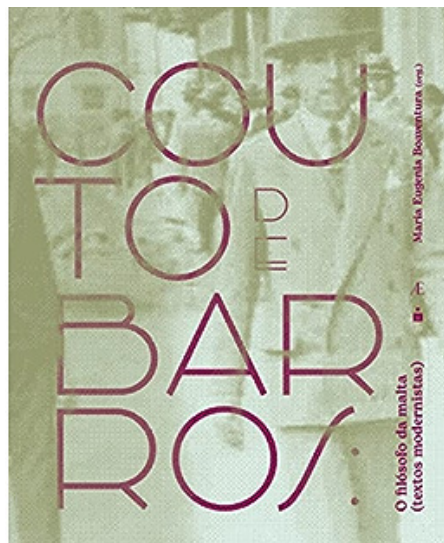
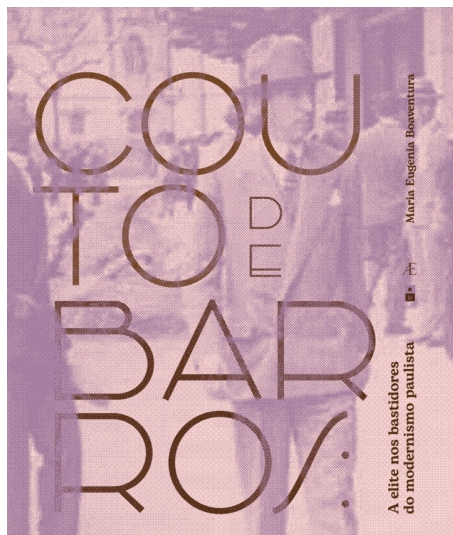
Aprovado em 13 de abril de 2023

PASINI, Leandro. O arquivo aberto do modernismo paulista. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 85, p. 188-194, ago. 2023.



DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v1i85p188-194>

1 Universidade Federal de São Paulo (Unifesp, Guarulhos, SP, Brasil).



Contribuindo de modo original para os estudos sobre o modernismo do ano do centenário da Semana de Arte Moderna, Maria Eugenia Boaventura nos apresenta em dois volumes os resultados até o momento de suas pesquisas sobre a obra e a vida de Antônio Carlos Couto de Barros. Em um deles, o estudo se aprofunda no acervo pessoal de Couto de Barros, complementado por outros arquivos públicos de modernistas paulistas, para dar feição adequada a essa figura e seu momento histórico. Em outro, faz a primeira reunião em livro de textos autorais de Couto de Barros, com foco nos ensaios publicados nos anos 1920, em que atua de modo constante na vida artística, cultural, social, econômica e política de São Paulo. Dada a amplitude do material trazido por Boaventura, essa resenha terá como objeto central o volume biográfico *Couto de Barros: a elite nos bastidores do modernismo paulista*, recorrendo, de modo complementar, quando necessário, ao volume de textos recolhidos². Antes de entrar mais detidamente na posição que essa obra ocupa nos intensos debates ocasionados pelo centenário da Semana de Arte Moderna, é preciso ressaltar a quantidade do material reproduzido, bem como a qualidade técnica de sua reprodução. Profusamente documentado, o livro é, ao mesmo tempo, biografia e fotobiografia, pela inestimável iconografia que acompanha o texto escrito. Pelo espaço reduzido e também pela concisão que se espera de uma resenha, não será possível fazer justiça a todo esse material, que será abordado aqui de maneira pontual, e não pela sua estrutura integrada ao texto expositivo. Para citar apenas o exemplo mais evidente da importância do que se reproduz, a pessoa que ler o texto verá, entre as páginas 105 e 136, a reprodução de um livro de contabilidade da revista *Klaxon*, organizado por Couto de Barros e Tácito de Almeida, com o histórico das cotas pagas, das assinaturas e das vendas desse periódico central do modernismo. Como a autora bem nota, a contabilidade desmente um lugar-comum histórico-literário de que *Klaxon* não circulava no espaço público e não tinha quem a lesse (p. 141).

2 As páginas citadas entre parênteses se referem a *Couto de Barros: a elite nos bastidores do poder*. Quando se referir a *Couto de Barros: o filósofo da malta*, será colocado “(filósofo, p.)”.

Voltando, então, ao ano do centenário, é preciso entender que esse estudo vem a público em um momento conflagrado em torno do significado da Semana de Arte Moderna e do modernismo brasileiro como um todo. Nesse contexto, não foram poucas as vezes em que uma posição já tomada de antemão diante da Semana prescindia de um estudo aprofundado sobre o modernismo ou, ainda, que a parcialidade excessiva manipulou a imagem do modernismo para que ele pudesse se tornar o alvo ideal de um julgamento peremptório. Foram dois anos, 2021-2022, em que a ideia de contradição, seja do evento, do movimento ou de seus personagens, esteve em baixa, em contraste com a alta cotação das demandas reivindicatórias, apontando ausências e dando contorno forte aos marcadores sociais dos modernistas. Como praticamente todos os setores culturais organizados do país entraram na arena para emitir o seu juízo sobre a Semana, muitas vezes a impressão que se tinha era a de que Graça Aranha, Mário de Andrade, Guilherme de Almeida, Anita Malfatti, Guiomar Novaes, Ronald de Carvalho, Oswald de Andrade, Couto de Barros, Luís Aranha, Tácito de Almeida e Sérgio Milliet, entre outros, subiram ao palco do Theatro Municipal em fevereiro de 2022, e não há um século. Diante desse quadro, Boaventura estuda uma personagem que até agora foi conhecida sobretudo por esta passagem de Mário de Andrade (2002, p. 260-261) em “O movimento modernista”:

E o filósofo da malta, Couto de Barros, pingando ilhas de consciência em nós, quando no meio da discussão, em geral limitada a bate-bocas de afirmações peremptórias, perguntava mansinho: Mas qual é o critério que você tem da palavra “essencial”? ou: Mas qual é o conceito que você tem do “belo horrível”?...

Como diz a autora, Couto de Barros “é o exemplo típico do intelectual situado, até agora, fora da história literária, mas cujas iniciativas interferiram na vida cultural paulista” (p. 81). É necessário, portanto, um espírito aberto a ambivalências e contradições para apreender um personagem que se move entre constrangimentos históricos e uma ampla margem de manobra, entre tomadas de posição absolutamente questionáveis e projetos públicos e institucionais de horizonte democrático. Afinal, como lidar com o fundador da Escola Livre de Sociologia, que, igualmente, se lamentava que os imigrantes vindos da Europa constituíssem “uma pobre gente semialfabetizada, quando não de todo analfabeta, tapada e grosseira” (filósofo, p. 166)? Ou, ainda, com um dos articuladores não só do modernismo mas também do Partido Democrático nos anos 1920 e que, na década seguinte, seria um separatista convicto (para deixar de sê-lo alguns anos depois)? A biografia expõe, então, tanto o lado “cancelável” de Couto de Barros e da elite de que faz parte – racista, classista, separatista – quanto seu projeto cultural baseado em instituições públicas, em última instância, culturalmente inclusivas. Com esse intuito, Boaventura adota duas estratégias complementares, mas de pesos distintos, como veremos em momento posterior: a imersão no arquivo de Couto de Barros a “fantástica coleção (arquivo, biblioteca e obras de arte) preservada pela família” (p. 11) e “o registro neutro da descrição, explorando a rica iconografia e documentação recolhidas” (p. 11).

Acompanhamos, por conseguinte, no decorrer dos capítulos, a história familiar dos Couto de Barros, chegando de Portugal e se fixando em Campinas, juntando-se à elite cafeeira e, em parte, mudando-se para São Paulo. Nessa cidade, seguimos o percurso individual e geracional de Couto de Barros por instituições de ensino tradicionais como

a Escola Modelo Caetano de Campos, o Colégio São Bento e a Faculdade de Direito, todas frequentadas por Couto de Barros, a que se podem acrescentar a Faculdade de Medicina e a Escola Polythenica como parte da rede de instituições de ensino e de formação da elite sociopolítica da cidade. Em paralelo, Couto de Barros participa, na década de 1910, da Liga Nacionalista e do Grêmio Literário Álvares de Azevedo, ensaiando, assim, as suas futuras atividades no Partido Democrático e no movimento modernista. Com base nessa sociabilidade, forma-se o grupo que promoverá a Semana de Arte Moderna, aqui vista a partir de seus bastidores. Na sequência do evento, Couto de Barros se empenha na gestão de *Klaxon*, cuja redação estava sediada na Rua Direita, 33, local do escritório de advocacia que compartilhava com Tácito de Almeida, “talvez o seu amigo mais próximo” (p. 56). Como já foi indicado, ambos guardaram um livro de contabilidade da revista, de valor histórico inestimável. Em 1924, o biografado estava em Paris, cidade em que busca estabelecer e consolidar os contatos artísticos e culturais do grupo de *Klaxon*, esforço em que colaboraram, de modo constante, Sérgio Milliet e o embaixador Sousa Dantas (p. 176).

Desde o levante tenentista de 1924, o investimento já presente na Semana de Arte Moderna de conferir centralidade cultural ao estado de São Paulo se intensifica em Couto de Barros e em parte de seu grupo. Esse “sentimento bairrista”, segundo a autora, irá compor a base ideológica da revista *Terra Roxa e Outras Terras* (1926), de que Couto de Barros será um dos diretores. Nesse mesmo ano, “estava envolvido nos bastidores” (p. 231) da fundação do Partido Democrático, com ênfase no papel exercido no jornal do partido, o *Diário Nacional* (1927), de cuja sociedade anônima foi “um dos principais acionistas” (p. 235).

Já o capítulo II, *Pro São Paulo Fiant Eximia*, detalha a atuação de Couto de Barros na Revolução Constitucionalista de 1932. Integrando ativamente o lado paulista do conflito, bem como a maior parte dos modernistas, incluindo, por exemplo, Flávio de Carvalho (p. 272), Couto de Barros participa da Comissão de Imprensa e dirige o *Jornal das Trincheiras* (órgão da Revolução Constitucionalista), com Vivaldo Coaracy (p. 285). Interessante, nesse capítulo, é o detalhamento da inclinação separatista de Couto de Barros e seu círculo nesse momento: “Tudo indica que *O Separatista* tenha sido idealizado pelo grupo de escritores próximos a Couto de Barros, também um dos seus colaboradores: a mesma turma atuante na Liga de Defesa Paulista” (p. 290). Boaventura destaca ainda que esse jornal era impresso “sorrrateiramente na Gráfica Irmãos Ferraz, onde foram publicados alguns livros modernistas” (p. 290) livros, acrescento, como *Cobra Norato*, de Raul Bopp, e *Experiência n. 2*, de Flávio de Carvalho, ambos de 1931. É um ponto alto da biografia a exposição, pela escrita e pelas imagens reproduzidas, dessa espécie de transe de antagonismo, somado à sensação de isolamento, que levou a elite e a maioria dos modernistas paulistas ao separatismo como resposta ressentida (e, em boa hora, fracassada). Como ironia histórica, fala por si só a contraposição de imagens, pois, na página 296, está o “Hymno paulista” e, na 301, já vemos a reprodução do convite para um banquete oferecido em 1941 pelas “Classes conservadoras de São Paulo” a Getúlio Vargas, ao lado de outra foto em que Guilherme de Almeida, o poeta oficial da nação paulista que nunca houve, trocava sorrisos com seu outrora arqui-inimigo Getúlio Vargas.

Acabado o conflito, Couto de Barros e a elite paulista retomam seus projetos

culturais como a efêmera Sociedade Pró-Arte Moderna (SPAM) e a duradoura Escola Livre de Sociologia e Política, ambas em 1933. Esta última, junto com o futuro Departamento de Cultura de São Paulo, prepara o projeto institucional mais ambicioso desse grupo político, econômico e cultural, a futura Universidade de São Paulo. Esse investimento institucional demonstrava não só uma atuação desse grupo enquanto protagonista cultural mas também uma demanda de atualização intelectual que supria deficiências formativas desses modernistas. Falando da Escola Livre de Sociologia e Política, a autora nota: “A primeira turma foi composta também por figuras do Modernismo, desejosas de especializar-se em novos temas. Rubens Borba de Moraes e Tácito de Almeida, por exemplo, foram fundadores e alunos” (p. 322). Couto de Barros foi aí por décadas professor de História Econômica (p. 323), em 1949 se retirou para a Fazenda São João, em Sosas, distrito de Campinas (p. 332), falecendo em 1966.

A participação de Couto de Barros no modernismo paulista nos anos 1920, que constitui o núcleo do volume de textos recolhidos e está no subtítulo da biografia, ocorre segundo o seu perfil a um tempo curioso e equilibrado. Assim o descreve Boaventura: “um cidadão cordato, acessível às variadas tendências estéticas e políticas do modernismo” (p. 75), descrição essa que recebe um tom mais irônico, a bem dizer modernista, nesta passagem de Rubens Borba de Moraes, recuperada pela biografia: “Couto vai bem. Sereno e latifundiário” (p. 332). Tanto as responsabilidades financeiras quanto o temperamento controladamente inquieto favoreceram as atividades de reflexão e de participante discreto, embora ativo, do movimento. Quanto ao seu estilo, Boaventura nota que a sua produção textual é unificada pelo “tom bem-humorado e [pel]a erudição irreverente” (filósofo, p. 9). Entre os assuntos abordados, sobressai o mais afim a esse estilo, o tema do humor, o que vai ao encontro de seu perfil, pois, além de “uma vida norteada por princípios severos” (filósofo, p. 89), como afirma Couto de Barros: “Outra circunstância que favorece o humorismo é o autocontrole” (filósofo, p. 90). Ele chega mesmo a “uma concepção humorística do universo: uma inteligência altíssima a descobrir fragilidades, mesquinhezas, inaptações nos gestos, atitudes e conjecturas humanas” (filósofo, p. 70). Destacam-se, assim, os textos da seção “omnibus” e as “notas sobre o humor”, publicados em *Klaxon* e reproduzidos por Boaventura (filósofo, p. 60-71). Em conjunto, eles compõem uma concepção de arte moderna ancorada no equilíbrio, na ironia e no humor um tipo de poética própria do modernismo, próximo às especulações de outros membros do grupo de *Klaxon*, como Guilherme de Almeida em seu livro *Natalika* (1924), Rubens Borba de Moraes em *Domingo dos séculos* (1924) e Mário de Andrade em *A escrava que não é Isaura* (1925).

Voltando à biografia elaborada por Boaventura, pode-se dizer que ela se fundamenta, de modo empenhado, no esforço de Couto de Barros e dos demais modernistas de São Paulo para estabelecer uma base institucional sólida e pública para a arte e cultura que estavam construindo. A ideia de arquivo, então, é explorada em termos teóricos e práticos pela autora. No início do livro, ela já anuncia o propósito de “reconstruir a teia modernista” (p. 11) de Couto de Barros. Para isso, teve acesso ao acervo da família, “de onde se origina a quase totalidade do material aqui reproduzida” (p. 12). Na sequência, há uma descrição interessante da rede de arquivos do modernismo paulista, o que Boaventura chamará algumas páginas

depois de “fantásticos acervos privados desses modernistas” (p. 77). No final do capítulo 3, “Amizades de aço”, pode-se observar o processo teórico e metodológico subjacente ao livro. Lidando com uma figura não apenas organizada mas também sistemática na fronteira da obsessão, Boaventura teve acesso a materiais de natureza diversa, de recibos de compras a cadernos de anotação de leitura, de fotografias a cardápios assinados de eventos e festas, de cartas a recortes de jornal, passando por cartões-postais, coleção de revistas e esboços de empreendimentos, como o *Handbook of Brazilian studies* (p. 324-327), publicado em 1949. O “material socioantropológico” (p. 73), nos termos de Boaventura, permite a escrita de uma história material (até mesmo contábil) do modernismo e da elite paulistana. Por conseguinte,

[...] consegue-se, por durante pelo menos trinta anos, traçar uma pequena história da circulação do livro no grupo, rastrear as preferências de leitura de um eclético intelectual de múltiplos afazeres (fazendeiro, advogado, empresário, professor, jornalista, escritor, historiador), e iluminar traços da sua personalidade, inserindo-a num contexto socioeconômico particular. (p. 75).

Ancorada, então, numa espécie de teoria do arquivo pessoal cujo desdobramento é sobretudo prático, a autora pôde dar coerência a esse material no contexto de um projeto artístico-cultural como o modernismo e político-econômico como o da elite paulistana da primeira metade do século passado. As iluminações possíveis desse tipo de estudo são incalculáveis e vão desde curiosidades a objetos de fascínio historiográfico, como os papéis timbrados para a correspondência de revistas como *Klaxon*, *Terra Roxa... e Outras Terras* e *Revista de Antropofagia*, passando pelos documentos muitas vezes clandestinos do separatismo paulista de 1932 e tendo no “livro de contabilidade” de *Klaxon* uma intersecção entre história literária, social e econômica. Aí se vê o circuito da elite paulistana que assinava a revista, as livrarias para onde os exemplares eram enviados e as cotas dos membros do grupo, com a descoberta documental de que, no interior de um círculo de pessoas assentadas em farta base patrimonial, o maior financiador da revista foi um assalariado como Mário de Andrade (p. 137-138).

E aqui retornamos, mais uma vez, ao “registro neutro” reivindicado pela autora, que é, segundo a proposta da biografia, equilibrado pela presença ou a perspectiva de Couto de Barros diante dos acontecimentos de que fez parte. Ainda assim, essa renúncia a controlar por um ponto de vista autoral a lógica do material disposto pode, no limite, levar a lacunas e, por vezes, a uma inflexão subjetiva implícita que, naturalmente, há de despontar aqui e ali. Não se fica sabendo por que razão Couto de Barros era o *filósofo* da malta. Recursos para formular essa questão não faltam talvez seja pelo culto do equilíbrio a partir de uma perspectiva modernista somada a uma inclinação para a anatomia do humor. De qualquer forma, Boaventura seria a pessoa mais equipada para transformar o comentário de Mário de Andrade em uma perspectiva analítica de fôlego. Como função autoral implícita, citaria a redução da revista *Terra Roxa... e Outras Terras* à sua pauta ideológica, o “sentimento bairrista” (p. 219) no capítulo 9, certamente preparando a passagem ao bairrismo mais eloquente dos dois capítulos que se seguem, mas deixando de lado a diversidade de contribuições

e o alcance estético e crítico da revista. Por fim, justamente o capítulo 4, sobre a Semana de Arte Moderna, dá pouco destaque a Couto de Barros, o que é estranho do ponto de vista organizacional de uma biografia. São questões menores diante do resultado da pesquisa extensiva e intensiva trazida por *Couto de Barros: a elite nos bastidores do modernismo paulista*. O que fica é um conjunto de materiais novos, projetos constantes, a vida e o convívio de uma elite contraditória diante de alguns de seus momentos decisivos, com seu lado excludente, higienista, estendendo o seu preconceito até aos brancos pobres que importava da Europa, ao mesmo tempo que via na difusão institucional e pública da cultura um fator de desnivelamento social. Essa fratura a céu aberto é acompanhada pela perspectiva de um personagem, a bem dizer, novo da história do modernismo, o que demonstra que, ao contrário do que um julgamento moral faria crer, as pesquisas e as avaliações históricas do movimento modernista estão longe de ser esgotadas.

SOBRE O AUTOR

LEANDRO PASINI é professor da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo (EFLCH/Unifesp), autor de, entre outros, *Prismas modernistas: a lógica dos grupos e o modernismo brasileiro* (Editora Unifesp, 2022) e coorganizador de *Aberto para balanço: ensaios de revisão crítica do modernismo brasileiro* (Fino Traço, 2022).

leandro.pasini@unifesp.br

<https://orcid.org/0000-0001-6231-3860>

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Guilherme. *Natalika*. Rio de Janeiro: Candeia Azul, 1924.
- ANDRADE, Mário de. *A escrava que não é Isaura*: (discurso sobre algumas tendências da poesia modernista). São Paulo: Livraria Lealdade, 1925.
- ANDRADE, Mário de. *Aspectos da literatura brasileira*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2002.
- BOPP, Raul. *Cobra Norato*: nheengatu da margem esquerda do Amazonas. São Paulo: Irmãos Ferraz, 1931.
- CARVALHO, Flavio de. *Experiência n. 2*. São Paulo: Irmão Ferraz, 1931. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/2116>. Acesso em: abr. 2023.
- MORAES, Rubens Borba de. *Domingo dos séculos*. Rio de Janeiro: Candeia Azul, 1924.

A branquitude em discussão: formas de exclusão e de manutenção de privilégios

[Whiteness under discussion: forms of exclusion and maintenance of privileges]

Enidelce Bertin¹

[BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

RESUMO • O livro apresenta as evidências do funcionamento de um acordo tácito não declarado de preservação das pessoas brancas em lugares de poder. O pacto da branquitude desmistifica qualquer discurso meritocrático e revela as profundas raízes do racismo nas corporações, universidades e organizações. •

PALAVRAS-CHAVE • Racismo; branquitude;

desigualdade racial. • **ABSTRACT** • The book presents the evidence of the workings of an unstated tacit agreement to preserve white people in places of power. The pact of whiteness debunks any meritocratic discourse and reveals the deep roots of racism in corporations, universities, and organizations. • **KEYWORDS** • Racism; whiteness; racial inequality.

Recebido em 23 de fevereiro de 2023

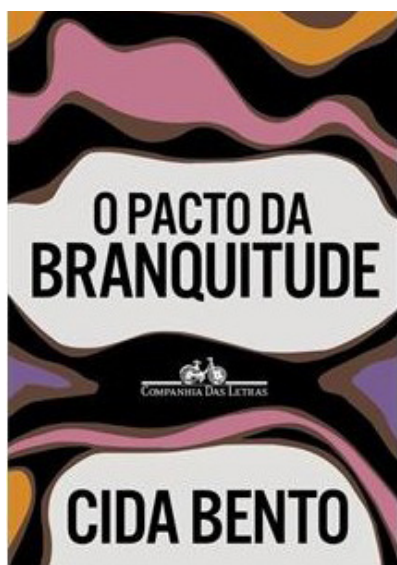
Aprovado em 13 de abril de 2023

BERTIN, Enidelce. A branquitude em discussão: formas de exclusão e de manutenção de privilégios. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 85, p. 195-200, ago. 2023.



DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v1i85p195-200>

1 Universidade de São Paulo (USP, São Paulo, SP, Brasil).



Maria Aparecida da Silva Bento, ou Cida Bento, é psicóloga dedicada à área de recursos humanos. Sua tese de doutorado, defendida em 2002 no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP/USP), intitulada *Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público*, é a principal fonte das problematizações contidas no livro *O pacto da branquitude*. Profissional com mais de três décadas de experiência no mundo corporativo, a autora também é fundadora do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (Ceert). Essa larga experiência fundamentou a observação do racismo e foi terreno para a elaboração de intervenções antirracistas.

“Não temos um problema negro no Brasil, temos um problema nas relações entre negros e brancos” (p. 14). Com essa colocação inicial a

autora desconcerta opiniões estabelecidas e propõe um outro olhar sobre o problema racial no Brasil. Em dez capítulos curtos e um epílogo, a autora atualiza a questão do enfrentamento da discriminação racial jogando luzes para a branquitude. Faz isso partindo do diálogo entre a análise empírica e a literatura especializada no tema, especialmente dos campos da psicologia e da sociologia, utilizando-se de uma escrita direta e objetiva como exige todo assunto urgente.

Interessada em desvendar como se dava a operacionalização das discriminações dentro das empresas, a autora encontrou nas falas de profissionais do setor de recursos humanos o uso recorrente da noção de mérito como justificativa para as desigualdades no corpo de funcionários. O argumento era de que as pessoas brancas mereciam estar nos lugares de comando porque estavam mais bem preparadas; quanto à ausência de diversidade, ela era explicada pelo simples despreparo dos demais.

As evidências de que há uma prática disseminada em processos seletivos que dão preferência (quando não exclusividade) a pessoas brancas para cargos de

maior remuneração foram um dos motives para a construção da tese do pacto da branquitude. Trata-se de um “pacto de cumplicidade não verbalizado entre pessoas brancas, que visa manter seus privilégios” e que possui um componente “narcísico, de autopreservação como se o ‘diferente’ ameaçasse o ‘normal’” (p. 18). A premissa embutida nesse pacto é a de que o padrão racial universal é o branco, embora o termo raça tenha se distanciado do ser branco. Ou seja, a branquitude não se vê racializada porque considera o branco como o padrão. Portanto, o pacto da branquitude possui um componente narcísico que tem permitido às pessoas brancas manter seus privilégios através do silêncio sobre a racialização de si mesmas.

No processo de colonização das Américas, da África e de parte da Ásia realizado pela Europa, o olhar colonizador transformou os não europeus em um outro ameaçador. Sendo a cor da pele o distintivo para aqueles considerados selvagens, pagãos ou primitivos, a branquitude foi então constituída como a referência universal. No Brasil, as populações indígena e negra foram escravizadas e tratadas com brutalidade, e, no entanto, quando houve reparação, ela se deu em benefício dos escravistas: a Lei de Terras, de 1850, impôs obstáculos para que a população liberta ou pobre pudesse ter a propriedade da terra; a Lei do Ventre Livre, de 1871, garantiu a indenização aos senhores das mães de crianças nascidas a partir de então; o Decreto de Imigração de 1890 estimulou a entrada de europeus, mas proibiu a imigração de africanos e asiáticos, que seriam admitidos somente com autorização e de acordo com condições estipuladas pelo Congresso Nacional. Assim, um sistema meritocrático foi sendo formado, no qual as pessoas brancas foram acumulando mais e melhores recursos políticos, econômicos, sociais e de poder, garantindo aos seus herdeiros posição de privilégio.

As hierarquias de raça e gênero construídas durante a colonização foram mantidas na república e sustentaram a consolidação do capitalismo no Brasil pós-abolição. Contudo, a ausência de um discurso racializado sobre os brancos na história do Brasil e o silêncio em relação à herança positiva da escravidão sobre essa fatia da população conformaram-se em fatores importantes do racismo e do pacto da branquitude. Não por acaso, a reação a esse capitalismo racial se deu pelo movimento negro e sua luta decolonial. Nesse ponto a autora tece uma crítica à “historiografia oficial” (p. 39) por, supostamente, omitir a história da resistência negra.

Não obstante, os estudos sobre a escravidão e o pós-abolição são dos mais profícuos da historiografia brasileira. Há pelo menos quatro décadas os conhecimentos históricos da escravidão começaram a ganhar impulso com o uso de metodologia centrada no sujeito escravizado e nas suas ações de resistência, fossem elas pela via do rompimento sistêmico (fugas, crimes) fossem por meio da negociação. As produções historiográficas sobre diferentes ângulos da escravidão no Brasil, incluindo as ações dos sujeitos escravizados relativas à justiça, ao poder senhorial, à comunidade escrava, continuam revelando as nuances da resistência escrava e da centralidade da população negra na história brasileira. Esse acúmulo de informações desafia antigas interpretações sobre a passividade negra na história e desconstrói qualquer aproximação com a tese da democracia racial. Ainda que lentamente, esses conhecimentos têm sido agregados à produção de material didático, em especial

aqueles para o ensino de história. Há, contudo, muito a ser feito em relação ao alcance desse conhecimento transversalmente às demais disciplinas escolares.

A crítica de Cida Bento não recai apenas sobre o que chama de omissão com relação à memória negra, mas também sobre a falta de estudos a respeito da amnésia branca, ou seja, sobre o esquecimento da condescendência branca com a escravidão e com o sofrimento negro. Se, por um lado, o passado escravista e suas consequências no tempo continuam a ser escrutinados, por outro, há a necessidade premente desse conhecimento transbordar os muros da universidade para alcançar a todos. O parecer da autora é pertinente porque, ainda que os livros escolares sejam reformulados e que a universidade continue com as linhas de pesquisa, grupos de estudo e congressos para debates sobre as pesquisas da escravidão e do pós-abolição, essas medidas ainda são insuficientes para o justo reconhecimento da resistência negra e do seu papel na nossa história.

Como caminho diverso, a autora propõe conectar as lutas dos movimentos sociais contra a colonialidade (mulheres negras, quilombolas, indígenas) com a crítica ao pensamento liberal ou capitalismo racial. Em outras palavras, a aliança entre as elites políticas, culturais e econômicas e o pacto da branquitude dela decorrente precisa ser rompida porque, além de oprimir, provoca a disseminação da mentalidade fascista em cidadãos comuns, a exemplo dos recentes movimentos armamentistas e antidemocráticos nos Estados Unidos e no Brasil.

Além de fazer o diagnóstico de como o racismo está entranhado nas corporações, Cida Bento apresenta breve histórico dos estudos sobre a branquitude nos Estados Unidos a partir do final do século XIX. Dessa primeira onda de trabalhos acadêmicos e engajados, o destaque está no sociólogo estadunidense Du Bois, que percebeu a branquitude no centro do esfacelamento da união da classe trabalhadora e da visão dos trabalhadores brancos. Ao conseguir desviar a identificação de classe destes últimos em direção à elite patronal, a supremacia branca ofereceu os “prazeres da branquitude” (p. 56) como recompensa pela pobreza daqueles trabalhadores não negros.

Sem romper com as propostas de Du Bois, uma segunda onda de estudos foi marcada por trabalhos que explicitaram o funcionamento da branquitude e seus privilégios, com destaque para Franklin Frazier, James Baldwin e Toni Morrison. Por fim, a terceira onda, já na década de 1980, destacou uma narrativa do ressentimento branco diante do aumento de pessoas negras em lugares antes ocupados apenas com brancos. No caso dos Estados Unidos, a vitimização da branquitude e o receio da perda de privilégios foram capitalizados pelo Partido Republicano em suas críticas aos gastos sociais, às políticas de ação afirmativa e no discurso dos valores tradicionais e do nacionalismo.

Nas suas pesquisas sobre desigualdades de gênero e de raça no interior de instituições brasileiras, públicas e privadas, desde os anos 1990, a autora constata o caráter rotineiro e contínuo das discriminações nesses espaços. Partindo dos princípios da psicologia organizacional, a autora entrevistou trabalhadores, trabalhadoras e profissionais dos recursos humanos para elucidar como o racismo funciona nas organizações. Uma das revelações obtidas foi a falácia da neutralidade e objetividade na seleção de pessoas pelo RH. Em sociedades onde preconceito e discriminação são praxe, é mito a ideia de neutralidade dos selecionadores. Essa constatação dá a

medida dos desafios para a inserção de pessoas negras no mercado de trabalho e de sua ascensão para cargos de melhor remuneração, uma vez que elas não dependem da sua qualificação, mas de como são vistas por aqueles que as contratam.

A opinião preconcebida de que as pessoas negras não podem pertencer a determinados lugares (como os postos de maior destaque em uma organização), quando associada ao medo provocado pela presença de negros em espaços considerados inquestionavelmente dos brancos, acirra os preconceitos e favorece a discriminação. Contudo, não é apenas através de práticas discriminatórias que o racismo institucional pode ser conferido. As desigualdades presentes em uma empresa estão escancaradas, também, nas suas estatísticas. Basta conferi-las para verificar que, quanto mais monolítico for o perfil das lideranças e parceiros, mais a branquitude se manifestará, ensina Cida Bento.

Um trabalho importante desenvolvido por Bento tem sido à frente do Ceert, cujos estudos são resumidamente descritos no livro. A produção de conhecimento e o desenvolvimento de projetos voltados à promoção da equidade de raça e gênero, especialmente nas relações de trabalho, partem da premissa de que não basta não discriminar, mas de que é preciso agir contra o racismo. Uma política de equidade pressupõe gestão democrática com uso de metodologias e ferramentas modernas para identificação da discriminação – entre elas a realização de diagnósticos de comparação de salários e de trajetórias dentro da instituição – e que promovam ações afirmativas.

A alta resistência às ações afirmativas encontrada no interior das corporações é explicada pelo medo de queda de qualidade dos serviços ou da formação acadêmica (no caso de universidades que implementaram as cotas). Embora sejam argumentos que já foram combatidos com resultados concretos, parte dessa resistência está relacionada à “fragilidade branca” (p. 112). Bento descreve o estresse de pessoas brancas quando diante das seguintes situações: quando têm que questionar a meritocracia; quando se deparam com pessoas negras em posição de liderança; quando ouvem pessoas negras falando abertamente do racismo sofrido e expondo a branquitude; e por fim, quando as pessoas brancas são racializadas, já que elas são vistas e se veem como “universais”.

O pacto da branquitude trata de um problema estrutural, mas ainda muito atual. Ao escolher a branquitude para discutir o racismo, a autora está interessada em demonstrar onde estão fincadas e como são alimentadas, no presente, as estruturas da discriminação racial. A precarização das relações de trabalho através da eliminação de direitos trabalhistas, o esvaziamento de órgãos públicos e os ataques à democracia são alguns exemplos explícitos dos efeitos da branquitude.

Essa exposição escancarada da violência contra pessoas negras tornou insustentável o pacto narcísico da branquitude, decorrendo daí que cada vez mais pessoas brancas questionem o que elas podem fazer para acabar com a perversidade da desigualdade racial. Embora o movimento feminista negro esteja atuante desde os anos 1970 com os trabalhos, entre outras, de Lélia Gonzalez (2020) e Sueli Carneiro (2023), a insurgência das mulheres negras ganhou outro patamar com a morte de Marielle Franco, em 2018, porque com esse fato o país conseguiu se ver como violento, conservador e leniente com a brutalidade das elites dirigentes, estas, por definição, compactuadas pela branquitude.

No epílogo, intitulado “Exercitando a mudança – vidas negras importam”, Bento relembra que o pacto da branquitude não pode ser quebrado de forma individualizada, senão através de ações coletivas e estruturais. A autora cobra o posicionamento da branquitude sobre a sua responsabilidade social e sobre a herança recebida da violência e usurpação contra pessoas negras ao longo da história. Estar ciente de que o pacto da branquitude foi mobilizado para silenciar as desigualdades é um primeiro passo para sua suplantação, e desta depende o futuro da democracia.

Essa tarefa o livro cumpre com mérito. O ponto alto da obra está justamente em trazer à luz algo que sempre foi escamoteado ou tido como inexistente. Ao fundamentar a problemática da branquitude e seu papel na preservação da discriminação racial, Cida Bento aponta caminhos possíveis para o combate ao racismo, o que faz dessa uma obra fundamental e de leitura obrigatória para todas as pessoas, em especial para as brancas. O desconforto, por vezes sentido na leitura, pode ser aplacado pela certeza de que a exposição do pacto da branquitude é condição para a superação do racismo e para a justiça social.

SOBRE A AUTORA

ENIDELCE BERTIN é pós-doutoranda no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP) e autora de *Alforrias na São Paulo do século XIX: liberdade e dominação* (Humanitas, 2004) e *Os meios-caras: africanos livres em São Paulo no século XIX* (Schoba, 2013).

enidelce@terra.com.br

<https://orcid.org/0000-0003-1495-8394>

REFERÊNCIAS

- BENTO, Maria Aparecida Silva. *Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público*. Tese (Doutorado). Instituto de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2002.
- CARNEIRO, Sueli. *Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.
- GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Organização: Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

Esculpir o ideal do “novo homem” e da “nova mulher” no Estado Novo

[*Sculpting the ideal of the “new man” and the “new woman” in the Estado Novo*

Nerian Teixeira de Macedo de Lima¹

[CERCHIARO, Marina. *Esculpindo para o ministério: arte e política no Estado Novo*. São Paulo: Publicações BBM, 2022.

RESUMO • Esta resenha crítica oferece um panorama dos principais temas debatidos pela autora do livro a partir do conjunto escultórico encomendado pelo Ministério da Educação e Saúde, no Rio de Janeiro, na gestão de Gustavo Capanema como ministro durante o Estado Novo. • **PALAVRAS-CHAVE** • Ministério da Educação e Saúde; escultura, Estado Novo.

• **ABSTRACT** • This critical review offers an overview of the main themes discussed by the book’s author based on the sculpture set commissioned by the Ministério da Educação e Saúde, in Rio de Janeiro, in Gustavo Capanema’s term as minister during the Estado Novo. • **KEYWORDS** • Ministério da Educação e Saúde; sculpture; Estado Novo.

Recebido em 30 de maio de 2023

Aprovado em 5 de junho de 2023

LIMA, Nerian Teixeira de Macedo de. Esculpir o ideal do “novo homem” e da “nova mulher” no Estado Novo. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 85, p. 201-205, ago. 2023.



DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.vri85p201-205>

¹ Universidade Estadual de Campinas (Unicamp, Campinas, SP, Brasil).



Esculpindo para o ministério: arte e política no Estado Novo é a premiada pesquisa de Marina Cerchiaro, laureada do Prêmio 3 x 22 de Teses e Dissertações “Centenário da Semana de Arte Moderna”, publicada pela Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin em 2022. A obra revisita autores centrais para o modernismo brasileiro e lança um olhar renovado para o projeto do Ministério da Educação e Saúde (MES) a partir de seu conjunto escultórico. A inquietação de Cerchiaro, agora sob forma de livro, apresenta ao leitor uma análise comparada e inédita das obras de Celso Antônio de Menezes, Adriana Janacópulos e Bruno Giorgi, que buscaram delinear o ideal do “novo homem” e “da nova mulher” brasileiros, modelos civilizacionais no Estado Novo. Contudo, Cerchiaro não apenas se detém aos projetos exitosos, mas se debruça sobre as diversas encomendas de Gustavo

Capanema, então ministro, a outros escultores, como Victor Brecheret ou Ernesto de Fiori, as quais, por incompatibilidade com o projeto do ministro, não vieram a cabo.

A importância do livro, para além do ineditismo das análises, repousa no intenso trabalho arquivístico de Cerchiaro, que soube condensar a documentação obtida em mais de 20 instituições, nacionais e internacionais, com destaque para o trabalho de pesquisa no Musée Bourdelle, em Paris. Nesse sentido, de *Esculpindo para o ministério* emerge uma polifonia de vozes; a autora revela os intercâmbios epistolares do então ministro, dos artistas, de Mário de Andrade e de agentes na construção do ideário varguista, no projeto do MES, bem como diversas negociações e redes de sociabilidade desses atores. A análise da documentação, à luz das pesquisas de Annateresa Fabris e Sergio Miceli, permite a relativização da relação entre cliente e artistas; para a autora, estes não estavam subordinados ao poder político, mas eram, antes, agentes nas disputas político-estéticas e valeram-se do “poder do Estado para legitimar seus próprios trabalhos” (p. 70).

A obra apresenta quatro capítulos. O primeiro deles, dedicado ao panorama do programa escultórico do MES, brinda o leitor com um quadro das principais vertentes escultóricas em voga na Paris do entreguerras, com as quais dialogam especialmente Celso Antônio e Adriana Janacópulos: destacam-se Aristide Maillol e Charles Despiau, além de Antoine Bourdelle. Diante da filiação dos artistas brasileiros a uma tradição escultórica humanista, de matriz francesa, Cerchiaro argumenta que não há incompatibilidade entre suas propostas e o projeto modernista do MES. A autora sugere, ainda, que a vertente escolhida tenha encaminhado a produção escultórica local em direção ao classicismo de artistas como Maillol e Despiau e combate a noção de “modernismo exemplar” (p. 100), alertando o leitor acerca das multiplicidades, continuidades e rupturas de um campo em disputa.

O segundo capítulo, por sua vez, analisa os bastidores da encomenda que representaria o “novo homem”, a mais importante do projeto, que, no entanto, não se realizou. A documentação analisada por Cerchiaro testemunha os vários desencontros acerca de sua concepção: de um lado, Celso Antônio, incumbido da tarefa, cuja proposta orientava-se em torno da diversidade étnica e cultural e, portanto, propunha um homem que representasse o caráter mestiço do povo brasileiro; e, de outro, o ministro e seus demais interlocutores, com destaque para Roquette-Pinto, para quem o “novo homem” deveria ser um mestiço, mas “branco moreno”, o que evidencia a mestiçagem como embranquecimento. A proposta de Celso Antônio projetava *Homem brasileiro*, versão ampliada de *Homem sentado*, apresentada em 1931 no Salão da Escola Nacional de Belas Artes, de fisionomia negra, cabelos encaracolados e sentado – outro traço de dissensão: para Roquette-Pinto, interessava a representação de um homem em postura ereta. Segundo Cerchiaro, Capanema, ainda que reconhecesse a diversidade étnica, pretendia, na projeção desse novo símbolo, conjugar “a ideia de civilização, que só poderia ser transmitida se fossem adicionadas ao mestiço as noções de branquitude” (p. 226). Nesse sentido, a escultura desse “novo homem”, embora não tenha se concretizado, constitui-se como uma contranarrativa e interessa na medida em que evidencia as várias divergências e concepções de brasilidade do período, o que Cerchiaro apresenta com riqueza de detalhes em sua pesquisa.

Se o trabalho da autora em torno “do novo homem” traz contribuições preciosas para o campo da escultura, a análise do conjunto escultórico que forja a “nova mulher” não se distingue. O terceiro capítulo explora as obras *Moça ajoelhada*, *Moça reclinada* e *Mãe*, de Celso Antônio, e *Mulher*, de Adriana Janacópulos. Segundo Cerchiaro, as obras de Celso Antônio buscaram tipificar imagens nacionais sob a égide do “primitivo” e, para além das fisionomias das figuras femininas, que evocam a “índia” ou a “mulata”, a autora faz interessante análise das posturas de tais personagens. As posições escolhidas pelo artista – sentada e reclinada – dialogam com uma tradição visual francesa, presente em obras de Henri Matisse, Paul Gauguin e Aristide Maillol, e evocam uma gestualidade associada ao feminino e ao erotismo, inserida em discurso primitivista no domínio da natureza. A exceção é a escultura *Mãe*, alegoria da cuidadora da “nova nação”, saudável, afetuosa e casta.

Mulher, de Adriana Janacópulos, por seu turno, desvencilha-se da tradição francesa de sua época e rompe com a construção do arquétipo da mulher com base

em pesquisas nacionalistas. A obra coloca em cena um corpo branco, respondendo assim ao anseio de branquitude como progresso, sobre o qual se imprime um gesto disruptivo: o corpo feminino, ainda que sentado, difere das figuras passivas de Celso Antônio; as mãos da personagem, apoiadas no bloco que apoia o corpo, estão prontas para desgarrarem-se dele. Assim, Janacópulos concede à mulher ação e desejo de movimento, um “indício do empoderamento feminino” (p. 390); e esta é apenas uma das interessantes reflexões que nos oferece Cerchiaro a partir de uma vasta bibliografia que percorre as teorias de gênero. Única artista mulher a receber encomendas no projeto do MES, Janacópulos é uma exceção, *vide* o lugar à margem ocupado por Tarsila do Amaral e Anita Malfatti, ausentes dos veículos de propagação da política cultural varguista (SIMIONI, 2022, p. 257). Embora sejam escassos os estudos que versem sobre a artista, a autora demonstrou a justificada escolha de Janacópulos para compor o programa escultórico do MES – ademais de sua experiência na capital francesa, a artista desfrutou de certa visibilidade na imprensa brasileira, realizou mostra individual com cobertura midiática e recebeu encomendas públicas no Rio de Janeiro e São Paulo.

O quarto capítulo disserta sobre o *Monumento à juventude brasileira*, executado por Bruno Giorgi. A obra coloca em cena um casal inter-racial, a posição dos corpos forjados pelo artista evoca a monogamia e a hierarquia entre os gêneros – a mulher avança atrás do homem branco. A autora sugere que a hierarquia do corpo masculino sobre o feminino anuncia a imagem da nação brasileira, que procurou forjar o MES: “um país mestiço e civilizado, fundado no sexo inter-racial e moralizado pelo casamento e pelo lar” (p. 382). Para além da análise, complexa e rica de referências, o capítulo oferece importante perspectiva sobre o papel do ministro no aceite das encomendas para o MES. Os documentos consultados pela autora demonstram que, apesar de contratos e editais de concurso, a decisão de Capanema imperava – é o caso de *Monumento à juventude brasileira*, visto que o contrato firmado entre Giorgi e o MES dá-se no mesmo dia em que se abre concurso de seleção para a execução do projeto.

Isso posto, *Esculpindo para o ministério: arte e política no Estado Novo* disserta sobre as relações entre arte e política e entrega ao leitor análises inéditas e articuladas do conjunto escultórico do MES. Cerchiaro oferece um estudo apurado do papel do ministro na concepção do projeto, na relação com seus interlocutores, na elaboração das encomendas e na escolha dos artistas. A obra faz par com as referências de renome do campo e é incontornável àqueles que se interessam pelas encomendas públicas no período Vargas, pelas políticas públicas de cultura ou, ainda, pela produção de artistas mulheres, haja vista a preciosa reflexão acerca de Adriana Janacópulos.

SOBRE A AUTORA

NERIAN TEIXEIRA DE MACEDO DE LIMA é

doutoranda em História da Arte no Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/Unicamp) e desenvolve pesquisa com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – Fapesp (2022/00370-I).

nerianteixeira@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-6810-424X>

REFERÊNCIAS

CERCHIARO, Marina Mazze. *Esculpindo para o ministério: arte e política no Estado Novo*. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Programa de Pós-Graduação Culturas e Identidades Brasileiras, Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo, 2016.

SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. *Mulheres Modernistas: estratégias de consagração na arte brasileira*. São Paulo: Edusp, 2022. 360 p.

revista



REVISTA DO
**INSTITUTO
DE ESTUDOS
BRASILEIROS**

**CRITÉRIOS PARA PUBLICAÇÃO
E ORIENTAÇÕES AOS AUTORES***



*As normas e orientações atualizadas podem ser
acessadas no link abaixo / The updated standards and
guidelines can be accessed at the link below:

<http://www.ieb.usp.br/rieb>